

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RENATO LUIZ BACELLAR CAJUEIRO**

**LETRADOS D'EL REY:  
OS CONSELHOS DA HISTÓRIA E  
O PODER REAL EM PORTUGAL  
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

**NITERÓI  
MARÇO 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Renato Luiz Bacellar Cajueiro**

**LETRADOS D'EL REY:  
OS CONSELHOS DA HISTÓRIA E  
O PODER REAL EM PORTUGAL  
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Guilherme Pereira das Neves

**NITERÓI  
Março 2007**

## AGRADECIMENTOS

Devo confessar, como ponto de partida, que sempre achei piegas, forçoso mesmo, um exercício acadêmico de agradecimentos. Em muitas teses, dissertações e livros olhava com certa zombaria essa prática, como se transparecesse uma atmosfera falsa e de obrigatoriedade da prestação de homenagens. Nesse momento, no entanto, após anos de sofrimento e inquietação, vejo-me de certa forma emocionado ao lembrar de tantas e tão valiosas pessoas que prontamente me acolheram com estímulo e afeto, fazendo da jornada um caminho recheado de gestos de humanidade. Somente agora, e não antes, consigo entender a dimensão do que significa agradecer; faço isso aqui de peito aberto e por vontade. É possível, na verdade bem provável, que esqueça aqui de alguém que por certo nunca se esqueceu de mim. Se omissões existirem, saibam que minha gratidão não se mede apenas por palavras, mas pelo lugar que reservo na lembrança, com zelo e amizade, para todos aqueles que marcaram minha vida.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, entidade que desde o princípio da minha graduação foi responsável por minha formação intelectual; um local onde para além de tudo fiz amigos, próximos ou distantes, que guardo com carinho.

Aos meus familiares, agradeço a todos sem restrições. É para meu avô Everaldo, no entanto, o meu maior pedido de obrigado. Apesar de não mais poder contar com sua delicada presença, trago-o vivo dentro de mim, como se nunca tivesse partido; amo-o hoje como sempre. De minha infância e adolescência lembro-me dos momentos felizes em sua casa, que ansiava, semana após semana, por chegar. Meu querido avô foi sempre um modelo que com entusiasmo procurava refletir. Escutava suas histórias como se fossem mágicas. Com seu contato, herdei a ironia e o deboche com as coisas do mundo. Foi seu caráter e inocência, no entanto, o que sempre me motivou. Nunca conheci em toda a minha vida um homem tão correto e honesto. Me emociono tanto com sua lembrança que é até difícil continuar. Saiba, onde quer que esteja, que é você um dos principais responsáveis pelo homem que sou hoje.

De minha casa gostaria de agradecer também a minha irmã, que mesmo nas acaloradas discussões, nas visões diferentes da vida, sempre demonstrou seu incondicional

amor. Meu pai igualmente não poderia ficar de fora, foi meu herói. Assim como meu avô foi e continua sendo um exemplo de honestidade. Lembro das manhãs de domingo onde, ainda pequeno, ia com ele jogar bola. Nunca amei um homem com tanta intensidade como a meu pai. Para minha querida mãe, dona Sheila, não agradeço apenas por me conceber, mas por ser o que é. Nas agruras da sofrida vida sempre foi forte, perseverante. Sua fibra é de uma natureza tão rara que não sei se um dia serei merecedor de tanto amor. A vocês devo tudo!

Dos meus amigos gostaria de lembrar do companheiro, mais do que presente, Tote. O Jorge sempre foi daquelas figuras raríssimas, que mostra sua amizade descompromissada a todo tempo. Sempre chamou minha atenção quando necessário, mas também sempre me defendeu quando preciso com sua sensatez. Virou hoje mais do que um amigo, um verdadeiro irmão. No mesmo sentido gostaria de agradecer Flávio Back, uma espécie de irmão mais velho que me acolhia em sua casa em momentos de crise e que, até hoje, continua sendo aquele que escuta com atenção minhas angústias e besteiras.

Do pessoal da UFF não poderia deixar de lembrar de Márcio Gonçalves, vulgo Marcelinho. O Márcio, mesmo morando longe, é um parceiro na dor e na alegria. Do contato inicial na graduação, logo percebemos que tínhamos trajetórias de vida parecidas; é daqueles que me entendem sem eu ao menos falar. Nossa amizade desde então não parou de se estreitar, deu força em momentos decisivos, riu e chorou comigo nas vitórias e nos fracassos. Hoje, se não de sangue, é um irmão na vida. Espero sempre poder contar com você. Da UFF gostaria ainda de agradecer algumas pessoas. Nelson foi o primeiro a me apresentar uma visa ode História distinta da que até então tinha. É com admiração que sempre o olhei como amigo, mas, também, pela sua inteligência. Já faz alguns anos que Nelson se tornou um companheiro de jornada. Sempre lúcido, criticou-me quando necessário. Guardo com saudade nosso fatídico carnaval em Diamantina onde nunca ri tanto; da cidade só me apresentou a casa de Chica da Silva, apontando-a ao longe e logo partindo para o fervor da praça do mercado. Brincadeiras à parte, surpreendeu-me ao tentar tudo o possível para salvar meu querido avô em seus últimos dias de vida; você sabe muito bem o que digo. A gratidão que tenho por você não pode ser mensurada.

Da minha querida Sheila Lima agradeço as palavras de incentivo, exageradas muitas vezes, é verdade, mas que sempre corresponderam à sua natureza fraternal. Durante o

mestrado uma figura que até então pouco conhecida procurou sempre estender suas mãos a mim. Hoje Sheila é uma amiga que conto nas horas difíceis. Com sua alma leve sempre me bota pra cima.

Agradeço também Patrícia, Rodrigo, Rafael e Regina por terem dado um sentido de grupo na academia. As muitas reuniões e conversas que tive com eles mostraram a mim um lado humano da produção intelectual.

Da UFF gostaria ainda de agradecer especialmente duas pessoas, Gabriela Lancelotti e Francisco Muller. Gabriela é uma amiga que fiz já depois de muito tempo na graduação. Defendeu-me a todo instante em momentos de crise. Figura das mais engraçadas e atrapalhadas, mas fiel a todo instante. Obrigado por mostrar que há vida além fronteiras. Do Chico não tenho nem o que falar, companheiro pro que der e vier. Indivíduo sensacional, um irmão pra mim. Batalhou junto a mim para ingressar no tão sonhado mestrado. Nos ajudávamos tanto que as afinidades afloraram; do nosso companheirismo nasceu um profundo aprendizado e um crescimento que sem ele nunca seria possível. Brigou por mim quando pensei em desistir, colocando seu próprio nome em risco. Hoje você não é só um amigo, é como se fosse membro da minha família.

Não posso deixar de falar também da Marina Marina, que em tão pouco tempo me conquistou por completo. Sua sensibilidade, sua força, seu caráter e seu carinho hoje me fortalecem. Além de incansavelmente me escutar e se preocupar comigo, foi vital nos últimos momentos de pesquisa. Sem qualquer obrigação se colocou de prontidão a copiar comigo intermináveis documentos no Real Gabinete. Te adoro!!

Lá do Real Gabinete agradeço a todos os funcionários, que sempre me trataram de forma correta e prestativa.

Da UERJ guardo com carinho a lembrança de Maria Fátima. Sempre com uma palavra de incentivo, foi solidária na perda e ao inquirir de forma constante quando finalmente terminaria minha dissertação. Fátima sempre foi um amor de pessoa, falando comigo como se fosse a um filho. Devo um visita que em breve pretendo cumprir.

Aos professores que tive agradeço igualmente. Não posso deixar de mencionar também Paulo e William que ao comporem minha banca vieram cheios de sugestões. Mostraram uma postura reflexiva e extremante séria.

Ao Guilherme não cabem propriamente agradecimentos, mas a existência da própria dissertação. Quando ainda nem me conhecia, confiou no meu trabalho, incentivando-me. Ao longo do tempo, sua figura, que a princípio me deixava temeroso, mostrou-se de uma generosidade imensa. Sempre carinhoso, tentou me convencer que não deveria desistir. Tomou parte de todas as minhas inquietações. Hoje não é ao professor Guilherme que agradeço, ao intelectual, mas simplesmente ao Guilherme sem adjetivos, ao ser humano que é. Aprendi a gostar e a admirar aquele que foi mais do que um orientador, tornou-se na verdade um exemplo rico a ser seguido. Lembro-me que durante um dos seus cursos surpreendeu a todos ao falar de seu problema de saúde, etapa superada graças a Deus. Nesse momento angustiante, percebi o quanto ele já tinha se tornado importante, parte integrante da minha trajetória. Hoje me emociono ao lembrar tudo que fez por mim, e se não posso me redimir por não ter feito essa homenagem antes, por covardia ou timidez, deixo aqui meu especial gesto de carinho.

Quero estender aqui essas palavras à sua companheira Lúcia Bastos. Foi sempre tão generosa, muitas vezes quase como uma mãe, que rapidamente me cativou. Durante o tempo que trabalhei na UERJ observava sua conduta. Percebi que representava um exemplo vivo de seriedade e compromisso. Como o Guilherme, sempre me assustou pela vasta erudição, mas também pela humanidade latente. Agradeço por ter entendido um momento que, desorientado e preocupado em não ter condições materiais de continuar nos estudos, generosamente abriu portas. Não sei nem como poderei agradecer aos dois por tanto.

Em último lugar, gostaria de homenagear aqueles que travaram intermináveis debates comigo; agradeço aos acadêmicos e conselheiros que trouxeram um pouco de vida à minha História. Muitas vezes tratei-os com zombaria e deboche, tantas outras foram eles que me mostraram que eu era ainda um menino, que deveria aprender muito com suas trajetórias. Povoaram meus sonhos, mas também meus pesadelos por muito tempo. Acordavam-me no meio da noite para dizerem palavras de um outro tempo; questionavam-me com escárnio sobre quem eu era, pois igualmente questionava-os sobre o que tinham a me contar. Hoje guardo todos vocês com carinho!!!

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo problematizar a inserção da Academia Real de História Portuguesa (1720-1736) nos debates sobre a presença em Portugal, na primeira metade do século XVIII, de uma modernização dos métodos de fazer História e de uma sensibilidade nova, em sintonia com a visão de mundo que surgia então na Europa. Para tanto, partindo de uma História preocupada com os discursos e conceitos, procuro valer-me não só da bibliografia existente sobre a instituição como também das memórias e estatutos que esta deixou. Ao final, busco demonstrar que, apesar da Academia estar informada de uma intelectualidade européia que paulatinamente se laicizava, na estrutura de seus discursos e na exposição dos sentimentos que motivavam seus membros, configurava-se ainda uma entidade atrelada aos padrões de *Antigo Regime*, que servia sobretudo, num quadro profundamente religioso, como instrumento de exaltação régia.

## ABSTRACT

This dissertation intends to consider as a problem the place the Royal Academy of Portuguese History (1720-1736) came to occupy in recent discussions about the supposed presence in Portugal of a certain kind of modernization in the methods of making history and of a new sensibility, akin to that that was coming into being in Europe during the first half of the Eighteenth-Century. To attain this aim, inspired by a kind of history focused on concepts and discourses, I rely on the bibliography on this subject and on the works which the Academy published. At the end, I try to demonstrate that – despite the awareness this institution showed of a European intellectuality that was becoming ever more secularized – the structure of its discourses and the exposition of the sentiments that pushed its members point to the other direction, i. e., toward an institution that, in a still fully religious environment, was an expression of the *Ancien Régime*, serving above all as an instrument to exalt the Crown.

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução</b>	<b>p. 1</b>
<b>A questão da História Política</b>	<b>p. 13</b>
<b>Capítulo I: O homem de letras em Portugal</b>	<b>p. 21</b>
<b>Capítulo II: A Academia Real da História Portuguesa: entre                     o método cartesiano e a verdade de fundo moral</b>	<b>p. 44</b>
<b>Capítulo III: A Academia de História em seus documentos</b>	<b>p. 92</b>
<b>Conclusão</b>	<b>p. 154</b>
<b>Fontes e Bibliografia</b>	<b>p. 159</b>
<b>Anexos</b>	<b>p. 167</b>



## INTRODUÇÃO

Ao leitor do meu projeto, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, parecerá estranho, e com bastante razão, a mudança bastante significativa que este sofreu desde a minha entrada no Mestrado até agora. Tal mudança, no entanto, carrega consigo algumas características que a tornam inteligível. Mas vamos por partes, apresentando, neste momento, qual foi o meu intuito ao tomar o Conselho Ultramarino como objeto de pesquisa e discussão. Posteriormente, buscarei apontar para o fato de que no próprio projeto já existiam indícios de uma possível aproximação, mesmo que de outra ordem, com a instituição que ora me ocupo – a Academia Real da História Portuguesa. Tal agremiação, que aparecia como sendo de clara importância ao mundo luso em uma das hipóteses de trabalho, mas que na verdade servia muito mais para ilustrar que o Conselho Ultramarino não era uma entidade estática, que pela sua duração secular acabou sendo bafejado por uma série de conjunturas, culminou reorientando as minhas intenções iniciais, mas por sua natureza permitiu uma continuação em olhar o Antigo Regime em Portugal historiograficamente em suas intercessões entre o político e o cultural. Pode ser compreendida nos moldes de uma História Política renovada. Façamos um olhar retrospectivo, onde espero poder esclarecer minha atitude à primeira vista tão fora de propósito.

Desde a minha graduação dois livros surtiram o efeito de catalisadores no meu interesse sobre a História de Portugal, sempre conduzido pela vontade de compreender de que maneira a porção americana de suas conquistas sofria interferência, no plano das consciências, com o que se passava no reino, direta ou indiretamente. Os livros em questão são, respectivamente, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*<sup>1</sup>, do historiador Luís Reis Torgal, e *Portugal na Época da Restauração*<sup>2</sup>, do doutíssimo Eduardo D'Oliveira França. Apesar de muito diferentes no que se refere tanto ao estilo quanto a orientação teórica que as inspiram, tais obras são de suma importância àqueles que, de uma forma ou de outra, se interessam pelo momento posterior à União Ibérica. A leitura dos livros de tais autores, se não inaugurou, ao menos contribui decisivamente no meu interesse por observar como os *Bragança* se tornaram a Casa nobre reinante e

---

<sup>1</sup> Luís Reis Torgal. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-1982, 2v.

<sup>2</sup> Eduardo D'Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

como a monarquia a partir de então foi sendo consolidada e conduzida, o que nos remete ao movimento restaurador.

Em 1640, após um longo período subordinada à Castela, a Coroa portuguesa conseguiu se reestruturar no plano político. Tal movimento, no entanto, como pude perceber, tinha raízes complexas e que poderiam ser facilmente obscurecidas por um anacronismo acadêmico, que buscou em Portugal, principalmente na época Salazarista, um certo “futuro no passado”. Assim como em diversos momentos, seja na nossa história ou em outra qualquer de diversos países, feitos pretéritos costumaram ser lidos de forma ideologicamente orientada, criando assim uma áurea mítica e memorialística que conduziam a identificar interesses muito mais do que garantir uma narrativa histórica nos seus procedimentos técnicos o mais isenta possível do juízo de valor; em Portugal a Restauração acabou agregando uma infinidade de valores. Criou-se em torno deste momento uma certa tradição em enxergá-lo, assim como feito com a “Revolução de Aviz”, como um movimento em que estaria se instaurando uma nacionalidade. Com a Restauração, desta forma, pelo menos no imaginário, D. João IV erigiria uma Nação com identidade consolidada, que deveria ser respeitada pelo mundo. A situação real, contudo, colocava o problema de 1640 em um outro patamar. Temporalmente, a pelo menos duas décadas antes uma instabilidade de ordem política, social e econômica vinha gradativamente tomando corpo. Como descrito no projeto, a Espanha, envolvida que estava em conflitos militares, ao ver suas reservas dilapidadas acabou recorrendo ao desrespeito com uma solução passiva de não interferir na maneira pela qual Portugal, a partir dos Vice-reinados, conduzia a sua política interna e externa, exigindo cada vez mais que os lusitanos arcassem com o ônus de suas empreitadas. Mas não era apenas por tocar em seus tesouros que os lusitanos paulatinamente ficaram descontentes com Castela. Há muito que uma nobreza havida de títulos e promoções não encontrava um lugar onde pudesse se representar. A Corte lisboeta, que até então era o palco onde os nobres poderiam ser vistos e ouvidos, onde poderiam articular ligações e interesses mútuos, bem como demonstrar a importância simbólica de sua ordem, tinha sido transferida para Madri, restando em Portugal apenas as Cortes ducais, que apesar de importantes, não eram a mesma coisa que contar com o centro do poder ao seu lado. Outros fatores contribuíram para o processo de emancipação política, mas o que importa ressaltar é que a existência de descontentamentos nem sempre leva à ruptura fora do âmbito político. Em contrapartida a toda uma série de escritos que justificavam a Restauração de 1640, inspirados sobretudo em uma tratadística política que ganhava

corpo no decorrer do século XVII na região ibérica, e que era associada sobretudo aos nomes de Suarez e Molina, muitos lusitanos permaneceram com seus estreitos contatos com o reino vizinho. Ao lado de toda uma retórica centrada no papel dado pela divindade à Portugal na condução da Cristandade, que carregava de heroísmo a figura de D. João IV, fruto de associação com o mito sebastianista e os presságios do milagre de Ourique, havia casos onde homens de reconhecida estirpe foram questionados sobre a sua adesão ao movimento restaurador. Um desses personagens, o Marquez de Montalvão, que foi o primeiro vice-rei no Brasil e também o primeiro presidente do Conselho Ultramarino, acabou durante um curto período de tempo caindo no ostracismo. Sua esposa e filho, quando da ruptura política com Castela, por interesses comerciais e por questões de sangue, acabaram ficando do lado do reino vizinho, fazendo com que o Marques, D. Jorge de Mascarenhas, fosse considerado também ele como não partidário da causa restauradora. Posteriormente, como forma de contornar a suspeita, nunca provada, tal personagem foi agraciado com o posto de conselheiro ultramarino. Se por um lado esse jogo dicotômico leva a entender que houve uma rivalidade aflorada, por outro percebemos que esses episódios acabaram sendo marcados por um caráter nacionalista que originariamente não tinham. O que existia, isto sim, era uma conjuntura de crise cuja Restauração objetivou uma solução pela ordem. Após 1640 não há registros de uma mudança estrutural de direção. Muitos dos organismos do período Filipino continuaram a existir, e mais do que isso, muitos dos membros mesmo tendo se mostrado reticentes quanto à causa restauradora tiveram seus cargos mantidos. A necessidade de reerguer um reino praticamente falido de forma alguma constituiu uma tarefa fácil. Como apontado por Eduardo de Oliveira França a construção de uma monarquia representativa e centralista esbarrava em alguns problemas de base<sup>3</sup>. A necessidade histórica, rapidamente transformada pelo curso dos acontecimentos, fez com que a partir de uma Casa ducal e de um duque pouco preparado para a função, fosse levantada a soberania política do reino, com D. João IV. Para tal feito, uma delicada solução de equilíbrio acabou sendo paulatinamente tecida. O duque de Bragança aparecia, desta forma, como uma peça importante, mas não isolada neste tabuleiro de tensões. Alianças de diversas ordens foram construídas para a sua aclamação. A nobreza lusitana, que até então se sentia excluída de qualquer ação representativa, neste momento encontrava palco propício para os seus anseios de

---

<sup>3</sup> França. *Portugal na Época da Restauração ...*

estamento. Era esta mesma nobreza que permitia a D. João IV governar. Tornando-se rei, portanto, mesmo tendo o poder em suas mãos, a mesma solução de compromisso que o levou à aclamação o obrigou a considerar como sendo sua a responsabilidade de atender a demanda de uma nobreza ávida e simbolicamente ferida com a anterior transferência da corte para Madri. Tendo em mente essa tensão devemos dizer que no plano político buscou não apenas continuar com os projetos da União Ibérica, mas ainda aprofundá-los no que fosse necessário. Uma das maneiras encontrada foi o de criação de novos órgãos centrais. Sendo assim eu acabava encontrando uma discussão que me seduzia e orientou meu trabalho por um longo tempo. Mas de que forma isso acabou acontecendo?

Em aulas e nas diversas leituras que fiz sobre Brasil Colônia acabei sendo de certa forma levado pelas circunstâncias. Percebi que nos trabalhos acadêmicos da área, com atenção especial pela segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, grande parte tinha como fontes essenciais as consultas do Conselho Ultramarino. Não havia, no entanto, para além dos usos múltiplos dessa documentação, que atendia desde uma historiografia preocupada com os conflitos de poder nas áreas coloniais até os estudiosos da questão da terra, por exemplo, um esforço sistemático por compreender como funcionava e o que representava neste novo contexto tal organismo. Até então, existia apenas uma honrosa ainda que limitada tentativa por parte de Marcelo Caetano, mas que não encontrou muitos interlocutores desde então<sup>4</sup>. Era, sobretudo, este o aspecto que me instigava e perturbava.

Como fruto da Restauração, o Conselho Ultramarino representava um esforço por dar ordem ao funcionamento do poder monárquico. Como apontado no projeto, a América Portuguesa vinha se tornando a menina dos olhos de ouro do reino, principalmente com a perda de possessões no oriente e uma significativa ranhura no comércio de especiarias; atividade esta que era bastante lucrativa e que dava um certo destaque a Portugal. Em crise, e diante de novas possibilidades de dar sustentação à Coroa de equilíbrio frágil, D. João IV voltava seus olhos para fora do reino. Diante das condições, e no bojo de um processo reformista, tal rei criou o Conselho Ultramarino pelo fato de inexistir um organismo exclusivo na gerência dos assuntos das colônias. Era uma forma de ter um maior controle sobre seus domínios e assim conseguir estender a extensão o raio de alcance do seu poder. Quando comecei a olhar a documentação de

---

<sup>4</sup> Marcello Caetano. *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*. Lisboa, 1943.

tal organismo fiquei cada vez mais inculcado sobre o motivo de certa negligência da historiografia, ainda mais tendo em vista que este controlou uma série de atribuições, bem como serviu como espaço privilegiado de discussão sobre a forma pela qual deveria ser conduzida a política imperial, servindo ao mesmo tempo como um organismo que produziu e guardou uma quantidade imensa de registros sobre a época colonial. Eu compreendia que este organismo representava um esforço efetivamente centralizador do soberano. Num primeiro momento, pela negligência apontada, queria estudá-lo numa história de tipo administrativo, apelando para a análise de seus estatutos e para a dinâmica cotidiana de funcionamento. Logo, no entanto, as condições concretas viriam a alterar um pouco a ordem das coisas. Constatei que as atas de reuniões, documentação importantíssima para quem quer entender os debates dentro de um organismo, não existiam aqui no Brasil, nem em bibliotecas nem em arquivos – há até uma opinião bastante suspeita de que estes tenham sido queimados em sua totalidade durante o incêndio seguido ao terremoto de Lisboa em 1755. Nessas condições adversas um caminho que já vinha sendo apontado pareceu bastante lógico, fazer uma análise mais sistematizada sobre as consultas do Conselho Ultramarino. Tal esforço não era o de buscar informações esparsas como eu percebi que a historiografia vinha fazendo até então, mas o de entender, a partir de um conjunto delimitado desses documentos, como estava sendo pensada a política imperial e, mais importante, como os padrões culturais portugueses da época estavam sendo refletidos na linguagem das próprias consultas. Para tanto, procurei atentar para uma perspectiva de longa duração e sobre a forma como movimentos conjunturais vinham ou não a alterar valores de longa data. Mas do que os eventos fugidios era um ideário político de raízes profundas que eu buscava perceber, uma tradição mental e discursiva. Para tanto, era necessário não apenas olhar os estatutos e consultas de forma isolada, mas buscar articular com o conhecimento, por menor que fosse, sobre a trajetória de alguns de seus membros. Vários personagens de destaque logo surgiam. Dentre estes me interessava, sobretudo, os que tiveram suas vidas marcadas pelo trânsito em locais fora do reino. Acreditava desta forma que tais personagens teriam construído uma sensibilidade afluída pelos problemas ultramarinos. Meu intuito, na verdade, era estabelecer uma discussão onde o Conselho Ultramarino seria visto como um palco de tensão. Não mais apenas como a instância máxima da consolidação da centralização imperial, mas como um locus onde interesses estamentais eram também mapeados. Como dito anteriormente, a consolidação dos Bragança como Casa reinante, foi derivada de uma série de acordos implícitos onde os

interesses de ordem deveriam, pela própria situação de fragilidade, ser respeitados. Percebia, desta forma, que se de um lado o Conselho Ultramarino representava uma “inovação” na forma de agir politicamente, nas consultas a marca era quase sempre de uma mentalidade aristotélica de ordem, gerando discursivamente a defesa de uma idéia de prudência nas decisões práticas. Estabeleci, como se depreende, um primeiro olhar onde poderia buscar, no decorrer da pesquisa, uma confirmação ou refutação do argumento. Mas tal empreitada, tão ambiciosa, só seria possível com um tempo maior para a pesquisa e um erudição que notadamente faltava da minha parte. Somava-se a isto outras circunstâncias de ordem pessoal que me obrigaram a seguir um novo rumo. Acabei limitando minha pesquisa a um recorte menor e a um conjunto de fontes igualmente reorientadas. Acreditava, no entanto, que uma proposta de fundo, que era buscar as permanências numa estrutura de Antigo Regime, intuitivamente permanecia como o eixo principal de discussão. Tal panorama nos remete ao início do século XVIII.

No meio do processo de afirmação e consolidação da Coroa portuguesa sob a égide dos Bragança, o reinado de D. João V continua sendo, sem dúvida, um dos menos trabalhados por nossa historiografia. Tendemos a abordá-lo na ótica de uma perspectiva que enxerga, nesse momento, uma espécie de etapa de transição; o que vem a corroborar, muitas vezes, com a tese de que o pombalismo representou um verdadeiro e pleno esforço de rompimento com as “inadequadas e tacanhas” tradições portuguesas, não restando pedra sobre pedra. Podemos radicalizar a proposta afirmando que tudo em História é transição, mas não teríamos um ganho significativo com a simples enunciação desta expressão. Devemos analisar o período joanino, na medida do possível, no horizonte de possibilidades e tensões políticas; sincrônica e diacronicamente colocadas. Pombal, ao assumir seu posto de ministro no reinado de D. José I, teve que dialogar tanto com os valores de longa data, e que portanto estariam fortemente sedimentados na mentalidade da plebe -mas também dos grupos dirigentes-, quanto em relação às inovações na forma de se conceber o mundo instituídas por toda a Europa. Neste sentido, podemos perceber que o reinado de D. João V, mesmo numa visão rasteira, apresenta a instauração de questões que não devem, de forma alguma, ser negligenciadas. É deste período, por exemplo, que vemos florescer um grande impulso das atividades diplomáticas e a criação de uma série de academias tanto no reino quanto no ultramar. Era ainda recente o término da Guerra de Sucessão Espanhola, gerando disputas entre as principais Coroas européias pela supremacia mundial e pela urgência de definição de fronteiras. O Tratado de Tordesilhas, de existência secular, acabou

sendo sistematicamente refutado em seus principais contornos pelas nações fora do bloco ibérico. A antiguidade da conquista e a idéia de justificativa pela propagação da fé eram combatidas com o argumento, absorvido de Grócio, de que deveria existir um equilíbrio entre Estados que se reconheceriam juridicamente, trazendo para o debate europeu a invalidade de uma posse pautada meramente na tradição. Tal panorama, de crise na manutenção das bases geográficas estabelecidas, criou um ambiente de trabalho árduo para uma parcela da intelectualidade portuguesa. Estes homens, ao se verem diante de realidades que impunham soluções de urgência, acabaram, pela própria atividade de enviados nacionais ao estrangeiro, estabelecendo contatos cerrados com os homens mais ilustrados da Europa. É no reinado de D. João V que tal experiência passou a um nível de intensificação nunca antes visto. Tal panorama sugeria um ponto de inflexão mais propício às minhas investigações, e que poderão ser melhor compreendidas a partir de agora, no desdobramento da exposição.

No final de 1720 foi criada, com a proteção régia de D. João V, a Academia Real da História Portuguesa<sup>5</sup>. Seguindo um caminho que simultaneamente se evidenciava no restante da Europa, tais acadêmicos tinham como proposta, levados pelos seus prévios contatos além-Pirineus, a partir do conhecimento, criar um sustentáculo de defesa da Monarquia. Concomitante, no entanto, a esse ambiente de defesa e exaltação da dinastia dos Bragança, veríamos a gestação de uma modernização de técnicas investigativas, possibilitando uma maior compreensão da idéia de Império. Tal panorama, contudo, ao lançar um novo olhar sobre Portugal e os seus domínios, não significou, por si só, um simples virar de página na História ibérica. Se, por um lado, veríamos o florescimento de uma intelectualidade que se laicizava, por outro, percebemos uma sociedade ainda marcada moralmente pela liturgia. Não percebo isto como um descompasso entre o que foi e o que deveria ser, mas como uma realidade tangível de historicidade. O próprio tipo de produção construída pelos acadêmicos deve sua existência, em grande parte, à crítica e recolha de informações efetuada previamente pelas cúrias e ordens religiosas, principalmente os jesuítas. Os inicianos, no processo de demarcação de territórios e poderes, constituíram aquilo que poderíamos chamar de um espaço de memória. Era com isto que os acadêmicos deveriam dialogar, gerando marcas dos clérigos na própria composição da instituição recentemente criada.

---

<sup>5</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc XVIII*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003.

Este aspecto de contatos com elementos tradicionais vale ressaltar, dava o tom do funcionamento de tal academia. É bem verdade que começava a ser gestado um ambiente de alargamento da crítica moderna, e, entre os acadêmicos, uma relativa quebra de protocolo na hierarquia espacial – não haveria ordens de manifestação e assento predeterminadas. Apesar disto, no entanto, percebo que as produções mais recentes na área tendem a enxergar, no passado, categorias e formas de organização contemporaneamente vivenciadas. O próprio fato de a Academia Real depender do mecenato régio, estando atrelada aos interesses da Coroa, entra em choque com a tese de que haveria uma autonomia do campo científico em Portugal durante a primeira metade do século XVIII. A escrita de panegíricos e a comemoração de natalícios nos dão indícios contundentes dessa inexistência.

Ao que tudo indica, alguns historiadores parecem esbarrar no princípio que especialização e autonomia são faces da mesma moeda. Parece-me correto dizer que as academias do século XVIII se distinguem do perfil holístico das renascentistas, mas no caso da Academia Real Portuguesa de História percebo que ela tinha um projeto muito circunscrito ao modelo de crítica documental de Mabillon, onde não se colocava de forma clara uma identidade de ofício; carregava um sentido moralizante muito próximo ao de Cícero, que via na História a “mestra da vida”. A existência de filtros culturais levava a uma tensão estrutural entre possibilidades abertas por um novo tempo e a prática; evidenciava a coexistência de linguagens políticas distintas, mas não excludentes; deixava claro que as mitigadas *Luzes* portuguesas seriam fruto de um obstáculo de ordem mental imposto pelo catolicismo<sup>6</sup>. Vale ressaltar, desta forma, que nos estatutos de tal instituição o que se chamava de História era a “narrativa livre de erros e controvérsias”, e que na falta de materiais que provem a verdade de um fato devemos confiar nos desígnios da Providência. Elementos de uma cultura popular como o milagre de Ourique não eram, conforme podemos observar, questionados em prol de uma Razão; serviam, ao contrário, como marcos discursivos.

Tendo matizado estas perspectivas, pude perceber, a partir da leitura de um livro de Isabel Ferreira da Motta<sup>7</sup> sobre a Academia Real, que muitos dos sócios numerários e supranumerários do dito grêmio acabaram fazendo parte do Conselho Ultramarino.

---

<sup>6</sup> José. S. da Silva Dias. “Cultura e Obstáculos Epistemológicos: do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudo de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa, Editorial Presença, vol 1, pp.41-52 .

<sup>7</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História ...*



Acabei encontrando, desta forma, um ponto balizador das discussões que tenho empreendido e que inspiraram este trabalho.

Buscava até certo momento da minha pesquisa de mestrado, auxiliado por uma listagem dos conselheiros ultramarinos, começar a trabalhar com os personagens que transitaram pelas duas instituições, como Alexandre Rodrigues da Costa e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, durante a primeira metade do século XVIII. Acreditava que isso oferecia um ganho em diferentes instâncias intimamente ligadas.

Em primeiro lugar, abria a possibilidade de compreender melhor o impacto das *Luzes* em Portugal durante o reinado de D. João V, considerado por alguns autores como o momento de consolidação do absolutismo<sup>8</sup>; mas que ao lado da proliferação de atividades diplomáticas, em que a principal figura é sem dúvida a de D. Luís da Cunha, veríamos uma permanência da religiosidade barroca<sup>9</sup>, deixando marcas profundas no pensamento do conhecido letrado, ainda preso à concepção política do rei como *pater familias*<sup>10</sup>.

Em relação a este diálogo que tinha feito entre a Academia Real e o Conselho Ultramarino, buscava compreender o significado do movimento academicista na primeira metade do século XVIII. Há neste período um reforço do estatuto do letrado no mundo luso, aspecto ressaltado por Antonio Manuel Hespanha<sup>11</sup> quando associa a condição dos últimos com uma maior burocratização da Coroa. É interessante notar, a partir desses indivíduos, como foi sendo paulatinamente construída uma concepção de Império, articulando, pelo próprio transito entre as duas instituições, a formulação intelectual dos acadêmicos com as diretrizes políticas defendidas pelos conselheiros.

Tendo em vista toda esta discussão, tenho como objetivo apenas sugerir que os indivíduos que transitaram pelas duas instituições eram marcados por uma cultura em que moral e política não eram distinguidas no foro íntimo, uma diferenciação cuja ressonância, de longa data, encontramos já na obra de Maquiavel. Não haveria, desta forma, a existência de um discurso historiográfico controlado por uma consolidação do campo científico, mas, ao contrário, veríamos a narrativa de feitos que serviam para a

---

<sup>8</sup> Luis Ferrand de Almeida. “O Absolutismo de D. João V”. In: *Páginas Diversas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra, Fac. De Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

<sup>9</sup> José Antonio Maravall. *A cultura do barroco*. São Paulo, Edusp, 1997. (Clássicos, 10).

<sup>10</sup> D. Luís da Cunha. *Instruções Políticas*. estudo, introdução e edição crítica por Abílio Diniz Silva. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

<sup>11</sup> Antonio Manuel Hespanha. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime” e “A historiografia do Absolutismo”. in: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de Textos*. (org. A. M. Hespanha). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 07-89 e 93-247.

sustentação e celebração da monarquia lusa. De forma lógica, podemos perceber que esses mesmos indivíduos, ao tomarem parte do corpo de conselheiros ultramarinos, carregavam consigo toda essa bagagem tradicional. As consultas indicam, de maneira bastante clara, a dificuldade de tratar assuntos políticos de forma totalmente secularizada; a ordem e os privilégios estamentais deixam marcas na ação administrativa, e, por conseguinte, na própria forma assumida pelo discurso.

Toda essa documentação, produzida tanto no Conselho quanto na Academia – pelos mesmos homens –, indica uma grande variedade de atos lingüísticos, mas que são pertencentes a um mesmo padrão de linguagem, a uma matriz intelectual comum. Temos que ter em mente, portanto, que instituições como estas representaram uma certa complexificação e sofisticação na forma de se manter a monarquia lusitana. Por outro lado, a modernidade existente, alimentada pelo contato com outras áreas da Europa, é uma modernidade parcial, que não visa solapar a ordem vigente, mas defender os elementos tradicionais que dão forma ao ser português. Acredito, por isso mesmo, que uma das maneiras de se compreender o tipo de conhecimento defendido em Portugal e as margens de ação política no império colonial é analisando o registro escrito como dotado de historicidade, não só naquilo que traz de conteúdo, mas também na sua forma retórica. Estamos diante, ao que parece, de um mundo cheio de imbricações e ainda muito distante de ser desvendado.

Como se depreende da narração de minha trajetória, desde a entrada no Mestrado até agora algumas fases foram se sobrepondo. Num primeiro momento busquei tratar o Conselho Ultramarino no panorama das linguagens políticas, partindo de pequenos recortes temporais numa perspectiva cinematográfica, quadro a quadro. Queria perceber, na longa duração, como duas formas distintas de discursos políticos eram confrontadas ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Num segundo momento, parecia ter encontrado, com a instituição da agremiação histórica em 1720, e com a percepção de que vários membros desta pertenceram ao Conselho Ultramarino, um mote e uma saída lógica. Buscava assim perceber como dois organismos com funções a princípio tão diferentes convergiam no respeito à tradição católica de organização do mundo. Neste segundo momento, me detive cada vez mais em observar os documentos da Academia Real, já que os do Conselho eu minimamente conhecia. Causou-me certo assombro como a modernidade apresentada pela historiografia do tema era ao meu ver apenas parcial. O processo estava desta forma apontado, do Conselho para a Academia um caminho a primeira

vista estranho era traçado. Mas no fundo, apesar disso, permanecia o gosto e a preocupação com as limitações do pensamento dito moderno em Portugal durante o Antigo Regime. No íntimo acreditava e continuo acreditando que o principal papel da História, tomada como disciplina, é permitir um diálogo com as nossas tradições.<sup>12</sup> É um exercício contínuo de reflexão e autoconhecimento. Depois de ter feito essas considerações iniciais, e antes mesmo de apontar para a questão da História Política, acredito que um pequeno esclarecimento deva ser dado.

Ao leitor desta qualificação rapidamente parecerá óbvio que tirei como base às minhas discussões o livro de Isabel Ferreira da Mota. Não busco neste sentido negar a contribuição que esta tenha diretamente dado às minhas inquietações. Cabe, no entanto, ressaltar que em nenhum momento busquei imitá-la em seus princípios, mas partir, ainda que tributário desta, de um pressuposto bastante distinto. Durante muito tempo tornou-se comum acreditar que o papel do historiador é “farejar carne fresca”. Tal orientação, contudo, de descobrir documentos e informações que nunca antes foram vistos, cria hoje uma situação bastante delicada. É muito raro o pesquisador se ver diante de um arquivo inexplorado ou algo do gênero. Portanto, ao meu ver, o que tem que ser colocado em evidência, e que distingue os dois trabalhos, é o argumento. Pareceu-me, desde o início da leitura desta obra, que a autora, consciente ou inconscientemente, buscou mostrar a Academia de História como uma instituição de “espírito” moderno, consolidando ao mesmo tempo um campo científico e um intelectual. Ficava evidente, sobretudo, a tentativa de mostrar ao mundo uma situação onde Portugal não representava o atraso num mundo que começava a se ilustrar. Isabel, desta forma, acabava, ao meu ver, enxergando um “futuro no passado”, atribuindo ao dito grêmio uma posição de vanguarda, principalmente pelas técnicas empregadas, postura que num maior ou menor grau outros historiadores também fizeram. O que me chamava a atenção, pela curta experiência com o estudo de um outro organismo, o Conselho Ultramarino, é o fato de que esta tenha dado, ainda que não negligenciado, um grau diminuto de importância dos elementos tradicionais na organização das consciências. Desta forma, talvez por experimentar uma realidade bastante distinta, e estar preocupado com os elementos de permanência, acabei vendo que muito mais que uma mudança realmente significativa dos portugueses olharem o mundo, e, sobretudo, de compreensão do conhecimento, acontecia um movimento de promoção de uma

---

<sup>12</sup> Hans-Georg Gadamer. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

imagem. Tal agremiação, desde o início, tinha para mim um postura de mostrar ao mundo das letras que algo de valoroso estava sendo feito em terras lusitanas. Mas entre uma intenção moderna e uma prática efetivamente deste tipo há uma enorme distância que nem sempre são observadas com o carinho necessário. Desta forma, justifico o meu estudo como uma discussão aberta com tal autora no sentido de dar ênfase ao papel moral intrínseco à concepção de história defendida por esses acadêmicos. Assim sendo, distancio-me de Isabel ao trabalhar mais detidamente nas possibilidades interpretativas do discurso, tomado não apenas no que traz de explícito, mas na forma retórica assumida. Mais do que o aspecto formal do documento, busco, numa expressão metafórica, as “intenções profundas” que motivaram e construíram cotidianamente o projeto da Academia. Meu intuito, portanto, não é desmerecer tal autora, mas sugerir que esta parte de um pressuposto anacrônico, e que tentarei adiante mostrar.

## A QUESTÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA

O historiador escreve a História do seu próprio tempo!!

A primeira vista óbvia, tal questão tem constantemente povoado as mentes dos mais diletantes profissionais do ofício. Tomá-la como pressuposto, significa, sobretudo, num exercício nada vaidoso, nos colocarmos em xeque. Expressão imprecisa, e que comporta, ao mesmo tempo, tudo e nada. Ao encarná-la, devemos, mesmo que não seja tarefa fácil, buscar na exposição das limitações de nossa prática, soluções que abertamente se reconstroem.

Mas em que medida escrevemos a História de nosso próprio tempo?

Logo de início a expressão coloca um problema de fundo ao nosso trabalho, e que se refere, precisamente, a relação entre ideologia e lugar de onde se fala. Essa associação, no entanto, tão danosa na medida em que quase sempre resvala na simples justificativa ou refutação política de uma determinada realidade, onde a crítica muitas vezes perde terreno a partidarização das paixões, poderia ser substituída por um questionamento que gravitasse em torno da problemática da existência ou não de um “momento histórico”. Neste último sentido, assume inteligibilidade minha preocupação com o estudo sobre a Academia Real da História Portuguesa. Órgão que correspondia às exigências da época em que foi criado, mas que só agora tem suscitado uma maior preocupação acadêmica, o que faz parte de certos traços do próprio tempo em que vivemos. Podemos agora, portanto, tecer alguns comentários sobre o perfil atual, sobre certos traços da produção historiográfica contemporânea.

Durante todo o século XIX europeu era sobre o político que Clio exercia seu domínio. Nossas atenções estavam voltadas, quase que exclusivamente, a uma história essencialmente narrativa. Importava, sobretudo, exaltar os feitos de grandes homens que por suas características singulares eram vistos como excepcionais, como aqueles que conduziam e davam o tom ao devir histórico. Tal perspectiva assume inteligibilidade se tivermos em mente que nesta época pipocavam tentativas de afirmação de estados nacionais, assumindo exemplos clássicos a formação da Itália e da Alemanha. Aos historiadores dessa época cabia justificar e romantizar os indivíduos que estavam no poder, não haveria ainda aquilo que Pierre Bourdieu chamou de uma “autonomia do campo científico”<sup>13</sup>. Era somente atrelado a este Estado que tais produções se tornavam

---

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand, 1989.

possíveis, pelo menos num sentido um tanto quanto generalizado, já que foi ainda no século XIX que a perspectiva historista começou a se distanciar da historicista.

Como forma de se opor a esta postura interpretativa veríamos florescer dois movimentos nem sempre concordantes, mas que buscavam respostas vistas como científicas a esta História centrada na narrativa e no poder do indivíduo isolado.

Ao trazer à tona a questão da história-problema, os membros da Escola dos Annales buscavam dar um novo estatuto a nossa disciplina. Não caberia para estes, um esforço propriamente dito de coleção de documentos, onde o próprio acúmulo de material, ao ser ordenado de forma lógica, desvendaria a realidade do passado. A própria escolha de fontes, argumentando com os historiadores empiristas, denotaria uma determinada preocupação, e que, portanto, não excluiria a intenção e a subjetividade na construção da “verdade”. Para o grupo que transitava ao redor de figuras como March Bloch e Lucien Febvre, partindo de uma preocupação dita científica, deveríamos empreender nossas análises sobre o passado de forma séria e sistemática. O acesso a este só se daria a partir da formulação de hipóteses interpretativas, que poderiam ou não ser confirmadas no decorrer da empreitada crítica. O que talvez não tenha ficado claro ou suficientemente defendido por estes historiadores, natural para quem busca um lugar no campo científico, é o fato de que os conceitos são abstrações do real, e que, portanto, de alguma forma estavam tentando formular “verdades”, não havendo um rompimento radical com os colecionadores conforme pretendido. Este mesmo grupo, portanto, talvez de uma forma um tanto quanto radical, acabou quase sempre se desinteressando pela história política.

Ainda no horizonte de críticas ao empirismo, muito influenciadas por episódios como a revolução russa, veríamos um alargamento da defesa intelectual do marxismo. Ao contrário de uma discussão centrada no papel do indivíduo na História, caberia uma interrogação sobre as grandes forças sociais que informariam o destino dos homens. Partindo do pressuposto de que os homens escrevem sua própria história mas não da maneira que pretendem, tais pesquisadores marxistas procuraram na definição de estruturas a razão de ser de nosso ofício; apesar de muitos intelectuais ligados a Lênin se vissem como condutores das massas, ou pelo menos capazes de redefinir as estruturas. Eram os grandes modelos interpretativos que estavam em voga, o que nos permite compreender o motivo de Fernand Braudel, em suas discussões econômicas e demográficas, mesmo não sendo marxista, dar tanta importância ao estudo das longas

durações<sup>14</sup>. Tal panorama da questão, de crítica a uma atividade centrada no elemento empírico - exposto talvez de uma forma bastante resumida e arbitrária -, nos fornece elementos para uma tentativa de reflexão sobre o atual “momento” de nossa historiografia, bem como de compreender suas motivações e lacunas. Nossa história se faz de movimento, sendo isso mesmo o que nos permite avançar mais um passo na exposição. Se a realidade de um tempo específico permitiu o florescimento de uma via crítica tanto por parte dos Annales quanto pelo marxismo enquanto chave de compreensão do mundo, novamente o curso do processo histórico viria nos interpelar com novas problemáticas. Nossas certezas seriam postas novamente em xeque, gerando redefinições no proceder de nosso ofício.

Vivemos durante as últimas décadas um conturbado e difícil período. O estudo das grandes estruturas, até então em voga, sofreria forte oposição no momento em que o marxismo foi desacreditado enquanto doutrina. Com a derrubada do muro de Berlin e a desagregação do leste europeu, mas também relacionado com uma série de movimentos pelos direitos civis que sacudiram a década de 60 do século XX, o mundo acadêmico se veria nitidamente marcado por uma nova problemática dos lugares. Os grandes modelos vinham perdendo, paulatinamente, sua força interpretativa. Como reflexo deste contexto, de desagregação de certezas teóricas largamente engessadas, um novo “momento” se fazia presente. Desde então, uma das questões que tem preocupado intelectuais das mais diversas áreas, é a que se refere à identidade.

Ao lado da exacerbação de sentimentos de nacionalidade por parte de países recentemente livres do jugo da União Soviética, mas que lutam até hoje para defender sua autonomia política e cultural, o movimento negro e a proliferação de organizações não governamentais, por exemplo, apontam para uma realidade muito mais fragmentada e plural do que até então se supunha. Este período conturbado, onde corremos um sério risco de ideologizar a atividade histórica, tem apontado a preocupação com dois caminhos simultâneos: sobre o papel exercido por grupos sociais reduzidos, e não mais uma discussão centrada na luta de classes, mas ao mesmo tempo uma reavaliação do indivíduo como dotado de capacidade transformadora sobre sua realidade – mesmo que sua margem de ação seja sempre limitada pela “cultura política” que o informa, utilizando neste sentido o conceito defendido por Serge Berstein<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Fernand Braudel. “A longa duração”. In: *História e Ciências Sociais*. Editorial Presença. p.7-39.

<sup>15</sup> Serge Berstein. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, 1998. p.349-363.

Os já citados acontecimentos, como não poderia deixar de ser, são responsáveis em grande parte por uma renovação do estudo do político e pelo surgimento da “microstoria”.

Em relação ao primeiro ponto, o de uma renovação do político, algumas vertentes coadunam com uma perspectiva de reavaliação, de humanização da história. Dois exemplos me parecem oportunos de serem citados: a história conceitual do político e a do imaginário político. Para os historiadores que tem se preocupado recentemente com a questão dos conceitos, como Pierre Rosanvalon<sup>16</sup>, estes só são vistos como adquirindo sentido no momento em que estão inseridos no contexto histórico, onde podemos observar as disputas cotidianas pelos seus usos. Os conceitos, neste sentido, são analisados a partir de uma história social das interpretações, são dinâmicos como toda realidade histórica. Se opondo à tradição marxista, tais historiadores estão muito mais preocupados em compreender do que explicar o processo histórico. Falando agora da questão do imaginário, intelectuais como Girardet<sup>17</sup>, influenciados por uma história das mentalidades, procuram atribuir importância a forma como os homens se representam socialmente, informados pela memória e vivenciando muitas vezes mitos políticos que conformam suas leituras da realidade – é uma excelente chave de análise para compreendermos, por exemplo, a sensação de perda de referência por parte de diversos comunistas em todo o globo quando da leitura do relatório Kruchev, que narrava as atrocidades de Stalin durante a existência da “cortina de ferro” na União Soviética; muitos, no entanto, apesar do grande impacto da notícia, permaneceram na crença de que este personificava a imagem do salvador, do bem que lutava contra o mal, sendo o último associado ao capitalismo defendido pelos norte-americanos – um dualismo acrítico e de raízes bíblicas.

Ainda neste “momento” de definição de novas bases metodológicas, diversos estudiosos, tendo como foco inicial a Itália, fazem da microstoria sua profissão de fé. Buscam, sobretudo, demonstrar que a partir de um caso individual é possível tecer comentários suficientemente valiosos. Um homem tomado isoladamente seria capaz, portanto, de escrever sua própria história, e muito mais do que isso exemplificaria a multiplicidade de caminhos socialmente constituídos de intervenção contextual. O

---

<sup>16</sup> Pierre Rosanvalon. “Por uma história conceitual do político” (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 15 (30): 9-22, 1995.

<sup>17</sup> Raul Girardet. “Para uma introdução ao imaginário político”. In: *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 9-24.



maior exemplo de trabalho neste viés é, ainda hoje, pelo menos para os defensores da microstoria, o clássico livro *Queijos e Vermes*, de Carlo Ginzburg<sup>18</sup>. Nesta obra, o moleiro Menocchio é visto como um mediador entre a cultura popular e a cultura de elite da época. Apesar de ser um caso extremo, assume centralidade na tentativa de demonstração de que há uma circularidade das idéias. Tal perspectiva, no entanto, acaba colocando um problema central que é perceber de que forma os indivíduos podem intervir na história. Nem todos exercem o mesmo poder, cada um assume papel distinto nas relações de força. Neste sentido os “grandes” assumem um perfil diferenciado, ainda que a margem de ação não seja ilimitada. Feito este pequeno panorama, podemos agora voltar a falar da questão das identidades, que tanto tem preocupado os historiadores atuais.

Com a publicação do artigo “Centro e Periferia”, de Russel-Wood<sup>19</sup>, um número imenso de trabalhos tem procurado trazer à tona uma “nova” problemática no que concerne ao exercício do poder no Antigo Regime, e mais especificamente, do lado ocidental do Atlântico, sobre as bases da relação entre Portugal e seu domínio americano – criticando basicamente a concepção de pacto e de exclusivo colonial defendida por Antônio Novais<sup>20</sup>. Desde então, as preocupações de um bom número de historiadores têm se efetivado numa crítica violenta às perspectivas que apontavam para um poder real bastante alargado. Para estes, os homens que se transferiam para o Novo Mundo, ao encontrarem condições distintas da que estavam acostumados, mas também por se manterem distantes do jogo da Corte, acabavam produzindo interesses de ordem local. O rei, no exercício do seu poder, não poderia partir de medidas arbitrárias, tinha que ser suficientemente sensível aos anseios de seus colonos. Ao produzirem cotidianamente suas próprias condições de existência, tais homens seriam vistos como ativos nas relações de poder. Haveria, na verdade, um respeito parcial as decisões régias. Se por um lado nós podemos considerar tais abordagens como introduzindo um aspecto importante para ser avaliado, por outro lado, nos remete a um problema de fundo, nem sempre percebido, ou até mesmo referendado de forma clara.

---

<sup>18</sup> Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

<sup>19</sup> A. J. R. Russel-Wood. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998, v. 18, n. 36.

<sup>20</sup> Fernando Antônio Novais. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

Parece bastante lógico que realidades distintas produzem efeitos distintos, mas isto no próprio Portugal. Lisboa não é igual aos Açores, que por sua vez tampouco é idêntico ao que existe de vida social em Benfca, por exemplo. O que preocupa neste tipo de abordagem é que, mesmo apontando para o fato de que os colonos se sentiam ainda súditos do rei, numa posição às vezes radicalmente oposta, evidenciam uma grande margem de autonomia dos mesmos. Os poderes locais são elevados a uma categoria, na maior parte da produção atual, como explicativa por si mesma, esgarçando a possibilidade de aprofundar os desdobramentos teóricos derivados desta posição; e isto de algumas formas.

Em primeiro lugar, falar de diferenciação entre poderes locais e poder central, pressupõe, no bojo da discussão, a existência de identidade ou identidades também locais, o que entra em choque com o fato já citado de indivíduos que se percebem enquanto súditos, e que, portanto, experimentam um mesmo caldo de cultura política. Devemos buscar compreender até que ponto, e isto da forma mais séria possível, levando em conta a utilização do conceito de identidade, em muitos casos não confundimos poderes locais com poderes que seriam, ao invés, localmente constituídos.

Em segundo lugar, mas diretamente ligado ao problema anteriormente citado, podemos perceber uma outra ordem de indiferenciação. A historiografia atual tende a enxergar, a todo o momento, redes de clientelas que prendem os indivíduos entre si. No entanto, ao fazer isto, aborda a questão das escolhas individuais de forma um tanto quanto radical. Muitas vezes não escolhemos simplesmente nossos caminhos, mas nos vemos forçados a seguir direções, sem nem ao menos termos em conta as possibilidades que se vislumbravam diante de nós. O fato de pertencer a um grupo de interesses não indica, de forma pragmática, de que forma cada um pode exercer determinado poder na sociedade, nem mesmo que o exercem da mesma maneira em seu próprio grupo. É um erro absurdo jogar todos os homens num imenso saco de gatos, desprezando as relações de força existentes durante suas vidas.

Neste sentido, podemos agora introduzir uma questão que tem que estar em nossas mentes quando analisamos um organismo institucional como aquele que proponho estudar, e que seria, neste caso, a Academia de História. As figuras que dele fizeram parte construíram sim redes de interesses que estabeleciam contatos com alguns homens do “Brasil”, mas conseguiram, ao mesmo tempo, deixar marcas muito mais profundas no perfil da política imperial portuguesa do que a raia miúda.

Qual o motivo, no entanto, de associar a minha preocupação com a Academia Real de História Portuguesa com um momento de retomada do papel do político na História?

Como visto, a história política, associada à narrativa de valorização dos grandes feitos heróicos, marca do século XIX, passou a ser fortemente negligenciada no decorrer de grande parte do século XX. Novos contextos viriam, no entanto, alterar a ordem dos fatos. As grandes explicações sociais e econômicas, primordialmente marxistas, mas não apenas, caíram nas graças de Clio. Uma série de movimentos de contestação que sacudiram o mundo a partir da década de 60 fizeram, contudo, que uma preocupação com as identidades de grupos fossem levadas a cabo. Os grandes modelos explicativos foram seriamente questionados, mas existia ao mesmo tempo a tentativa de buscar novos caminhos para a política, que voltava a ser tema de inflexão, e como consequência, trazia paulatinamente para dentro da academia este debate. O grande desafio que se colocava então, e que agora vem se aprofundando com um momento de profundas rupturas conceitualmente chamado de pós-modernidade, é o da perda de referências num mundo onde não existem mais possibilidades de explicações de monta. A questão então passava a residir cada vez mais numa história preocupada com as possibilidades das trajetórias individuais; seja como modelo exemplar de estratégias sociais um pouco mais largas ou, ao invés, ao retorno de uma biografia pobre. É curioso, portanto, que esse novo tipo de história, como qualquer outro, necessitava de uma forma condizente de apresentação. Nesse contexto acabou acontecendo, mesmo que num sentido bastante distinto do século XIX, um retorno do papel da narrativa. Esvaziavam o caráter nacional e heróico, mas traziam à tona novamente o fato e o indivíduo. Ao proceder desta forma, muitos historiadores acabaram revalorizando a questão política por acreditar que esta constituía uma prática cotidiana, onde homens estabeleciam dia a dia suas estratégias de ação. Sem querer desabonar este panorama, importante pois humaniza o devir histórico, fazendo com que personagens comuns possam ser vistos como participantes de uma cidadania ativa, acredito que traga consigo alguns riscos que devem ser tomados a sério. Tal postura, incorre no risco da formulação de retratos históricos muito flúidos, sem qualquer interesse a não ser o do sabor dos acontecimentos. O que quero chamar a atenção com isto é que a perda de referências explicativas na história pode gerar uma produção voltada apenas para as exigências de um mercado editorial, demolindo teorias de forma muito drástica. A esta nova história política que surge, o desafio maior colocado é buscar uma forma de

articular o geral com não mais às grandes explicações causais, mas ao menos à percepção de alguns padrões de regularidade. Deste modo, o que tem a algumas décadas tomado corpo é um caminho alternativo que articula dois eixos históricos acadêmicos. Há neste momento uma tentativa de renovar esta história política a partir da simbiose entre os estudos do cultural e os do político. A cultura desta forma é vista como o alicerce que limita e/ou permite que certas ações sejam tomadas, é aquilo que historiciza as relações sociais. Desta forma penso compreender que a análise da Academia de História pode estar contida nos quadros desta renovação, pois apesar de não ser uma agremiação com finalidade política no sentido restrito, é na verdade uma política cultural *joanina* de promoção da monarquia e com isto representa um exercício de poder. É sobre a intervenção mútua entre *langue* e *parole* que se dá a relação entre o geral e o individual na Academia, entre as estratégias discursivas e os limites da mesma - cultural e mentalmente estabelecidas<sup>21</sup>. Pelo que foi dito fica claro que esta exposição tem por objetivo mostrar como foi sendo paulatinamente transformadas as condições dos estudos históricos, bem como evidenciar meu ponto de partida. Feita estas considerações preliminares, podemos agora avançar na exposição.

---

<sup>21</sup> *Parole* é um termo associado aos atos lingüísticos no interior de uma *langue*, que neste caso é traduzida pela linguagem em que os homens se expressam. A *parole* desta forma está sujeita à *langue*, mas também pode ser suficientemente dinâmica para alterá-la no interior do jogo discursivo.

## CAPÍTULO I

### O homem de letras em Portugal

Antes de qualquer coisa, devemos advertir o leitor de que o texto tem como propósito fazer uma pequena incursão à forma como Roger Chartier compreende o significado da condição de letrado na França do século XVIII. Posteriormente, o que se quer chamar atenção é o fato de que a realidade histórica e discursiva em Portugal, apesar de conter o elemento letrado, apresenta nuances importantes e que poderão tornar inteligível a postura aparentemente contraditória da Academia Real da História Portuguesa no mundo moderno, aspecto que será trabalhado no capítulo correspondente.



Um dos principais desafios da modernidade continua sendo o de compreendê-la naquilo que tem de real, sua historicidade. Tendemos, muitas vezes, a caracterizá-la em quadros muito rígidos e imprecisos; ou, ao contrário, de forma flúida e marcada por certezas desconcertantes. A viabilidade de tal empreitada reside, contudo, na busca de um caminho seguro à argumentação, que se ancore num mote discursivo que tenha alguma consistência. De tal forma, palavras que corriqueiramente passam despercebidas, quando tomadas como foco de análise, adquirem uma expressividade e raio de reflexão inquietante. Desta feita, como um dos múltiplos exemplos que poderiam ser apontados, o termo *Letrado* assume centralidade histórica no processo em curso ao longo do século XVIII europeu, e que, de forma bastante sugestiva, viria a ser conhecido como *Luzes*. Uma época que trouxe à tona, apesar de ser primeiramente apontada no final do século XVII, a querela entre Antigos e Modernos; na qual, como desdobramento lógico, a contraposição de valores considerados como marcados pela Razão ou, pelo contrário, místicos e tradicionais, viriam dar as cartas num universo dualista<sup>1</sup>. Devemos nesse momento, antes mesmo de começar a tomar Chartier como ponto de reflexão, resgatar um pouco as informações sobre o que representou essa querela.

---

<sup>1</sup> Antonio Edmilson M. Rodrigues. “A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade”. In: Antonio Edmilson M. Rodrigues e Francisco Calazans Falcon (orgs). *Tempos modernos: ensaios de História cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p. 241-281.

Com a querela, estilos distintos de discursar vieram à tona. De um lado, os Antigos, que viam na tradição clássica um modelo a ser seguido e defendido; de outro, os Modernos, que ao criticarem a tradição estabelecida, e como forma de romper com a tipologia de escrita legada pela antiguidade, fizeram com as discussões sobre idéias, antes incrustadas nos muros da Academia Francesa, fossem popularizadas sobre a forma de um gênero novo, o romance. Com a batalha de penas a consciência de uma época era gestada. Não à toa, DeJean expõe que

Na França, o período durante o qual as Guerras Culturais foram travadas foi a primeira época a ser confrontada com a obrigação de compreender-se a si mesma como uma era, uma entidade de estilo distinto daquelas que a precederam.<sup>2</sup>

Se uma idéia de identidade de nação aparecia, igualmente, por parte dos Modernos, o limiar de uma noção de progresso era estampado. Essa composição, no entanto, experimentava um caminho dúbio e duplo. Ao mesmo tempo em que esses porta-vozes das novidades e de um novo estilo marcavam sua filosofia do progresso frente à letargia dos ditos antigos, no momento em que conquistaram espaço na sociedade francesa, apareciam como o ponto culminante desse progresso, como um fim em si mesmo; um prenúncio de fim de século, que, no campo semântico construído, deixava de corresponder ao significado do tempo cronológico de um reinado, por exemplo, para designar o período de cem anos. Tão logo assumiam as vestes de autoridade literária, deixavam de ser Modernos para tornarem-se Antigos. Ao vulgarizarem as notícias para um público alargado, deixavam cada vez mais de ter controle sobre o como e quem lia as produções literárias. Ganhavam simpatizantes nas diversas camadas sociais, é bem certo, mas ao estimularem uma leitura livre e interpretativa, eram sujeitos também às críticas e ao risco de perderem a plena autoridade e capital simbólico dentro do meio acadêmico. Adiante veremos um relato breve do estopim dessa querela. Por enquanto voltemos ao fio da meada, ao ambiente lingüístico que vinha sendo gestado antes e durante a disputa.

Ainda no que se refere às pegadas da escritora norte-americana, percebemos que no século XVII a expressão *le public*, que tinha o sentido de “um corpo”, “o estado”, sofreu uma intensa modificação no seu significado, passando a caracterizar também a idéia de “as pessoas, em geral”. Mais do que isso, num segundo significado complementar, passou a refletir a idéia de uma audiência. Dado o caráter de sociedade

---

<sup>2</sup> Joan DeJean. *Antigos contra Modernos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 47.

de ordens sociais estáticas, como parte da historiografia retratou o período, segundo a autora, Auerbach considerou, ironicamente, que a expressão público surgiu numa conjuntura sem luta e diversidade. Ao contrário, a historiadora considera que o surgimento do conceito, e de um público literário, mostra o quanto era uma sociedade em processo de livrar-se de sua homogeneidade.

Para consolidar sua tese, tenta mostrar que grande parte das referências posteriores ao termo, sem ainda o significado moderno, encontram-se no dicionário *Littré*. Parte do princípio, no entanto, que tanto o dicionário de Pierre Richelet, de 1680, quanto o *Dictionnaire universel des arts et des sciences* de Antonie Furetière de 1690 e a primeira edição do dicionário oficial da Academie Française de 1694, introduzem já o sentido de “cidadãos ou pessoas em geral”.<sup>3</sup> Já desde seu princípio o conceito tinha o perfil de uma ameaça, de um vulto perturbador ao *status quo*. Em torno de novos significados começavam a brotar as condições que levariam os partidários de Charles Perrault a atacar os Antigos, liderados por Nicolas Boileau.

Já nos *Sentiments de L'Académie Française sur la tragi-comédie du “Cid”*, de Jean Chapelain, é observada a intromissão dessa ameaça inerente à opinião pública. É dito que, “aqueles que, desejando a glória dão suas obras ao público não deveriam estranhar tornar-se o público seu juiz”.<sup>4</sup> Por causa dessa opinião pública que começava a aparecer nas terminologias antes mesmo da eclosão formal da querela, os Modernos, no momento em que as condições de inserção estavam maduras, e a divulgação de seus escritos estava garantida por uma imprensa periódica, dentre elas o jornal *Le Mercure galant*, com o público que julga deveriam trabalhar, com informações disponíveis, no sentido de orientá-los para suas doutrinas. O surgimento desse público, portanto, está intimamente ligado com o desenvolvimento de uma indústria editorial e com uma preocupação pela publicidade literária por parte dos periódicos. As obras que eram alargadas para fora dos limites da Academia Francesa fizeram com que os leitores pudessem experimentar uma propensão à dúvida; influenciados pela própria estratégia jornalística adotada como veremos. A poesia e o teatro trágico perdiam terreno assim para o *nouvelliste*. Mas como, no entanto, o marco inicial das disputas entre Antigos e Modernos, após o preâmbulo de transformações semânticas ocorridas desde a primeira metade do século XVII, efetivamente aconteceu?

---

<sup>3</sup> Idem, p.66.

<sup>4</sup> Idem, p.68.

Até o dia 22 de janeiro de 1687 uma atmosfera de calmaria pairava sobre a Academia Francesa, tudo girava no mesmo compasso de sempre, sem qualquer desvio na órbita. Na manhã do fatídico dia, no entanto, uma fratura irreversível aconteceria no seio da comunidade dos eruditos. Após a sessão, um ambiente de extrema tensão podia ser percebido. De um lado e de outro, dos dois partidos, dos Antigos e dos Modernos, acusações mútuas tomavam corpo. Esgarçava-se, por muito tempo, qualquer possibilidade de conciliação; somente alguns anos após o estopim das primeiras disputas acadêmicas, mas de uma maneira bastante tímida e suspeita, em 1694, a paz transitória viria a ser selada.

Segundo as notícias correntes sobre essa época, que conformaram uma verdadeira memória sobre a contenda, o cataclisma literário teve início com a leitura de um poema intitulado *Le Siècle de Louis le Grand*, de Charles Perrault. Nesse poema, Perrault esbanja uma forte tendência a proclamar uma retórica monárquica e nacionalista. Tentando mostrar que o rei contribuía diretamente para as grandes conquistas literárias, o fazia apontando para o fato de que sem as contribuições da modernidade narrativa o século de Luís XIV não seria tão grandioso. Apresentava assim as primeiras afirmativas sobre a superioridade dos Modernos em relação aos Antigos. Um segundo trecho do poema, no entanto, foi o momento decisivo para o acirramento das tensões. Ao continuar com sua leitura do poema, o autor estabelece a pedra de toque de seu grupo ao expor as falas dos autores clássicos. Em relação a um dos grandes personagens defendidos pelos Antigos, o destacado Homero, ataca-o dizendo que este era marcado por inúmeros defeitos como o uso de digressões e a narrativa brutal de seus heróis. Numa estratégia retórica, no entanto, desculpa-o por achar natural tal deslize, já que “como todos os antigos, devia ser encarado como produto de sua época”.<sup>5</sup> Partindo de Homero, portanto, Perrault condensava o argumento segundo o qual o direito individual de uma interpretação sem influência das visões tradicionais deveria ser defendido; tocava assim no nervo central dos valores “arcaicos”.

Com a leitura desse poema, reações violentas tomaram os ares da Academia. Do lado adversário um raivoso Boileau prometia de pronto escrever algo em repúdio e resposta às transgressões dos Modernos; algo que de imediato nunca ocorreu. Como poema, a unidade da Academia estaria definitivamente corrompida, com cada um dos lados reconhecendo-se agora mutuamente e de forma clara; colocava fim à calmaria das

---

<sup>5</sup> Idem, p.76.



paixões adormecidas por décadas. De forma ríspida, Perrault dizia que “a Antiguidade sempre foi venerável, mas nunca [acreditou] que fosse digna de adoração”<sup>6</sup> Seu tom ácido ganhava pouco a pouco simpatia e repúdio. Deslanchou dois longos anos de debates acalorados sobre o poema.

Longepierre, em resposta à provocação, tenta mostrar que os Modernos, por julgamentos estritamente pessoais e por intromissão de questões contemporâneas tentaram erroneamente livrar-se da tradição interpretativa vigente em prol de áreas do conhecimento sem qualquer importância. Dava como certa a superioridade dos Antigos já que estes aperfeiçoaram todos os gêneros, seguindo as pegadas dos autores clássicos. Para os Antigos, portanto, valores literários corretos nunca variavam, são eternos. Mas o caminho já estava lançado e os partidários de Perrault cada vez mais partilhavam do direito das escolhas individuais e da independência crítica.

Como o romance era o único gênero importante a se desenvolver no século XVII, e que não foi uma mera imitação de outros conhecidos desde a antiguidade, Boileau, em seu *Dialogue des héros de roman*, cria um lugar comum de que o romance era um agente de corrupção, que ameaçava a moral da nação. Contribuía para uma efeminização dos sentimentos, da emotividade. Dentro das camadas aristocráticas, era nos salões principalmente que se proliferavam as expressões públicas da opinião literária. O romance era visto como agente da discórdia porque assumia o potencial de catalisador dessa opinião ao mesmo tempo em que criava um novo público leitor. Os Modernos, ao apelarem para o julgamento dessa opinião pública, julgavam poder conquistar importantes territórios.

Um agente da modernidade surgia como potencializador dos desejos Modernos, o editor Donneau de Vise, do *Le Mercure Galant*. Ao contrário de uma tradição jornalística de apenas registrar os fatos, de informar o leitor, buscou a partir de uma estratégia coerente e mordaz instruí-los “visando suas participações ativas nos negócios de literatura”.<sup>7</sup> Por pressentir que um novo público surgia, tinha-o como seu alvo. O editor, buscando angariar cada vez mais leitores e preocupado com as questões contemporâneas, conclamava seus destinatários para que acreditassem nos seus julgamentos pessoais. Desde os tempos da edição de *La Princesse de Clèves*, tido como o melhor dos novos romances, Donneau procurava provocar os leitores para que lessem em grupos de discussão tal obra, elegendo em cada um desses conglomerados um

---

<sup>6</sup> Idem, p.80.

<sup>7</sup> Idem, p.95

secretário para que enviasse uma carta com as opiniões do grupo. Os debates da Academia com isso foram extrapolados pela multiplicação de pequenas querelas que tomaram corpo no ambiente social, chegando a meios onde antes não tinha eco. Uma ligação íntima estava, pois, traçada entre os romances e os jornais.

Após a publicação desse livro, o recurso encontrado por Donneau foi o de lançar em seu jornal pequenas perguntas, engendradas para que o romance fosse visto como controverso, buscando com que os leitores debatessem os assuntos e moral do mesmo. Nesse jornal, enquanto continuava como editor, existia uma parte reservada para a publicação dos julgamentos dos leitores. Ajudava esse público a fundar um gênero de crítica pessoal, ao mesmo tempo em que partia de um esforço coletivo de debate. A crítica literária, antes confinada, abria-se a um novo mundo.

Como desdobramento lógico dessa guinada intelectual, Visé estabelecia uma certa democratização do gosto, tornando todos iguais no que se tratava da capacidade de expor suas idéias sobre a leitura, homogeneizando uma perspectiva mais de massa. Tornava a literatura uma verdadeira notícia. Com a *nouvelle* de Lafayette, Visé ensinava os leitores a ler “um jornal como a um romance, e um romance como a um jornal”.<sup>8</sup> A querela entre Antigos e Modernos estourou, segundo nossa autora, porque seus participantes entenderam que já existia um público constituído, buscando assim explorar seus interesses. Proclamava, inclusive, o papel das mulheres como produtoras e consumidoras da nova literatura.

Esse papel feminino nos debates, onde, segundo Perrault, para ser Moderno era necessário raciocinar como as mulheres, revestiu-se de um golpe frontal na animosidade dos grupos contrastantes, fazendo com que novamente Boileau, na *Sátira às Mulheres*, considerasse-as como extravagantes, por semearem a discórdia nos lares, por espalharem o mau gosto literário, por tornar a literatura efeminada. Visões de mundo distintas contrastavam nesse palco francês do Setecentos. Com a publicação desse livro, e com a resposta de Perrault em *Apologie des femmes*, as autoridades buscaram formalmente pôr fim à contenda, culminando com o abraço público dos dois personagens na Academia, em 1694. A primeira fase da *Querelle* encerrava-se, pois, em momentos posteriores, quando alguns debates retornavam ao palco, já não existia o furor dos tempos iniciais. Era tempo de reconstruir uma França moralmente e

---

<sup>8</sup> Idem, p.103.

intelectualmente destruída em suas crenças. Preparava-se o mundo para as possibilidades da *Ilustração* futura.

É tendo isto em mente que podemos compreender, minimamente, as motivações que levaram diversos homens a enxergar, pelo simples fato de ser um momento de defesa de uma idéia de *Razão*, a formação e consolidação do intelectual como tipo social. Mas será que podemos considerar como intelectuais esses homens das *Luzes*? Os *Letrados* viriam a ter, necessariamente, tal função no mundo moderno? Antes de tentar aprofundar tal discussão devemos, primeiramente, buscar um entendimento do significado do termo.

Roger Chartier, no artigo intitulado “O Homem de Letras”, nos diz que:

Na *Enciclopédia*, o artigo ‘Letrados’ é um ‘Artigo’ do senhor de Voltaire. A definição do homem de letras é construída ali a partir de uma contraposição dupla. Voltaire especifica, antes de mais nada, que ‘não merece semelhante título aquele que, com escassa doutrina, cultiva apenas um gênero de estudos’: ‘A ciência universal deixou de estar ao alcance do homem: mas os verdadeiros *letrados* encontram-se na situação de deslocar os seus passos pelos diversos campos, apesar de não os poderem cultivar todos.’ Neste aspecto, o homem de letras representa a figura moderna do gramático antigo que ‘era não só um homem versado na gramática propriamente dita, que é a base de todos os conhecimentos, mas um homem a quem a geometria, a filosofia, a história geral e particular não eram estranhas; que fazia sobretudo da poesia e da eloquência o seu estudo’. A definição do homem de letras apresentada na *Enciclopédia* é, então, a de um enciclopedista: não um erudito que adquiriu saber profundo sobre uma determinada disciplina, mas um homem que possui conhecimentos em todas as áreas do saber.<sup>9</sup>

Partindo de uma situação histórica específica, tal autor apresenta, em linhas gerais, a imagem de um Homem que seria, sobretudo, um Homem do mundo. Tais indivíduos aparentemente dotados de uma liberdade irrestrita transitavam por diversas esferas do mundo social, gozando do prazer do conhecimento generalizante. Uma imagem um tanto quanto impressionista como esta, nos leva a crer na existência de seres dotados da capacidade de trazer para o palco terreno, tudo aquilo que estava ao alcance das mãos; ou, para ser mais preciso, de uma opinião pública essencialmente mundana. Haveria, portanto, ao longo do século XVIII na França, um aumento da publicização de idéias; fruto da arte da conversação e da imaginação desvinculada de dogmas. Ainda segundo Roger Chartier, tomando emprestadas as palavras de Voltaire, a atividade crítica dos *Letrados*:

---

<sup>9</sup> Roger Chartier. “O Homem de Letras” in: Michel Vovelle (dir). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Ed. Presença, 1997. p. 119.

destruiu todos os preconceitos de que a sociedade estava infectada; previsões astronômicas, adivinhações de magos, sortilégios de todo o tipo, falsos prodígios, falsas maravilhas, costumes supersticiosos; banii das escolas mil disputas pueris, que chegaram a ser perigosas e que, graças a eles [os homens de letras], são agora desprezadas: e com isso revelaram-se verdadeiramente úteis ao Estado.<sup>10</sup>

Este panorama, apesar de não ser inverídico, nos leva a incorrer no risco de caracterizar tais indivíduos como libertários num mundo que se pressupõe moderno, esvaziando o caráter libertino de suas posturas. O que estava em jogo, sobretudo, era uma crítica do sistema e não ao sistema. É bem verdade que estava sendo colocada em foco uma idéia de *Razão*, mas vale ressaltar que a *Razão* que se defendia era uma *Razão* histórica e não metafísica. Um dos exemplos a atestar esta realidade, diz respeito à prática do mecenato régio. A forma encontrada por vários desses personagens no intuito de preservar sua liberdade crítica, era viver sobre a tutela de algum soberano generoso. Garantiam assim uma certa independência em relação ao mercado editorial, às suas exigências nem sempre consideradas nobres a uma sociedade ainda marcadamente pautada pelos valores aristocráticos.

Viver das próprias penas era considerada uma atitude vil. O exercício das letras, por isso mesmo, era secundarizado muitas vezes por uma atividade principal, que garantia a sobrevivência desses homens versados na escrita. Um contexto como este parece, à primeira vista, bastante contraditório. Mas um olhar menos viciado vislumbra um mundo totalmente diferente do que foi caracterizado por parcela significativa de nossa historiografia. Viviam-se uma atmosfera de mudanças, é bem verdade, mas também de significativas permanências. A Corte, como um espaço característico da França do *Antigo Regime*, era marcada, segundo Norbert Elias, por uma dinâmica de representações que a fazia adquirir a forma de um microcosmo social, onde os valores que a caracterizavam eram irradiados a um horizonte muito mais amplo que os dos muros palacianos<sup>11</sup>. Tal condição deixa entrever as motivações que levaram o destacado autor a intitular sua obra de *Sociedade de Cortes*, já que todo um conjunto de regras consideradas nobres, onde a dissimulação dos afetos e sentimentos distanciava-se muito da idéia de igualdade burguesa – romantizada é bem verdade –, conformava os traços de uma psicologia coletiva, que tomava a encenação aristocrática como um perfil a ser seguido; algo não muito diferente da concepção de *Sociedade de uma só Classe*, que

---

<sup>10</sup> Idem, p. 120

<sup>11</sup> Norbert Elias. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Peter Laslett, de forma bastante inteligente, tece sobre o caso inglês<sup>12</sup>. Tendo isto em mente, torna compreensível a atitude aparentemente paradoxal dos indivíduos considerados *Letrados*. Não era meramente um capricho renegar a condição de autor – termo este entendido aqui como o indivíduo condicionado pela propriedade literária e dotado do direito e/ou desejo de tornar sua obra um produto sujeito às oscilações e regras de um mercado editorial –, tal postura representava apenas o desejo de pertencer à fina estirpe da boa sociedade.

Ainda segundo Roger Chartier, no que diz respeito à questão do trabalho sistemático como contrário à lógica nobre de valoração intelectual e de estética narrativa, podemos observar que:

o artigo escrito por Voltaire para a *Encyclopédie* recusa a identificação da actividade dos homens de letras com uma ‘profissão’. Como a procura de protecção aristocrática leva os letrados a submeter-se aos caprichos ridículos do seu protector, a condição de autor deixa-o à mercê dos pedidos fúteis dos livreiros e do público e, entretanto, arrasta-o para os conflitos que são os de cada comunidade de ofício.<sup>13</sup>

Um bom livro, desta forma, era visto como algo a mais que o simples papel marcado com tintas fortes; era considerado, sobretudo, fruto da imaginação brilhante e do esmero estilístico, no qual indivíduos dotados do bom gosto peculiar aos sábios transformavam seus esforços em obras de arte – uma leitura caricaturada, mas que transmite de certa forma um pouco da atmosfera de uma sociedade marcada pela hierarquização simbólica. Antes de continuar com a discussão sobre a questão do Homem de Letras, devemos recuar um pouco no tempo e perceber como um novo panorama vinha sendo criado no mundo do pensamento.

No final do século XVII começava a tomar corpo na Europa um novo tipo de sensibilidade. Diante de uma infinidade de descobertas no plano terrestre, que questionavam assim os saberes até então dominantes, uma impactante querela entre antigos e modernos, entre os partidários do papel das novidades e os defensores fervorosos da continuidade, no que se refere ao conhecimento, era assim estabelecida. Novas formas de se pensar o mundo surgiam desse contexto de disputas entre projetos distintos. Passava a perder terreno as explicações dos fenômenos pelo lastro providencial e mágico; ganhava corpo a argumentação centrada na verificação pela

---

<sup>12</sup> Peter Laslett. “A sociedade de uma só classe”. In: O mundo que nós perdemos. Trad. De A. P. Torres e H. Serrão. Lisboa, Cosmos, 1975.

<sup>13</sup> Chartier. “O homem de ...” ... p. 122.

lógica. Um aumento da capacidade técnica do mundo ocidental, em curso pelo menos desde o século XVI e seu movimento de descoberta e colonização de novas áreas, criou possibilidade de que, encontrado um momento maduro, a dúvida assumisse a sua força aglutinadora.

Na Inglaterra, reino de tradição parlamentar e que há muito experimentava uma atitude mais pragmática em relação ao conhecimento, uma ciência de observação empírica ganhava terreno. Mas é na França principalmente que novos ares geraram essa querela entre antigos e modernos. Como vimos, de um lado e de outro, partidários fervorosos duelavam na Academia de Belas Letras. Do lado dos *anciens*, e no plano literário, defendia-se o recurso aos autores clássicos e a pureza das línguas antigas, principalmente o latim. Quanto aos modernos, cada vez mais se buscava valorizar o francês como língua pátria. Procurava-se desta forma, pelo menos no plano discursivo, pontuar a defesa da mudança de perspectivas sobre o que era efetivamente importante sustentar quanto à escrita. Desse contexto a figura do letrado saía fortalecida. Era o homem de um novo tempo. Ao trazerem novos saberes ao debate, intensificaram um processo em que estes de uma atitude de crítica filológica do século XVI viriam a convertê-la em um espírito filosófico – um maior controle de Luis XIV em relação ao ensino e a universalização da educação permitiu que esta fosse paulatinamente laicizada. Esse mesmo espírito filosófico, portanto, ao participar do mundo, acabou apropriando-se das crenças e doutrinas supersticiosas que dominavam a realidade. Mas voltemos à abordagem de Chartier, nosso interlocutor.

Se é bem verdade que o estatuto letrado aponta para o fato de haver uma certa relutância em viver da própria pena, aspecto considerado vil, o que até mesmo em Voltaire, homem símbolo da idéia de Ilustração, encontra um exemplo, por outro podemos considerar que apenas um pequena parcela destes pôde contar com o mecenato necessário para que a atividade de escritor fosse uma atividade secundária<sup>14</sup>. Para a grande maioria dos que exerciam algum domínio do universo das letras, a sua sobrevivência dependia em grande parte de fazer às vezes do papel de autor. Para a pequena minoria, no entanto, permanecia a idéia de que não desempenhavam um ofício. Numa sociedade onde a imagem e a arte da conversação eram aspectos muito valorizados

---

<sup>14</sup> Pierre Lepape. *Voltaire: Nascimento dos Intelectuais no Século da Luzes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

A condição de homem de letras é incompatível com o retiro, a solidão, o afastamento da capital da república das letras. Pressupõe, pelo contrário a convivência em que assentam as pequenas sociedades onde os letrados adoram conversar e discutir.<sup>15</sup>

Necessitavam, como visto, de espaços onde pudessem se representar, onde fossem vistos e ouvidos – era uma condição que “enobrecia”. Encontravam nos cafés e salões lugares onde pelas companhias poderiam caracterizar a “sociedade dos letrados”. Mas se a sua condição a princípio era definida pelos espaços de sociabilidade que ocupam, o processo histórico viria novamente a mudar um pouco o eixo da questão. O aumento de um mercado editorial fez com que os que não podiam experimentar do gosto das conversas frívolas e da companhia da boa sociedade perdessem paulatinamente a característica de homem do mundo. Ao aumentar o número de autores, portanto, a tendência que se nota é ao mesmo tempo o estatuto letrado ser modificado, perdendo aos poucos a carga depreciativa da palavra trabalho. É representativo dessa realidade francesa – que cria espaços de distinção social, ao mesmo tempo em que limita o acesso aos mesmos, a partir de uma tradição educacional que se tornava laica – o fato de gerar condições para que a atividade da grande massa letrada encontre outros lócus de inserção, onde passem a exercer cada vez mais uma função. Esse ambiente de maior abertura no mundo das idéias, difere duramente da atmosfera em Portugal. Nesse contexto, numa realidade que encontra uma forte proliferação do letramento – pelo menos comparado ao caso luso –, e na qual não consta uma tradição beata que entrave grande parte da produção de idéias, é permitido a Chartier voltar os olhos para *L’Homme de lettres*, obra de Jean-Jacques Garnier que estampa um novo sentido ao termo letrado. Nesse registro o autor, comentado pelo supracitado historiador, nos diz:

‘Defino o Homem de Letras como aquele que tem por principal interesse cultivar o seu espírito através do estudo para se engrandecer e tornar mais útil à sociedade’: a partir desta definição, distinta, segundo diz, da do ‘povo’, que ‘identifica o Homem de Letras como autor’, e da das ‘pessoas na moda’, que ‘vêm exclusivamente no Homem de Letras o homem divertido e declamador’, Garnier elabora um modelo de letrado que se contrapõe ponto por ponto às práticas e ao ideal dos habituais freqüentadores dos salões e dos colaboradores da *Encyclopédia*. No seu entender, a ‘ocupação’ dos homens de letras pressupõe o afastamento do mundo, longe das paixões dos entretenimentos: ‘Perdendo o gosto pelo afastamento, logo abandona a preocupação de cultivar o seu espírito e, forçosamente, deixa de ser verdadeiramente homem de letras para se tornar homem de sociedade.’ Defende, além do mais, a superioridade da ‘composição’ (isto é, da escrita) em relação à conversa: ‘Encontram-se todos ao

---

<sup>15</sup> Chartier. “O homem de ...” ...p. 129.

dias pessoas cuja conversa encanta e que não conseguem juntar duas idéias de pena na mão.’ Ela implica a aceitação de uma pobreza honesta que não mendiga gratificações nem pensões.<sup>16</sup>

Essa progressiva modificação da história do termo em solo francês fez com que a idéia de letrado como homem do mundo ou até mesmo como erudito, na acepção de entendedor de tudo um pouco, de pensador, fosse complementada por uma outra, a de intelectual, sujeito ao autocontrole dos impulsos e encarnação de uma liberdade menos sujeita, no plano do pensamento, à coerção de um mecenato bajulador. Tendo isto em vista, podemos agora perder um tempo maior naquilo que é o objetivo do texto: sugerir uma realidade discursiva distinta que, ao meu ver, espelha e conforma a própria realidade portuguesa. Devemos estabelecer, portanto, os possíveis pontos de contato e de distanciamento com o mundo narrado por Chartier.

Se a situação internacional garantia ao *Letrado* uma posição de destaque cada vez maior, de reconhecimento e com funções cada vez mais delimitadas, devemos ter cuidado quando levamos a discussão conceitual a pontos distintos do modelo abordado pelo autor francês. Um desses casos, que nos interessa aqui diretamente e que cria para o termo uma conotação sensivelmente diferente da francesa é o caso de Portugal. Em terras lusitanas o processo histórico e a presença de filtros culturais específicos levaram a que algumas palavras que paulatinamente vinham encontrando um uso oral mais alargado, bem como um registro em dicionários e obras de época, aspecto que sugere uma certa ressonância das mesmas e uma utilidade na realidade concreta, não encontrasse ali o mesmo apego e função<sup>17</sup>. Na França, bem como na Alemanha, principalmente, tais personagens paulatinamente deixavam de ser considerados apenas como aqueles que tinham o domínio da escrita para, num sentido complementar, designar aqueles que poderiam transformar este mesmo domínio em algo a serviço dos editores, e mais do que isso, a uma opinião pública embrionária. A produção de idéias, mesmo com as barreiras depreciativas que viver da própria pena geravam, conduziam cada vez mais a um caminho em que as mesmas encarnavam a característica efetiva de produtos. Em tal contexto, se por um lado a comodidade do mecenato perdia rapidamente espaço numa realidade bastante complexificada, por outro, multiplicavam-se os espaços, dentre eles os jornais, onde tais homens poderiam estar inseridos. Mais do que uma atividade do pensamento começavam a ser reconhecidos por uma função de

---

<sup>16</sup> Idem, p. 143.

<sup>17</sup> Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.



decodificação do mundo moderno. Neste contexto, deixavam de ser compreendidos como *Letrados*, pelo menos no sentido antigo de douto, de erudito, para exercerem a função de intelectuais. Na pátria de Voltaire, tais personagens eram os *philosophes*, engajados numa militância da Razão, de uma crítica racional da ordem e na busca pela conquista de espaços onde pudessem exercer, eles mesmos, o papel de condutores da História. Desde então o termo intelectual passou cada vez mais a designar um grupo de indivíduos responsáveis pela orientação das consciências, como formuladores de modelos de racionalidade, de caminhos a serem seguidos. Sem cair na idéia leninista de intelectual como condutor de uma massa amorfa, responsável mais do que apontar por imprimir um caminho, ao longo do século XVIII passou a estar atrelada a uma concepção de ilustrar as mentes daqueles que porventura tivessem carência de conhecimento. Posteriormente passariam a exercer a função de ordenamento do mundo social pela capacidade técnica de dar soluções aos problemas que cotidianamente se colocavam, num esforço de abstração da própria realidade, de criação de elementos de intervenção, mas isso é uma outra estória e que pressupõe a emergência do próprio Estado, assuntos que extrapolariam os nossos limites. O que é importante ressaltar é que em Portugal uma situação peculiar era criada, e que depende para a compreensão da mesma de olhar como os próprios letrados se compreendiam, e mais do que isso, sobre o que era efetivamente valorizado.

Em terras portuguesas a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, talvez seja o registro que melhor nos permita perceber como um grupo bastante diminuto de homens de letras, onde se tem a impressão de que todos se conhecem, se representam. Antes de qualquer coisa, vale a pena apontar para o fato de que a obra é constituída de volumes onde, por ordem alfabética, são apresentadas pequenas informações biográficas das figuras, mortas ou vivas, consideradas proeminentes no reino. Ao fim de cada exposição sobre as vidas e feitos desses homens há uma pequena relação, sempre que é o caso, das obras produzidas pelos mesmos. Tal atitude indica, ao meu ver, um esforço por mostrar a existência em Portugal de traços marcantes de uma *República das Letras*, sendo esta obra um espaço onde tal postura é divulgada. Se há a existência, no entanto, de um lócus em que os letrados possam ser representados, a maneira pela qual o são é que diferencia esta experiência histórica. Diogo Barbosa Machado, em seu esforço por dar à estampa um grupo do qual ele se sente participante, acaba fazendo isto de uma forma bastante tradicional, no mesmo estilo bajulador pelo qual os súditos se dirigiam à sua majestade. O padre compilador e promotor da vida dos

membros ilustres da monarquia portuguesa, dentre outras coisas, foi membro da Academia Real da História Portuguesa. Assim sendo, como uma maneira de exemplificar a forma pela qual Barbosa Machado tece os seus comentários, farei pequenas incursões no que veio a escrever sobre três importantes membros do grêmio histórico: Alexandre de Gusmão, Alexandre Rodrigues da Costa e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

Alexandre de Gusmão foi um respeitado secretário do rei D. João V. Numa época onde as questões territoriais exigiam cada vez mais soluções rápidas, o irmão do conhecido padre voador teve na diplomacia sua atividade mais importante. Devido ao seu conhecimento vasto sobre as questões geográficas, principalmente, acabou sendo enviado ao estrangeiro no intuito de negociar a manutenção das possessões portuguesas a partir de argumentos técnicos. O historiador português Jaime Cortesão, em um livro clássico sobre a vida e o contexto no qual o personagem agiu, buscou demonstrar que Alexandre de Gusmão teve uma participação imprescindível nos andamentos do Tratado de Madrid, que versava sobre os limites territoriais da América portuguesa<sup>18</sup>. Em relação a este personagem Barbosa Machado nos diz que o “agudo empenho, e penetrante compreensão, de que a natureza profunda o dotou, lhe facilitarão a noticia das letras humanas, e da Poesia, em que sahio eminente.”<sup>19</sup> Era visto como o gênio brilhante, capaz de se destacar dos demais e ser um homem honrado por isso. Em um outro trecho de seu verbete, as opiniões sobre Alexandre de Gusmão passam a um nível ainda mais elogioso. Diz para tanto que

A grande intelligencia, que tinha dos interesses políticos dos Soberanos, o fez capaz de ser Agente dos negócios desta Coroa nas Cortes de Pariz, e Roma praticando com tanto desvelo e fidelidade estes ministérios, que mereceo as estimações dos mais eruditos da Europa não somente pella judiciosa industria, com que concluya os negócios mais difficeis, mas pela sciencia das línguas mais polidas da Europa, vasta noticia assim da historia Sagrada, e profana, como das disciplinas Mathematicas, e experiências physicas, em que era sumamente versado.<sup>20</sup>

Ao lado da valorização de sua grande erudição, o autor destacava a fidelidade ao monarca – ainda que versado em diversas áreas era um súdito acima de tudo. É revelador que Alexandre de Gusmão, produtor de escritos políticos e de uma série de

---

<sup>18</sup> Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa, Livros Horizonte, 1984. 4 vols.

<sup>19</sup> Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-49. v.1, p. 97.

<sup>20</sup> Idem, p. 97.

cartas sobre o assunto, algumas compiladas, ao lado dessas linhas que destacam seu papel quase como de um “homem de Estado”, tenha sido também lembrado por coisas que destoam um pouco dessa caracterização de grande diplomata produzida pela historiografia. Ao fim do verbete, como era usual, Barbosa Machado aponta para algumas de suas composições. Constava, dentre elas, a descrição sobre a entrada publica que fez em Paris em 1715 o Senhor D. Luiz da Câmara, Conde da Ribeira Grande, espécie de padrinho de Alexandre. Neste escrito, o referido Conde sai destacado pela enunciação de suas atividades e títulos – é, sobretudo, caricaturado como um “grande do reino”. Além desta composição, outras três são apontadas. Uma oração em que congratulava a eleição de um acadêmico da Academia Real da Historia Portuguesa; uma conta de seus estudos na mesma; e ainda um panegírico à majestade o rei D. João V no dia em que cumpria anos, tipo de documento tradicionalíssimo e de prestação de vassalagem.

Um outro personagem desta primeira metade do século XVIII, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, também acabou sendo pintado com tintas fortes por Diogo Barbosa Machado. O fidalgo da Casa Real, natural da cidade da Guarda, era por linha paterna e materna descendente de famílias ilustres. Como tal experimentava um *status* diferenciado, sendo agraciado com comentários lisonjeiros quando lhe dirigiam a palavra. Dotado dos méritos da tradição da oratória, o pai da *Bibliotheca Lusitana*, em total reverência dizia que

Ornado de sublime capacidade, e prudente juízo discurreo por toda a Europa, onde pela noticia das lingoas Latina, Grega, Franceza, Italiana, e Ingleza, como também pela erudição Ecclesiastica, e Secular conciliou as estimaçoens dos mais celebres Filólogos<sup>21</sup>.

Dizia ainda que este personagem foi Bibliotecário da Biblioteca Real, Deputado do Tribunal do Conselho Ultramarino, Censor da Academia Real, e Guarda-mor da Torre do Tombo. Como se vê ocupou cargos de comprovada importância, caracterizando que gozava de prestígio no reino. Sua função de bibliotecário e de guarda-mor, sobretudo, denotam extrema familiaridade com o mundo das letras. Como Barbosa Machado nos diz, era estimado pelos “mais célebres filólogos”. Era o seu conhecimento das línguas o aspecto mais valorizado de seu perfil, sendo estimado muito mais pelo conhecimento das coisas e não pela compreensão das mesmas – uma filosofia especulativa era algo

---

<sup>21</sup> Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-49. v. 3, p. 441.

que passava bastante longe. Não à toa, e em concordância com Diogo Barbosa, o padre D. Antonio Caetano de Sousa, em sua *Genealogia da Casa Real Portuguesa*, o tinha intitulado de eruditíssimo. A relação entre as noções de letrado e erudito, ao que parece, era comum em Portugal por esta época, o que vem a corroborar com a tese da historicidade dos conceitos, aspecto para que foi chamada a atenção e que adiante tornará compreensível o motivo de ter trazido à superfície esses personagens. O que importa, neste momento, é destacar o aspecto significativo da obra em dar aos letrados uma posição privilegiada. Voltando ao assunto, também como para Alexandre de Gusmão, ao fim do verbete consta a lista de algumas de suas composições. Ao lado de sua obra mais conhecida, *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, que como veremos representou uma dinâmica interessante de apropriações de idéias, consta um estudo filológico crítico sobre o *Theatro Critico Universal*, contas sobre seus estudos para a Academia de História, além de um discurso sobre a significação dos altares rudes e antiqüíssimos chamados antas, que se encontram em diversas partes de Portugal. A *Bibliotheca Lusitana* era efetivamente um espaço de promoção do letrado, mas ao mesmo tempo os caracterizava, sobretudo, como doutos, tendo conhecimento sobre alguma área, mas não dando ênfase na sua função transformadora como apontado para o caso francês por Chartier.

Um último caso aqui destacado é o do proeminente acadêmico e conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. A respeito do seu profundo conhecimento do latim, aspecto que podemos observar claramente em suas intervenções e prestações de contas à Academia Real da História Portuguesa, é dito que

pricipiou a estudar a Língua Latina em Collegio de Santo Antão dos Padres Jesuítas, e sahindo nella perfeitamente instruído se applicou com mayor desvelo a penetrar os seus mais occultos mysterios, de tal sorte que se equivocação as suas composições assim pela pureza, como na elegância (...). Pela profunda sciencia que alcançou deste idioma, mereceu que muitas Pessoas grandes da Corte fossem instruídas com a sua disciplina devendo ao seu magistério as luzes, com que se fizeram mais celebres, e conhecidos os seus talentos.<sup>22</sup>

O conhecimento de línguas, principalmente o latim, era a menina dos olhos dos grandes da Corte, conforme expressão do trecho acima. Antonio Rodrigues da Costa assumia assim a posição de autoridade erudita, de onde emanavam luzes, mas não as *Luzes*. Era também conhecido como grande conhecedor da História, com a qual, a partir de seu

---

<sup>22</sup> Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-49. v. 1, p. 374.

perfil pedagógico, extraiu os exemplos necessários para os negócios políticos, quando em 17 de Outubro de 1688 foi eleito secretário do Conde de Villar Mayor, Manuel Teles da Silva. Ainda segundo Barbosa Machado,

foy eleyto Deputado do Conselho Ultramarino em 15 de Fevereiro de 1709. em cujo ministério praticou as virtudes Moraes, que sempre modestamente occultava, e as illustres qualidades alcançadas pela longa diuturnidade dos seus estudos, sendo a independência, retidão, e profundidade com que votava, semelhante à prudência, zelo, e liberdade com que aconselhava ao seu Principe nas matérias em que era consultado, chegando a lograr a preheminencia até então a ninguém concedida, de ser do Concelho delRey por carta passada em 7 de Mayo de 1728<sup>23</sup>.

Ao lado da explícita exaltação de sua prudência e zelo, figurava a opinião de que

Pelo longo espaço da sua vida sempre observou a practica das virtudes visitando com summa piedade os Templos, distribuindo largas esmolas, e frequentando com grande compunção os Sacramentos. Chegando o termo da sua peregrinação depois de executar piamente todos os actos de verdadeiro catholico morreo em Lisboa a 20 de Fevereiro de 1732.<sup>24</sup>

É tecido nesses comentários o protótipo do letrado português. Versado em línguas e conhecedor da antiguidade, é ao mesmo tendo personificado como um súdito zeloso e, o que é ainda mais importante, partilha e pratica de uma piedade e moral católica.

As trajetórias desses três personagens, apesar de apresentar dados de diferenciação, indicam preocupações comuns e uma sensibilidade com a questão das letras. Sob tal panorama, o letrado não assume uma função fortemente modificadora sobre realidade, mas transforma a sua condição em via de enobrecimento. A Razão, como prática e concepção, responsável em seu uso por tirar o homem de sua menor idade, para utilizar uma expressão de Kant, não encontra em Portugal a falta de entraves necessários à compatibilização entre os termos letrado e intelectual. No pequeno reino lusitano, a fé, como se depreende da descrição do perfil de Antonio Rodrigues da Costa, caracteriza toda uma sociedade. Nessa situação brota uma complexa simbiose entre o uso lógico da racionalidade e o papel da revelação na formação moral. Dessa natureza dúbia, surge a crença de que a razão tem a função de reforçar, fortalecer, aumentar e estimular a observância dos princípios da moral evangélica. A razão encontrada, para tomar corpo, deve ser necessariamente aquela que comprove o papel da revelação. O historiador Pedro Calafate, falando sobre o pombalismo, mas tecendo comentários que podem perfeitamente nos servir, diz que

---

<sup>23</sup> Idem, p. 375.

o que permanece como pano de fundo do nosso iluminismo, pelo menos para os intelectuais que actuaram de mãos dadas com o pombalismo e o ajudaram a construir, é a aceitação da verdade inquestionável da revelação, definindo-se, a partir daí, as vias mediante as quaes a razão pode colaborar com a fé e inversamente.<sup>25</sup>

A Razão que se estabelece assim é muito mais uma técnica do que, para utilizar uma expressão metafórica, “a religião da modernidade”. Essa razão, ao se naturalizar e compatibilizar com a revelação, transforma e sustenta a própria religião. Para um homem bastante conhecido nesta época, é por essa causa que

os teólogos modernos têm escrito tão belos tratados de religião natural, para mostrar aos ateus a existência de Deus, para deles tirar os princípios da religião natural contra os deístas e para do conhecimento da revelação mostrar veementemente a necessidade da revelação, ou da religião sobrenatural, que é a nossa religião cristã. Isto é o que diz o crítico e isto entendem muito bem todos os que sabem que coisa é teologia, e quaes são as heresias modernas, e como se convencem.<sup>26</sup>

Essa religião do qual o autor nos fala, mais do que qualquer conhecimento especulativo, é o que dá sentido à existência desses homens. Na mesma direção, seríamos, até mesmo no século XIX, um comentário bastante forte e irônico de certo personagem de destaque. Calafate nos apresenta a opinião de tal indivíduo, mas não sem antes considerar, de forma bastante plausível que

a razão de que se fala no âmbito do iluminismo católico que foi o nosso, é uma razão inserida numa natureza humana decaída, a qual se não sustem sem o dom da revelação e da graça, tese contra a qual em nada obstavam os insistentes relatos da profícua literatura de viagens de *Setecentos*, pois, como considera Frei Manuel do Cenáculo, ‘o homem natural que os filósofos pintam de perfil e unicamente tomam no estado em que gozasse de natureza benigna, é um conceito para enganar meninos’.<sup>27</sup>

A Renascença valorizava o homem como uma categoria universal. Com as *Luzes*, mais uma vez, veríamos um retorno à reflexão sobre o homem, mas num sentido distinto. O *Sapere Aude* era, sobretudo, uma chamada à modernidade. Como uma flauta mágica enfeitiçava e gerava a introjeção da idéia de que o ser humano deve ser estimulado e compreendido nas suas potencialidades individuais. Da generalidade renascentista à radicalidade ilustrada um grande passo, um novo mundo. Mas em

---

<sup>24</sup> Idem, p. 375.

<sup>25</sup> Pedro Calafate. “A Religião Natural no Século XVIII em Portugal”. In: Manuel J. Ferreira & Leonel Ribeiro dos Santos (coords). *Religião, História e Razão: da “Aufklärung” ao Romantismo*. Lisboa, Edições Colibri, 1994. p. 274.

<sup>26</sup> Idem, p. 272. Apud. Luis Antonio Vernei. Resposta às reflexões que o R. Padre Mestre Frei Arsênio da Piedade fez ao livro intitulado Verdadeiro Método de Estudar. Vabusa, 1748. p. 46-7.

Portugal esse homem natural, mesmo para Manuel do Cenáculo, homem de cultura, “é um conceito para enganar meninos”. A frase é realmente impactante, mas denota as especificidades de uma Ilustração católica, que era a única possível a esses elementos letrados.

Como dito, tal atmosfera não permitia uma séria reflexão sobre o próprio conhecimento. Ajudada por uma forte e antiga tradição pragmática, as novidades que desde o século XVI vinham tomando corpo e que uma chamada revolução científica viria consolidar, eram absorvidas num sentido limitado. Mesmo sabendo que a expressão possa soar como anacrônica, e certamente o é, arrisco brincar dizendo que era quase como utilizar uma tecnologia sem ter a patente, sem compreender como é pensado o processo. Desta forma, se no mundo além Pirineus os *philosophes* começavam a ter uma postura especulativa, na região ibérica a filosofia possível era a filosofia prática. Para Manuel Moraes, corroborando com tal concepção “mais que o clima escaldante das lutas filosóficas, sentiu-se em Portugal o influxo do movimento científico, principalmente nas Matemáticas, Astronomia, e mesmo Física.”<sup>28</sup>

Muitos exemplos podem ser utilizados para percebermos de que forma a modernidade intelectual é duramente negligenciada em Portugal. Dos três personagens acima abordados Alexandre de Gusmão, apesar da atividade diplomática, tem uma formação jesuítica que carrega para o resto da vida, e que o prende às teias da tradição. Alexandre Rodrigues da Costa, mesmo tendo escrito uma espécie de tratado político a beira de sua morte, sendo quase o que uma literatura medieval designou de espelhos de príncipes, no qual alerta sobre os riscos de perder o “Brasil” e as formas de evitar que isto aconteça, não tem seu *status* garantido para além do latinismo<sup>29</sup>. Mas é o terceiro desses personagens que mais me chama a atenção aqui.

A leitura sempre pressupõe o enxergar-se naquilo que se lê. A frase adquire um vazio de sentido se não for precedida de um caso que a torne inteligível. Para tanto devemos voltar a falar de Martinho de Mendonça.

Junto de Descartes e Newton, a filosofia de John Locke encontrava algum eco em Portugal. É interessante, contudo, que nos *Apontamentos para a educação de um*

---

<sup>27</sup> Idem, p. 271.

<sup>28</sup> S. J. Manuel Moraes. “Cartesianismo em Portugal: Antonio Cordeiro”. *Filosofia*. Braga, 1966. (Estudos publicados pela Faculdade de Filosofia de Braga). p. 65.

<sup>29</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VII, 1866. p. 475-482.

*menino nobre*, Pina e Proença tenha repetidas vezes referido o seu nome<sup>30</sup>. O livro em questão, no maior exemplo prático, era composto para mostrar como deveria ser o tipo de disciplina necessária aos jovens. Em uma de suas passagens, que na essência é o que se dá em toda a obra, o autor discorre por largas páginas sobre como as crianças deveriam ser acomodadas. Para o leitor contemporâneo é até risível, mas a discussão gira em torno de sua preocupação militar. Nesse referido episódio, Martinho de Mendonça diz que não devemos deixar os jovens dormirem em camas macias demais, pois, em caso desses mesmos jovens se verem diante de situações adversas, se tiverem anteriormente sido acostumados a dormir em camas duras, não serão acometidos de tantos achaques, e que, portanto, estarão mais preparados para o combate se for o caso. Até mesmo sobre os tipos de comidas mais saudáveis e os benefícios do banho frio o autor tece comentários. Acaba se apropriando para isto, de uma série de pequenos estudos de caráter prático que estavam sendo produzidos, e entre as suas principais referências a que sobremaneira chama mais a atenção, até mesmo pela quantidade, é a de Lok. Não se iludam ao acharem que a omissão na grafia constitui um mero erro de digitação por minha parte. Ao que parece, a falta de duas letras, apenas duas letras do nome do autor britânico, põe em confronto dois universos distintos. Não era mais o John Locke dos *Dois Tratados sobre o Governo*, obra de apurada reflexão, que caía nas graças do fidalgo da Casa Real, mas, num exercício de apropriações, o Lok sem duas míseras letras, que dava autoridade a um manual prático. Essa curiosidade faz parte da mesma realidade que filtra a partir da idéia de uma religião natural, a penetração de uma atitude crítica moderna. Mas voltemos agora ao fio da meada, e que é a discussão sobre o tipo de letrado existente em Portugal.

A idéia da *República das Letras* não pressupõe apenas uma dinâmica de contatos, mas ao lado das trocas de correspondências entre os letrados, a existência de alguns lugares onde estes homens possam se expressar e/ou ser representados. Para tal finalidade, a *Bibliotheca Lusitana* se constituiu como um espaço importante, mas nem de perto configurava o único possível nesse universo. Academias, salões, cafés, tudo isso fazia parte de um novo contexto europeu. Ganhava corpo, sobretudo, a função dos jornais. Na França surgia o *Journal des Savants*; na Inglaterra adquiria importância as *Philosophical Transactions*. Em tais jornais eram expostos os avanços técnicos na

---

<sup>30</sup> Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. (<http://purl.pt/129>)



Europa, as principais discussões, bem como o que estava sendo produzido em termos literários. Em Portugal a grande empresa que poderia chegar perto disso era a *Gazeta de Lisboa*. Mas se do lado das experiências congêneres havia uma larga abertura ao debate, nesta uma cultura beata imprimia traços fortes. O mesmo Pedro Calafate, que chamava a atenção para o papel de uma religião natural, comentava um pitoresco episódio de uma das edições da *Gazeta*<sup>31</sup>. Diz o autor que numa das partes deste jornal, em uma espécie de anúncios e classificados, um sujeito escreveu uma mensagem pedindo para que aqueles que tivessem consigo livros de sua propriedade, até um dia determinado, os devolvessem, pois caso contrário pediria uma carta de excomunhão para os mesmos. O episódio denota que o referido espaço ainda estava marcado por uma postura nada secular. A relação com o livro deixava de ser a do conhecimento para se transfigurar em objeto do medo. Será que esses casos, portanto, permitem criticar a crença em acreditar que em Portugal por essa época havia uma intelectualidade consolidada? Talvez a observação de respeitado dicionário contemporâneo a este contexto, tomado como reflexo e tradutor de uma realidade concreta, venha a dar contornos mais precisos à questão. O registro de que se fala é o conhecido *Vocabulario Portuguez & Latino* do padre Rafael Bluteau, membro, assim como Diogo Barbosa Machado, da Academia Real da História Portuguesa<sup>32</sup>. No referido dicionário, o termo letrado é assim exposto

LETRADO. Homem sciente. Versado nas letras. Homo Litteratus. Cic. Não he letrado. Illeteratus est. Litterarum est plane rudes. Cic. Pouco letrado. Litterator. Vid. Letradinho. Como homem letrado. Com sciencia. Com erudição. Litterate. Cic. O comparativo Literatius he usado. Letrado. Com este titulo se levantarão os Juristas, & particularmente os Avogados; porventura, porque das suas letras todos fião os seus pleitos. Causidicus, i. Patronus, i. Masc. Causarum actor, is. Masc. Cic. Vid Avogado. Tomar a alguém por seu letrado. Aliquem in patronum adoptare. Cic. Consultar hum letrado sobre alguma matéria litigiosa. Causam ad patronum define. Cic. Vid .Avogado. Mao letrado, ou, como diz o vulgo, letrado de má sorte. Actor mediocrisis causarum. Harat. Letrado. Cousem que se vem letras, ou alguma semelhança dellas, natural, ou artificiosamente representada, v.g. Melão letrado. Gerifalte letrado, &c. (Ha gerifaltes, a que os caçadores chamão letrados, porque tem o branco muito alvo, & o preto miúdo a modo de hum livro aberto. Vid. Diogo Fernand. Na arte da caça, pág. 43) Destas, & de outras cousas, em que se vem letras apparentes, ou verdadeiras, dissera Litteratus, a, um. Pois diz Plauto, Urna litterata. Quarta, que tem letras<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Pedro Calafate (dir). *História do Pensamento Filosófico Português: As Luzes*. Lisboa, Caminho, 2001. Vol. 2.

<sup>32</sup> Rafael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. Vol. 5, p. 90.

<sup>33</sup> Idem.

Corroborando com a explanação das características dos homens de letras em Portugal, que tentei sugerir nesse pequeno texto, o verbete letrado neste dicionário indica, dentre outras acepções: homem versado nas letras, juristas, advogados, com erudição. Até mesmo num dicionário do século XIX, o termo letrado continuava a carregar um significado idêntico ao de Bluteau. Na obra de Pedro José da Fonseca é estampado na acepção de quem tem estudos, douto<sup>34</sup>. Se voltarmos agora nossas atenções a uma outra palavra de destaque, da qual tentei refletir sobre o paulatino distanciamento em relação ao termo letrado, podemos perceber em Portugal uma forte aproximação no sentido geral. Ainda no que concerne ao *Vocabulario Portuguez & Latino*, a palavra intelectual também está inserida na obra. Mais importante, no entanto, do que constar no dicionário é o fato de nos permitir vislumbrar camadas de significado histórico. Três palavras interligadas traduzem uma realidade peculiar: intelectível, intelectivo e intelectual. Na ordem, constam no dicionário como

INTELLECTIVEL. Intelectível. O mesmo, que intelectivo. Vid. Intelectivo. Os homens, & os Anjos, entre as criaturas são intellectiveis. Alma instruída. Tom. 2.413. Logo mais abaixo diz Intelectivos, neste sentido.

INTELLECTIVO. Intelectivo. Dotado de faculdade intelligente. O que tem potencia, capaz para entender, & comprehender as cousas com o discurso. Intelectivo. Intellectual. Vid. No seu lugar. Outras erão razoens Intellectivas Queiros, vida do Irmão Basto, 585.

INTELLECTUAL. Intellectual. Do entendimento, ou concernente ao entendimento. Virtude intellectual. Virtus ad intelligentiam pertinens. Virtus in mente sita. Alma intellectual, id est, dotada de entendimento. Animus intelligens. Masc<sup>35</sup>.

Assim como o termo letrado que aparece associado à idéia de erudito, que tem conhecimento das letras, o de intelectual significa, sobretudo, pelo que tivemos a oportunidade de ver, aquele que é dotado de inteligência, da capacidade de compreender as coisas pelo discurso. Não difere ao meu ver da condição de douto, pois está centrado em um atributo do intelecto, e não a uma função social do mesmo. A força transformadora da Ilustração, que tomou os céus de assalto, parece ter soprado ventos fracos em Portugal, não encontrando entre os letrados lusitanos, a mesma atmosfera fervilhante que caracterizou outros quinhões de terra no velho continente. De tal forma, meu intuito no decorrer do texto foi criar um panorama que anunciasse o mundo no qual

---

<sup>34</sup> Pedro José da Fonseca. *Diccionario Portuguez e Latino*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1843. p. 392.

estava inserida a Academia de História, cabendo ao leitor, ao cabo do próximo capítulo, refletir sobre as possibilidades e práticas de uma agremiação que se pressupõe moderna, mas que é tributária de palavras, como visto, carregadas de historicidade.

---

<sup>35</sup> Bluteau. *Vocabulario Portuguez ...* Vol. 4, p. 159. No referido dicionário de Pedro José da Fonseca o termo intelectual não existe, só os seus congêneres, no mesmo sentido de Bluteau.

## CAPÍTULO II

### **A Academia Real da História Portuguesa: entre o método cartesiano e a verdade de fundo moral**

No oitavo dia do mês de Dezembro de 1720, por decreto de sua lavra, D. João V instituiu a Academia Real da História Portuguesa. Colocava desta forma, sob sua proteção, um empreendimento inédito em solo lusitano; ainda que em diversos aspectos, ao contrário do que uma crença cega no progresso e numa razão pautada na cientificidade do conhecimento venha a defender, tenha se enquadrado em termos gerais naquilo que poderíamos chamar de uma “moralidade de verniz aristotélico”, sobre cuja noção de verdade e, sobretudo, de função da verdade, iremos adiante refletir. Antes disso façamos, no entanto, alguns comentários sobre a sua origem.

Em meados do século XVII, já se fazia sentir por toda a Europa o impacto causado por anos de atmosfera nebulosa. Toda uma série de eventos, dentre eles a peste e o recrudescimento dos conflitos internacionais, levaram a redefinições no tabuleiro internacional. A situação de tranquilidade estrutural de dinastias como a dos Habsburgos, por exemplo, era solapada, gerando a necessidade de reenquadramentos das peças do seu eixo. Mas se essa crise gerou uma fissura, como aponta Reinhardt Koselleck, trouxe consigo, ao mesmo tempo, os elementos necessários para a construção de uma nova ordem; ainda que de impacto plural quando confrontada às realidades particulares de cada reino europeu da época<sup>1</sup>.

De fato, se num primeiro momento diversas monarquias empenharam-se por conquistar novos territórios, num segundo, que engloba o *Seiscentos* e o *Setecentos*, a preocupação primordial mudava de ordem. Grosso modo, não era mais um esforço colonizador, entendido aqui como o de conquista geográfica, que dava o tom do amadurecimento de uma estrutura de Antigo Regime. A necessidade que figurava na ordem do dia era, ao contrário, a de garantir a manutenção dos tentáculos imperiais a partir de justificativas no âmbito formal, e não por uma ordem de natureza imemorial e abstrata. Um panorama de tal tipo gerava, num processo gradual, uma complexificação da aparelhagem estatal. Era necessário, desta forma, garantir as condições para o seu perfeito funcionamento. Novas exigências, novas respostas. Começava a ser gestada

---

<sup>1</sup> Reinhardt Koselleck. *Crítica e Crise*. Trad. de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.

assim, ainda que timidamente, a idéia de que “o que é possível fazer em política é geralmente limitado pelo que é possível legitimar”<sup>2</sup>.

Diante desses novos imperativos o Estado, tomado como concepção de organização social e corpo político organicamente estruturado, acabava sendo dinamicamente obrigado a dar conta de aspectos com os quais não estava acostumado. Conformava-se, deste modo, um aumento significativo do corpo burocrático. Não era de se estranhar um fato como este se tivermos em mente que o acúmulo de novas informações e exigências levava à necessidade de uma maior precisão naquilo que era visto e/ou pretendido em termos políticos. Se por um lado a sociedade – mais especificamente a portuguesa – permanecia mergulhada majoritariamente no horizonte de uma cultura marcadamente oral, onde trabalho e vida apareciam como categorias indissociáveis<sup>3</sup>, um pequeno grupo de pessoas, geralmente de formação universitária e com trânsito facilitado na Europa, transformava o seu conhecimento das letras num saber técnico – ainda que não tecnicista nos moldes contemporâneos –, a serviço da Coroa. Esses homens enxergavam a realidade dos tempos modernos de uma maneira mais larga em relação ao restante da população. Se, por um lado, em sua grande maioria, não propunham uma desdivinização do mundo, por outro, acabavam paulatinamente retirando-lhe ao menos aquilo que tinha de meramente maravilhoso e especulativo. Construíam, desta forma, um saber que vagarosamente se laicizava. Como se depreende, a complexificação das funções do Estado levou a uma maior necessidade de domínio sobre o registro escrito nas suas ações, elevando a uma categoria de destaque o grupo que dava sustentação a essa modificação comportamental, e que viria a ser o grupo dos burocratas – ou, num sentido menos anacrônico e condizente com a atmosfera dos Tempos Modernos, o dos letrados.

Homens a serviço do Estado, condição que se multiplicava num ambiente de incertezas. Mais do que isso, homens atrelados ao Estado, cuja existência fora dos domínios deste tornava-se, a partir de agora, uma árdua tarefa. A idéia de cidadão autônomo, portanto, de cidadão do mundo, só viria a se efetivar no momento em que os *philosophes* se transformassem; mas, sobretudo, com o aparecimento da idéia de indivíduo como categoria de explicação social. Um dos casos mais interessantes de

---

<sup>2</sup> Quentin Skinner. “A liberdade e o historiador”. In: *Liberdade antes do liberalismo*. Trad. De Raul Fiker. São Paulo, Ed. UNESP, 1999. p. 86.

<sup>3</sup> Edward Palmer Thompson. “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em Comum*. Trad. De Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

como foi sendo gerada uma função específica para esses personagens, responsáveis e frutos do processo de letramento, é o francês.

Na França de Luís XIV, como resposta à situação internacional, o conhecido rei-sol buscou dar sustentação a todo um aparato de propaganda que vinha sendo criado. Procurou-se, desta forma, organizar uma série de atividades que legitimassem a confecção de sua imagem<sup>4</sup>. Setores como os ligados à escultura e à música, por exemplo, passaram a ser fortemente valorizados. É na literatura, contudo, que podemos encontrar um aspecto mais propício à investigação. Toda uma gama de produções exaltatórias foi sendo financiada pelo mecenato régio, agregando ao círculo da Corte pensadores que fora desta órbita dificilmente sobreviveriam com o ofício das letras. Essa possibilidade aberta de reconhecimento e promoções configurou um aspecto decisivo na circulação de idéias. O curioso é que a França, por esta época, vinha experimentando um processo de massificação da alfabetização, alargando não apenas o círculo de letrados a serviço de Luís XIV, mas uma população que passava progressivamente a pensar de forma secular. Este tipo de educação veio a reforçar uma certa tradição filosófica inexistente, por exemplo, nos reinos ibéricos. Tal panorama, num primeiro momento, fazia do conhecimento uma prerrogativa do poder régio, mas a situação concreta viria a alterar um pouco a ordem dos fatos.

Na virada do século XVII para o XVIII, conforme salientado por Robert Darnton, “os anos mais negros das guerras (1693-1695, 1709-1710) coincidem com os piores desastres econômicos e sociais – a tal ponto que certos espíritos críticos começavam a se questionar sobre a legitimidade do absolutismo”<sup>5</sup>. Neste contexto, as forças contrárias à repressão trouxeram à tona palavras-chave que arregimentaram atitudes em defesa de idéias como: razão, natureza, tolerância, liberdade, felicidade, progresso. Cabe afirmar, no entanto, que o ambiente contestatório se dava basicamente a partir do círculo cortesão. O que estava sendo colocado em questão era um abuso de poder por parte de Luís XIV, que oferecia as bases de produção do saber, mas que, ao mesmo tempo, cerceava um livre pensar. Neste sentido, os libertinos do século XVIII procuraram dar vazão à criatividade individual. Nas suas atividades diárias tiveram conhecimento de um contexto novo, marcado por um certo “desencantamento do

---

<sup>4</sup> Peter Burke. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

<sup>5</sup> Bronislaw Baczko e Robert Darnton. “A eclosão das Luzes”. In: Olivier Duhamel e Robert Darnton (orgs.). *Democracia*. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001. p. 24.

mundo”. Descobertas de todo o tipo traziam a natureza para o debate na ordem terrena. Estes homens, ao verem-se diante de todo um fervilhar intelectual, passaram a compreender possibilidades de reflexão desvencilhadas da ordem cósmica. Vale ressaltar, no entanto, que a possibilidade de surgimento da crítica não gerava, por si só, a contestação direta ao Antigo Regime. As potencialidades históricas, neste momento, dependiam muito da cultura em estavam inseridas, do tipo de solo encontrado. A forma assumida pelo modelo de educação constituía um ponto nodal no mundo moderno. Na França passou a pertencer à órbita secular; em Portugal e seus domínios era gerenciada em grande parte, até as reformas pombalinas, pelos jesuítas. Como se depreende de forma lógica, era por intermédio destes que se instituía uma *Ilustração* possível. Esses homens, ao se aproximarem da concepção aristotélica-tomista de organização do mundo, viam-se submersos na idéia de revolução de Antigo Regime. Este conceito, que em sua acepção clássica significa para nós um movimento de ruptura e construção de um novo mundo, para tais indivíduos representava uma noção próxima à de evolução dos corpos celestes. Num horizonte de tal tipo, buscava-se dar manutenção a uma ordem natural das coisas, conformando uma visão de História em que o passado se reatualizava num “eterno presente”. Neste sentido, num contexto de crise da consciência europeia, as *Luzes* em Portugal, ou pelo menos os seus reflexos, assumiam um perfil reformista<sup>6</sup>.

A realidade da França, de aumento de possibilidades àqueles que tinham domínio das letras não era uma exclusividade local. A crise europeia do século XVII abordada por Paul Hazard implicou, pelo novo quadro histórico construído, um fervilhar intelectual. Segundo um outro historiador, Robert Darnton, essa transformação no equilíbrio europeu permitiu a circulação e divulgação de novas idéias. Para o autor, este mundo de “peste, fome, revoltas [e] conspirações políticas”, gerou um ambiente em que

Tudo isto faz pensar, e pensadores não faltam, sobretudo na Inglaterra, onde as revoluções de 1640-1660 e 1688 desencadeiam um debate religioso e político de espantosa riqueza. De Hobbes e Harrington a Locke e Toland, a gama de idéias debatidas é imensa. A vida intelectual floresce igualmente em várias áreas favorecidas do continente, especialmente nos Países Baixos (cidades de refúgio para protestantes perseguidos e filósofos como Spinoza, Descartes e Bayle); no norte da Alemanha (cidades universitárias, que acolhem Leibniz, Wolff e Thomasius); e na Itália (cidades de velha cultura como a Nápoles de Vico e Giannone).<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Paul Hazard. *O pensamento europeu no século XVIII*. Trad. de C. G. Babo. Lisboa, Presença, 1983.

<sup>7</sup> Bronislaw Baczko e Robert Darnton. “A eclosão das Luzes” ... p.23.

Também em Portugal, encontramos alguns espaços onde personagens de destaque, sobretudo nobres e clérigos, debatiam idéias oriundas principalmente de suas correspondências com outros letrados da Europa, pelas viagens e pela troca internacional de livros. Eram as Academias os espaços privilegiados onde se encontravam.<sup>8</sup> Ao redor principalmente de D. Francisco Xavier de Meneses, o 4º Conde de Ericeira, eram criadas diversas agremiações deste tipo, como as Conferências Discretas e Eruditas (1696), a Academia dos Anônimos (1717) e a Academia Portuguesa (1717). Essas instâncias privadas de discussão indicam, para Isabel Ferreira da Mota, acrescentando apenas a ressalva que o termo intelectual carrega um forte anacronismo, que

As redes de intelectuais estão já formadas antes da Academia Real. Quase todos têm entre si relações pessoais e culturais; passando de academia em academia e estabelecendo uma verdadeira rede de sociabilidade. Todos os “Generosos” se transferiram para as Conferências Discretas e Eruditas – depois da extinção daquela com a partida de D. Luís da Cunha, seu patrono, para Londres. Tal como a segunda Academia criada pelo conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, integra também todos os “Anônimos”. E, por fim – numa interdependência que corresponde a essas redes de intelectuais já existentes –, todos os componentes da Academia Real da História. As relações são ainda estreitas com sócios de outras academias lisboetas.<sup>9</sup>

No começo do *Setecentos* já existia, portanto, um ambiente próprio onde os eruditos ganhavam espaço e maior relevo. Era, sobretudo, via Itália, reino de afinidades várias, berço do que viria a ser conhecida como Ilustração Católica, que a maior parte dos contatos lusitanos foram travados. A pátria de Muratori *abre* assim a Portugal o mundo. Tomava-se contato com o novo e aproveitava-se, desta forma, os ecos daquilo que lhe dizia respeito. Havia uma necessidade latente, por todo um histórico de atraso, ou pelo menos de sensação erudita de atraso, em se manterem antenados e participantes de tudo o que vinha acontecendo no mundo moderno. Apesar disso, não sem reservas absorviam idéias como as de Descartes, por exemplo – mas liam-na naquilo que tinha de importante no enquadramento da narrativa histórica moderna, aspecto que vale a pena ser abordado adiante. Mesmo tendo em conta os limites da modernidade lusitana, gerada, sobretudo, por aquilo que Silva Dias chamou de um obstáculo de ordem

---

<sup>8</sup> Ainda hoje, permanece como seminal a série de volumes sobre as academias províncias na França escritos por Daniel Roche. Tal estudo merece ainda um sério exercício de cotejamento com a realidade de outras instituições congêneres da Europa.

<sup>9</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc XVIII*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003. p.36.



epistemológica<sup>10</sup>, ou seja, o padrão católico de pensamento, preso a uma ordem naturalizada das coisas e de perfil tendencialmente estático, podemos observar que, ainda assim, nas

origens remotas da Academia Real da história cruzam-se as linhas da erudição europeia dos séculos XVII e início do XVIII. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) faz uma prolongada viagem a Itália, onde se encontra com os maiores eruditos italianos, entre os quais se destaca Magliabechi. Itália que, por seu turno, tinha já recebido os grandes eruditos franceses, como Mabillon, cuja viagem de estudo redundou num enorme sucesso junto das comunidades eruditas italianas. É do contato com essa República das Letras europeia que Manuel Caetano de Sousa traz, de regresso ao país, a idéia da construção de uma História Eclesiástica de Portugal ao nível do que de melhor tinha visto na sua expedição, cultural e religiosa, à península itálica.<sup>11</sup>

Manuel Caetano de Sousa trouxe, portanto, de sua longa viagem à Itália, principalmente em 1710 com a “incumbência de votar no Capítulo Geral da Religião dos Clérigos Regulares”<sup>12</sup>, a idéia de se instaurar uma Academia Real nos moldes do que de melhor encontrou em suas andanças. Ao desejar escrever uma História Eclesiástica de Portugal, projeto inicial da Academia, vindo a ser conhecida como *Lusitania Sacra*, em nítida alusão à obra *Itália Sacra*, organizada pelo Abbade Fernando Ughello, e que seria completada posteriormente por uma História Secular do reino e suas conquistas, dava vazão a algo que de certa maneira já estava maduro.

D. João V, caricaturado como o rei freirático, era ao mesmo tempo um monarca mergulhado na atmosfera barroca e um promotor da cultura. A posição de neutralidade internacional, mas quase sempre bastante próxima da Inglaterra, é bem verdade, além do grande afluxo de riquezas provenientes do ultramar, com destaque, sobretudo, para a abundância do ouro nas primeiras décadas do século XVIII, permitiu-lhe uma maior possibilidade de se preocupar, assim como, guardadas as devidas proporções, de maneira análoga, Luis XIV fez na França, com a construção de sua própria imagem e a do reino. Buscava garantir para si uma posição de destaque no cenário europeu, o que de fato não seria possível se fosse centrada no poder político e militar português. Restava-lhe, de maneira consciente ou não, caminhar por um percurso alternativo. Era na construção simbólica dos fatos, na função moral e pedagógica do real *inventado*, que

---

<sup>10</sup> José. S. da Silva Dias. “Cultura e Obstáculos Epistemológicos: do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudo de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa, Editorial Presença, vol 1, pp.41-52 .

<sup>11</sup> Ferreira da Mota. *A Academia Real da História ...* p. 29.

<sup>12</sup> Idem, p. 30.

todo um quadro impressionista centrado nos exemplos a serem admirados e respeitados, que o monarca garantia para si e seus antepassados uma imagem revestida pelos desejos de heroísmo e virtude. Logo que foi consultado por Manuel Caetano de Sousa, em novembro de 1720, sobre o projeto de instituição de uma Academia Real, e tendo em mente a pouca notícia que o mundo tinha das Histórias de Portugal, incentivou-o, dando todo o apoio necessário para que a empreitada fosse posta em marcha no menor tempo possível. Caetano de Sousa advertiu-lhe, contudo, que uma obra de tal magnitude não poderia ser levada a cabo por um só homem, mas que, ao contrário, assim como a *Itália Sacra*, de Fernando Ughello, deveria partir de um esforço coletivo e coordenado; precisava, além disso, de um impulso soberano para que os acadêmicos tivessem acesso a todos os documentos necessários aos seus trabalhos. Bibliotecas e arquivos no reino e ultramar, cartas tipográficas de particulares, material iconográfico pertencentes às Cúrias religiosas, dentre outros tipos de registros passaram a ser visto como de utilidade pública.



Acertado os ponteiros iniciais caberia agora instituí-la, e isso foi feito no dia 8 de dezembro por decreto de Sua Majestade. A mesma necessidade simbólica que acompanhou D. João V por todo o seu reinado, numa atmosfera ao mesmo tempo de criação de uma instituição de perfil dito moderno e de uma linguagem marcada pela religiosidade barroca, fez-se presente nos passos iniciais da Academia<sup>13</sup>. Logo numa das primeiras manifestações acadêmicas de seu personagem idealizador ficou expressamente clara a perspectiva de

Que outra cousa he instituir ElRey nosso Senhor em dia da Conceição da Virgem Santíssima, & à sobra da sua Imagem huma Academia para escrever a *Lusitania Sacra*, senão o protestar que tem consagrado o Reyno de Portugal à Rainha dos Anjos à imitação do seu Augusto Avô o Senhor Rey D. João o IV (...)<sup>14</sup>

Ficava claro, sobretudo, que

quer ElRey nosso Senhor, que os eruditos Congressos, em que se há de despor aquella obra, se facão neste Palácio, por ser o mesmo lugar, em que há oitenta annos se fazião os Congressos, em que os quarenta Fidalgos zelosos da liberdade Portugueza despuzeram, que

---

<sup>13</sup> José Antonio Maravall. *A cultura do barroco*. São Paulo, Edusp, 1997. (Clássicos, 10).

<sup>14</sup> Proposição da Academia feita pelo Padre D. Manuel Caetano de Sousa. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. Vol. 1(1721), p. 4.

se restituísse a Coroa à Sereníssima Casa de Bragança, como felizmente se executou no faustíssimo dia primeiro de Dezembro do sempre famoso anno de 1640 (...).<sup>15</sup>

Traços de uma cultura tradicionalíssima marcavam a brasa uma classe produtora de idéias portuguesa. É extremamente emblemática do espírito lusitano, ainda nesta época, a proposição de dar a luz a tal grêmio justamente no dia que toda a população comemorava, em sinal de devoção, a figura da Virgem Santíssima. Representava-se, desta forma, todo um teatro de significados e sacralidade, caracterizando perante o público a justiça, a virtude do espírito real, mas, sobretudo, a fé inestimável na benção divina. Numa direção complementar, os trechos do documento citado apontam para um outro tipo de marco, não menos importante. A Restauração de 1640, que livrou Portugal do jugo dos Filipes de Castela, bem como a imagem mítica criada em torno dos quarenta fidalgos conjurados (grupo cujo perfil prosopográfico aguarda ainda um estudo de relevo) representava simbólica e politicamente um recomeço, uma orientação no sentido de resgatar aquilo que foi conseguido com a Revolução de Avis (1383/1385) e perdido com a União Ibérica (1580-1640) <sup>16</sup>. A idéia de uma identidade nacional era ainda uma noção bastante fluida neste momento, sendo consolidada somente no decorrer do século XVIII, sobretudo ao redor dos espectros da Revolução Liberal de 1820 – a *Regeneração Vintista*, para usar um terno contemporâneo e sem nenhuma analogia com a ânsia niilista que o conceito de revolução carrega. Havia, no entanto, no discurso e na memória emancipatória, um sentido de se contrapor àquilo que não mais queriam, a arregimentar forças de sentido igual e revestir palavras como liberdade de um significado forte. Os acadêmicos, ao trazerem à tona o exemplo da retórica restauracionista, tentaram desta forma, também eles, afirmar o papel de compromisso com o futuro e glória da pátria, de garantir os seus nomes no rol dos ilustres súditos que com os seus atos ajudaram na consolidação dos imutáveis desígnios divinos, que numa natureza teleológica e meta-histórica faziam de Portugal a *nação* responsável, por excelência, pela propagação da moral cristã; pedra de toque que unia, em torno de uma mesma mentalidade, nobres, letrados, clérigos e a plebe.

Em conformidade, portanto, com os desejos do rei, no primeiro volume dos *Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, o soberano dizia, no documento de decreto da instituição que a

---

<sup>15</sup> Idem, p. 5.

<sup>16</sup> Os contemporâneos criaram uma memória extremamente arbitrária centrada na idéia de que, neste momento, seria consolidada uma nacionalidade e, mais dramático ainda, uma Nação.

[sua] Real intenção he concorrer para o augmento de huma Academia, de que espero resulte huma Historia tão útil, conservando-se as acções tão dignas de memória, que nestes Reynos se tem obrado no augmento do serviço de Deos, da Igreja Catholica, dos Reys meus predecesores, e meu (...).<sup>17</sup>

Era a monarquia que se consagrava assim na Academia Real. Dotava-lhe de uma preocupação moral onde os bons exemplos teriam uma função pedagógica. Norberto Ferreira da Cunha, no livro *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, de forma bastante sintética, expressa claramente essa atmosfera, onde

A História, estatutariamente desejável, era a História de ‘heróis’ e de ‘santos’, das suas ações maravilhosas e exemplares – uma História que identificava o real como ideal, que idealizava o real –, e não a do país ‘real’ que tão bem nos descrevem e escarpelizam, por exemplo, José da Cunha Brochado nas suas *Memórias*, D. Luis da Cunha no seu *Testamento Político* ou Ribeiro Sanches.<sup>18</sup>

De uma forma ou de outra, os acadêmicos viam o exemplarismo edificante como um dos principais objetivos da História. O termo representa, no que diz respeito a uma narrativa, que nem tudo é digno de ser historicizado. Somente os fatos que sirvam para mostrar aquilo que é tido como coletivamente desejável ou, ao invés, a criação de um contraponto que mostre os erros como um modelo do que não deve ser seguido, que introjete o medo pela força do argumento e da tradição, devem ser aproveitados. Ao lado, porém, desse obstinado impulso trans-histórico, veríamos já no prólogo<sup>19</sup> do primeiro volume da *Coleção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*<sup>20</sup> a marcante preocupação com a recolha cuidadosa de documentos que servissem às proposições acadêmicas. Para que isto fosse efetivado, Manuel Caetano de Sousa retomava a idéia já expressa de que

conhecendo a vastíssima compreensão de S. Magestade, que a pouca notícia, que o mundo tem das Histórias de Portugal, nasce não só de não se acharem escrita na língua latina, mas também de não estarem todas impressas na Portuguesa. E que este dano só se podia remediar, mandando que se escrevesse em Latim hum corpo de toda a História deste Reyno, no qual se dividisse em duas partes, huma

<sup>17</sup> Decreto da instituição da Academia. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. Vol. 1(1721), p. 1.

<sup>18</sup> Norberto Ferreira da Cunha. “A desvinização do mundo histórico no século XVIII: A Academia Real da Historia Portuguesa (1720-1736). In: *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. p. 14.

<sup>19</sup> A referência aos prólogos dos volumes é dificultada pelo fato de não constarem nos índices da *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, o que quebra um pouco a correta citação dos mesmos.

<sup>20</sup> A partir de agora, sempre que me referir a esse conjunto de documentos que são a base do meu trabalho, e como forma de dar maior limpidez à narrativa, usarei apenas a sigla CDAH.

Ecclesiastica, & outra Secular; foy servido ordenarme em quatro do mez passado, que lhe apontasse os meynos, que me parecessem úteis, para que exacta, & promptamente se pudesse escrever huma, & outra Historia; mas primeiro a Ecclesiastica, fazendo-se huma obra, que tivesse o titulo de *Lusitania Sacra*. Em sete do mesmo mês offereci a S. Magestade hum largo papel, no qual expuz todos os meynos, que me pareião mais proporcionados para se conseguir brevemente este fim, os quaes todos se reduzião a dous, que são ajuntar manuscritos, & convocar Escritores. Accrescentando eu que para huma, & outra cousa era necessário o poder Real, porque sem elle não se abrem os Archivos, nem se descobre o que nelles está não só recolhido, mas sepultado. E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos a compor huma só obra, & que para isto se poder conseguir era necessário formarse huma Academia.<sup>21</sup>

Duas idéias representam a preocupação do padre teatino: “ajuntar manuscritos e convocar escritores”. No intuito de dar um ordenamento lógico à Academia Real da História Portuguesa, buscou-se, logo de início, dar forma ao seu funcionamento. O caminho inicial seguido, em conformidade com o que instâncias congêneres fizeram por toda a Europa, era o da redação de Estatutos que servissem como um registro formal daquilo que deveria ser o regulamento interno da instituição. Nesse sentido, Caetano de Sousa contou, com justa aprovação do soberano, com a participação ativa de dois dos maiores expoentes da alta aristocracia erudita, D. Francisco Xavier de Menezes e o Marquês de Alegrete, que antes já tinham sido eleitos para este fim na primeira conferência da Academia.<sup>22</sup> Confirmava-se o que já vinha sendo apontado nas primeiras Juntas privadas anteriores à instituição da Academia Real, de que esta deveria contar com um Diretor e quatro Censores. Para a eleição destes, era estabelecido, conforme se depreende da Notícia da Primeira Conferência, que as votações deveriam ser feitas por escrutínio.<sup>23</sup> Ficou assegurado que os primeiros Censores deveriam ser D. Manuel Caetano de Sousa, o Marquês da Fronteira, o Marquês de Abrantes, o Marquês de Alegrete e o Conde de Ericeira. A função para a qual esses indivíduos foram eleitos tinha duração de um ano.

É curioso como numa instituição atrelada ao patronato régio, eivada de uma moralidade cristã, houvesse características estatutárias de perfil tão moderno. Isto porque esses Censores acabaram participando de uma lógica de direção institucional marcada pelo sistema de rodízios. A cada reunião acadêmica um dos Censores exercia a

---

<sup>21</sup> Proposição da Academia feita pelo Padre D. Manuel Caetano de Sousa. In: *CDAH ...* Vol. 1(1721), p. 1-2.

<sup>22</sup> Notícias da primeira Conferencia, que a Academia fez em 8 de Dezembro de 1720. In: *CDAH ...* Vol. 1 (1721).

<sup>23</sup> Idem

função de Diretor, prosseguindo desta forma, sessão por sessão, até a instauração de novas eleições.<sup>24</sup> Era da função do Diretor propor as matérias a serem debatidas, impor o silêncio quando necessário, declarar os acadêmicos eleitos, além de dar conta ao Rei sobre o que fosse tratado em cada conferência. Aos Censores, dentre outras atribuições, caberia receber as cartas dos acadêmicos e tudo o mais que fosse remetido à instituição. Eram responsáveis, além disso, por preparar com o Secretário da Academia, em Junta particular, tudo o que deveria ser tratado na reunião seguinte. Em relação à existência de um Secretário, devemos dizer que esta figura, apesar da sua função aparentemente apenas técnica, acabou exercendo um papel essencial na garantia de continuidade dos trabalhos acadêmicos.

Durante o século XVIII a condição de bibliotecário, obscurecida pela de arquivista e quase não existente antes disso, acabou sofrendo uma forte valorização social. O papel que as letras passaram a ter e, sobretudo, aqueles que a tomaram por exercício, no decorrer desta centúria, garantiram aos bibliotecários, para além da característica de depositários de informação, uma outra, que significava encarnar o perfil de indivíduos com um papel de extrema relevância num mundo que paulatinamente transformava um horizonte meramente mítico em um outro passível de observação e especulação. Esses homens, de natureza-chave, assumiam, pouco a pouco, a postura primordial de mantenedores do acesso ao conhecimento. A realidade histórica os define, por isso mesmo, como intermediários entre aquilo que se conhecia e os que ansiavam por conhecer. Deste panorama surge o nome de Manuel Teles da Silva, Secretário da Academia Real da História Portuguesa. Se estatutariamente não podemos falar que este fosse um bibliotecário no sentido moderno, pelo menos podemos dizer que assumia uma posição em alguns pontos bastante próxima. Os mesmos Estatutos que definiam a regulamentação interna do grêmio protegido pelo patronato régio mostravam que este tinha sobre o seu domínio “todos os papéis próprios da Academia, e se depositarão com toda a ordem, e segurança no Archivo Acadêmico, fazendo Inventario em livro à parte de todos os livros, e documentos”. De forma detalhada os livros de registros sob sua guarda compunham-se de cinco tipos, que seriam os seguintes:

o primeiro registrará essencialmente os decretos, os Estatutos e outros documentos; o segundo compor-se-á dos livros de actas das reuniões académicas e das reuniões das juntas; o terceiro guardará as transcrições dos documentos que forem remetidos à Academia; o

---

<sup>24</sup> Tal característica é facilmente observada quando comparamos os nomes que figuraram como diretores a cada sessão, quase sempre de periodicidade quinzenal.

quarto registrará as cartas recebidas e expedidas pela instituição; o quinto livro registrará os nomes dos acadêmicos e os documentos que lhes forem emprestados.<sup>25</sup>

Todas essas funções permitiram que Manuel Teles da Silva escrevesse, em 1727, uma *História da Academia Real da Historia Portugueza*.<sup>26</sup>

Estipuladas as funções e competências, os Estatutos davam conta ainda da necessidade de um grande número de membros. A Academia contava ao total com 50 acadêmicos do número, e que no caso de morte de algum deles, por eleição escolheriam um outro, vindo apenas a ser ratificado pelo rei. Existiam ainda outros 50 supranumerários, provenientes dos Bispados e conquistas do Reino. Tanto os numerários quanto os supranumerários, quando estes estivessem em Lisboa, poderiam assistir e participar das Conferências sem ordem pré-estabelecida de assentos, cabendo-lhes, respectivamente, a cada um na ordem em que iam chegando.

Como empresa coletiva era delegada a cada um dos seus participantes a responsabilidade do estudo sobre um ponto específico. Reis, bispos, santos, personagens que figuraram na História de Portugal deveriam ser objetos de apurada atenção. Dividia-se então, entre cada um dos associados, suas competências e responsabilidades. Por regulamento interno, em reuniões que tinham a periodicidade quase sempre quinzenal, tais acadêmicos, por ordem alfabética, eram escolhidos no número de seis para que na reunião seguinte dessem conta sobre o andamento dos seus trabalhos. Muitas vezes surgiam empecilhos ao pleno funcionamento deste propósito. Um volume muito grande de informações a serem averiguadas, bem como os constantes impedimentos para dar uma devida divulgação ao que vinha sendo encontrado e compilado sobre as matérias correspondentes, eram quase sempre justificados por sucessivos achaques de seus membros – o que deixa sempre no ar se eram efetivamente reais – e pela complexidade de se articular redes suficientemente eficazes na recolha de documentos necessários ao trabalho acadêmico. A proposta da *Lusitania Sacra* foi, na verdade, algo que nunca se efetivou. Percebe-se isto claramente quando percorremos os volumes da *CDAH*, publicados entre os anos de 1721 e 1736; depois disso quase não há informações sobre tal instituição. Sabe-se, no entanto, que funcionou pelo menos até boa parte da segunda metade do século XVIII. O mais provável é que tenha acontecido com esta, assim como

---

<sup>25</sup> Ferreira da Mota. *A Academia Real da História ...* p. 41.

<sup>26</sup> Manuel Teles da Silva. *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva, 1727.

com diversas outras agremiações criadas em Portugal, uma espécie de esvaziamento de funções.

Era bastante comum que numa máquina administrativa morosa e que dependia para a articulação da Coroa portuguesa da constante promoção de membros da aristocracia lusitana aos seus postos de organização, que se tornassem, por isso mesmo, para além de corpos organizados racionalmente, como servindo exclusivamente ao público e não aos interesses privados, que a organização monárquica revestisse uma aura em alguns sentidos bastante próxima de cabide de empregos dos órgãos públicos contemporâneos; a grande diferença é que estes lhe conferiam não apenas um *status* e garantia de estabilidade, mas, para além disto, numa época onde paulatinamente escasseavam as chances de titulação, a oportunidade de serem agraciados com um grau de enobrecimento, fictício porque não de sangue, mas, ao mesmo tempo, bastante real porque dotava os laureados com um estigma social distinto daqueles que não tinham a chance de conseguir tal privilégio. Vale neste momento fazer uma pequena digressão e refletir sobre alguns aspectos da estrutura monárquica em Portugal, durante ou pelo menos até a primeira metade do século XVIII, e que vem a ajudar a compreender a realidade na qual a Academia Real estava inserida.



A historiografia procura compreender, de maneira genérica, a época moderna como um período no qual um processo de mudanças de fundo levou a uma realidade de centralização estatal que culminaria, em muitos pontos, com a absolutização do poder monárquico. A afirmação em si não traz consigo nada que a desabone; ao contrário, faz parte de um quadro bastante útil e verossímil. O que vale indagar é sobre até que ponto não nos deixamos levar por impressões genéricas e, no caso dos estudos luso-brasileiros sobre o Antigo Regime, por confundir, em alguns fatos históricos, o que esperamos encontrar de interessante neles com o que de forma criteriosa podemos extrair dos mesmos. Para dar tangibilidade ao que é proposto apresentar aqui, neste momento devemos apresentar um exemplo para a discussão. O caso que nos vale circunscreve-se na implementação e consolidação dos Bragança como linhagem nobre reinante. Esse período, se excluirmos o *josefino*, estende-se da subida de D. João IV ao trono com a Restauração de 1640 até a morte de D. João V em 1750. Durante este intervalo temporal vemos surgir realmente tentativas de dar um maior dinamismo ao funcionamento das



engrenagens do poder. Inspirados inicialmente pelo modelo de organização espanhol, absorvidos em grande parte com o contato que tiveram durante a União Ibérica (1580-1640), uma série de Conselhos foram sendo criados no intuito de garantir o bom funcionamento da política monárquica. Dentre eles, o Conselho Ultramarino, criado em 1643, pode ser o nosso estopim para a crítica aos modelos pré-estabelecidos. Seu nascimento na esfera portuguesa se deu devido à necessidade de se contar com um organismo exclusivo para a gerência dos assuntos provenientes do ultramar. Muitos homens de sabido reconhecimento no mundo luso dele fizeram parte. Em suas atividades, lhes caberia, sobretudo, dar pareceres sobre os diversos assuntos contidos nas diversas cartas remetidas dos mais remotos cantos do Império. Suas decisões, quase sempre, seja em termos de reconhecimento de pedidos de mercês, seja na solução de conflitos nas áreas de conquistas, por exemplo, eram constantemente ratificadas pelo rei. Constituíam, desta forma, uma posição altamente estratégica neste ambiente de tentativa de racionalização e centralização do poder no reino. É bem verdade que o rei garantia desta forma uma maior possibilidade de aumentar o seu prestígio e margem de manobra via conselhos, já que irradiava o alcance do poder imperial a áreas cada vez mais distantes, mas por outro lado dava a estes mesmos conselheiros uma posição suficiente para que fossem compreendidos como participantes ativos no palco de decisões monárquicas. Sem cair na mesmice dos estudos de poderes locais, que quase sempre vêm em tudo a construção de identidades que se opõe aos ditames reais, vemos que na realidade o que se chama de centralização é na verdade uma solução de compromisso entre diversos atores que fundam e garantem a própria existência deste poder. Haveria, portanto, um interessante jogo entre a moralmente real e introjetada prestação de vassalagem e a aceitação expressa na figura real de que a nobreza não era apenas a mantenedora da solução de equilíbrio, mas a própria monarquia. O Conselho Ultramarino não poderia ser visto, assim, só como um número, como mais um organismo posto ao pleno controle do monarca; representava um passo importante, mas não teleologicamente dado de consolidação do Absolutismo. Por isso, se transportarmos a opinião que Furio Diaz tem sobre o caso espanhol para o que ocorre em Portugal, podemos dizer que este, com dotada razão, concorda com a opinião de que

la resistencia y la interferencia continua de los Consejos, su condicionamiento por parte de los exponentes de las clases privilegiadas que los formaban, generaban una confusión y una

tendência al inmovilismo que hicieran inútil el esfuerzo de los borbones para crear una administración central eficaz (...).<sup>27</sup>

A lógica estrutural deste Conselho e, por que não dizer, de todos os outros até pouco antes do fim da primeira metade do século XVIII, deixou marcas muito profundas. Desta forma, devemos questionar sobre até que ponto muitos dos conselheiros ultramarinos, que fizeram posteriormente parte da Academia de História, não partiram, na nova agremiação, das mesmas posturas e idéias. É de se suspeitar que, mesmo atrelados ao mecenato régio, tenham celebrado não apenas o rei e a monarquia, mas também a si mesmos. A carga interpretativa que a historiografia costuma dar a estes Conselhos é, quase sempre, fictícia. Esforço de organização não pressupõe, necessariamente, processo de autonomização do poder real. Se quisermos buscar um momento mais condizente com tal perspectiva, devemos voltar os olhos para a criação posterior de uma série de Secretarias de Estado, que representaram um enxugamento no número de corpos administrativos e, com isto, consecutivamente, uma diminuição das instâncias de decisão até chegar ao rei. Em Portugal, mesmo tradicional em muitos pontos, é na época pombalina que isto ocorre mais claramente.



Feita esta pequena digressão sobre a forma como política e institucionalmente se organiza o exercício do poder, podemos voltar agora a falar daquilo que especificamente nos interessa aqui, a Academia Real da História Portuguesa. Como dito anteriormente, a *Lusitania Sacra* foi um projeto que nunca se efetivou. O fator responsável por esse fracasso, derivava em grande parte da própria concepção de trabalho acadêmico que inicialmente deveria ser feito. Já no texto de prólogo do volume de memórias editado em 1721, aparecia o ponto nodal da sua existência. A primeira grande questão a ser resolvida, e por isso mesmo difícil e lenta, era conseguir juntar material suficiente para que fossem escritas memórias. Ao acadêmico Antonio Rodrigues da Costa, por exemplo, foi atribuída a função de escrever as memórias eclesiásticas do ultramar, o que veio a ser, apesar de ter aceitado o desígnio, bastante contestada pelo mesmo. Tal acadêmico enxergava as suas capacidades como muito mais voltadas para a escrita de memórias seculares. Havia neste contexto a idéia de que com

---

<sup>27</sup> Furio Diaz. “Órganos Representativos y Fuerzas Conservadoras”. In: *Europa: de la Ilustración a la Revolución*. Madrid, Alianza Editorial, 1994. p. 128.

a recolha cuidadosa de documentos, que viriam a servir para a escrita dessas memórias, um primeiro passo estaria sendo dado. Fica balizada, desta forma, a presença de um forte e marcante componente da tradição antiquarista. Essa vertente, que junto com a literatura e a filosofia viria a desembocar na história acadêmica tal qual conhecemos hoje, encontrou na Academia de História solo fértil. Tinha nos autores antigos o seu modelo. De uma certa maneira, para além da segunda característica da Academia que era a penetração da idéia de crítica documental, estabelecia-se uma linha de contato profícua com a antiguidade e a época medieval. A História que emergia dessa filiação assumia, em termos de significado da própria palavra, algo muito diferente de todas as variações polissêmicas que temos hoje. Falar de História para os antigos era algo que vinha carregado de uma noção próxima à de Arqueologia. Como prática, representava primordialmente trazer à tona aquilo que foi perdido, que não existe mais. Nessa perspectiva, a questão da descoberta era a principal tarefa. Muitos homens, portanto, imbuídos de uma vontade de erudição e classificação, acabaram envolvidos, se for perdoada a forma satírica com que a apresento, pela busca desenfreada do país da Cocanha. Também na Academia as questões da descoberta, recolha, ordenamento, classificação eram tarefas nodais. Mas não eram apenas as fontes escritas que interessavam, qualquer material que servisse para o aumento de informações sobre o passado, seja uma moeda ou o estudo pictórico de um brasão, por exemplo, era visto como base para memórias.

Essa atitude de erudição, e não de trabalho intelectual, era algo bastante comum, principalmente no século XVII. Mesmo assim, espíritos críticos se rebelavam contra esta tradição, aspecto que mesmo entre os estrangeirados portugueses não vemos de forma clara. Mais tarde, um destes espíritos, num romance que a primeira vista parece ingênuo aos que o lêem hoje, intitulado *Bouvard e Pecuchet*, a partir da saga desses dois personagens que eram pobres e um deles recebeu uma pomposa herança, que buscando dar uma condição enobrecida às suas existências envolveram-se com diversas atividades exploratórias, faz uma crítica finíssima aos elementos que ainda encontravam interlocutores em sua época. *Bouvard e Pecuchet*, na busca frustrada por dar um novo significado às suas vidas, eram a personificação anedótica e patética de um antiquarismo pelo antiquarismo pintada por Gustave Flaubert no século XIX.

Para a Academia Real da História Portuguesa, seus membros deveriam escrever memórias, ficando a História para um segundo momento. Isto de nenhum modo deve ser visto como algo contraditório. Para tais personagens, muito mais difícil é o emprego

de juntar, discutir, examinar, escolher e pôr em ordem memórias. Ainda que criterioso, o esforço era, sobretudo, de compilação de materiais. Enxergavam a diferença entre essas duas categorias de forma diferente da que nós vemos hoje. Para os pensadores contemporâneos, muito influenciados pelo texto seminal de Pierre Nora, tais noções são contrapostas. Para tal autor, a

memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.<sup>28</sup>

O que podemos absorver do texto em questão é que a memória é um repositório de questões que identificam interesses de grupos e que, por isso mesmo, os definem. A memória é, sobretudo, enquanto vivência, perdida em grande parte pela contemporaneidade, que esvazia o sentido da tradição oral em prol da cultura escrita. Memória na acepção atual é, portanto, com fragmentos de lembranças, rememorar e reconstruir significados para aquilo que, de certa forma une pessoas em torno de algum marco. A História, ao contrário, é a historicidade do evento, uma crítica metódica de tal forma profunda que gera uma deslegitimação do passado vivido.

Também na Academia de História há uma distinção entre memória e história, ainda que com significados um pouco distintos. A memória é identificada com o esforço de erudição em pôr em ordem fragmentos de informações que já estavam perdidos; é uma etapa arqueológica do conhecimento, para tomarmos emprestada uma noção antiga. A História, posterior ao esforço por confecção de memórias, é vista como um grande edifício, onde peças de variadas ordens seriam postas lado a lado numa arquitetura de traços perfeitos e solidamente alicerçados. Enquanto projeto, é vista como uma obra de arte, tão perfeita que serviria como um manancial de conhecimento, como fonte zelosa da verdade, sendo esta noção de extrema relevância no entendimento da proposta de uma *Lusitania Sacra*, mas que é cheia de implicações históricas e conceituais, o que nos fará perder um pouco mais de tempo adiante. O que vale ressaltar neste momento é que a História, posterior às Memórias, é vista como uma narrativa lisa livre de erros e controvérsias, uma fonte de certezas. Se tomarmos em contrapartida a nossa concepção

---

<sup>28</sup> Pierre Nora. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC, dezembro de 1993. n. 10, p. 9.

de memória, não na sua realidade histórica sempre e necessariamente mutável, mas como uma função socialmente arregimentadora, podemos especular que o que os autores acadêmicos modernos chamam de História, está muito mais próximo, apesar da crítica documental exercida, ao que compreendemos hoje como memória. Tal panorama não deve ser visto como um mero preciosismo intelectual, mas como uma tentativa de chamar a atenção para o fato de que as palavras carregam consigo uma historicidade latente, que um mesmo termo pode adquirir diversos sentidos, preocupação esta que vem constando nos trabalhos de pesquisadores internacionais filiados por interesse à categoria genérica conhecida como História dos Conceitos. Essa mesma preocupação com os riscos da imposição de nossa grade de leitura e definições de termos, já tinha chamado a atenção, algumas décadas atrás, ao pensador, muito mais que técnico em História, Sérgio Buarque de Holanda, que apontava para os riscos desse anacronismo como, debochadamente designou, uma doença infantil da historiografia<sup>29</sup>.

Se a historiografia acadêmica tinha, como vimos até então, um forte componente pedagógico, centrado no papel desempenhado pelo valor narrativo oriundo da concepção ética do exemplarismo edificante, e que pode numa linha filiativa estar associada à idéia clássica de história como “mestra da vida”, na maneira como esta era confeccionada, experimentávamos já os primeiros sopros de uma tradição metódica. D. Francisco Xavier de Menezes, o 4º Conde de Ericeira, figura de destaque neste cenário erudito português, e que contava com uma vastíssima biblioteca com milhares de livros no Palácio da Anunciada, residência oficial de sua família em Lisboa, apesar da sua complexa biografia, onde em alguns momentos transitava curiosamente por opiniões favoráveis ao aristotelismo e em outras parecia se aproximar da filosofia newtoniana, nos mostra que, apesar disto, ou talvez por isso mesmo, tenha emitido opiniões favoráveis aos critérios de aferição investigativa. Ainda garoto, aos 12 anos de idade, começou a estudar matemáticas, tendo como seu primeiro professor o cosmógrafo-mor do Reino, Manuel Pimentel.<sup>30</sup> Tal personagem foi conhecido em solo lusitano como um dos primeiros a refletir sobre uma ciência cartesiana. Apesar de em sua ligação com o ainda jovem Ericeira não constar relato algum que confirme que este tenha ensinado a até então famigerada filosofia, é bastante provável de que este tenha ao menos lançado as primeiras sementes que germinariam com a aproximação a Manuel Azevedo Fortes.

---

<sup>29</sup> Sérgio Buarque de Holanda. Sobre uma doença infantil da historiografia. *O Estado de São Paulo: Suplemento Literário*, nº 829. São Paulo, 17 de Junho de 1973.

<sup>30</sup> Ferreira da Cunha. “A desvinização do novo mundo ...” ...

Com a epítome de matemática, ou matemáticas, como era costume dizer na época, eram designadas, no século XVIII, toda uma infinidade de campos de estudos como a geometria, a óptica e a mecânica; e que carregavam, apesar de corresponderem a problemáticas muitas vezes bastante distintas, uma característica comum: a crença de que as coisas poderiam ser comprovadas empiricamente. D. Francisco Xavier de Menezes, agora na Academia, em 1720, e já não tão jovem assim, possivelmente carregava consigo as marcas dessa educação. No primeiro volume de memórias da Academia, o dito personagem já demonstra uma nítida preocupação com a uniformização de um método de estudos. Deveria ser algo que servisse de aviso e modelo para o trabalho de todos os acadêmicos. Não constava, no entanto, pelo menos até onde pude perceber, como um tipo de questionário de pesquisa aos moldes do que bem mais recentemente redigiu Langlois & Seignobos, com etapas prévias a serem cumpridas<sup>31</sup>. Mantinha-se, no entanto, salvo raras exceções, uma preocupação de raízes bastante antigas em tomar a cronologia e a geografia como os olhos da história. Tal preocupação demonstrava que a narrativa de memórias por parte de cada acadêmico deveria levar em conta dados comuns que permitissem que suas informações fossem confrontadas e avaliadas entre eles. A cada reunião, onde davam contas de seus trabalhos, eram distribuídos notícias e documentos aos respectivos interessados, provenientes da labuta de seus membros ou do que era remetido por arquivos distantes. Estabelecia-se, deste modo, uma dinâmica em que principalmente uma datação comum permitia a minimização de confusões e uma maior inteligibilidade da possibilidade de convergência entre os estudos. Em cada memória deveria constar, uma tábua cronológica cujos marcos seriam, grosso modo, a data de nascimento e morte de reis, da vinda de santos, do estabelecimento de bispados etc. Sempre que esses dados fossem, de alguma forma, refutados em prol de alguma nova informação que viesse a pôr em xeque tais marcos, o acadêmico responsável por tal colocação deveria, como tarefa primordial e que o fazia estar inserido num corpo, dar divulgação sobre tal aspecto entre os demais participantes do grêmio. Uma vez levantada a questão, deveria passar pelo crivo crítico de seus colegas, que argumentariam com base em suas próprias informações e com o que até aquele momento era considerado de natureza irretorquível. Logo de cara, se a informação fosse tirada de algum autor apócrifo, a mesma seria descartada por não contar com suficiente respaldo comprobatório, por não ser avalizada pelo selo de

---

<sup>31</sup> Ch. Langlois & Ch. V. Seignobos. *Introdução aos estudos históricos*. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo, Renascença, 1946.

autoridade necessária. Quando se tratava de informação proveniente de relatos de autores estrangeiros, uma grande dúvida ao redor desta também pairava. Mesmo entre os *nacionais*, aqueles que de alguma forma arranharam a estrutura cognitiva da fé naquilo que a religião tinha como seus pontos de dogma, e não no que trazia de maravilhoso e facilmente detectável, eram colocados sobre suspeição – para não dizer, no mínimo, no limbo dos autores intencionalmente esquecidos. Para além, no entanto, dessas advertências sobre a forma de desqualificar o que coletivamente era tomado como inverossímil, como historicamente sem qualquer função na narrativa de fundo exemplarista, haveria uma chamada de consciência a um outro problema, que já no século XVII esgarçava as teias de um universo tendencialmente litúrgico; tendo como foco irradiador principalmente os reinos de tradição protestante. O problema em questão não era mais apenas o da tradição que respaldava ou não determinado autor, mas o da formulação de critérios racionais de aferição dos discursos naquilo que eles tinham de materialmente tangível, a saber, a confrontação metódica dos mesmos a partir de um distanciamento da subjetividade inerente à leitura<sup>32</sup>. O mesmo Conde de Ericeira, que acabamos de citar, em suas reflexões procurava defender a idéia de que para a Academia ser uma instituição séria deveria estar pautada nos ditames da crítica documental<sup>33</sup>. Para ele, numa atitude em muitos sentidos bastante moderna, caberia àqueles encarregados de escrever para o projeto da Academia Real o papel de mostrar de onde estavam tirando as informações de seus escritos e, além disso, quando fossem notícias e documentos passados por terceiros, dizer o nome daqueles que lhe deram valiosas contribuições<sup>34</sup>. Estava estabelecida, desta forma, pelo menos em termos pragmáticos, e não na concepção de conhecimento, uma filiação ao horizonte metodológico cartesiano, cuja inflexão não surtiu o mesmo efeito no plano dogmático.

---

<sup>32</sup> Sem querer qualificar ou julgar a capacidade de pensamento abstrato desses homens do século XVIII, é ponto passivo que incorriam, ao menos em tese, nos riscos de uma ingenuidade epistemológica. Tal perspectiva ganha relevo na dúvida de José da Cunha Brochado sobre se há verdade na História, ou se ao menos esta é realmente necessária – o que coloca em questão é na verdade a possibilidade da objetividade. Cf. Notícias da Conferencia de 22 de Setembro de 1730. In: *CDMARHP ...* Vol. 10 (1730).

<sup>33</sup> Reflexões do Conde da Ericeira sobre o estudo Acadêmico. In: *CDMARHP ...* Vol. 1 (1721)

<sup>34</sup> A postura de assumir esta sistemática indica apenas uma preocupação em criar critérios de validação onde o ficcional não exerça seu pleno domínio na narrativa – pelo menos é isto que querem mostrar a um incipiente público leitor, constituído em grande parte por eles mesmos. Não há nada que possa associar esta perspectiva com a criação da relação autor/autoria e com o surgimento de uma idéia de propriedade intelectual. Mesmo no século XIX encontramos uma sensível resistência a essa construção por parte dos círculos letrados. Dicionários de época de sabida importância, como o de Morais Silva, indicam que essa transformação conceitual teve uma pequena ressonância. Agradeço essas informações a Guilherme Pereira das Neves e Lúcia Bastos.

Esse momento, de crucial importância no mundo luso significa, para Norberto Ferreira da Cunha, que

Em matéria histórica, a *ars essendi* cedeu o passo a uma *ars operandi* que, embora identificando as ‘luzes’ da História com preceitos metodológicos e normativos, lhes retirou, tendencialmente, o lastro ‘maravilhoso’ e providencial, procurando esclarecê-los à luz duma razão natural e apofântica. Emergiu, assim, da Academia uma *crítica* histórica que se instituiu em crisol das próprias crenças (ainda que não de todas) e das tradições em que se apoiavam – por mais piedosas que fossem. E embora essa razão se tenha apresentado, frequentemente, sob uma ‘forma’ peripatética e barroca, o certo é que pela metodologia que utilizou e pelos problemas levantados se inscreve já, em muitos aspectos, no horizonte epistemológico da historiografia denominada ‘cartesiana’, ou seja, uma historiografia baseada no valor criteriológico da crítica, num cepticismo metódico e sistemático e na submissão das fontes a um processo baseado pelo menos em três regras metodológicas: ‘1) a regra implícita em Descartes, segundo a qual nenhuma fonte deve induzir-nos a acreditar naquilo que não sabemos que não pode ter acontecido; 2) a regra, pela qual as diversas fontes escritas devem ser confrontadas umas com as outras e harmonizadas; 3) a regra, pela qual as fontes escritas devem ser verificadas, utilizando provas não literárias’.<sup>35</sup>

Como empresa régia havia a necessidade de constituí-la nos moldes estrangeiros de procedimento e composição. Era, sobretudo, vale a pena mais uma vez lembrar, um organismo que buscava divulgar os feitos valorosos de Portugal no cenário internacional. Desta forma, enquadrar o discurso ao que o mundo das letras tomava como aceitável, era uma maneira de garantir a D. João V a criação simbólica de uma posição de vanguarda, no âmbito das intenções, de resgatar um imaginário de modernidade que tinha raízes profundas nos movimentos de expansão ultramarina e sua literatura épica.<sup>36</sup> Homens como Mabillon, Rolin e Descartes acabavam tendo seus nomes resgatados como modelo *científico* a ser seguido neste contexto de divulgação dos feitos. Neste momento, gostaria de apontar para um fato no mínimo interessante sobre como toda uma estrutura filosófica como a de Descartes acabou sofrendo apropriações. Seus leitores, falando aqui essencialmente dos portugueses, no exercício da leitura como uma categoria ativa, no qual aquilo que é lido é dialeticamente reelaborado por aquele que lê, acabaram absorvendo somente os aspectos do método, de uma epistemologia centrada na dúvida e na comprovação empírica<sup>37</sup>. As questões

<sup>35</sup> Ferreira da Cunha. “A desvinização do ...” ... p. 12-13. No que se refere às regras cartesianas, o trecho foi extraído da *Idéia de História*, de Collingwood.

<sup>36</sup> É curioso como por trás de um discurso metodologicamente alicerçado esteja a mesma preocupação com os feitos heróicos que tão bem marcaram a construção da memória sobre a empresa colonial.

<sup>37</sup> A leitura não é necessariamente feita apenas sobre o objeto escrito, mas também, por exemplo, sobre uma obra de arte ou um registro oral. Cabe no entanto pontuar que a codificação, a tradução da



ontológicas da obra de Descartes, no entanto, em nenhum momento sofreram uma séria reflexão<sup>38</sup>. Para tal autor a História não figura sequer como um ramo do conhecimento, não há qualquer possibilidade de dar-lhe um tratamento científico porque sua própria natureza mutável não permite a formulação de regras e regularidades no seu curso; serve, no máximo, como fonte de exemplos. Por isso que uma História desse tipo é, pelo menos em princípio, a implosão do próprio significado de sua estrutura filosófica. Curiosamente a historiografia dita cartesiana, que encontra adeptos entre os acadêmicos da Academia Real de História é, na verdade, ou uma reação contrária a Descartes ou uma tentativa de complementá-lo e mostrar que mesmo com as suas advertências a cientificidade da história é possível.<sup>39</sup> Retornaremos às implicações do problema adiante. Façamos antes, contudo, uma nova incursão à Academia.



Um dos pontos que mais chamam a atenção na documentação da Academia de História é a questão da censura. Por regulamentação interna, referendada por decreto real, na estruturação institucional acadêmica não caberia interferência externa de outros órgãos. O Desembargo do Paço e a Inquisição, que até então eram as duas principais instâncias de controle sobre a produção de idéias, deixavam de exercer as suas funções quando se tratava do grêmio histórico. Era de responsabilidade da própria Academia a censura dos seus livros e autores, criando um ambiente onde uma certa liberdade era experimentada. Tal fato, o de não haver em suas obras qualquer tipo de selo que não fosse a sua própria rubrica, expõe uma infinidade de possibilidades interpretativas. Em relação à Inquisição, por exemplo, Isabel Ferreira da Mota justifica a ausência de sua intromissão como um esforço consciente do rei por secundarizar a posição do Tribunal do Santo Ofício<sup>40</sup>. Para ela, o soberano estaria desta forma construindo uma arma de oposição, buscando exercer um maior controle e domínio sobre o mesmo. Apesar da novidade e simbologia acadêmica de tal caso, raro até, não me parece que a historiadora

---

mesma acaba muitas vezes assumindo a forma da escrita, o que vem a mostrar que esta pertence estruturalmente ao princípio e ao fim do processo em nossa época.

<sup>38</sup> Entendo aqui a epistemologia como as bases práticas sobre a qual o conhecimento é possível. A ontologia, ao contrário, é uma reflexão apurada sobre a própria reflexão, é uma atitude sobretudo filosófica, porque abstrata e mentalmente especulativa, onde o conhecimento é ao mesmo tempo sujeito e objeto do próprio conhecimento.

<sup>39</sup> Essa querela parece interminável, opondo em campos distintos historiadores científicos, sobretudo os marxistas, e os hermenêutas. Ainda hoje a questão permanece em pleno fôlego.

<sup>40</sup> Ferreira da Mota. *A Academia Real ...*, p. 49.

em questão tenha pontuado o problema de forma consistente. A Inquisição nesta época, apesar de permanecer em pleno vapor, já encontrava enorme dificuldade de controlar a circulação de livros tidos como proibidos. Além disso, tal opinião não coaduna com a própria configuração da Academia. Vale lembrar que esta construiu um programa de pleno agrado de Sua Majestade, que, logo que foi informado do projeto, deu o apoio necessário para a sua implementação. Complementando ainda, apesar da escolha dos acadêmicos depender da própria dinâmica acadêmica, seus nomes eram levados ao rei. Desta forma, era estabelecida uma condição dupla: uma instituição que tinha pleno respaldo e um corpo acadêmico de conhecimento e agrado real. Seus membros, como se depreende, eram homens possivelmente sem qualquer mácula. Não vejo, por isso mesmo, que a Academia Real tenha de certa forma servido como arma de oposição à instituição de existência secular, como defendido pela supracitada autora. Esse grau de autonomia ou benesse real parece-me, muito mais, a construção de um espaço onde D. João V não enxergava riscos à sua posição política e à sua imagem; sendo, muito pelo contrário, um elemento de consolidação destes. Essa censura interna das obras, de responsabilidade do próprio corpo acadêmico, carregava consigo, ao lado da metódica crítica documental, um espírito propositivo, centrado na idéia de verdade.

*Restituet omnia*<sup>41</sup>, do latim tudo restituir. Já nos primeiros volumes acadêmicos figurava o importante emblema que seria a pedra de toque de todo o trabalho a partir de então. Consistia, principalmente, em um belíssimo desenho da deusa Minerva representando a Verdade. Como legenda a essa imagem apareceria, com força de argumento, a inscrição latina supracitada, *Restituet omnia*, mas agora dotada de um novo sentido. O emblema não representava, como pictografia, apenas a idéia de tudo restituir, mas, sobretudo, a concepção de tudo restituir à verdade – o que dá vida ao selo. Não faltar com esta era tarefa essencial a esses letrados d’el rey. Deveriam cuidar para que não houvesse intromissão de suas opiniões e desejos na matéria narrada. Com a crítica documental cartesiana buscavam o máximo da objetividade<sup>42</sup>. No âmbito formal não deveria existir espaço para qualquer aspecto que não pudesse ser confirmado pela confrontação. Nessa perspectiva era da competência do historiador, mais do que narrar, descrever as coisas com distanciamento. Em parecer sobre a dúvida de Fr. Bernardo de Castellobranco se deveria, em seus estudos, dar como epítome ao príncipe D. Pedro I o

---

<sup>41</sup> Estatutos da Academia. In: *CDAH...* Vol. 1 (1721). O termo aparece no fim do documento

<sup>42</sup> Já apresentamos em nota as implicações teóricas do uso desse termo, mas que será utilizado aqui apenas por motivos de comodidade e pela falta de um melhor.

título de cruel ou justicioso, o acadêmico José da Cunha Brochado sintetiza a idéia de Verdade, estatutariamente defendida, ao expor que

Não he necessário por Ley precisa da Historia, que o Historiador se antecipe com reflexoens, deve contentarse com escrever as cousas, como ellas se passarão, sem se intrometter a julgar dellas; deixe ao seu Leitor o juízo livre sem o prevenir com invectivas, ou com apologias a tomar hum, ou outro partido. Pouco, ou nada se deve achar na historia, que venha do Author. O meyo mais seguro para conservar a fidelidade, que he a sua primeira Ley, consiste na simples narração, sem fazer desde o principio até o fim da obra mais que contar os factos, sem semear freqüentemente máximas, e sentenças, recriminando, ou exaltando com a arrogante exageração; de sorte, que o Leitor se não occupe mais que ver as cousas, como se ellas passassem realmente diante de seus olhos, e que não fique de distinguir se as vê, ou se as lê; forme elle mesmo o juízo, que lhe prevenir a matéria (...).<sup>43</sup>

O mesmo acadêmico, em um outro momento, quando é designado para fazer a censura sobre os livros que aguardavam o respaldo da Academia e que versavam sobre a vinda de S. Tiago à Espanha associa, numa atitude bastante comum, verdade e fé. Diante das intermináveis dúvidas em torno da chegada ou não do santo à Península Ibérica, querela que indica de forma exemplar o tipo de preocupação comum à Academia, ou seja, a da função pedagógica exercida pelo exemplo, Cunha Brochado defende que, para

que a Fé não padeça, he preciso que a verdade não sofra. A admirável empreza da nossa Academia he a verdade, restituindo com huma luz clara as cousas, que o tempo, a ignorância, ou huma tradição mal fundada havião cuberto ao nosso conhecimento, e imposto à nossa veneração. Sem indagação não se encontra com a verdade, que deve prevalecer a todos os respeitos, e consideraçoens. Se taparmos a boca às disputas, fechamos também os olhos à verdade, e torna a nossa Historia a prosternarse a pezar dos generosos ânímos, com que a releria, e sustenta o nosso Soberano Protector, Augusto he pouco, quizera dizer inspirado (...).<sup>44</sup>

Ainda diante do debate, de calorosa marca e com proporções de grande tamanho, Cunha Brochado se posiciona afirmando que

não preten[de], segundo a prevenção, em que nos criamos desde a nossa primeira infancia, destruir a tradição universal desta mesma pregação; mas a docilidade christã tão recomendada aos Fieis pela

<sup>43</sup> Parecer do Acadêmico Joseph da Cunha Brochado sobre a proposta, que fez o Acadêmico o Padre Fr. Bernardo de Castello-Branco. In: *CDAH ...* Vol. 2 (1722), p. 5-6 ... Apesar da postura de distanciamento apresentada no trecho, não é de se admirar que, no fim do documento deixe antever, de forma implícita, que se fosse realmente necessário dar um epitome, nunca poderia ser o de cruel, seria muito danoso.

<sup>44</sup> Assento, que o Director, e Censores tomarão para se imprimirem algumas dissertações sobre a primeira Pregação do Evangelho em Hespanha. In: *CDAH ...* Vol. 2 (1722), p. 6-7.

mesma palavra Deveria nos obriga a confessar que ignoramos o que verdadeiramente ignoramos, e que devemos sujeitar o nosso entendimento, ou obstinado, ou curioso, à Sapiência Divina, que nos esconde muitas vezes as acções virtuosas de seus mayores Santos, para nos ensinar a nós mesmos a esconder as nossas, sem pretendemos mais que serem conhecidas della. O mesmo Senhor, que sabe quem foy o primeiro Apostolo, ou Varão Apostólico, que nos annunciou a Fé, que professamos, e que defendemos, inspirará quando for servido à sua Igreja que o declare, para que cessem os temores dos devotos, e as disputas dos Críticos (...)<sup>45</sup>

Se pelo que foi explorado ficou claro que a Academia propôs uma prática sob diversos aspectos moderna, devemos tratar com uma certa desconfiança os Estatutos e demais documentos ordenatórios. A fonte não deve ser vista e/ou lida apenas naquilo que traz como registro escrito, como se o que está impresso fosse um retrato fiel da realidade; mas também na sua historicidade, nas condições pela qual foi produzida. Por detrás de uma capa de cientificidade marcadamente cartesiana, um universo bastante diferente era encoberto. A natureza laica do conhecimento científico não encontrava grande respaldo em solo lusitano. Um obstáculo de ordem mental imposto pelo catolicismo constituía, aos moldes do mundo de Rabelais, para utilizar uma imagem figurativa, os limites da prática especulativa secular<sup>46</sup>.

Dentre os historiadores portugueses contemporâneos, dois deles assumiram a linha de frente no combate a essa idéia de que a Academia de História representou para sua época um projeto genuinamente moderno. Os personagens em questão são Teófilo Braga e Hernani Cidade<sup>47</sup>. Tanto Isabel Ferreira da Mota quanto Norberto Ferreira da Cunha têm insistido em seus trabalhos para o fato de que na Academia houve espaço para a diferença de opiniões, e que estas constituíam divergências de fundo, um caloroso debate entre visões de mundo distintas. Para Teófilo Braga e Hernani Cidade, no entanto, tais divergências eram apenas epidérmicas, constando que todos os autores acadêmicos partiam das mesmas preocupações, com apenas pequenas nuances. O segundo deles, em livro já clássico, se num primeiro momento chama a atenção para o grau de importância da academia, num segundo a critica severamente. Para este, tomando emprestada a opinião de um outro autor,

---

<sup>45</sup> Idem, p. 9-10.

<sup>46</sup> Lucien Febvre. “A obra mestra: o problema da descrença no século XVI (1942)”. In: C. G. Mota (org.). *Lucien Febvre*. Trad. de A. Marson et al. São Paulo, Ática, 1978. p. 29-78. (Grandes Cientistas Sociais, 2).

<sup>47</sup> Teófilo Braga. *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa – Os Arcades*. Porto, 1918. p. 9-10. Hernani Cidade. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra, Coimbra Editora L.<sup>a</sup>, 1975.

pelo esforço realizado e decerto ainda pelos bons desejos que a animaram, que Hübner diz desta Academia que ‘apresentou pela primeira vez investigação propriamente histórica, em substituição à literatura por assim dizer monástica, em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e arqueológicas’ (...) <sup>48</sup>

Apesar desta nota honrosa e favorável, não deixava, no entanto, e tomando o exemplo como uma característica comum, de dizer sobre a narrativa acadêmica, que esta era

Freqüentemente, mais retórica do que investigação – e retórica assim grandiloqua e pomposa. É ver a maneira como Contador de Argote prova, fazendo malabarismos lógicos sobre um texto de S. Jerônimo, muito vago e escrito no século IV, que Santiago veio à Espanha. Mais do que a *Verdade*, que, quase nua, encimada pela legenda *Restituet omnia*, figurava no emblema da agremiação, importava, afinal, moralizar os costumes e afervorar a fé. E para tal efeito, valia tanto a lenda como a história – que também, por mais que se esforçasse, nunca chegava à exatidão (...). É pelo menos a opinião do acadêmico José da Cunha Brochado, bem carregada de razão, aliás – mas de conclusões pouco menos do que justificativas do invencionismo de Fr. Bernardo de Brito (...). <sup>49</sup>

Também entre os contemporâneos à Academia não faltaram severos críticos. Dentre eles destacou-se a figura de Verney, autor do livro *Verdadeiro Método de Estudar*, obra que gerou um intenso debate sobre o ensino em Portugal após sua publicação em 1746. Tal personagem representava um crítico ardoroso da inércia que pairava sobre a *intelectualidade* portuguesa. Fruto de uma Ilustração Católica, Verney mantinha estreito contato com o que vinha sendo pensado e discutido em terras vizinhas, mais precisamente na Península Itálica. De lá, chamava-lhe atenção principalmente um homem de idade já avançada, mas que representava uma espécie de ponto de convergência com o novo. Muratori, a figura em questão, representava a sua possibilidade de conseguir prestígio nessa “República das letras” e uma autoridade que poderia respaldar suas opiniões sobre o atraso de Portugal. Em carta de estilo bajulador e eivado de oportunismo, Verney se dirige a Muratori comentando as opiniões deste sobre o volume de *Memórias* que lhe fora remetido, demolindo, ponto a ponto, a propaganda modernidade da Academia Real. Dado a exemplaridade do documento em questão, que tem a força de condensar toda uma série de impressões sobre a empresa régia, vale a pena, neste momento, transcrevê-lo linearmente; omitindo apenas os aspectos que não nos dizem respeito diretamente. Na carta, Verney diz a Muratori que

O que escreves acerca do facto de os nossos engenhos serem impedidos de julgar fora de quaisquer opiniões preconcebidas, bem

<sup>48</sup> Hernani Cidade. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas ...* p. 84.

<sup>49</sup> Idem, p. 83.

como de devermos desejar uma crítica mais sã nos escritos da nossa Academia, é exactíssimo. Ao folhear esses códices, eu próprio notei isso muitas vezes. Ao considerar porém, comigo quaes as causas que porventura explicam por que é que homens que se dizem parciais e sem preconceitos, adoptam muitas coisas que enjoam os que têm critério, achei duas principais: o péssimo gosto da Eloquência e o da Filosofia. Aqueles, com efeito, que julgam todas as coisas com as luzes dos Peripatéticos, não podem deixar de tomar os seus sonhos por realidades. Sendo certo que a Filosofia aristotélica não se esforça por armar o espírito com boas noções preliminares, para este poder julgar depois como deve qualquer questão posta, mas, pelo contrário, toda se preocupa só com bagatelas e cavilações, daí resulta que aqueles que imbuem o seu espírito com tais opiniões, são depois como que atirados para qualquer ciência como por meio de uma tempestade; nela não sabem filosofar de outra maneira e na Filosofia só fazem das suas. Donde resulta ainda que os que passaram a vida a remoer estas coisas, finalmente, venham a parecer em qualquer matéria, ou sacra ou profana, obtusos e ineptos. E como aquela Academia tem na sua maior parte como alunos frades que inconsideradamente se deleitam só com a Filosofia peripatética, não é de admirar, portanto, que nos seus escritos encontremos coisas que fazem ser os vossos e que seria necessário pulir e castigar. Não quero com isto dizer que todos os Acadêmicos errem sempre, mas sim que muitos erram freqüentemente, e outros só algumas vezes. Pois conheço também alguns que cultivam a erudição e o critério, que peregrinam já por alguns países da Europa e que daí trouxeram para a sua terra o bom gosto das Letras. Quanto a estes, porém, para não incorrerem em ódios e se não sentirem em perigo, vêem-se obrigados a ocultar o que sentem; do que te quero dar um exemplo. Um certo frade agostinho negou que o Apostolo S. Tiago tivesse estado em Espanha, e provou isto com solidíssimas razões. Houve contudo quem logo condenasse o homem, como se ele tivesse proclamado uma perversa heresia. Assim, logo um frade teatino, chamado Sousa, num grosso volume muito condensado, veio em defesa de S. Tiago. Ignoro o que pensarás desse livro. A mim, na verdade, parece-me que ele, depois de muito trabalho e muito suor, só conseguiu provar ter o seu autor defendido uma péssima causa, nada assente em sólidas razões, de modo que, lido o livro, plenamente acredito naquilo que antes apenas tinha dúvidas: não ter o Apóstolo nunca aportado às Espanhas. Muitos outros exemplos deste gênero poderia citar, para te mostrar serem numerosos, entre nós, os que calam as suas convicções só para se não exporem ao ludíbrio ou a perigos. Há também, sem dúvida, quem procure remediar estes males e libertar a Filosofia da servidão aristotélica. Estes, embora não façam tudo o que desejariam ou que deveriam fazer para ajudarem as inteligências, devem contudo ser louvados pelo seu esforço, e a verdade é que vão lançando sementes tais no espírito dos rapazes, que bem podem vir um dia a dar fruto.

A outra coisa que disse, acerca também da nossa corrompida eloquência, quer significar o seguinte: essa eloquência faz não só que os nossos homens compreendam pessimamente as coisas, mas ainda que se expressem ineptamente. Tu não conheces, Muratori, quanto os óptimos estudos favorecem as mais humanas letras, e permitem às pessoas não só falar com a pureza e dizer com elegância, mas

também pensar com rigor das coisas e julgar com prudência. Ora como a maior parte dos nossos não entendem isto, daí provem o eles se deleitarem com toda a espécie de subtilezas e argúcias e adoptarem um modo de dizer que não agradaria nem sequer na época dos sofistas. Isto para não falar já naqueles, não poucos, que se persuadem de poderem falar bem e com elegância só porque usam uma linguagem obscura e pouco inteligível, enquanto que, por outro lado, desdenham o discurso claro, puro e inequívoco. Donde resulta que os que se entregam a estas inépcias ignoram os bons autores, assim como carecem daquela erudição que é, além disso, necessária aos que se propõe falar com homens graves e publicar as suas obras. Digo isto, ignorando se acaso tu conheces apenas perfunctoriamente a língua portuguesa, ou se a dominas bem. E se tomares em consideração estas coisas, compreenderás a razão por que aquela Academia é causa de grande dano”<sup>50</sup>

Apesar da maneira bastante ácida pela qual Verney julga os feitos da Academia Real da Historia Portuguesa, tida como peripatética e filosoficamente aristotélica, devemos tratar a questão com seriedade. Tal autor, ao mesmo tempo em que quer marcar posição no mundo moderno, tenta até certo ponto envergonhadamente dizer que nem tudo são trevas em Portugal. Diz que até mesmo na Academia há os que enxergam com alguma luz a realidade, sendo obscurecidos pelo medo de represálias. Tal perspectiva parece encobertar a opinião geral e textualmente clara de que a instituição como um todo é um bizarro empreendimento. Exageros de um homem com um apurado senso de oportunidade? Certamente, mas também indicativo de que elementos de uma tradição na qual é um ardoroso opositor encontram simpática aderência na nata erudita lusitana. Se tomarmos como referência as Orações e as Notícias das Conferências, papéis que constituem mais de 50% de todos os volumes da documentação de base a este trabalho, podemos observar que a necessária clareza narrativa que o padre barbadinho diz faltar no empreendimento acadêmico, não é uma característica inverídica. Entre modernidade e tradição construíam um universo possível.

Uma das características marcantes desse século XVIII é o desenvolvimento de um processo onde o recurso ao latinismo, como sinal de distinção erudita, vinha caindo rapidamente em desuso em prol de uma linguagem mais límpida e técnica. Tal contexto parece ter resultado em uma estranha simbiose na Península Ibérica. Ao lado de um procedimento que no âmbito formal apresentava desde já a necessidade de um método, no plano discursivo vemos a interferência de um linguajar bastante pomposo. Teriam razão os críticos ao afirmarem que a Academia representou uma ruptura muito mais de

---

<sup>50</sup> Luis Antonio Verney, Arcediago de Évora a Luis Antonio Muratori, Bibliotecário do Duque de Modena. Apud. Luis Cabral de Moncada. *Estudos de História do Direito*. Coimbra, por ordem da

superfície do que de fundo com a forma como até então se constituía o universo mental desses homens? A documentação até certo ponto responde esta questão. Precisamos, sobretudo, de um exemplo, que poderá ser complementado por muitos outros em vários momentos. Um dos acadêmicos, Antonio Rodrigues da Costa, que num dos pareceres ao Conselho Ultramarino mostrava uma atitude de pensar politicamente bastante secularizada para a sua época, quando figurava no corpo da Academia, era valorizado justamente pela sua capacidade de encarnar a figura do erudito clássico<sup>51</sup>. A sua escolha para a Academia, devemos mais uma vez lembrar, foi feita para que escrevesse a História Eclesiástica do Ultramar em latim. Era o seu conhecimento das línguas antigas que o fazia respeitado e muito requisitado na Academia e não o perfil do homem, que parece até um outro, que perto de sua morte tinha apresentado opiniões tão claras sobre a forma como o rei tinha que agir para não vir a perder seus domínios. E sua postura não era exceção. Outros existiram que dessas línguas constantemente fizeram uso, mas ao leitor que se der ao trabalho de passar os olhos sobre os grossos volumes de *Memórias* poderá constatar que todas as suas intervenções e cartas enviadas vinham redigidas integralmente na língua latina. Respeitadíssimo, esse personagem era dessa forma o protótipo do erudito, do homem de conhecimento vasto, mas que estava muito distante da idéia de intelectual, do *Sapere Aude*. Como dito, não era o único em Portugal. O Marquês de Alegrete, por exemplo, na primeira conferência acadêmica do segundo volume de *Memórias*, faz uso constante de expressões latinas como recurso para valorizar os feitos heróicos de Portugal, sempre recorrendo a elementos da Antiguidade e ao papel de seus autores.<sup>52</sup> Desta forma, os modelos da eloquência e da oratória são retoricamente absorvidos em tais discursos. O Conde de Ericeira, por exemplo, tenta comparar a Academia de História com a Academia de Roma antiga, insistindo para o fato de que esta é uma questão na qual tem constantemente chamado atenção em suas intervenções.<sup>53</sup> D. Luis da Cunha, um outro personagem não menos interessante e que é tido como um dos grandes pensadores portugueses do período, tendo inclusive escrito um longo testamento político de visão alargada e postura pragmática, não foge totalmente à regra. Este homem, de reconhecidos feitos e com uma carreira diplomática

---

Universidade, 1950. Vol. 3, p. 259-261.

<sup>51</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1866. Tomo VII, p. 475-482.

<sup>52</sup> Oração, que disse o Márquez de Alegrete na primeira conferencia deste anno. In: *CDAH ... Vol. 2* (1722).



sólida, mesmo experimentando os novos ares da Europa, permaneceu *refém* de uma linguagem política que tinha dentre as suas variantes: a marca da dicotomia bem x mal do barroquismo religioso, um constante olhar sobre a Antiguidade e uma filosofia de matriz aristotélica. Mas de que forma isso afetou o nobre de estirpe? Quando a Academia foi criada em 1720 seu nome não constava na lista de integrantes, embora tenha sido chamado, no entanto, em 1723, para compor os quadros dos acadêmicos supranumerários. Em uma carta de resposta ao aviso de estar sendo nomeado para a função, D. Luis da Cunha demonstra, por detrás dos agradecimentos de praxe por estar sendo eleito, uma certa mágoa por ter sido *esquecido* pelo rei. Tendo isto em mente, busca usar esse jogo de linguagem como um artifício retórico no intuito de marcar sua posição e manter sua visibilidade no círculo reinol. Para isso, acaba se valendo de uma série de elementos disponíveis nesse universo. Em primeiro lugar, compara o feito da instituição da Academia Real da História Portuguesa à mesma preocupação de Luís XIV, colocando-o simbolicamente no mesmo patamar de D. João V. Mais interessante, no entanto, é o fato de trazer à tona a discussão sobre se o rei deveria ser amado ou temido, resgatando uma temática que consta de forma bastante clara na obra mais conhecida de Maquiavel, e que é transformada aqui, de uma preocupação de teor pragmático em uma outra, de perfil moral<sup>54</sup>. O aspecto mais interessante de sua carta é, no entanto, – resgatando o sabor da Antiguidade – a alusão a Homero, quando compara o rei ao sol que tudo vê, que dissipa com a sua luz as trevas da ignorância.<sup>55</sup>

Também o personagem idealizador da Academia, até de forma mais profunda que os outros, é tributário de sua própria época, de uma cultura que não conhece a noção de progresso. Manuel Caetano de Sousa, ao que parece, era um verdadeiro entusiasta da mitologia, tinha apreço por sua linguagem figurativa e tão cheia de ensinamentos. Para ele, em estilo cada vez mais fora de moda, o rei era chamado de Júpiter; de Juno Austríaca, a Rainha; e de Minerva, a Academia – o que mitologicamente significava a filha de Júpiter. Dizia sobre a defensora do *Restitue omni* que

O seu nascimento foy illustrado com hum prodígio, semelhante ao que celebrou a Antiguidade no nascimento de Minerva, em cujo dia se virão em Rhodes chuveiros de ouro.

---

<sup>53</sup> Oração Academia, que recitou o Conde da Ericeira, sendo Director, em 3 de Fevereiro de 1726. In: *CDAH ...* Vol. 6 (1726).

<sup>54</sup> Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. Trad., prefácio e notas de Livio Xavier. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

<sup>55</sup> Carta de D. Luis da Cunha em resposta ao aviso, que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Acadêmico supranumerário. In: *CDAH ...* Vol. 3 (1723).

*Auratos Rhodiis imbres nascente Minerva  
Induxisse Zovem perhibent.*<sup>56</sup>

Além do latinismo e do recurso à mitologia, Manuel Caetano de Sousa associava a criação da Academia a um grande feito. Atribuía ao rei, que numa construção simbólica de Antigo Regime era visto como a cabeça, como a parte responsável pela articulação com as demais partes do corpo social, a figura de promotor da verdade, da virtude e da esperança.

Podemos agora, armada a trama, voltarmos nossos olhos para algo que até então não tinha sido diretamente contemplado. Se falamos da História dessa Academia, do tipo de método e, além disso, de como esses acadêmicos construíam esse ambiente, faltou até aqui algo de imprescindível, uma discussão mais detalhada sobre os mesmos. O que pretendo agora, portanto, é dar conta de pequenas informações biográficas que possam elucidar melhor tais discussões.



Tratar de informações biográficas é sempre assunto delicado e sujeito a lacunas e imprecisões. Quando pensei em trazer informações básicas sobre os personagens da Academia de História, almejava dar um trato denso e que englobasse a instituição na sua totalidade. Ao buscar registros de suas vidas, no entanto, pude perceber que nem sempre o desejo caminha lado a lado com as possibilidades de análise. Cabe salientar, portanto, que restringi o quanto pude, ou por necessidade ou por vontade, o escopo da investigação.

Originalmente, na criação da Academia de História, foram eleitos 50 sócios numerários, que eram os que viviam na Corte e participavam cotidianamente das reuniões, e mais os supranumerários, que poderiam tomar assento na dita agremiação quando estivessem em Lisboa, mas que lá não residiam, não tinham tanta representatividade na política acadêmica do dia a dia. Primeiramente devo dizer que só busquei dar conta desses acadêmicos do número, tanto os iniciais quanto os que foram agregados quando da morte de algum personagem. Ao total chegamos ao número de 77 ou 78 acadêmicos, no espaço de 1721 até 1736. Essa imprecisão se dá porque consultando as listagens vemos que Diogo de Mendonça Corte Real aparece duplicado.

Ou aconteceu realmente algum erro na redação, ou estamos diante de um caso comum de homônimo; mas não parece ser este o caso, já que não encontrei mais de uma biografia com o mesmo nome, que confirmasse que o segundo caso pertenceu à Academia.

Como material inicial de análise, como forma de saber quem por ela transitou, ancorei-me nas listas de acadêmicos que consta no final de cada um dos 16 volumes de memórias da Academia, bem como no anexo que Isabel Ferreira da Mota insere ao final de seu livro.<sup>57</sup>

Tendo acesso ao meio inicial de investigação, acabei como segundo passo procurando informações sobre as biografias coletivas, que trouxessem algo a respeito do perfil dos personagens. Logo de cara esbarrei em um problema comum, a falta de dados disponíveis. Grande parte das biografias encontram-se em Portugal, o que dificultou muito o trabalho. Tentando sanar o problema acabei me valendo dos meios disponíveis, principalmente do *Dicionário Bibliográfico Português*, na versão em cd-rom, de Innocêncio Francisco da Silva. Para além do famoso dicionário, e como forma de cotejar informações e acrescentar dados em possíveis brechas, recorri a sites da Internet como o <http://www.arqnet.pt> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/>, que se por um lado muitas vezes pecam pelas imprecisões, por outro constituem meios de informações em nada desprezíveis. Com essas limitações em mente, só consegui colher algum tipo de informação biográfica sobre 55 deles, o que constitui mais ou menos 71,43% do montante. Podemos somar a estes casos uma sugestão da origem social de alguns outros, já que na listagem vemos personagens que textualmente apresentam a indicação de que tinham a estirpe de Dom ou até mesmo de padre e/ou frei, o que dificulta ainda mais a questão de estabelecer um perfil; a titulação nem sempre indica claramente a função, mas não podemos averiguar todos os casos, como discutirei adiante. Em alguns casos ficaram faltando, por exemplo, as datas de nascimento e morte; em outros, como o de Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, só foi possível saber algumas das principais ocupações que teve no decorrer de sua vida.<sup>58</sup>

Como fica claro, as limitações são muitas, o que diminui bastante o grau de certeza quando tentarmos traçar um perfil coletivo. Cabe, no entanto, salientar que

---

<sup>56</sup> Oração, que recitou o Padre D. Manoel Caetano de Sousa na ultima Conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no dia, em que acabou o seu sexto anno, em 9 de Dezembro de 1726. In: CDAH ... Vol. 6 (1726).

<sup>57</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc XVIII*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003. pp.377-381.

mesmo assim é possível tecer alguns comentários com o material disponível, mesmo que de forma breve e introdutória a um problema que pretendo num momento futuro averiguar melhor. O que podemos deduzir da documentação, portanto?

Dos 55 personagens envolvidos nessa tentativa de criação de um perfil acadêmico, em 48 deles, 87,27%, consegui encontrar, respectivamente, a data de nascimento e de morte. Com esses dados disponíveis pude traçar uma média da estimativa de vida desses personagens. Já que o cálculo foi feito subtraindo a data de nascimento da de morte, e por não ter no anexo posto ao fim dessa dissertação os dias e meses precisos, é bem provável que haja uma discrepância em alguns casos de 1 ano na contagem. Se por um lado diminui a precisão, por outro, não altera muito as médias estabelecidas. Ao que parece o personagem que veio a ter o óbito mais cedo foi o famoso padre voador Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Se as datas de Inocêncio estiverem certas, o irmão do diplomata e secretário de estado Alexandre de Gusmão, nascido em Santos, morreu mais ou menos com 39 anos de idade, de forma prematura. Do lado oposto da moeda, o padre e dicionarista londrino Raphael Bluteau, que ficou marcado pela posteridade com a confecção de sua obra *Vocabulario Portuguez e Latino*, faleceu aos 96 anos de idade, algo incomum para os padrões de época.

Em relação não mais aos casos extremos e específicos, mas voltando ao panorama geral, acabei estabelecendo um número quebrado nas médias. De caso a caso fui diminuindo as datas de morte das de nascimento e, ao fim disso, somei todos os resultados e dividi por 48, o que resultou em 68,83. Como podemos observar, os acadêmicos viveram até quase a faixa dos 70 anos, o que é bastante significativo se tivermos em mente que é um período bastante longo para o trânsito nas principais instituições da monarquia lusitana. Ao que parece, a longa permanência na vida pública de certa forma fechava os muros de uma elite acastelada, pouco sujeita a grandes transformações. As possibilidades de renovação acabavam sendo parciais e lentas muitas vezes.

Se para o caso do cálculo da média de vida usamos o número de 48 indivíduos, em relação à idade de entrada na Academia o volume de personagens sobe um pouco mais. Em outros 4 exemplos encontrei pelo menos a data de nascimento, o que dá o total de 52. Somente em 3 personagens, portanto, não pude obter qualquer informação nesse sentido. A grande parte entrou na fundação da Academia em 1720, mas como o seu

---

<sup>58</sup> Para informações complementares consultar o segundo anexo ao fim dessa dissertação.

funcionamento e a produção de suas memórias só aconteceu a partir de 1721 usamos o último número como base de análise. Desses 52 casos em 14 observamos que o ingresso se deu em anos posteriores a 1721, conforme os membros originais iam morrendo. Isso obrigou a que novamente o cálculo da idade fosse feito caso a caso, só posteriormente sendo feita a média. Mais uma vez encontramos aqui o personagem Raphael Bluteau figurando num dos extremos da tabela. Quando de sua entrada já era um senhor no alto de seus 83 anos de idade. Apesar do avançar de seus anos, sua aquisição conferia à Academia um status de autoridade. O clérigo teatino, depois de sair Inglaterra para a França em 1644 aos 6 anos de idade, fugindo com sua mãe dos tumultos provocados pela morte de Carlos I, se aventurou na vida religiosa, mas antes acabou concluindo o curso humanidades em Paris e doutorou-se em Roma nas ciências teológicas. Segundo Innocêncio, já em Paris gozava da fama de grande orador, sendo mandado por sua ordem a Portugal em 1668. Ainda no que diz respeito aos dados apresentados pelo dicionarista português

Foi o P. Bluteau homem verdadeiramente sabio e erudito á moda do seu tempo: mais ou menos versado em todo o genero de estudos, mereceu-lhe particular predilecção o das linguas mortas e vivas. Falava expedita e desembaraçadamente a ingleza, franceza, italiana, portugueza, castelhana, latina e grega; e em qualquer d'ellas compunha com grande facilidade, tendo aprofundado o conhecimento das grammaticas de todas.

Essa larga erudição, que se coadunava com os valores literários da época, conferia ao londrino o papel de mestre, como o tipo ideal de letrado que se esperava. Ganhava assim adeptos e admiradores dentro e fora da Academia.

Se Raphael Bluteau foi sem dúvida o mais velho dos acadêmicos a morrer e a entrar na Academia, aconteciam casos diametralmente opostos. Dos numerários, 6 foram eleitos antes mesmo de completarem 30 anos: Caetano José da Silva Sottomaior, Manuel Pereira da Silva Leal, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, D. Diogo Fernandes de Almeida, D. Francisco de Almeida e D. José de Portugal. Desses o mais conhecido foi sem dúvida Martinho de Mendonça, tendo passado pelas mais importantes instituições da época, como o Conselho Ultramarino. Além disso, sua biografia aponta uma preocupação como registro escrito, já que foi guarda-mor da Torre do Tombo e bibliotecário do rei D. João V. Se tinha pouca idade, é bem verdade, a observação das suas principais funções indica que partilhava do perfil desejado na Academia, já que tinha bastante domínio nas letras, destacando-se pela publicação de um pequeno livro indicado para a formação moral e física da mocidade portuguesa, o

*Apontamentos para a educação de um menino nobre.* O mais jovem, no entanto, foi D. José de Portugal, 3º marquês de Valença, um nobre que a despeito de sua pouca idade, 25 anos, figura entre os membros envolvidos nos *aparelhos de Estado*. Foi o personagem, dentre outras coisas, do Conselho de D. João V, presidente da Mesa de Consciência e Ordem e deputado da Junta dos Três-Estados. Produziu um livro intitulado *Vida do infante D. Luis*, que Verney em seu *Verdadeiro Método de estudar*, de forma ácida, considera que quase a metade é feita de aprovações e elogios.

Deixando esses casos extremos de lado, podemos aferir que, no que respeita a idade média de entrada na agremiação, o cálculo encontrado é de 48,44. Os acadêmicos beiravam, em grande parte, o cinqüentenário quando de suas convocações para constituir o quadro dos numerários. Se existiam casos extremos, como vimos no parágrafo anterior, em grande parte a idade média correspondia a uma fase da vida onde os acadêmicos já tinham um estilo e uma formação geral bastante consolidada. Eram homens, grosso modo, já maduros, experimentados nos assuntos da vida. Gozavam já de estima social, sendo a Academia um verdadeiro laboratório onde teciam as teias de um padrão literário.

Quanto à composição social dos acadêmicos, anteriormente já tinha exposto os limites da investigação. Como foi dito, na falta de informações biográficas, considerei como nobres aqueles que tinham à frente do nome o predicativo de Dom e, como clérigos, aqueles que apareciam como padre e/ou freis. Mesmo chamando a atenção para isso, o problema decorrente do trabalho não se torna, sob hipótese alguma, menos grave. É sabido que ao lado da titulação a estima social se dava também pela própria função exercida. Muitos dos que eram considerados nobres poderiam muito bem figurar entre os membros do grupo dos letrados. Além disso, tantos outros que eram considerados como das letras, poderiam figurar nos quadros de uma pequena nobreza. Em relação ao clero a questão é ainda mais grave. Os religiosos poderiam pertencer, por exemplo, ao quadro dos filhos segundos das casas nobres, como serem provenientes de outros extratos sociais difíceis de caracterizar. A historiadora Isabel Ferreira da Mota, por exemplo, considera como pertencentes a um Terceiro Estado todos os que não constavam literalmente na nobreza ou clero. Indica, no entanto, que esse grupo teoricamente apresenta problemas conceituais, ainda mais numa sociedade de *Antigo*

*Regime*.<sup>59</sup> Mesmo tendo em vista essas questões, tentarei aqui apresentar algumas impressões.

Dos 77 ou 78 personagens que constam nas listagens, em 65 deles tentei estabelecer a que grupo pertenciam, sempre tendo em mente as imprecisões. Em 19 deles, ou seja, em 24,67 %, de alguma forma, encontramos características que permitem situá-los como letrados. Tinham pelas letras seu ofício principal, não viviam necessariamente, até a entrada na Academia, já que a mesma de certa forma virou um espaço de nobilitação, pelos privilégios estamentais conferidos ao primeiro e segundo Estado. Dos outros 12 personagens que não tive qualquer informação sobre a origem social é provável que alguns deles tenham pertencido ao grupo letrado, mas isso é apenas uma hipótese.

No que diz respeito aos nobres de condição, que assim figuravam tanto no dicionário de Innocêncio quanto nos *sites* referidos, apenas 14 estão presentes na Academia. Se calcularmos o percentual total, percebemos que não passavam muito de 18,18% do corpo acadêmico. O número reduzido, no entanto, em nada desmerece os provenientes dessa ordem. Tanto Fernando Telles da Silva quanto D. Francisco Xavier de Menezes, respectivamente 2º marquês de Alegrete e 4º conde de Ericeira, na documentação cotidiana da Academia, aspecto que será ressaltado no Capítulo 3 dessa dissertação, apresentavam participação ativa. Podemos até mesmo levantar a hipótese de que esta nobreza dava o tom da organização da instituição. Tais personagens eram responsáveis muitas vezes pelo ordenamento das atividades, escrevendo diversos elogios fúnebre e presidindo a maioria das sessões. Por isso não devemos desmerecê-los, sob pena de cair num grosseiro anacronismo.

O terceiro dos grupos tipificados diz respeito ao clero. Dos 65 membros da Academia 31 de alguma forma estavam envolvidos em alguma atividade religiosa. Constituíam, de forma impressionante, a marca de 57,15% do corpo acadêmico. Esse espanto inicial, no entanto, acaba sendo suavizado quando observamos o Capítulo 3 da dissertação. As constantes questões envolvendo a fé não poderiam deixar de estampar suas marcas na produção textual da instituição real. De posse desses dados é possível averiguar sobre que tipo de clero estamos falando. Três deles pertenceram à Congregação do Oratório de Lisboa, dois eram monges da Congregação Cisterciense em Portugal, três com alguma certeza jesuítas, oito eram clérigos regulares teatinos, três

---

<sup>59</sup> Cf. Ferreira da Mota, *A Academia* ..., p. 106-11.

presbíteros seculares, três dominicanos, um eremita agostiniano, um franciscano e sete que parecem pertencer ao corpo secular, sem qualquer indicação adicional. Podemos notar, portanto, que tanto membros de ordens religiosas quanto os seculares estiveram presentes na Academia. O que chamou atenção, no entanto, foi o volume alto de teatinos na composição acadêmica. Ao que parece essa ordem foi responsável por uma certa renovação cultural na Europa, causando imbricações ao trabalho que não pude averiguar melhor e responder.

Falando agora de um mapeamento dos locais de origem dos personagens, em 51 casos encontrei informações. Ao que parece era uma academia essencialmente nacional. Somente em cinco exemplos fugimos um pouco da regra. Dois vieram de Santos, os irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão; um de Goa, o letrado Júlio de Mello e Castro; e um de Londres, mas que vivia há muito em Portugal, o já citado Raphael Bluteau. Quanto os lugares de nascimento em terras lusitanas um era de Cascais, um de Castello-Branco, dois de Colares, um de Évora, um da Guarda, um da ilha da Madeira, um de Olivença, um de Penamacor, dois de Pernes, um do Porto, um de Riudades, dois de Setúbal, um de Tavira e um de Viseu. Como vemos 17 deles pertenciam aos mais variados cantos de Portugal e suas ilhas. Esse número, no entanto, nem de perto chega ao total de 46 personagens nascidos no reino. De onde eram provenientes os outros 29 exemplos então? Ao que parece, a imensa maioria dos portugueses nasceram na cidade de Lisboa. Tal fato é importante se levarmos em conta que o grande centro cultural até então era a cidade de Coimbra. Se isso por si só não significa uma perda de posição da cidade que tinha a principal e quase única universidade do país (se excluirmos a de Évora), de um lado, mostra, de outro, porém, que Lisboa vinha pouco a pouco ganhando terreno. Parece ter existido um certo deslocamento de forças, privilegiando aqueles mais próximos da Corte. Se tivermos em mente que D. João V procurava ser um promotor de cultura, esse fato ganha bastante em inteligibilidade.

No que diz respeito à formação dos acadêmicos, o mesmo exercício de quantificação que fizemos atrás se torna bastante complicado. Em primeiro lugar porque nem sempre as informações aparecem claras, como, por exemplo, onde estudou. Muitas vezes só sabemos que tinham noção ou conheciam profundamente esta ou aquela área, não indo além disso. Somente em 23 casos pude colher algum dado relevante, restringindo bastante o escopo de análise e impossibilitando a criação um perfil mais denso como tentei fazer até aqui. De qualquer forma algumas questões podem ser levantadas. Muitos dos personagens encontrados tiveram formação em mais



de uma área, tanto no reino como fora. Em alguns casos aparece apenas que fizeram universidade, mais nada. Em outros que não concluíram. Tentei, portanto, estabelecer o foco para o número de vezes que uma palavra ou expressão apareceu em suas informações biográficas. Encontrei o registro de que três acadêmicos tinham conhecimento sobre filosofia; sete sobre os ramos da teologia; sete igualmente em cânones; como algumas vezes aparecia que tinham formação em ciência jurídica, considere que se tratava de Direito Civil, por isso o número chega a 6; dois tinham textualmente conhecimento de línguas latinas – sabemos que na Academia foram bem mais do que isso; um foi aluno da Academia Portuguesa; um era muito erudito em História; dois mestres em artes e dois formados ou conhecedores das humanidades. Acrescentamos a isso o fato de que três deles chegaram a estudar fora de Portugal. O que é certo, das informações, é que quinze deles ingressaram e/ou se formaram por Coimbra. Mesmo tendo apontado que a concentração geográfica dos acadêmicos foi na cidade de Lisboa, parece claro aqui que Coimbra continuava sendo o grande foco irradiador de uma formação universitária. O que quase não parece nas biografias é como receberam as primeiras letras. Podemos sugerir aqui, pelo conhecimento de diversos outros casos, que a maior parte deles receberam seus primeiros aprendizados nas escolas religiosas de províncias, quase sempre feito por membros de ordens religiosas.

Como homens experimentados de seu tempo, os acadêmicos em grande parte desempenharam diversas atividades antes e após a criação da Academia. Muitas vezes exerceram até mesmo ofícios de forma concomitante a de numerários do congresso régio. As trajetórias, no entanto, foram tão variadas que é impossível tratá-las em sua integralidade. Só para ilustrar podemos aqui apontar algumas dessas possibilidades de ocupação social. Alguns foram Prepósitos, deputados da Junta da Bulla da Cruzada, ou até mesmo de foram genérica considerados escritores e latinistas. Alguns outros foram procuradores de suas Ordens ou inventores. Muitos outros ofícios agregariam essa lista, como os de: conselheiro de Estado e Ultramarino, cronista do reino, juiz do crime, secretário das mercês, deputado da Junta dos Três Estados, bibliófilo, Mestre de Campo, diplomata, desembargador da casa da suplicação, professor, bibliotecário da Torre do Tombo, deputado da Mesa de Consciência e Ordens, ministro de Estado, ou até mesmo algum papel de deputado ou qualificador do Santo Ofício. A variedade de áreas de trabalho não permite traçar um perfil preciso, mas dá brecha para entendermos que o trânsito por tais organismos era algo marcadamente constante. Dessa forma,

quando cotejamos as informações com outros estudos de História Institucional, rapidamente nos damos conta de que há uma certa repetição no aparecimento de personagens; o que nos dá uma certa certeza de que pertenciam a um grupo relativamente pequeno e fechado em si, que consolidavam uma unidade de propósitos. Isso nos faz pensar que ao estudarmos a Academia de História o que interessa não está apenas nela simplesmente, mas no fato de nos servir como uma lente de aumento para estudarmos a primeira metade do século XVIII em Portugal; aspecto até hoje bastante negligenciado.

Se por um lado todos esses dados quantitativos nos informam coisas interessantes e valiosas, por outro, não excluem de forma alguma a necessidade de um trato mais qualitativo. Como forma de elucidar melhor a explanação, gostaria aqui de deter-me brevemente em alguns casos específicos de acadêmicos, de dar um pouco de vida a essas personagens descarnados. Selecionei três indivíduos com trajetórias distintas, ainda que não excludentes, a saber: o 2º marquês de Alegrete, o 4º conde da Ericeira e José da Cunha Brochado.

Um dos personagens de maior destaque dentro da Academia foi sem dúvida Fernando Teles da Silva, tendo acumulado os títulos de 3.º conde de Vilar Maior e 2.º marquês de Alegrete, o último deles herdado de seu pai, primeiro marquês com esse título. Nosso personagem nasceu em 15 de Outubro de 1662 e faleceu em 7 de Julho de 1731. Chegou a ser Deputado da Junta dos Três Estados, órgão de muita importância em Portugal. Das informações biográficas fica registrado que no ano de 1704, numa Europa em crise, tomou parte na guerra da Sucessão de Espanha, sendo ainda apenas 3.º conde de Vilar Maior, como ajudante de campo de D. Pedro, que resolvera ir pessoalmente tomar o comando das tropas. Começava a adquirir assim prestígio junto à Casa Real, fortalecendo laços de longa duração. Mal tinham passados três anos de sua incursão na guerra de sucessão foi encarregado, em 1707, de ir a Viena buscar a arquiduquesa Maria Ana, noiva destinada do rei D. João V. Ao retornar ao reino depois da embaixada na Áustria, conhecida pelo seu fausto, seu pai já se encontrava morto; tornou-se assim o mais novo marquês de sua Casa.

Sabe-se ainda que ao retornar à sua pátria foi nomeado vedor da fazenda da repartição de contas e casa, assim como teve os cargos de gentil-homem da câmara de D. João V e conselheiro de Estado. Sua trajetória meteórica e sua reconhecida instrução, principalmente na língua latina, abriram as portas para sua escolha como um dos membros iniciais da Academia, acumulando imenso poder e respeito com o cargo a ele

conferido, o de censor. A partir desse ofício acabava exercendo um certo domínio sobre as produções, o que fazia dele uma peça essencial nas engrenagens da Academia, tomando partido nas principais questões sempre que necessário e permitido. Ao que parece, a Academia encarregou-o então de escrever em latim a história eclesiástica do bispado de Elvas, comissão de que não chegou a desempenhar-se completamente porque não a imprimiu, e parece que não concluiu também outra obra – *Heloisa sacra*, de que D. Caetano de Sousa fala com louvor na sua *Historia genealógica*. Na Academia, ainda saiu de sua lavra uma imensidade de orações, declarações, elogios e contas dos seus estudos. De suas notas biográficas consta ainda que casou-se com D. Helena de Noronha, filha do conde dos Arcos. Foi irmão do conde de Tarouca, embaixador de Portugal em várias cortes da Europa e um dos mais conhecidos letrados de sua época. Por nascimento, por casamento ou até mesmo pela trajetória individual, fica patente que este personagem tivera livre trânsito pelos mais altos extratos da sociedade, sendo estimado por todos. Consolidava assim uma vida que fazia dele um homem considerado à altura da Academia, não podendo ser deixado de fora a densidade de seus contatos sociais; era um homem de estirpe, daqueles bastante valorizados numa monarquia tradicional de *Antigo Regime*, tão cheia de privilégios e regras.<sup>60</sup>

Outro personagem de destaque, igualmente nobre de nascimento, foi D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º conde da Ericeira. Foi igualmente senhor da casa do Lourçal; Comendador de várias Ordens; Deputado da Junta dos Três Estados; Conselheiro de Guerra; Sargento-mór de batalha; Mestre de Campo general; Sócio da Sociedade Real de Londres; da Arcádia de Roma; da Academia Portuguesa e Latina; Presidente da dos Generosos; padroeiro da capela-mor do convento da Graça, de Lisboa, e do priorado de Santa Maria de Aguiar, no arcebispado de Évora; comendador das comendas de Santa Cristina de Serzedelo, S. Pedro de Elvas, S. Cipriano de Angueira, S. Martinho de Frazão, S. Paio de Fragoso, e S. Bartolomeu da Covilhã, dentre muitas outras atribuições. Nasceu em Lisboa em 29 de Janeiro de 1673 e morreu em 21 de Dezembro de 1743, tendo ficado totalmente cego nos últimos anos de sua vida. Era filho do 3.º conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, e de sua mulher e sobrinha, a condessa, D. Joana Josefa de Menezes.

Segundo informações era muito aplicado nos estudos, principalmente nos relativos ao conhecimento matemático. Era versado nas línguas francesa, italiana e

---

<sup>60</sup> Para a maior parte dessas informações, cf. o site <http://www.arqnet.pt>.

espanhola. Seu estilo eloqüente de discursar foi muito conhecido na época, atraindo admiradores. Foi sócio de diversos congressos literários fora e dentro do reino, travando contatos com letrados de todo o mundo. Tinha, portanto, bastante influência no seu meio. Era considerado uma espécie de patriarca das letras. Ainda não contava 20 anos de idade quando a Academia dos Generosos, renovada em 1693, o elegeu para seu primeiro presidente. Em seu palácio, a partir de 1717, foram instituídas as reuniões da Academia Portuguesa, sendo dela protetor e secretário.

Consta que nesse palácio existia uma enorme biblioteca para os padrões da época. Se acreditarmos nos relatos reunia cerca de dez mil exemplares de diversas áreas do conhecimento, servindo como manancial de informações para os acadêmicos congregados. Quando da criação da Academia de História foi um dos 5 censores e diretores, atraindo para seu campo quase todos os membros da extinta Academia dos Generosos e da Portuguesa. Nas conferências eruditas, também chamadas dos *Sagrados Concílios*, que se fizeram em 1715 na casa do núncio apostólico, monsenhor Firrao, lhe tocou a parte crítica dos Concílios Universais, onde foram admirados os seus profundos conhecimentos em história sagrada, teologia e cânones pontifícios. A Academia da Arcádia de Roma, sem que ele o pretendesse, o nomeou seu sócio, com o nome poético de *Ormauro Paliseo*, assim como a Real Sociedade de Londres. O próprio pontífice Inocêncio XIII lhe gratificou por um breve expedido a 29 de Abril de 1722 o *Panegyrico* que, à sua elevação ao Pontificado, recitara na Academia em 5 de Junho de 1721, e Luís XV, de França, lhe mandou o *Catalogo* da sua livraria em 5 tomos e 21 volumes de estampas, que representavam tudo quanto de mais raro se admirava na corte de Paris. Manteve, segundo relatos, contato com os mais importantes filólogos da Itália, Alemanha, Holanda, França e Espanha.

Assim como o Marquês de Alegrete, serviu na guerra da Sucessão de Espanha, sendo agraciado em 1705 com o cargo de governador de Évora. Casou em 24 de Outubro de 1688 com D. Joana Madalena de Noronha, filha de D. Luís da Silveira, 2.º conde de Sarzedas e conselheiro de Estado, e da condessa D. Mariana da Silva e Lencastre; estreitou assim ainda mais seus contatos com a nobreza do reino. Escreveu diversos livros, dentre eles: *Relação da victoria que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os francezes em 19 de Setembro de 1710*; *Relação do sitio e rendimento da praça de Miranda, que mandou o mestre de campo general D. João Manuel de Noronha, pelo coronel de infantaria D. José de Mello*; *relação da campanha do Alemtejo no outono de 1712, com o diario do sitio e gloriosa defesa da praça de*

*Campo Maior; Egloga na morte do senhor D. Miguel, filho d'elrei D. Pedro II, que a 13 de Janeiro de 1724 naufragou no Tejo; Romance heroico na morte do infante D. Carlos; Epicedio na morte da serenissima sr.<sup>a</sup> infanta D. Francisca; Á profissão da ex.ma sr.<sup>a</sup> D. Luiza Maria do Pilar, filha dos ex.mos Condes de Assumar, havendo preferido o estado de religiosa a um grande casamento que se lhe destinava; Templo de Neptuno. Epithalamio no faustissimo casamento da ex.ma sr.<sup>a</sup> D. Joanna Perpetua de Bragança, com o ex.mo sr. D. Luis José de Castro Noronha, marquez de Cascaes; Henriqueida; poema heroico, com advertencias preliminares das regras da poesia epica, argumentos e notas; Bibliotheca Sousa, ou Catalogo das obras que compoz o rev.mo P. D. Manuel Caetano de Sousa... Illustrado com observações academicas e philologicas. Apesar de sua larga erudição, no dicionário de Inocência, remetendo-se ao *Verdadeiro Método* de Verney, aparecia que*

era homem erudito, mas ignorava totalmente aquillo a que chamam modo, methodo e criterio. Com tanto que falasse muito, não lhe importava se dizia bem. Para ostentar o que sabia, carregava as suas pinturas com tantos ornamentos, e doutrina, que chegavam a parecer ridículas.

Apesar da crítica, fica patente seu espírito de gosto pelo conhecimento. Ainda num espírito antiquarista de erudição, os letrados portugueses viam nele um modelo, um caminho a ser seguido.

O último dos personagens, José da Cunha Brochado, não gozava como seus dois pares do estatuto de nobreza titular. Nascido em Cascaes a 2 de Abril de 1651 e morto em 27 de Setembro de 1733, era filho de Antonio da Cunha da Fonseca, governador do castelo de S. Jorge de Lisboa. Foi o mesmo fidalgo da Casa Real, do conselho do rei D. João V, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Chanceler das Ordens militares, Conselheiro da Fazenda, formado em leis pela Universidade de Coimbra e Diretor da Academia Real da Historia Portuguesa. Foi por vezes empregado em missões diplomáticas, acompanhando em 1695 o Marquês de Cascaes, Embaixador extraordinário à Corte de Paris, na qualidade de Secretario; e residindo depois na mesma Corte de 1699 a 1704 com o caráter de enviado extraordinário; e de 1710 a 1715 serviu em igual categoria na Corte de Londres. Por terceira vez saiu de Portugal em 1725 como Ministro plenipotenciário para a conclusão do tratado de casamento do príncipe do Brasil, depois rei D. Jose I. Foi muito estimado pelo seu zelo e árduo trabalho diplomático. Foi autor do *Auto da vida de Adão, pae do genero humano, primeiro monarcha do universo*. De suas obras políticas e diplomáticas são destacadas as *Cartas e negociações do tempo em*

*que residiu em a corte de França, sendo enviado extraordinario; Memorias anedotas da corte de França, que contêm varias cousas e duvidas que houve n'aquella corte; Cartas e negociações do tempo em que residiu em Inglaterra, sendo enviado na mesma côrte; Cartas e negociações do tempo em que residiu na corte de Madrid, com o character de plenipotenciario; Petição que fez José da Cunha Brochado, servindo de Juiz do cível da cidade de Lisboa, ao principe regente o sr. D. Pedro, pelo caso que n'ella se declara.* Em relação aos seus escritos Norberto Ferreira da Cunha considera que, a despeito de sua formação como estrangeirado

De facto, quer nas suas memórias quer no seu epistolário, desfila um país atormentado pela fome de muitos e jugulado pela abastança parasitária e perdulária de alguns; um país donde se expatriou o sentimento religioso para dar assento a espantosas sinecuras e acoito desafojado aos *filhos* segundos de uma nobreza ociosa e depauperada; um país onde a razão era incompatível com uma fé imposta pela violência e intolerância inquisitoriais e não pela persuasão e pelo exemplo, conforme preceituava o Evangelho; um país onde todo se improvisava e nada se planeava; onde os negócios *públicos* esperavam despacho mais por via das preces da fradaria do que *pelo* obrar recto e voluntarioso dos homens; um país onde o poder político era magnânimo com a adulação e o suborno, mas parcimonioso com a razão e a experiência; onde a justiça andava transfugada, açulada pela força convertida em lei; enfim, um país imerso nas 'trevas' da ignorância, da superstição, de costas voltadas para a Europa, que fazia da aparência a essência da sua vida, tomando a parte pelo todo, sem qualquer discrição e com muitos excessos de permeio.<sup>61</sup>

Se assim pensava, vemos na Academia que buscava expressar tais idéias de maneira muito cuidadosa; buscava não causar assombro.

Desse personagem sabe-se também que, depois de aprender as primeiras letras, ingressou no colégio jesuíta de Santo Antão, cursando Humanidades. Lá fora educado segundo os princípios do *Ratio Studiorum*, mas não surgem registros sobre se por ele tinha qualquer simpatia. O que parece como certo, segundo Norberto F. da Cunha, é que depois de sua estada na França converteu-se ao movimento jansenista, que buscava uma renovação da Igreja Católica no quadro da Contra-Reforma pós-tridentina.

O que fica latente, mesmo não tendo tantas informações biográficas como os demais acadêmicos apresentados, é que se destacou por sua postura reflexiva mais secularizada. Na sua qualidade de estrangeirado percebia problemas que a cegueira de muitos não conseguia dar conta. Como experimentado nos negócios da política pôde

acumular experiência suficiente para atravessar os muros de uma intelectualidade tradicional. Se não rompe com a mesma, é bem verdade, pelo menos transparece em suas intervenções acadêmicas um áurea sensível aos ditames de um novo tempo. Sob esse aspecto parece ter dado um passo mais largo que a maior parte da Academia, ousou saber mais do que a perfeita ordem escolástica permitia. Por isso seu personagem aparece como uma figura central nos debates. Como o contraponto possível à ordem estabelecida em terras lusitanas.



É de se admirar, portanto, que Isabel Ferreira da Mota, mesmo a par de uma multiplicidade de elementos e da construção de um livro de inegável importância, tenha buscado introjetar na Academia uma lógica que por esta não era experimentada. Tal autora, partindo de um princípio anacrônico e que perpassa toda a sua obra, acabou traindo a sua própria erudição. Para ela, o fato de a Academia desde o princípio ter buscado dar divulgação aos seus trabalhos, editando volumes em diversos formatos para serem postos à venda, o que não quero negar que seja verídico, significou a existência de um campo intelectual. Percebo aí uma certa confusão entre possibilidades e práticas. Há, ao que tudo indica, uma estreita relação entre mercado consumidor e a consolidação de um campo intelectual. Para a Academia, não há nenhum registro de que tenha conseguido criar tal instância de escoamento de sua produção. Além da inexistência, ao meu ver, deste campo intelectual, igualmente não houve condições para a autonomização de um campo científico. É correto afirmar que existiram espaços como a própria possibilidade de escolha de seus sócios que permitiam certa margem de manobra entre os acadêmicos; mas a característica principal de um campo científico, que é a construção de um *locus* que de forma autônoma, respeitando apenas o jogo interno do poder intelectual, constrói sem interferência externa as suas próprias regras de inclusão e exclusão, onde os pares entram em disputa pelo aumento de um capital simbólico, era uma prática e uma concepção intangível para esses homens. Vale ressaltar, além disso, que a própria idéia de instituição, apesar de ser constantemente utilizada no texto, é uma idéia arbitrária. A noção pressupõe um deslocamento, um movimento histórico em que aos olhos dos outros o organismo se representa por si

---

<sup>61</sup> Noberto Ferreira da Cunha. *Elites e Acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2001.pp.81-82.

mesmo. Ganha vida própria, não dependendo para a sua legitimidade deste ou daquele participante, mas da sua própria simbologia. A Academia de História não é uma instituição no sentido contemporâneo por que não se desgarra do corpo que lhe dá vida, só existindo atrelada aos seus participantes e principalmente ao rei, causa última de qualquer sucesso. Instituição, como realidade e conceito, só surge no momento em que é gestada a idéia de indivíduo, juridicamente livre e que pode, por isso mesmo, ter autonomia formal para dispor de seu trabalho como funcionário a serviço de algo. Indivíduo e instituição formam, portanto, uma relação onde as duas instâncias se complementam, mas não se confundem. A Academia não é uma instituição por esses motivos. É, sobretudo, um corpo de Antigo Regime, sujeito às mesmas regras que qualquer outro. Não é a toa que Manuel Teles da Silva, no texto introdutório ao ano de 1726 tenha dito que

Como V. Magestade a formou com tão acertada idea, e tão felices conseqüências, não podemos deixar de esperar, que seja agradável a V. Magestade este rendido acto de vassalagem, que a Academia executa, offerecendo a V. Magestade o tribunal das suas composições.<sup>62</sup>

Organismo de Antigo Regime que deveria estar pautado pela prestação de vassalagem, é isto o que textualmente apresenta Manuel Teles da Silva. Como estabelecer, portanto, um campo? A cientificidade da Academia era realmente de superfície, não passava, quando muito, do âmbito técnico. De que concepção de verdade eram então esses homens defensores? Por detrás da crítica moderna, a tradição imperava com seu jugo. Certos marcos eram praticamente intransponíveis, servindo mesmo como pontos balizadores da narrativa. Não sem propósito, e em clara consonância com um ambiente ainda beato, a Junta dos Censores estabelecia, para evitar maiores conseqüências, três eventos que não poderiam sob hipótese alguma ser objeto de controvérsias: “Assentouse que sobre as Cortes de Lamego, o Juramento de ELRey D. Affonço Henrtiques, a primasia de Braga se devia seguir a openião de que forão verdadeiros”.<sup>63</sup>

A análise minuciosa das fontes, aos moldes da tradição antiquarista, procurava espanar o lastro maravilhoso e providencial, dando um ar de seriedade à confecção de memórias. Os Estatutos e demais documentos da Academia não eram, contudo, a sua prática. Estabeleciam uma verdade que na teoria necessitava de comprovação empírica. Mas no cotidiano o imperativo ético e moral soava mais forte. Buscavam a verdade, por

---

<sup>62</sup> Para maiores esclarecimentos vide nota 19.

<sup>63</sup> Cód. 685 da B. N. L., p. 166. Apud. Ferreira da Mota. *A Academia Real ...* p. 72.



certo, mas uma verdade para além do fato. Aos moldes de um exemplarismo edificante e de um ecletismo filosófico, a História emergia mais uma vez como mola mestra. A História exercia um propósito, e a verdade, muito mais que a orientação cartesiana, era um terreno de subjetividade afluída. Se me permitirem a utilização de uma expressão estilisticamente grosseira, podemos concluir que a verdade, muito mais que a verdade, era, sobretudo, a sua função, uma função de verdade. Representava um elemento pedagógico que de nada valeria se não fosse objeto de instrução, mesmo que não faltasse com a propaganda verdade; unia homens distintos em torno de uma mesma cultura que assim se representava, tanto no sentimento quanto na linguagem. Afinal, como dito por um acadêmico,

Que outra cousa fazem as nossas Histórias Ecclesiasticas, senão referir repetidos triunfos, alcançados com a destruição dos inimigos do Ceo? Nas Historias das Igrejas se lerá vencido pelo zelo de Santos Prelados, o poder do Inferno; na Historia da Inquisição se verão os Ministros da Fé convencendo Hereges; nas Historias das Ordens Militares se acharão Exércitos sempre vitoriosos, com destruição dos Esquadroens Mahometanos.

Até a nossa Historia Secular será huma larga serie de trofeos, erigidos pelos estragos dos inimigos de Christo, que nas quatro partes do Mundo se tinham armado contra o Ceo.<sup>64</sup>

Essa é a função da História de acordo com a concepção de historiografia acadêmica<sup>65</sup>. Ela não só coaduna-se com a leitura que Norberto Ferreira da Cunha faz, apesar de enxergar na agremiação um perfil muito moderno, fruto talvez de uma miopia patriótica, como, em solo brasileiro, encontra fervorosos simpatizantes no que se refere à leitura sobre as conjuras e inconfidências.

A História a fazer pela Academia não era, propriamente, a História do que fomos mas a História do que imaginávamos ter sido e do que deveríamos vir a ser. E o que deveríamos vir a ser já o tínhamos sido. O futuro estava, assim, virtualmente contido no passado. Actualizar este, eleger nele o que houvera de ‘melhor’ e advertir para o que nele houvera de ‘pior’ era balizar e iluminar os caminhos daquele. Deste ponto de vista, o determinismo histórico reduzia-se a um sistema de imperativos éticos e o sentido da História estava para além dela.

Mas se esta História tinha, ainda, um lastro escatológico transcendental, a verdade é que o processo da sua realização decorria cada vez mais da actividade pessoal do homem e do seu livre arbítrio e não de um natural e providencial estado de graça. Se a História

---

<sup>64</sup> Oração, que recitou o Padre D. Manoel Caetano de Sousa na ultima Conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no dia, em que acabou o seu sexto anno, em 9 de Dezembro de 1726. In: CDAH .... p.5-6.

<sup>65</sup> Valentim Alexandre . Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto, Afrontamentos, 1993.

tinha uma finalidade primordialmente moral, a ‘moral’ da História só era possível pela autodeterminação humana.<sup>66</sup>

História que se efetivava pelo papel humano, apesar do imperativo moral. Mas era, contudo, pela idéia de moral existente que se buscava uma moral da História, o que sensivelmente inverte a conclusão do autor.

Diante desse panorama exposto, devemos tirar nossas próprias conclusões. Tornou-se uma máxima dizer que a História é sempre, e primordialmente, uma história do presente.<sup>67</sup> Não no sentido ideológico de justificar ou rejeitar o mesmo, partindo de categorias preconcebidas e pouco antenadas com o Outro. Nosso próprio universo impõe questões que nos motivam a pesquisar este ou aquele tema. Não podemos falar daquilo que minimamente não conhecemos, sob o risco de incorrer no oportunismo mercadológico. As questões devem nos confrontar, adquirir algum sentido. Neste sentido, falar da Academia Real da História Portuguesa, é falar de algo que inquieta. Um importante historiador, Quentin Skinner, representante direto da História das Linguagens Políticas, conclui o seu raciocínio sobre o papel do pensamento histórico escrevendo que

A sugestão que [quero] terminar explorando é a de que um dos valores atuais do passado é como um repositório de valores que não mais endossamos, de questões que não mais propomos. Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos deles.<sup>68</sup>

Mesmo tendo em conta o brilhantismo do autor britânico, gostaria de concluir dizendo que nos últimos anos esse novo movimento de se pensar a História política tem devotado especial atenção, em detrimento de uma antiga vertente, centrada no acontecimento e no papel transformador da mudança, aos aspectos da permanência. Repensar o que pensamos sobre os outros, aspecto de suma importância. Repensar o que pensamos sobre nós mesmos, tarefa ingrata e que nem sempre é feita de forma consciente. Cabe a nós, portanto, refletirmos sobre até que ponto, transformados os valores motivadores, não experimentamos no fundo o mesmo tipo de propósito que orientou a Academia Real. É necessário, no entanto, sair do claustro, pôr a cara a tapa, respirar vida. Mas isso é uma nova página, uma outra história.

---

<sup>66</sup> Ferreira da Cunha. “A desvinização...” ... p. 18.

<sup>67</sup> Reinhart Koselleck. “Continuidad y cambio em toda la historia del tiempo presente. Observaciones histórico-conceptuales”. In: Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Barcelona, Paidós, 1997. p. 113-133.

---

<sup>68</sup> Skinner. “A Liberdade e o Historiador” ... p. 90.

## CAPÍTULO III

### A Academia de História em seus Documentos

Nos últimos anos, de forma mais ou menos sistemática, tem sido possível a observação de um certo movimento de transformação da forma como até então vinha sendo feita a História de perfil acadêmico. Nesse jogo, de rupturas e permanências, algumas questões vieram à tona. Os indivíduos, o papel das intenções simbólicas dos atos, uma política de valorização do cultural, bem como das biografias coletivas, fazem parte deste ambiente tenso e, sobretudo, ainda em andamento e aberto a mutações. De uma tradição filosófica germânica, uma preocupação ontológica sobre o conhecimento levou a que parcelas valorosas de sua intelectualidade discutissem o papel do sujeito e de sua subjetividade e anseios na relação que estes estabelecem com a própria matéria de observação e, portanto, estopim ao próprio processo de autocompreensão. Ao tratarem a função da História desta forma, trouxeram, ao mesmo tempo, a necessidade de tradução de idéias, de trazer à tona a inteligibilidade dos fatos por uma fusão de horizontes entre passado e presente, pela exposição consciente daquilo que se pretende usar como convencimento.

Ainda nesse jogo de transformações da História, e como desdobramento deste ambiente, há algumas décadas atrás que já vem ocorrendo uma preocupação com a escrita. Dentre estes partidários, estes defensores da importância de uma preocupação com o argumento escrito, um historiador britânico aparece como catalisador de tal momento. Em um de seus textos, cujo título traduzido para o nosso idioma é “O retorno da narrativa”, Lawrence Stone busca sugerir que a própria forma narrativa interfere na construção de um quadro histórico<sup>1</sup>. Ao fazer isto, tal autor, que nada mais é do que um exemplo dentre muitos que vinham tomando corpo paulatinamente, colocava em evidência algo que há muito estava no ostracismo, no limbo das preocupações cíclicas e tão afeitas a modismos da História: a importância do discurso.

---

<sup>1</sup> Lawrence Stone. The Revival of Narrative. Reflectings on a New Old History. *Past & Present*. Oxford, 85: 3-24, nov. 1979.

Durante muito tempo os historiadores, escaldados com a velha historiografia política, buscaram fugir de uma documentação grosso modo marcada a ferro pelas preocupações propagandísticas do Estado. Tratavam com um certo receio e, por que não falar, em muitos casos até mesmo com um certo repúdio, os documentos oficiais e suas intenções nem sempre científicas para a tranqüila manutenção das bases de sustentação da governabilidade. Para estes historiadores santos ou santos historiadores, numa clara e debochada alusão a um comum sentimento de missão quase que de purificação religiosa, caberia o papel de expurgar, sob pena de um imenso cataclisma, o teor fantasioso e heróico das narrativas de grandes feitos sobre estadistas. Deveriam, portanto, buscar uma verdade simples; nua e crua. Palpitava o anseio por tratar com método e seriedade as vozes do passado, mas ao fazerem isto, acabaram por enterrar prematuramente um bebê agonizante, mas ainda vivo.

Apesar dos problemas apontados pelos críticos de uma velha História política, as intenções do discurso, bem como o contexto social e lingüístico em que este foi produzido surgem como podendo sofrer um tratamento histórico, como potencialmente ricos para reflexões.

No que se refere às preocupações mais diretas deste trabalho, parece possível a tentativa de contar uma História por trás da História, uma História para além dos fatos que são objetos de narração, uma História da própria forma como são expostos e defendidos. Esta é uma perspectiva que privilegia, como se depreende de forma lógica, um retorno ao discurso e ao seu teor aglutinador de historicidade. Desta forma, seguindo uma linha de raciocínio defendida desde o princípio. É a documentação da Academia Real de História que constitui o objeto deste capítulo. Cabe, no entanto, salientar que neste momento é, sobretudo, em relação às orações e panegíricos por eles deixados à posteridade, documentos típicos de uma identidade pouco ilustrada e bastante beata que estão centrados os esforços de reflexão.

Já no começo das atividades acadêmicas saiu à baila, e de cara, um registro que estampa, bastante bem, traços típicos de uma conduta nobre de comportamento. Tal fonte, o “Elogio na morte de Julio de Mello de Castro pelo P.D Joseph Barbosa”,<sup>2</sup> permite entender

---

<sup>2</sup> Elogio na morte de Julio de Mello de Castro pelo P.D Joseph Barbosa. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. Vol. 1(1721). p.1

um pouco da importância da reverência na conformação de uma posição de equilíbrio das instituições monárquicas, tão cheias de regras simbólicas que se transformam numa função real de ordenamento. Neste registro histórico, Joseph Barbosa, ao lembrar o finado acadêmico Julio de Castro, diz que

Nem só he triste, mas também he lamentável a noticia, que todos sentimos, de ser falecido o Senhor Julio de Mello de Castro (...). Para explicar dignamente esta perda, era necessário hum Orador igualmente discreto; mas o que não fez a natureza, fará a industria, tomando Plínio por conta da sua discrição o ponderar a delicadeza deste fecundíssimo engenho.<sup>3</sup>

Num primeiro momento, ao leitor acostumado com o relato de passagens trágicas e monótonas, tal trecho não passará de um simples e tolo exemplo de lamento, como o próprio título do documento sugere. Por trás deste episódio rotineiro corre, no entanto, algo nem sempre óbvio e livre de incursões do próprio momento e variações históricas. O que sustenta a fonte, para um olhar mais crítico, não é tanto a forma como o narrador apresenta seu colega falecido, mas, estranhamente, como ele mesmo se representa. Joseph Barbosa, cheio de intenções não apenas lamuriosas, busca dar um tom de dignidade na sua exposição. Tenta, sobretudo, mostrar falsamente e como recurso estilístico e de vitimização, que lhe faltam as qualidades necessárias para a grande tarefa que é saudar a exemplar vida de seu amigo acadêmico. Não seria exemplo disto justamente o trecho onde diz que “para explicar dignamente esta perda, era necessário hum Orador igualmente discreto”?<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo em que se coloca numa posição de inferioridade em termos de qualidade ao seu objeto de discurso, tenta, a partir de um jogo de linguagem, típico da retórica barroca, mostrar que o que lhe falta por nascimento e inteligência sobra-lhe em esforço e superação; é suprido pela dedicação sofrida de um real vassalo de sua Majestade. Também nesse trecho destacado acima há algo de característico do momento, que em algumas nações já parecia como sinal de atraso, que é o uso da referência a Plínio; mas isto analisaremos mais adiante. Novamente partindo do exagero característico dos grandes discursos empolados do mundo luso dessa época, o dileto historiador continua no melhor do seu estilo eloquente e risível a falar que “Não floresceu neste Reyno Academia

---

<sup>3</sup> Idem, p. 1.

<sup>4</sup> Idem, p. 1.

alguma no seu tempo, em que não tivesse como tão benemérito huma grande parte (...) <sup>5</sup>”. Ainda aqui o finado aparece como o mais perfeito dos homens, livre de vícios e carregando na pele a pureza da sua gentil alma. Indo ainda além, o narrador fecha com chave de ouro sua profusão de atos lingüísticos de qualidade duvidosa, dizendo que

Sendo em tudo tão elegante, e tão discreto, parece que se excedeu a si mesmo naquella famoso Romance Heróico, em que com mais de duas mil coplas determinava a escrever a vida de N. Senhora. A devoção o fazia elevar tanto, que os pensamentos parecião mais que de homem, e a graça da Poesia se via prodigiosamente coroada pela piedade do Escrito (...). <sup>6</sup>

Na sua reverência, o narrador como se depreende da análise do documento acima, caracteriza o homenageado, beirando o limite do maravilhoso, como quase um semideus, mas com certeza, e isso é de suma importância destacar, como um homem sobretudo pio, temente e servo dos céus.

Essa mesma preocupação com uma conduta atinente Aos padrões de religiosidade da época, grosso modo, pode ser encontrada como traço característico de grande parte dos discursos acadêmicos. Um desses momentos de evidência da relação de proximidade com uma moral católica, e onde fica realmente clara tal forma de pensamento, diz respeito ao documento intitulado “Panegírico na eleyção do Summo Pontífice Innocencio XIII”. <sup>7</sup> Em tal registro, em conformidade com a proposta apresentada desde o início da empreitada acadêmica, que era a confecção de uma História nos moldes exemplaristas, o Conde de Ericeira, no seu habitual fervor religioso e como forma de deixar registrado o seu olhar sobre o papa Inocêncio, se expressa a partir de palavras fortes como estas abaixo:

Conte-se nos Fastos Acadêmicos este dia como pedra branca, e formemos della a ara para o culto, e para o sacrificio, e o Padrão, em que gravemos as inscrições para a immortalidade: e porque este assumpto he próprio do nosso instituto, pois nelle se achão as circumstancias, que precisamente hão de illustrar a Historia Portugueza Sagrada, e política, que também há de tratar a vida dos seus Pontífices, Cardeaes, Protectores, e Nuncios, e das acções heróicas dos Seus Reys (...). <sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Idem, p. 3.

<sup>6</sup> Idem, p. 4.

<sup>7</sup> Panegírico na eleyção do Summo Pontífice Innocencio XIII. Composto pelo Conde da Ericeira. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 1 (1721).

<sup>8</sup> Idem, p. 2.

Radicalizando ainda mais suas opiniões sobre o papa, mas dentro de uma lógica de prestação de homenagem característica de toda a camada letrada lusitana, Ericeira dá um passo decisivo na caracterização de Inocêncio ao dizer que a “natureza produzindo, a virtude aperfeiçoando, conseguirão que fizessem huma vez perpetua aliança a fortuna, e o merecimento, concorrendo todos quatro para formar ao Grande Innocencio (...)”.<sup>9</sup> Para o Conde, não havia artifício algum de retórica na sua narração, sendo este panegírico antes uma narração sincera de uma História verdadeira. Uma História onde

A Pátria, que a natureza elegeo para hum Heroe de tão esclarecido sangue, foy a Santa Roma, porque havia de buscar a mayor Cidade do mundo, para que nascesse nella o mayor varão do Universo: primeiro estudou Roma em cem Pontícices que produzio, a perfeição com que havia de principiar outra sagrada Centúria; e como o premio era Divino, havia de dar a hum só as virtudes de centos: este sacrificio de tão preciosas, e puras victimas, humas banhadas no sangue, que derão pela Fé Catholica no martyrio, outras como Holocaustos ardendo nas chamas do zelo do amor Divino, purificarão o lugar, em que permanecem tantos vestígios, da idolatria, que se conservão não para se venerar como soberbos restos da antiguidade, mas para se render como humildes triunfos da Religião: assim se restituiu a Roma a gloria, que tinha perdido há mais de meyo século de ser Pátria de Summos Pontífices, entendendo que de Lisboa se observou então, o illustre nascimento deste Astro no seu Oriente, e que para descobrir, e imitar Roma se levantou sobre outros sete montes.<sup>10</sup>

A homenagem não parava por aí. A Inocêncio XIII, cujo nome de batismo era Miguel Ângelo Conti, proveniente de uma das mais poderosas famílias italianas, tradicional e influente, era feita a comparação de que

O Anjo S. Miguel, e Miguel Ângelo se conformão tanto em outras propriedades, e mistérios, que o nome parece deffinição; quando nasceo Miguel Ângelo, e quando foy creado Pontifice dia da Apparição do Anjo, estava o Sol em Tauro, e a Lua em Libra, tudo nos justifica, que o principal objecto do Summo Pontífice, he a paz, e o equilíbrio de Europa, que esperava por tão alta mediação para darlhe esta gloria.<sup>11</sup>

A recorrência a passagens de fundo místico, como esta na qual o pontífice é comparado em suas qualidades ao anjo Miguel, traz a importância da cronologia dos fatos, onde, numa história em que valia era o exemplo a ser seguido, a comparação de datas importantes, quase sempre vistas como prelúdio da vontade divina, servem para

---

<sup>9</sup> Idem, p. 3.

<sup>10</sup> Idem, pp. 10-11.

<sup>11</sup> Idem, p. 21.



engrandecer ainda mais a figura de homens cuja sociedade lusitana julgava merecedores de tais atribuições. Viviam ainda num ambiente beato onde grandes novidades não tinham muito efeito, onde a uma preocupação metodológica correspondia igualmente, ou até numa intensidade maior, um fundo de tradição aristotélica firmemente alicerçado.

Nessa natureza tradicional do discurso acadêmico, Na narração de feitos heróicos, de vidas pias, de santos, devotos e tementes, como se pode aferir, era a própria academia que se congratulava e marcava posição. Fazia isto, no entanto, conclamando a figura daquele que era visto como o motivo último de sua existência como corpo institucional, mas também como aquele que era o mantenedor da ordem e dos privilégios pré-estabelecidos, o monarca. Normalmente, em seqüência aos natalícios da família real, aconteciam homenagens públicas onde os súditos se prostravam aos pés de suas Majestades. Ao ato de adoração real, nas instâncias de concentração letrada, e isto não incluía apenas a Academia de História, registros escritos eram confeccionados com tal finalidade de prestação de homenagem e submissão. No que se refere exclusivamente à nossa instituição, podemos observar na “Introdução Panegyrica, que o Conde da Ericeira repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas em 7 de Setembro de 1721”,<sup>12</sup> um artificioso mas real sentido de respeito às figuras supremas. Ericeira, num estilo exaltador já típico de sua posição e de sua fala, dizia que

Outra vez, Senhor, repete a Academia a V. Magestade o obsequiosissimo agradecimento, de que em dia tão glorioso lhe permita a fortuna mostrar ao mundo a sinceridade, e o gosto, com que applaude as felicidades deste Reyno, e com que V. Magestade faz dignos de tantas Regias atenções os progressos dos seus estudos, animados da sua soberana protecção, aos quaes eu não devo interromper, nem mereço dirigir.<sup>13</sup>

Para as conseqüências intencionais do discurso não bastava apenas a prestação de vassalagem e o elogio gratuito ainda que esperançoso de obtenção de tenças e mercês. Ao rei, dignificado pela narrativa valorosa e aplaudido pelo valor tido como intrínseco à função, o agradecimento público, como se vê nesta fonte, deveria vir acompanhado pela vontade de mostrar ao mundo seus feitos, dentre eles, aquele visto como o mais útil à nação e pedra de toque da República das Letras imaginária: a criação de uma Academia Real de

---

<sup>12</sup> Introdução Panegyrica, que o Conde da Ericeira repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas em 7 de Setembro de 1721. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 1 (1721).

<sup>13</sup> Idem, p. 8.

História. O rei, desta forma, não era apenas um personagem físico, mas a sua própria função.

(...) os outros homens tem hum só nascimento, e os Monarcas tem dous, hum natural, outro político. O nascimento natural he o dia, em que principião a viver no mundo, o nascimento político he no dia, em que então a reynar no Império. Com o nascimento natural honrou S. Magestade o dia 22 de Outubro; com o nascimento político illustrou o dia 9 de Dezembro.<sup>14</sup>

Ao apresentar o problema desta forma, o autor da Oração procurava projetar o rei para além da humanidade. Os defeitos e vícios terrenos eram obscurecidos, e até mesmo suplantados, por uma natureza sobrenatural da força régia. Não à toa, como uma espécie de rito de passagem, o monarca se transfigurava para algo além dele mesmo, para algo que no final das contas era a representação da própria monarquia lusitana. Com o segundo dos nascimentos surgia para o mundo, para a imortalidade da função por ele exercida<sup>15</sup>.

Ao lado da aura mística da figura régia, vemos em boa parte dos discursos acadêmicos constantes referências à idéia tomista do rei como cabeça de um corpo político, no qual, como cabeça, lhe caberia a tarefa de coordenar as demais partes do corpo político da nação. Dessa cabeça, ponto de emanção das principais decisões concernentes à vida em conjunto, saía o centro das principais questões. À esse conteúdo discursivo tão característico da época moderna em Portugal, parece não ter correspondido um outro de teor mais ilustrado, onde é o próprio corpo que responde e corresponde à sua organicidade. Também aqui, e utilizando subliminarmente referências astrológicas ao sol, de onde tudo irradia, metáfora usada até mesmo em relação a um contemporâneo seu, Luís XIV, aos pés de D. João V, o Marquês de Alegrete, representando a própria academia, diz que

Vemos hoje gloriosamente repetido o circulo dos Acadêmicos exercícios desta Real Academia, e assim como de todas as partes do circulo se podem tirar linhas rectas para o centro, assim também de todos os actos Acadêmicos, mas especialmente deste, em que se principia a formar a circunferência deste anno, devemos dirigir, encaminhar, e levantar os

---

<sup>14</sup> Oração do Padre D. Manoel Caetano de Sousa na ultima conferencia da Academia deste anno de 1721. *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 1 (1721). p. 3.

<sup>15</sup> Apesar da aproximação com a perspectiva de Kantorowicz, as ações terrenas, sua personalidade, para a noção lusa de monarquia, tinha sempre interferência nesse segundo corpo, o simbólico.

affectos nascidos do nosso reconhecimento ao culto da nossa existência, que são os pés do nosso Augustíssimo Protector (...).<sup>16</sup>

Essa metáfora do círculo fazia parte de um imaginário letrado luso, conformava um padrão retórico bastante recorrente na linguagem política de época, e, a despeito de um rei vir ou não a ser tal qual é apresentado, devemos dizer que o que importa aqui perceber é a relação que estes súditos têm com a monarquia e, assim sendo, a possibilidade de ação que a própria linguagem impõe na prática efetiva dos interesses. Esse monarca, nos discursos, é visto constantemente como liberal, como partindo de princípios de liberalidade; que na linguagem corrente de época não chega nem perto do sentido adquirido nos dias de hoje. A liberalidade, para este momento, e sob a ótica desta realidade específica, era a capacidade de promover boas ações, de dar um passo contrário ao risco da tirania apontada por Maquiavel em seus livros, autor que, vale dizer, apenas por forma oral adquiriu algum eco em solo lusitano. Esse sentido liberal e essa conseqüente liberalidade assumiam centralidade porque “para os Reys não póde haver mayor utilidade, que a da gloria, que he o de que mais se adornão, para os vassalos bastalhes o interesse da honra de obececer, que he o que mais devem procurar.”<sup>17</sup>

A essa liberalidade, útil para a conquista da glória, tão desejada e tão conclamada pelos súditos, caberia por parte destes a “honra de obedecer”. Para tanto, continua o Marques de Alegrete

supponho que se preparão os Senhores Acadêmicos para continuar neste anno a perigosa guerra, e porfiada contenda, que hão de ter com os formidáveis monstros do tempo, do esquecimento, e da ignorância, irreconciliáveis inimigos da duração, e perpetuidade de tantas memórias de virtudes heroicas escondidas, e apagadas, de tantos documentos de acções heróicas esquecidas, e maltratadas, de cujas injurias, e cativoiro são mais generosos libertadores os nossos Acadêmicos com o patrocínio, e amparo do mayor Hercules vencedor destes monstros enormes, o nosso Augusto, e invencível Protector.<sup>18</sup>

Ignorância, esquecimento, monstros do tempo. Expressões que aglutinam elementos de uma retórica que busca libertar, com a narrativa, os grandes feitos e os grandes homens, esquecidos pela poeira dos séculos, da superstição e da falta de um movimento de resgate e

---

<sup>16</sup> Oração, que disse o Márquez de Alegrete na primeira conferencia deste anno. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 2 (1722). p. 1.

<sup>17</sup> Idem, p. 2.

<sup>18</sup> Idem, p. 5.

recolha de informações. Mais do que isso, a esse esforço de dar sentido e utilidade a uma História esquecida e útil pelos exemplos, caberia a relevância do papel daquele que coordenaria estes esforços, que numa alusão discursiva e retórica a personagens bíblicos, tão comum num ambiente de medo e tradição, caberia ao grande Hércules que o mundo já teve, maior até do que o originário, que expurgaria os monstros do esquecimento e ignorância.

A questão dos méritos e dos exemplos em relação a outros valorosos personagens históricos, recorrente na tentativa de glorificar o rei e a monarquia, apesar de ser central nas narrativas acadêmicas, não era exclusiva àqueles que empunhavam o cetro e a coroa. Também Nos próprios membros da Academia, vemos um esforço de dar um sentido de identidade, e, mais do que isso, de dignidade à posição ocupada. Nos sucessivos elogios fúnebres produzidos pela empresa régia, os personagens representados na narrativa sempre são pintados em cores fortes, ou, para usar uma linguagem figurativa, em cores brandas que suavizassem o tom de um caráter. Na morte de Francisco Dionísio, por exemplo, vemos oficialmente descrito que

Se o dilatado progresso de setenta e sete anos pareceo breve para incluir tantas virtudes na vida de hum só homem, quanto parecerá mais incrível que nos poucos círculos de 25 annos como igual o paralelo, cabendo mayores prerogativas no de hum só Varão; mas que digo igual? escedeo o Portuquez Acadêmico ao Romano Attico; esta he a primeira vez que he mais adornado de acções o Epítome, que a Historia, o menor espaço mais capaz que o mayor, a copia mais estimável, que o original.<sup>19</sup>

De tal composição narrativa fica realmente claro o intuito de marcar posição, de figurar seus membros no rol dos homens bons do reino. Vale, no entanto, salientar que a proposta acaba indo além dela mesma, a beirar os limites do extremo exagero. No trecho acima, Francisco Dionísio, membro também ele da Academia Real da História Portuguesa, aparece como sendo um personagem morto muito prematuramente, apenas com 25 anos. Apesar disto, é referenciado da mesma forma como era costumeiramente feita com os outros membros. O mais importante, no entanto, não é apenas a enunciação de sua idade, mas o peso dado a sua vida e ao próprio evento. Tal trecho, peça crua de um padrão estilístico, nos diz que um outro personagem, o Romano Attico, que nada mais é do que

---

<sup>19</sup> Elogio na morte de Francisco Dionísio de Almeida da Sylva e Oliveira pelo Conde de Ericeira. In: *Collegam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuqueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 2 (1722). p. 2-3.

Tito Pomponio Attico, morto aos setenta e sete anos, foi um indivíduo em tudo dotado de virtudes. Dionísio, no entanto, apesar de sua pouca idade, cerca de um terço da de Attico, é comparado a este em termos de valores. Mais do que isso, nosso personagem dignificado, num recurso discursivo de época, aparece como até mesmo excedendo aquele que lhe serviria de exemplo a ser seguido. Exemplo! Está aí uma expressão e uma idéia muito importante para este contexto.

As grandes ações e os grandes homens, num ambiente moralmente marcado pelo exemplarismo cristão, deveriam servir de norte a ser almejado, isto também se refletindo nas próprias matérias consideradas dignas de serem contadas por parte das composições da academia régia. Mas o imitar, e imitar sobretudo elementos da antiguidade, época vista como de grande inspiração e inteligência, não poderia ser feito apenas como um esforço milimetricamente arquitetado de cópia em tudo fiel ao original.

Aquele que era objeto e sujeito da cópia, no caso um Dionísio encantado pelas expressões lisonjeiras de seu narrador, como forma de encarnar nele mesmo o postulado de uma época que se pretendia como sendo um desdobramento lógico da antiguidade, e que, portanto, significava um passo adiante rumo ao progresso humano, deveria exceder em valores o indivíduo tomado como um espelho. Como espelho, servia para gerar um reflexo. Mas nem todo objeto criador de reflexo expõe a forma tal qual ela é; dependendo de sua graduação, pode aumentar e muito, como os espelhos de circo, o material retratado. Dionísio, para o padrão discursivo e moral, não poderia ser apenas uma cópia fiel à matriz, mas um acréscimo, um olhar adiante; no melhor estilo, usando uma expressão tosca, “o discípulo suplantou o mestre”.

Como empresa régia, a Academia não devia ser dotada apenas da vontade de seus membros. O próprio monarca, detentor do direito de mando e chefe político da nação, era o representante máximo desse mundo cheio de pompa e elogios; sendo estes aspectos do ambiente social e real, como não poderia deixar de ser, refletidos na linguagem. O rei, como figura catalisadora e expositora dessas tensões reais e discursivas, era o primeiro a garantir os trabalhos da instituição. Por isso, em um de seus decretos expunha uma total

confiança no teor não comprometedor e tão afeito à tradição como os da Academia.<sup>20</sup>

Nesse documento, D. João V dizia, dentre outras coisas, que

Por confiar das qualidades, e circunstancias, que concorrem nas pessoas, de que se compõem a Academia Real da Historia Portugueza, e nos seus censores, que as obras, que fizerem e aprovarem, sejam muito conformes ao seu instituto, e muito próprios do fim, para que mandey erigir a dita Academia em utilidade do bem publico para credito das acções dignas de louvor, e imitação dos meus vassalos, e demonstração da minha Real benevolência para com os professores das letras, e cultores das sciencias. Fuy servido ordenar que os livros, que escrevem os Acadêmicos, segundo o seu Instituto, e forem approvados pelos Censores, e tiverem a sua approvação, e faculdade para se publicarem, não necessitem de licença do Desembargo do Paço; para o que mandey passar Decreto, cuja copia envio à Academia, para que assim se tenha entendido.<sup>21</sup>

Como documento régio, o registro em questão corresponde à vontade de sua Majestade. Desta feita, busca dar às composições da Real Academia um estatuto diferenciado. Conforme salientado em outro capítulo, a falta de controle por parte do Desembargo do Paço no que se refere às obras internamente produzidas, ou que vieram à tona pelas mãos de seus membros, não se dá por uma disputa acirrada entre as duas instituições, como se houvesse um momento em que a Academia de História tivesse se autonomizado frente às diversas instancias das letras na época. A falta de uma censura externa, de um selo nas composições, indicativo de bom trabalho e pureza moral, se dá justamente num sentido contrário, o periférico processo de autonomia intelectual. O rei só encarna esta conduta por entender que não há risco de perturbação social, e mais do que isto, para o que nos interessa diretamente aqui, para a alteração dos padrões éticos e narrativos desse ambiente ainda beato e barroco.

Para além disto, no entanto, de uma concessão régia, observam-se elementos lingüísticos igualmente importantes e interessantes. Para falar a verdade, pelo menos dois saltam aos olhos em uma visão crítica, mesmo que rasteira. Do primeiro elemento constituinte do discurso, preocupação central deste capítulo, a expressão bem comum é evidenciada em cores fortes, marcando permanentemente o discurso. A preocupação com um bem público já há muito que figurava nas ações práticas e em tratados políticos de

---

<sup>20</sup> Decretos, porque ElRey nosso Senhor fez mercê à Academia Real de a izentar da licença do Desembargo do Paço para poder imprimir os livros pertencentes ao seu Instituto. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 2 (1722).

<sup>21</sup> Idem, p. 1.

época; já nos documentos legitimadores da Restauração de 1640 vemos a temática amplamente exposta.<sup>22</sup>

Esse bem comum, muito diferente de uma idéia de necessidade de democracia e igualdade, que somente com a Revolução Francesa ia começar a tomar corpo - mas que só foi absorvida e reinventada pelo mundo que se tornou hoje liberal -, na época em que foi usada por D. João V significava apenas a tentativa de garantir a perfeita instrução para aqueles que a isto almejavam, e, em caso mais geral, um respeito às hierarquias e privilégios previamente estabelecidos. O segundo elemento de importância deste discurso, e que se encontra refletido no trecho acima destacado, é aquele que fala de uma benevolência do rei. Esse termo, benevolência, que no documento significa vontade suprema e dádiva para com os vassalos, poderia ser trocado, sem perda significativa de qualidade explicativa, pelos termos liberal e liberalidade, que atrás já tinha sido mencionado. Um termo que conforme já foi dito, nada tem a ver com o sentido partidário e politizado que tem hoje. Também corresponde a magnanimidade.

Novamente voltamos, com palavras e expressões diferentes, ao mesmo padrão retórico de pensamento e narração; e ao mesmo tipo de conduta social. O rei, aqui também, e até mesmo não conflitando com outras noções que aparecem nos discursos, é visto como aquele de quem emana tudo o que acontecia no universo real e também promotor do lingüístico. Era visto, naquela piegas mas real idéia solar, como sendo o centro de tudo e, portanto, também tudo o que era feito em seu nome deveria convergir para este mesmo centro. Essa concepção não estaria na etiqueta cortesã ao mesmo tempo em que aparece na retórica tomista de *Setecentos*? É de acreditar-se que sim.

O rei, como chefe supremo, era o personagem mais digno de imitação de todo o reino. Mas como dito, não só sob sua figura saíam todas as prestações de homenagem. Quando da morte de D. Fernando de Noronha, por exemplo, o mesmo ranço pedagógico e vassálico de tantos outros documentos, mas típicos dos elogios, apareceu em cena. Este documento dizia que “os elogios na morte dos grandes homens tem dois objetivos também grandes, as honras que rendemos às suas virtudes, e essas mesmas virtudes para a sua

---

<sup>22</sup> Luís Reis Torgal. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-1982, 2v.

imitação”.<sup>23</sup> Observar virtudes, homenagear os que as tinham, aprender com elas e, individualmente, para a glória do rei e da nação, superá-las em merecimento e qualidade. Apesar desta perspectiva que visa qualificar os grandes do reino, apesar de sempre esperarem, em contrapartida às suas ações, que fossem premiados pela conduta, todo um jogo de simulação de sentimentos era descortinado na cena aristocrática. O ser apenas não bastava, mas, na melhor das lógicas de corte<sup>24</sup>, o aparentar e encenar também importava. É lógico que os súditos, e principalmente os nobres e enobrecidos por funções virtuosas, esperavam sempre serem promovidos e destacados socialmente e moralmente por suas ações; a ter do rei um reconhecimento público de que fizeram da melhor forma possível aquilo que estava ao alcance de uma glória coletiva; mas ao exporem de certa maneira isto no discurso, o faziam de forma a deixar clara a relação de vassalagem.

Quase não havia espaço, dentro dos padrões da narrativa oficial, para uma postura mais aberta, onde os súditos deixassem plenamente claro aquilo que esperavam pelo entendimento de que mereciam. Ao invés, e nisto era travado grande parte dos movimentos de contestação reinol, os acadêmicos da Real Academia, ao serem eleitos, por que não encontravam quase meios de sustentação teórica e lingüística, costumavam dizer que assim estava sendo feito não por merecimento e como ato de justiça, mas como um favor a eles feito – que, como todo favor, deixa o favorecido refém da retribuição do depósito de expectativas em cima dele, e refém também de sempre agradecer e defender, sob pena de perder sua legitimidade, aquele mesmo que respaldou sua titulação. Como um dos exemplos mais flagrantes desse tipo de conduta, encontramos a carta do Conde de Tarouca<sup>25</sup>, onde este se expressava dizendo ser, quando eleito acadêmico

tão incapaz deste emprego, que não entro nelle com mais luzes do que as precisas para verlhe a desproporção; mas não deixo de conhecer duas poderosas causas de gosto, e de pezar, porque me penetra igualmente a estimação desta honra, que o sentimento de a não merecer. Nesse me consola a reflexão de que a minha indignidade não offende o decoro de

---

<sup>23</sup> Elogio de D. Fernando de Noronha, Conde de Monsanto, do Conselho de sua Magestade, e Acadêmico da Academia Real, que disse em 23 de Dezembro de 1722. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 3 (1723). p. 1.

<sup>24</sup> Nobert Elias. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>25</sup> Carta do Conde de Tarouca em resposta ao aviso, que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Acadêmico supranumerário. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 3 (1723).



hum tal favor, pois que nem a mayor cegueira o desconhece, nem o serme impróprio o faz menos precioso, antes o excesso. Quando considero nelle, e quando me examino não posso achar em mim outra espécie de merecimento mais, do que a moderação de nunca haver esperado a conseguillo; mas como até aqui não me reprimia a modéstia, senão a rudeza, não me patrocina este comedimento.<sup>26</sup>

Dádiva, benção, seja qual for a palavra, é ao rei atribuída a concessão maior de estar sendo eleito. Também Tarouca demonstra aqui, estilisticamente, profundo agradecimento. Cabe, no entanto, dizer que ao lado da estimação da honra, verbalmente expressa, caminha lado a lado o entendimento de a não merecer, mesmo respeitando a razão do monarca, que, visto como sábio, sempre teria uma motivação coerente, ainda que obscura. A mesma espécie de compreensão da ordem exata que as coisas deveriam ter parece acometer o diplomata e letrado de destaque, D. Luis da Cunha. O por demais conhecido e experiente homem das letras, indo na mesma linha de Tarouca, diz, no que se refere à D. João V, que “ardentísimos votos não devo eu fazer em particular por hum Príncipe, que como Homero diz do Sol, tudo vê, e entende tudo, dissipando com a sua luz as trevas da ignorância.”<sup>27</sup>

Autores antigos, referências astronômicas, preocupação com a poeira do desconhecimento; tudo isto fazia parte da tipologia discursiva lusitana de inícios do Setecentos. Na produção da Real Academia, portanto, como podemos aferir, tais elementos estavam normalmente presentes nas preocupações cotidianas. Mas, ao lado de idéias deste tipo, havia a vontade e até mesmo, em certos pontos, a crença de que representavam um movimento de vanguarda na *República da Letras* europeia. Tanto é assim que a todo momento buscavam demonstrar, pelo menos no âmbito formal do discurso, que estavam partindo de uma linguagem “secular” racionalista. Em relação a uma tradição de escrita empolada e nem sempre popularmente instrutiva, o mesmo personagem diz que não fala

de certo estylo, que querendo-se dizer pomposo, e elevado, deixa o Leitor mais instruído do merecimento do Author, que da verdade da História, mas daquele a que os novos, e desusados termos não fizeram perder a graça da antiga, e sublime simplicidade.<sup>28</sup>

Na superfície da intenção, posta em evidência a partir da escrita, brota um sentimento de necessidade de que a verdade, como fundamento da razão, seja posta nua, e

---

<sup>26</sup> Idem, pp.1-2.

<sup>27</sup> Carta de D. Luis da Cunha em resposta ao aviso, que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Acadêmico supranumerário. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 3 (1723). p. 7.

que para isto, a linguagem deveria ser a mais simples possível. Até que ponto, no entanto, teriam deixado de lado o estilo pomposo e a retórica conservadora? Na profundidade dos sentidos, a mesma espécie de sentimento monárquico de orgulho heróico dos grandes feitos, valorizado até o osso pela Academia e razão última de sua existência, já que Histórias que não servem de exemplos para nada são úteis, conforme postulado por diversas vezes defendido, haveria uma necessidade de aprovação internacional para a empreitada. Mais do que isso, uma necessidade de publicização das memórias acadêmicas que tornava imperativo a defesa de um ideal de vanguarda.

É esse afã de buscar reconhecimento, que faz com que seus membros, num artifício retórico antigo e bem diferente da direção apontada por D. Luis da Cunha como o tipo de linguagem vista como necessária, que leva o Marquês de Abrantes, na primeira oração acadêmica do ano de 1724, a dizer que, para além-Pirineus,

toda a Europa sabe que entramos no quarto anno das nossas Conferencias; toda, atenta, espera as nossas composições; nós mesmos lhas prometemos nas noticias, que divulgamos das nossas applicações; que conceito esperamos que fação de nós, não vendo que o successo corresponde ainda à expectação?<sup>29</sup>

Pouco importa se realmente eram lidas e ansiadas as memórias lusitanas no restante da Europa culta. Na verdade, até onde se sabe, não teve esta ampla repercussão, merecendo apenas umas poucas linhas de comentários por parte do italiano Muratori, nada elogiosas, diga-se de passagem. O que interessa e, isto é o mais importante neste momento, é que tentavam manejar informações em proveito próprio. Sabiam das coisas que estavam sendo consideradas vanguarda na *República das Letras* e, por isso mesmo, não queriam ser postos de lado, vistos como atrasados intelectualmente; imersos num mundo supersticioso e carola.

Ao mesmo tempo, no entanto, em que buscavam gritar para o mundo que existiam e, mais do que isto, eram os verdadeiros promotores de uma razão universal e inabalável, lemos a passagem acima com a sensação de que foi proferida por um orador romano; estilo tão apazível no final da idade média e início dos tempos modernos, mas paulatinamente

---

<sup>28</sup> Idem, p.5.

<sup>29</sup> Oração que disse o Márquez de Abrantes, Sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, na primeira Conferencia do seu quarto anno, em 23 de dezembro de 1723. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 4 (1724). p. 5.

execrado na Europa das *Luzes*. O que vemos é uma capa de modernidade lado a lado a um conteúdo profundo de pompa e tradição.

Por isso chegou a ser dito que, pela inventiva capacidade narrativa da Academia e de seus acadêmicos e simpatizantes, percebesse que nas

contas e nas censuras dos académicos, bem como em muitas obras publicadas com a chancela da Academia notam-se algumas tentativas de fuga ou mesmo sensíveis desvios à corrente de opinião favorável aos Modernos (...).<sup>30</sup>

A linguagem efetivamente cartesiana e, num segundo momento, a absorção de uma nova linguagem ilustrada recém parida na Europa, não era facilmente compreendida ou absorvida em Portugal.<sup>31</sup> Às *Luzes*, o conhecimento era a forma de libertar o homem da servidão da ignorância, de trazer à tona sua potência transformadora. Já para tradições sociais e lingüísticas lusitanas, o conhecido tinha o papel de elemento conformador. Não à toa, em relação às informações legadas pelo passado, objeto de estudo da empresa régia lusitana, é dito que

A mayor excelência da Historia, sem diminuição das outras, que se lhe atribuem, he ser comparada a hum grande quadro, em que se mostram retratados muito ao vivo todos os homens, que houve no Mundo com as naturaes feições, que lhes derão as virtudes, ou os vícios, que nelles dominarão, e faz, que os sucessos passados sejam presentes, e que os futuros se antecipem ao conhecimento dos homens, como se já existissem.<sup>32</sup>

Novamente presente no discurso, o papel retórico do exemplo ponto a ponto se repete. Neste universo nada é mais lógico de que a História seja vista como um grande quadro, onde as peças pouco a pouco são juntadas e encaixadas perfeitamente, e onde aquelas que não cabem são postas no limbo do esquecimento. Com este intuito cicerônico de formação e função da História, num mundo onde a crença em depósitos de verdade e exemplos passam a não mais fazer sentido num pensamento laico, os acadêmicos insistem em continuar a dizer que “nos Reynos mais remotos se ouvião os Panegyricos dos Sócios,

---

<sup>30</sup> Ana Cristina de Araújo. *A Cultura da Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003. p.28.

<sup>31</sup> José S. da Silva Dias. “Cultura e Obstáculos Epistemológicos: do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudo de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa, Editorial Presença, vol 1, pp.41-52 .

<sup>32</sup> Oração Panegyrica, que o Márquez de Fronteira, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, repetio no Paço, celebrando-se os annos delRey nosso Senhor, em 22 de Outubro de 1724.

que o compõem, e dos fins a que se applicão, e não só eram pronunciados pela fama, mas também venerados pelos Oráculos da Sabedoria!”<sup>33</sup>

Vimos no trecho acima a intromissão do tipo de mentalidade lusitana de início do Setecentos nas expectativas sociais e na linguagem formalizada pela escrita. Percebemos que a realidade cultural lusitana era muito diferente da Europa que se ilustrava. Da tensão entre expectativa de reconhecimento e ambiente religioso era gestada uma linguagem política em que noções de verdade e razão, passavam pelo crivo de outras, igualmente constituintes do discurso, como bem comum, oráculo de sabedoria ou, até mesmo, honra da nação. Desse híbrido de profundidade e superfície nascia um novo velho mundo, um universo que, sob pena de repulsa atual era, e ainda de certa forma continua sendo, sobretudo o nosso.

Em decorrência do próprio propósito de criação da Academia de História, como vimos, que nas entrelinhas significava quase que um exercício de refundação da monarquia, e, por que não dizer, de manutenção de sua integridade por parâmetros para além da força das armas, pelo poder de convencimento das penas, o que não era pouco, apesar de todas as críticas apresentadas até aqui nesta dissertação, uma linguagem de coloração própria ficava garantida. A mesma atmosfera cortesã, onde a existência de um linguajar tecnicista e científico mostrava-se apenas em seu verniz suave e desbotado, continuava a dar a marca da produção dos discursos acadêmicos, sobretudo nos de teor exaltatórios como os elogios fúnebres e panegíricos festivos; estampa que, a respeito de uma continuidade, permanecia latente na produção narrativa após o ano de 1726.

De forma mais exemplar, podemos dizer que durante o ano de 1727 um ambiente místico e voltado para a antiguidade mostrava-se em muitos pontos até mais claro, sobretudo no que se refere à simbologia e aos traços cabalísticos da numeração do próprio ano corrente, o que evidencia uma linguagem política ainda marcada pela consternação religiosa e pelo apego à astrologia e astronomia; isso se considerarmos as linguagens como expressão das tradições culturais existentes e que só adquirem sentido na observação de sua produção e utilização cotidiana, e não apenas e somente num conceito acabado e que sirva

---

In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 4 (1724). p.5.

para outras nações e momentos de forma indiscriminada. Se pensarmos por esse viés apontado - o de um estudo caso a caso -, podemos perceber uma certa repetição nos padrões discursivos de 1721, data de criação da supracitada Academia, e o ano de 1736, quando foi extinta, permanecendo sua produção formalizada nos moldes de memórias, ainda que deixando marcas profundas numa intelectualidade posterior a essa data, como, implícita ou explicitamente, ficou sugerido nos capítulos anteriores.

Partindo novamente para os casos recorrentes e específicos, podemos observar essa continuidade narrativa no texto de abertura do sétimo ano de sua fundação - documento cuja nota não consta, por sua própria natureza introdutória, no índice apresentado em anexo A este estudo. Em tal registro, Manoel Telles da Silva, personagem que já aparece por agora bastante conhecido em suas intervenções literárias, reafirma o compromisso entre os dois corpos; a saber, a própria Academia e aquele que encarna a própria monarquia, segundo a mentalidade pouco ilustrada de época, o rei e sua áurea divinizada. Para Manoel Telles da Silva, de forma pouco extraordinária, e seguindo uma receita bastante recorrente nos discursos acadêmicos,

como nenhuma das nossas suplicas deixou de ter o despacho mais favorável, justamente devemos animarmos a entender que a Constancia da benignidade de V. Majestade se perpetuará em aumentar, proteger, e autorizar os progressos literários da Academia Real, que por ser produção felicíssima da alta idéia de V. Majestade, logo na origem indistintamente adquiriu merecimento, e premio.<sup>34</sup>

Nesse discurso o autor utiliza um recurso retórico, que é o de reafirmar um pacto entre monarca e súditos, mediante uma predisposição à ação. A primeira palavra que surge de maneira bastante forte nesse documento é o termo súplica. Em muitas outras ocasiões, durante a existência do congresso acadêmico, tal palavra aparecia, e quase sempre com o mesmo significado. Para o autor, súplica, que em nosso linguajar corrente tem o sentido de implorar por algo sem ter a certeza de que o objeto ou ação esperada terá a solução almejada, é sempre um ato de certeza na Academia. Apesar de não haver nada que impeça o monarca de tomar decisões num caminho distinto, a partir desse artifício estilístico, Manoel Telles relembra a real condição da figura régia, a de promotor da justiça e

---

<sup>33</sup> Pratica de Diogo de Mendonça Corte-Real, depois da declaração do Director. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 9 (1729). p.1.

progresso da pátria. O ato de suplicar, e de expor tal intenção na própria forma escrita, significava, pela própria constância dos atos e exemplos anteriores, a precondition para a manutenção da proteção do empreendimento régio, ao mesmo tempo em que tal ato aparecia simbolicamente como dádiva, como partindo sem interferência da dignidade régia - apesar de vermos que na prática cotidiana, da construção de um processo de decisões políticas, não era bem assim.

Além da questão da súplica e consecutiva dependência régia, que como o documento mesmo diz parte da idéia de sua Majestade, em tudo promotor de prêmios e merecimentos, distribuidor das mercês, vemos uma outra, tão emblemática quanto a anterior, mas que, para além, marca a intenção e justificativa dos esforços dos acadêmicos de História. É certo que a benignidade régia é tida como um atributo essencial e inerente ao rei personagem da trama histórica para os padrões discursivos da linguagem. Contudo, ao retomarem a força e simbologia da palavra, o diminuto quadro de letrados de Ericeira e companhia, acastelados pela força da tradição, acabavam reforçando uma posição que existia desde o fim do século anterior em Portugal. No que diz respeito ao próprio manejo das duras e raras penas num ambiente essencialmente iletrado, restringiam a reflexão aos domínios do que haveria de semelhante ao século XVII lusitano.

O que quero apontar aqui é que, ao falarem dessa bondade irrestrita, o fazem dizendo que esta “perpetuará em aumentar, proteger, e autorizar os progressos literários da Academia Real”<sup>35</sup>. Por trás de um discurso bajulador até a medula, a importância da literatura surge com vigores de juventude. Ao valorizarem o ofício literário, o fazem como maneira de conduzirem a perpetuação e merecimento na construção de suas próprias imagens no rol dos grandes feitos e homens de Portugal. Trazem para o discurso o fato de que não apenas por força se faz uma nação, mas por idéias. Desse modo, os ofícios literários, que vinham ganhando corpo em parcelas significativas da Europa, como houve oportunidade de ver de forma mais clara em momentos anteriores, lá também se fizeram presentes.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Introdução ao volume feita por Manoel Telles da Silva ( não tem no índice). O trecho selecionado encontra-se na página dois da fonte introdutória ao volume.

<sup>35</sup> Idem, p.2

<sup>36</sup> Consultar o capítulo 1 desta dissertação.

Apesar de não criarem um almejado campo intelectual, visto que tal espaço acadêmico servia muitas vezes como um *locus* de sociabilidade, onde seus pares buscavam, para além dos títulos régios, dignificar e enobrecer suas posições, construindo um círculo fechado de letrados, o próprio fato de tocarem nisto em seus discursos significa que a linguagem que construíam e de que eram tributários sofria influência direta do ambiente europeu que paulatinamente se ilustrava. Traziam para dentro da narrativa de comprometimento régio os termos que revolucionariam posteriormente o velho mundo; apesar de, como foi dito, não tencionarem algo além da garantia de continuação no rol dos indivíduos passíveis do recebimento das ansiadas benesses.<sup>37</sup>

Apesar do objetivo inicial deste capítulo ser o de dar conta da produção exaltatória, como os elogios e panegíricos, documentos que mais claramente mostram o tipo de universo onde os acadêmicos viviam, de um clima *intelectual* tradicional, emblemático do distanciamento mental apresentados pelos acadêmicos em relação a uma laicização da produção do conhecimento, em alguns momentos pude observar que as fontes que ocupavam a maior parte dos vários volumes de memórias da Academia de História, a saber, as notícias das conferências, apresentavam também, e em alguns pontos de forma até mais límpida, as tensões cotidianas de uma prática literária. A própria negação dessa prática em termos formais, indica também e, principalmente, as partes constituintes e comuns desse tipo de discurso da Academia.

Seguindo a dinâmica de suas atividades, em cada uma das reuniões, existia uma certa forma do que deveria ser feito e publicado. Em primeiro lugar constava o diretor que deveria presidir a corrente sessão; num segundo momento eram socializados os papéis necessários para o comum conhecimento de todos das coisas que eram tratadas, divulgando-se também, numa prática antiquária de coleção, os documentos desconhecidos que chegavam em suas mãos; num terceiro momento, e como auge das sessões, depois de referidos os nomes necessários, cada um dos selecionados na reunião anterior deveria prestar conta do andamento de seus trabalhos. Cabe, no entanto, salientar que se a necessidade da ocasião obrigava a publicização de idéias, na prática, e seguindo uma forma padronizada de negação, nem sempre as coisas funcionavam a contento. Na primeira

---

<sup>37</sup> A ironia se faz porque apesar de construirmos um espaço científico hoje, ou ao menos que se estrutura como científico, a intelectualidade atuante continua dependendo de benesses, apesar de se revestirem em outras formas mais suaves.

reunião do ano, dada a público como notícia de conferência, um dos acadêmicos acabou se valendo do artifício da gravidade da matéria tratada e de questões de ordem pessoal para apresentar desculpas que, ao que parece, não apresentavam caso isolado. Nessa conferência o diretor dizia que

Joseph Soares da Sylva se escusou de dar conta de seus estudos nesta conferencia, dizendo, que não pudera adiantar mais do que tinha representado na antecedente, pois que o grande defluxo no peito, que padecera todo ano passado, lhe impedira qualquer gênero de aplicações; mas que em cessando tão repetidas moléstias, empregaria todo o tempo no progresso de suas memórias.<sup>38</sup>

Constantemente os acadêmicos, como no caso de Joseph Soares da Sylva, apresentavam múltiplas justificativas para não darem conta de seus estudos na Academia. Tal postura, quase sempre justificada pela falta de material necessário, escamoteia uma outra: a necessidade de que seus materiais estivessem enquadrados no Systema, documento mestre que definia a própria forma de apresentação das memórias que deveriam ser produzidas. Para tanto, necessitavam de plena aprovação de seus pares, dando conta de seus conteúdos específicos, mas também preservando sempre que possível, e aumentando a estima dos principais personagens portugueses já falecidos, as narrativas já consolidadas pela força do tempo e da tradição.

Neste documento especificamente, o acadêmico, tendo em vista essa necessidade formal apontada acima, que interferia diretamente na própria linguagem do discurso, diz que seu atraso na apresentação de trabalhos deu-se por uma impossibilidade de ordem natural. Diz, como literalmente foi exposto, que a doença que lhe acometera, o impedira de cumprir com suas obrigações. Sem qualquer tipo de estranheza, podemos notar em toda a documentação desse tipo casos sucessivos de achaques que impossibilitavam a confecção de suas memórias. Ao que parece, pela constância desses argumentos, à debilidade física, sobrepõe-se uma outra questão: a da retenção de material pela necessidade, já que não construíam apenas memórias, mas a própria imagem encarnada nos ditames da monarquia, de não lesarem o discurso tradicional.

Tal perspectiva, exemplar da postura acadêmica, pode ser aferida em uma outra parte do mesmo documento. Ainda no que diz respeito aos trabalhos que deveriam ser



apresentados em 2 de janeiro de 1727, o diretor da ocasião, referindo-se agora a um outro acadêmico, diz que

Luiz Francisco Pimentel deu a conta seguinte:

Continuo em me aplicar aos estudos acadêmicos com a diligencia, que pede o desejo, que tenho de dar a devida satisfação ao emprego, que se me encarregou. Mas para dele dizer alguma coisa.

As mais antigas noticias, que se descobrem das terras pertencentes ao Bispado de Lamego, são as da sua povoação, e posto que nesta matéria se envolvam ordinariamente muitas circunstancias, que só merecem credito, que as coisas tão antigas se pode dar, quando carecem daqueles fundamentos que se fazem indubitáveis, com tudo as particularidades com que os nossos autores as escreveram, nos obrigam a que delas [façamos] memória.<sup>39</sup>

Novamente encontramos um argumento, estilisticamente recorrente, que procurava justificar a falta de produção que ocorrera. Ao contrário de Joseph Soares da Sylva, que se queixava de males pelo corpo, mas partindo do mesmo corpo de preocupações, Luiz Francisco Pimentel, de forma bastante clara, para não dizer totalmente direta e objetiva, diz que apesar de todos os esforços por ele empregados para dar cabo da empreitada de que se lhe tinham encarregado, prefere não tecer qualquer comentário precipitado a dizer algo. Para ele, falta maior seria tirar conclusões precipitadas, sem argumento que estivesse forte e irretorquivelmente alicerçado para tanto.

Novamente aqui, como de forma verossímil pudemos sugerir para o caso anterior, o personagem afirma a necessidade de confrontar todo tipo de informação obtida antes de levá-la ao prelo. Mais do que isso, para ele, como para tantos outros acadêmicos que pude conferir em suas produções cotidianas, quando a incapacidade pessoal ou a inconstância das notícias estudadas falava mais alto, deveríamos recorrer ao que já tinha se tornado clássico; sendo, portanto, engessado e popularmente aceito. Dessa maneira, tímida e pouco afeita a conflitos de maiores proporções, os avanços na inteligibilidade de um mundo novo que se descortinava eram pouco reflexivos e revolucionários. O mesmo filtro cultural que tantas vezes foi citado era o limite do que poderia ser feito e/ou falado, era a

---

<sup>38</sup> Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia da Historia Portugueza, no setimo anno da sua Instituição, em 2 de Janeiro de 1727. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p.2.

<sup>39</sup> Idem, p.4.

precondição para que uma linguagem que absorvia influências além fronteiras tivesse sua sobrevivência e raio de alcance organicamente garantido.<sup>40</sup>

Se a linguagem, que pouco a pouco aparecia no mundo luso, no seu viés das letras impressas, é cada vez mais consolidada, é na base de seus componentes narrativos que devemos observar a estruturação da mentalidade. Não haveria, portanto, nem de fato nem de vontade, como se afere, uma tentativa de subversão da ordem. Apesar de paulatinamente se adequar aos padrões tidos como modernos, a base de significância apresentava traços de continuísmo. Surgia de certa forma uma nova linguagem, é bem verdade, mas de traços ainda voltados para o passado. Um caminho sem volta fora criado; um percurso, no entanto, cujo cartesianismo formalizado, envergonhado e de desenho primário, viria a gerar influências nas gerações futuras, muito mais do que em sua origem. Tendo em vista o exercício nada simplista de construção de uma *langue*, John Pocock, de forma inquietante e elucidativa, nos diz que uma nova linguagem surge tanto do esforço de transformação das existentes, como, e igualmente importante, da tentativa de manutenção das antigas.<sup>41</sup>

Segundo Francisco Contente Domingues, nessa atmosfera onde antigo e novo se confrontavam,

O ecletismo é o primeiro padrão de referência na filosofia portuguesa de Setecentos. As vozes da renovação levantaram-se contra o notório imobilismo da escolástica perante os novos caminhos da ciência e da filosofia, tal como a consideravam, mas não era fácil, ou sequer única, a via alternativa. Para muitos dos que por ela enveredavam, a solução mais consentânea com a necessidade de erigir novos modelos interpretativos com capacidade de resposta face às interrogações suscitadas pelo que era, nessa óptica, a falência das teorias tradicionais, consistiu na harmonização dos diversos sistemas que se vinham revelando, buscando pontualmente a uns e a outros o que melhor se adequava à explicação de cada fenómeno, ou mais genericamente à compreensão de cada domínio do conhecimento, porque as investidas dos novos saberes não se fizeram sentir a um tempo sobre todos eles.<sup>42</sup>

É verdade que esse movimento não foi monolítico, mas suas nuances são demasiadamente extensas para o escopo desse trabalho. O que fica como certo, no entanto, é que a busca por harmonizar idéias distintas tornava-se constante. Discordo, contudo, da

---

<sup>40</sup> José S. da Silva Dias. “Cultura e Obstáculos Epistemológicos: do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudo de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa, Editorial Presença, vol 1, pp.41-52.

<sup>41</sup> John. G. A Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp, 2003. (Clássicos, 25).

opinião do autor segundo a qual haveria uma falência das teorias tradicionais. Como a própria natureza do ecletismo deixa transparecer, ao dialogarem, os modelos se adequam, sendo a própria prevalência completa de um sobre o outro o fim mesmo de sua inserção intelectual.

Opinião talvez mais cuidadosa sobre as influências modernas é a construída por Ana Cristina Araújo. Nessa querela dos Tempos Modernos, os portugueses

Excêntricos em relação à órbita de influência da ciência experimental, mas não totalmente afastados das grandes linhas de fractura impostas pelo racionalismo cartesiano, os grandes centros irradiadores da segunda escolástica peninsular mantêm-se, cautelosamente à margem das principais disputas que, além-Pirinéus, atravessam os campos filosófico, literário e científico.<sup>43</sup>

Para ela, além disso, a

irredutível singularidade do movimento das Luzes em Portugal resulta, exactamente, do processo de selecção e de adaptação que vão sofrendo as orientações e os valores veiculados pela literatura estrangeira.<sup>44</sup>

É nesse jogo de rupturas e permanências que podemos criar as bases para tratar com menos estranhamento os conteúdos discursivos da Academia. Num desses momentos, de especial importância para configuração de um padrão narrativo, uma *parole* marcante nos serve como aporte ao argumento. No mês seguinte à abertura da primeira conferência do ano de 1727, no dia 2 de fevereiro, o Marquês de Alegrete, na forma de oração, e recorrendo aos elementos disponíveis no mundo luso para confecção de seu esforço literário, nos diz que

Neste dia damos principio ao sétimo ano da instituição da Academia Real da História Portuguesa, e ainda que parecia muito próprio assunto, para quem é obrigado a falar neste doutíssimo congresso no principio deste ano, discorrer sobre as circuntancias do número septenario, aquele mais freqüente nos oráculos, e mais célebre nos mistérios: aquele, a que chamam os pitagóricos guia, e direção dos mais anos: aquele tão freqüentemente repetido nas divinas letras, entre cujas circuntancias nos devemos lembrar agora, não daquela, que o faz ano de descanso, e de liberdade, mas da que o faz tempo de contemplação, de exame, e de meditação: (como entendem muitos sacros intérpretes) aquele numero,

---

<sup>42</sup> Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa, Edições Colibri, 1994. p.59.

<sup>43</sup> Ana Cristina Araújo. *A Cultura da Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003. p.14.

<sup>44</sup> Idem, p.15.

de que tão larga, e misteriosamente falou Sólon, e Hipocrates, julgando o mais próprio para as verdades, e importantes crises do animo, e do corpo: aquele, de que se tem escrito largos tratados; e de quem finalmente disse Cícero: *Septem, qui numerus rerum aminium nodus esti (...)*.<sup>45</sup>

Neste documento, o Marquês de Alegrete apresenta informações preciosas sobre a influência das crenças e costumes na narrativa. Ao cepticismo ilustrado, o acadêmico contrapõe um universo ainda do maravilhoso, tão cheio de oráculos e superstições. Assim como tantos outros pares, alude a autores da antiguidade, nesse caso específico a Sólon, Hipócrates e Cícero, para dar força ao seu escrito. O que está em questão, aqui e agora, é uma áurea mística dada a um assunto tão terreno e imutável como o simples trocar de anos. Partindo de uma crença no papel revelador dos estudos de astrologia e astronomia, o Marquês de Alegrete chamava a atenção para o significado do ano corrente.

Logo no princípio do documento o autor diz que ainda que haja diversos e tão importantes assuntos a serem tratados numa primeira reunião, ocasião de grande solenidade e de prestação de reverência, um assunto em particular deveria ser tomado primeiramente como imprescindível. Na simbologia da antiguidade, como retomado aqui, o número 7, que é concomitantemente o da edição do sétimo volume de memórias acadêmicas, é um ano decisivo. É visto como ano de transformação e a que todos os outros anos estão ligados e dependentes como guia. Partindo de elementos bíblicos, acrescenta que esse número indica a ocasião de descanso daquele que é o rei supremo, o rei dos reis, o próprio Deus cristão.

Como contraponto e complemento a esse significado, parte da importância de um outro, o de que representa um ano de trabalho e reflexão, tempo de afirmação de verdades. Novamente aqui, mais do que uma preocupação com o simples conhecimento, os acadêmicos voltam seus olhos e anseios pra si mesmos, para uma comunhão com Cristo e a afirmação da unidade de interesses do corpo a que fazem parte. O curioso, no entanto, não é o domínio de uma mitologia e posterior utilização literal da mesma, mas o uso segundo os interesses próprios. Ao lado da simbologia do número 7, tão propagada e conhecida, importante para o ano a que nos referimos, o mesmo personagem, numa outra ocasião do mesmo registro, volta a usar o artifício do uso desses elementos num outro sentido, apesar

---

<sup>45</sup> Oração, que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director, em 2 de Fevereiro de 1727. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). pp. 1-2.

de complementar. Tomando agora como porto de partida o conhecimento sobre os corpos celestes, o pomposo marquês afirma que

Nos almanaques, e nas efemérides, que comumente os professores da astrologia, e astronomia fazem nos primeiros anos, uns dizem quais são os planetas dominantes, quais devem ser as esperanças da abundancia dos frutos, e mais coisas sublunares, dependentes da influencia dos astros. Nas efemérides dos nossos anos acadêmicos temos sempre dominante, e Senhor do ano, e de todos os anos, aquele beneficio, singular e único planeta, o sol da monarquia lusitana, o senhor dos nossos corações e das nossas vontades, autor, e protetor da nossa Academia; e sendo sempre o Senhor do ano o mesmo, sem duvida hão de ser sempre as mesmas as influencias (...).<sup>46</sup>

Se, na primeira parte do referido documento, Alegrete tece comentários explanatórios sobre o significado cabalístico do número, aqui o acadêmico dá um passo além em sua postura de exaltação régia. À simbologia numérica dos anos, contrapõe a independência e influência decisiva dos astros. Revisitando os almanaques e efemérides, obras que ocupavam grande parte das bibliotecas particulares da época, carrega de força decisiva o estudo dos planetas.<sup>47</sup> Nessas obras, cada um dos astros, segundo o posicionamento e época do ano, exercem um determinado tipo de influência. Da dominância de uns ou outros, poderiam ser previstas épocas de esperança ou tristeza, escassez ou abundância. Como em tudo o quadro da monarquia deveria ser enxergado de forma perfeita, tanto na linguagem escrita como na forma oral corrente, tal perspectiva de inserção astronômica não poderia deixar de figurar no tipo de literatura que tanto prezavam e defendiam. Dentre esses planetas, já que os corpos celestes não tinham a mesma classificação de hoje, que os distinguem de forma mais sistemática e criteriosa, o sol aparece sempre como o grande astro, o soberano do universo que reina sem entraves na arquitetura geométrica e perfeita dos céus. É dessa idéia que transborda de sua intervenção acadêmica a noção da encarnação do sol na figura do monarca.

Já que o monarca era visto como o astro maior que a tudo iluminava, todos os anos eram iguais, sujeitos à mesma influência benéfica e direta da grande estrela. Dessa forma, em tudo era imponente o rei; em tudo, maravilhosas suas ações; para sempre acolhedora

---

<sup>46</sup> Idem, p.2.

<sup>47</sup> Durante os anos de 2005 e 2006, participei de um projeto coordenado pela professora Lúcia Bastos que tratava de uma história intelectual do século 19. Nesse trabalho, que grosso modo se concentrou na classificação e pesquisa de listas de livros remetidas ao Brasil por particulares. Pude observar o que no texto fica exposto; um grande número de efemérides náuticas.

sua presença. Desse exercício de vassalagem, fica exposta uma utilização conforme os interesses específicos daquilo que se acreditava na época. Uma natureza cíclica e harmônica era fabricada. Aqui, todos os anos acadêmicos eram iguais pelo poder transformador do sol; lá, no sétimo ano de sua fundação, o oráculo dos tempos criava um ponto de interseção entre os demais anos, mas confluindo ao mesmo tempo para a unidade dos propósitos. Era o discurso a serviço da prática e a prática a serviço do discurso.

Para dar o tom a essa harmonia fabricada, os autores organicamente dispostos na Academia<sup>48</sup> olhavam o passado para extrair dele as peças capazes de construir um tabuleiro exemplar e cheio de virtudes. Olhar para tempos remotos significava reconstruir a própria História. Para tanto, o que se passou deveria ser celebrado. É nesse sentido que Alegrete conclui a linha de raciocínio de sua exposição advertindo que, para

ter cuidado dos séculos, se deve entender pelo cuidado de averiguar, e conservar na memória os sucessos famosos, e memoráveis, e que fazem celebres os séculos, em que foram sucedidos. É certo, que a nossa Academia toca pelo seu instituto o cuidado de revolver os séculos, examinar as idades, avivar as memórias, esgotar os arquivos, inquirir pedras, e os homens, ressuscitar a lembrança dos mortos, e dar nova vida aos esquecidos (...).<sup>48</sup>

Não era propriamente o sentido de dar nova vida aos esquecidos o papel na prática exercido, mas o de construir uma imagem que deveria ser a tomada a partir de agora e que ainda não existia. Essa verdade imutável e necessária para a legitimidade do corpo acadêmico constava em uma outra memória de 1727, escrita pelo Conde de Assumar. Nela ficava exposto “que às minhas memórias lhe não falte ao menos a circunstancia de mostrar, que procurei averiguar a verdade, que é a principal obrigação de todos os escritores, e a empresa desta Academia.”<sup>49</sup>

A esse ponto basilar da confirmação de uma verdade, que dignificava o rei, tão difícil segundo o próprio Assumar, acrescenta-se um gesto dissimulado e recorrente nos discursos. O Marquês da Fronteira, por ocasião da eleição de D. Diogo Fernandes de Almeida para a Academia, colocando-se num patamar abaixo quando falava de seu mais

---

<sup>48</sup> Oração, que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director, em 2 de Fevereiro de 1727. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p. 6.

<sup>49</sup> Noticias da Conferencia de 13 de Março de 1727. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p.3.

novo companheiro, se faz valer de um recurso estilístico que já vimos em exemplos anteriores, onde ao mesmo tempo em que conclama os demais membros para saudar D. Diogo, se isenta de qualquer possível mal causado entre os pares e aumenta ironicamente sua estima perante os mesmos. Nessa declaração, esteticamente bem arquitetada, fica contida a idéia de que aos

autores porém das Historias deste reino, e suas conquistas, podem substituir o defeito, que em mim considero, por terem já afirmado, que a nobilíssima família, de que ele procede, foi em todos os séculos a mais abundante produção de varões, igualmente ilustres pelos golpes das penas, que pelos rasgos da espada; a fé, e o império dilatando em todas as partes do mundo, com grande credito das armas, e grande gloria das tiaras portuguesas.<sup>50</sup>

O Marquês da Fronteira assim o faz tentando justificar sua recusa em prolongar, mais do que já foi durante o tempo dito, seu elogio. Busca mostrar-se incapaz para tal feito, intentando adquirir a simpatia de seus companheiros. Em tudo a família de D. Diogo parecia grande no discurso; na criação de ilustres rebentos, nas letras, na guerra, mas, sobretudo, promovendo a glória da pátria. Novamente aqui vemos os traços de uma linguagem que não tratava o conhecimento de uma forma sistemática e reflexiva, que buscasse no próprio jogo de questionamentos intelectuais as bases para sua existência e legitimidade. O que faz nesse momento é tão somente usar o que dispõe para exaltar, não tendo qualquer finalidade prática que não seja falar de si mesmo e do espaço a que pertence.

No mesmo sentido do Marquês, o agraciado da vez, D. Diogo, em sua Prática - algo parecido hoje com um texto de posse-, retribuindo as palavras do primeiro na mesma moeda, dá o tom de confirmação da existência de um mecanismo simétrico de utilização preconcebida de gracejos e dissimulação. Em sua prática, portanto, o eleito com aprovação monárquica parte do mesmo princípio ordenador do discurso, deixando exposto que

Com grande admiração, e sem qualidade alguma de acadêmico me vejo no meio deste congresso de sábios, novos heróis, que souberam reparar a perda de não nascerem naqueles séculos de ouro em Atenas, ou Roma, e

---

<sup>50</sup> Declaração, que o Márquez da Fronteira, sendo Director, fez na Conferencia de 27 de Março de 1727 de estar feito Acadêmico, com aprovação de S. Magestade, D. Diogo Fernandes de Almeida. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p.2.

que com feliz conexão de gêneros diferentemente inspirados, não deixam que ensinar aos séculos futuros (...).<sup>51</sup>

Aos novos heróis juntava-se um jovem acadêmico sem talento algum segundo o discurso. Tais sábios souberam, a partir de um brilhantismo *sui generis*, equiparar seus esforços aos maiores autores da antiguidade clássica. Além da capacidade individual, o discurso tenta mostrar que os gênios distintos, quando colocados juntos, na forma de organismo, funcionavam com perfeição e objeto de admiração e imitação. O que faria então um indivíduo tão escasso em virtudes, segundo sua própria trama retórica, num congresso de dotados? Em relação a esta indagação, é o mesmo D. Diogo Fernandes de Almeida que nos dá pistas importantes. A justificativa se dá, segundo o personagem, “porque esta brilhantíssima, e Real Academia não necessita de mais astros, que a iluminem, que comunicar as suas luzes a quem está destituído delas (...).”<sup>52</sup>

Assim como o astro rei aquecia e protegia seus súditos, o real congresso, dada a magnitude de sua organização e prestimosos valores individuais, tinha, por piedade e necessidade, que ajudar àqueles que necessitassem de sua ajuda. Com essa perspectiva, D. Diogo justificava sua entrada. A Academia tinha o poder de tirar um filho, desgarrado, das trevas da escuridão, dando um pouco de luzes, de conhecimento, àqueles que com esmero e trabalho poderiam, como verdadeiros peões, construir a glória da Casa Bragantina. A imitação, ou a necessidade de imitação dos mais capacitados, como se percebe aqui, é parte constituinte dessa linguagem. O autor chega a ponto de criar uma frase de efeito mostrando que “Se Platão não lesse a doutrina de Sócrates, não seria vicioso; mas porque observou os seus costumes, foi Platão.”<sup>53</sup>

Apesar de seu tom burocrático e bajulador, ancorado nos ditames de uma forma letrada moralmente aceita, Diogo Fernandes, de forma surpreendente, se pensarmos nas discussões atuais sobre o papel da subjetividade na História, mas não tanto se levarmos em consideração o significado e utilidade que a mesma tinha na época, tece um comentário bastante elucidativo. Como o papel desse ramo do conhecimento era o de dar vida a uma

---

<sup>51</sup> Prática de D. Diogo Fernandes de Almeida, depois da declaração do Director. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p.1.

<sup>52</sup> Idem, p.3.

<sup>53</sup> Idem, p.4.



“memória inventada”, é extremamente cabível o argumento segundo o qual a “uma Historia, por mais animada que seja, sempre lhe falta o calor de quem lhe deu vida.”<sup>54</sup>

Outra parte constituinte do discurso acadêmico, como vimos, é a da imutabilidade da condição de vanguarda portuguesa no mundo europeu. Novamente aqui a questão dos anos é apresentada de forma comprometida e mitificada. Como cabeça da nação, o rei, que tantas vezes vimos retratado em nossa narrativa, o que não poderia deixar de ser uma constante num universo ainda totalmente voltado aos valores de *Antigo Regime*, é retomado em expressões de uma eloquência piegas para os padrões atuais de etiqueta narrativa. No que se refere à pátria lusitana, no dia 7 de setembro de 1727, num daqueles momentos máximos da prestação de vassalagem, que é a celebração do aniversário da rainha, o diretor D. Manoel Caetano de Sousa apresentou seu depoimento, ficando exposta a impressão de um

Feliz Reino de Portugal, que tem por timbre das suas armas uma serpente de ouro, que igualmente é símbolo de prudência, e de eternidade! Mas muito mais feliz, por ter por soberano a um rei, que em poucos anos de governo, e poucos mais de idade, antes muitas eternidades de prudência.<sup>55</sup>

A recorrência do termo prudência é retomada no seu sentido alegórico no discurso. O que escapa do texto, no entanto, é a maneira com a qual Manoel Caetano de Sousa se refere ao monarca. O que importa, se acreditarmos na natureza dupla da figura real, não é a perenidade de seu corpo físico, mas a impactante promoção de seu aspecto simbólico. A despeito do tempo diminuto do reinado e da idade do rei, o autor reafirma que de sua própria natureza brota a instância da eternidade. Em tudo o formalismo do discurso deveria inserir elementos de continuidade. O rei, portanto, na construção de sua imagem, é caracterizado como permanente. Tal perspectiva se enquadra perfeitamente numa atmosfera que busca legar, para as gerações futuras, uma história maravilhosa e cheia de exemplos para a salutar imitação. Como se afere há aqui uma retomada de todos os sentidos da produção acadêmica expostos até agora, existe um constante ir e vir no uso de

---

<sup>54</sup> Idem, p.4

<sup>55</sup> Introdução Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1727 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.7 (1727). p.6.

referências, o que indica que todos, em sua base, partilhavam das mesmas idéias e partiam de uma mesma linguagem – por isso as constantes repetições nos padrões literários.

Aspecto muito distinto dessa construção da imagem, ficcional e pouco afeita às conseqüências da verdade ilustrada, é o apresentado por Furio Diaz em seu livro *Europa: de la Ilustración a la Revolución*.<sup>56</sup> Em uma das partes de sua obra, onde expõe textualmente uma das passagens da reflexão de Bayle, mas que na verdade pertence ao *Adeisidaemon* de Toland, segundo nota de pé de página - que marca a data precisa da edição como sendo de 1709 -, dando luz às palavras do filósofo, é dito que

Mi diccionario - había escrito, casi como conclusión de su obra más importante - es una obra histórica, no tengo derecho a representar a las personas como desearíamos que hubiesen sido, las debo describir como eran, no puedo eliminar sus defectos ni sus virtudes.<sup>57</sup>

Por esses elementos para ele estranhos ao argumento histórico, viria a expurgar toda a série de superstições e credences existentes. Dando um passo adiante e, de alguma forma colocando abaixo aquilo que fazia sentido para os portugueses, Toland, em virtude das questões de fé, dizia que

El más abominable ateísmo es menos funesto para el Estado y la sociedad humana que esa salvaje y bárbara superstición que llena de divisiones y movimientos sediciosos los Estados más florecientes, que devasta los más grandes reinos y a menudo incluso los arruina; que separa a los hijos de los padres, a los amigos de sus amigos y rompe la unión de las cosas que debieran estar ligadas por los vínculos más estrechos (...).<sup>58</sup>

Nesse prisma ilustrado de Toland, a História tem a função de resgatar personagens, sim, mas, ao contrário do Portugal da Academia, a tarefa não pode ser feita com a exaltação de suas virtudes, recriando-os segundo interesses para além da realidade do que tinham sido. Nosso contexto, no entanto, é outro; e a nossa verdade também o é.

Mesmo na Espanha, de onde brotaria a figura de um Benito Feijóo, o autor, por trás de sua mentalidade próxima da Luzes e de seu ceticismo, conduz o leitor para a impossibilidade da verdade. No texto, extraído de um livro de Ana Cristina Araújo, é dito que

---

<sup>56</sup> Furio Diaz. *Europa: de la Ilustración a la Revolución*. Madrid, Alianza, 1994.

<sup>57</sup> O trecho da obra de Toland encontrasse na página 23 do referido livro de Furio Diaz.

<sup>58</sup> Idem, p.23.

En orden à la inverisimilitud de un hecho - dizia Feijóo - es muchas veces absolutamente imposible convencer al que afirma el echo; porque el discernimiento de lo verisímil o inverisímil a veces pende puramente de cierta sagacidad, pulso o tino mental, que no puede explicar-se en sylogismos.<sup>59</sup>

Duvida até mesmo da capacidade da *Ilustração*, por si só, de resgatar o mundo das trevas mentais. Qualquer extremo para ele era maléfico, tanto o do tacanho aristotelismo como o da liberdade irrestrita do universo da crítica filosófica, pois

La libertad en discurrir es utilíssima. Sin ella no se hubiera adelantado un palmo de tierra en la física. Pero todas las cosas tienen su medio honesto y sus extremos viciosos. Es preciso dar algo de rienda al entendimiento, pero no dejarle sin rienda. La obediencia, o servil o ciega, que por tanto tiempo lograron Aristóteles y Platón (...) entre todos los estudiosos de la filosofía, tuvieron en grillos al entendimiento humano y en tinieblas a la naturaleza. Mas en el outro extremo es mucho mayor el peligro. Una libertad incircunscripta fácilmente se declina a libertinaje.<sup>60</sup>

A questão da formulação de exemplos, se não quisermos ir muito longe, consta na primeira oração composta para o ano de 1728. Nela os refundadores da monarquia, segundo alcunha por eles mesmos produzida, glorificam mais uma vez a função desempenhada. Dada a grandeza fabricada da instituição, uma entidade tida como de vanguarda, como anteriormente exposto, o Marquês da Fronteira diz se ver

metido no empenho de satisfazer à larga expectativa de toda a Europa, excitado pelo grande ruído, que nela fez o *Systema* do nosso Instituto, pela gloriosa empresa de nos constituirmos os segundos, ou os verdadeiros fundadores desta monarquia, e das suas dilatadas conquistas, expondo os próprios retratos dos primeiros, e mostrando a melhores luzes os excessos do seu valor, que eles, ou fosse por modéstia, ou por desprezo, não quiseram que passassem à noticia da sua posteridade.<sup>61</sup>

O autor busca salientar a modéstia, no mesmo sentido que vimos nos Elogios e nas Práticas Acadêmicas, daqueles que na tradição, pela força das armas e amor pela terra, não quiseram exaltar o grande feito. O que é mais importante nesse ato lingüístico é a maneira como salienta a grandeza do *Systema*. Coloca assim Portugal no centro do mundo, como local de contemplação e admiração. De tal forma acredita em sua exposição que partilha de

---

<sup>59</sup> Ana Cristina Araújo. *A Cultura da Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003. p.29. Feijóo, II, 1763, p. 253

<sup>60</sup> Idem, p.70.

<sup>61</sup> Oração Academia, que recitou o Márquez de Fronteira, sendo Director, no principio do oitavo anno da Academia Real da Historia Portugueza, em 8 de Janeiro de 1728. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 8 (1728). p.2.

um sentimento comum de progresso e conquista em larga escala. Como nação católica, é na própria construção de uma fé sem entraves, no apego a uma religiosidade pia, de coloração vaidosa e fortalecedora, que encontra as bases para os seus argumentos.

Numa direção complementar e, confirmadora da perspectiva exposta, a oração seguinte a esta, pronunciada no dia 13 de janeiro por ocasião do casamento do Sereníssimo Senhor D. Joseph, Príncipe do Brasil, e da Sereníssima Senhora Maria Anna Victoria, Infante de Castella, o Marquês de Valença, num gesto devotado, inquire se poderá “ainda a incredulidade dos estranhos, ou o seu ódio dissimulado no amor da verdade, duvidar de que o mesmo [criador] do universo o foi da monarquia de Portugal?”<sup>62</sup>

Acreditavam verdadeiramente que Deus, no alto de sua bondade e inteligência, teria reservado a Portugal um lugar especial na terra. Nessa linguagem difícil de caracterizar que construíam, o mundo luso era mais uma vez exposto como aquilo que deveria ser seguido e admirado. Como objeto de emanção de luzes divinas aos quatro cantos do planeta, como portadores da necessidade de expandir a fé e suas conquistas, os portugueses clamavam e exigiam que fossem tratados de forma respeitosa, como um pai que deveria orientar seus filhos - no caso as demais nações - no caminho certo da revelação. Essa supremacia legada pelo próprio Deus não vinha no discurso de forma descompromissada, como se fosse apenas uma escolha arbitrária, em que a divindade apontasse e provesse de benesses o rebento mais querido e escolhido. Não era assim que construíam seus argumentos. A uma dádiva especial deveria corresponder um trabalho árduo para merecê-la. Dessa forma, justificavam ardorosamente a proteção, perguntando, de forma estrategicamente retórica e tão cheia de vícios narrativos,

em que mereceu Portugal à divina bondade esta providência? Mereceu a providência do patrocínio na providência dos serviços, que havia de fazer à sua igreja. Previu Deus o zelo, a atividade, o ardor, a eficácia, o desvelo (...).<sup>63</sup>

O trabalho sistemático pela promoção da obra de Deus e pelo fortalecimento da Igreja era visto como atributo inerente aos validos do rei. Como prestadores de um serviço

---

<sup>62</sup> Oração Panegyrica, que no felicíssimo casamento do Sereníssimo Senhor D. Joseph, Príncipe do Brasil, e da Sereníssima Senhora Maria Anna Victoria, Infante de Castella, recitou na presença de suas Magestades, e Altezas o Márquez de Valença, em 13 de Janeiro de 1728. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 8 (1728). p.1.

<sup>63</sup> Idem, p.6.

tão importante, deviam propagar aos que quisessem conhecer, bem como aos carentes deste conhecimento, a autoridade de que se revestiam. Uma tarefa como essa, segundo os padrões do discurso, não era para os desprovidos de beatitude, mas correspondia, como direção certa, aos dignos e de boa vontade. Foi seguindo esta mesma lógica que o supracitado documento conseguiu dar um passo a diante e decisivo à explanação. Ao se dirigirem novamente a Deus, faziam-no dizendo que “vós, soberano autor do universo, pela vossa onipotência, e deste reino, pelo vosso amor, e bondade, dignai-vos de nos fazer tão reconhecidas à vossa proteção, como nos fizestes devedores ao seu empenho (...).<sup>64</sup>

No discurso, ao lado do merecimento, deveria vir, lado a lado, um reconhecimento. Sem ele a tarefa acadêmica perdia o propósito e sentido. Como a “tarefa do soberano autor do universo” era a da bondade e clemência irrestrita, não podiam esperar outra coisa daquele que dava forma ao corpo acadêmico. Tal qual num jogo de espelhos, buscavam transferir ao monarca atributos divinos. Em seus feitos, a figura régia devia antecipar-se às vontades e desejos de seus súditos; mas no discurso, não podia parecer que este era obrigado, sob força da política na prática, a ser pressionado. Ao contrário, a natureza perfeita e conciliadora o dotava de uma autoridade sem autoritarismo, a uma benevolência sem máculas. Desta forma, e seguindo a lógica costumeira de que o rei valoroso é aquele que trata as questões políticas e sociais de forma suave e ordenada, os acadêmicos partiam da percepção de que o “objetivo principal de todos os reis, ainda daqueles, que cuidam mais nos brados da fama, que nos clamores dos súditos, é a tranqüilidade da paz.”<sup>65</sup> Caracterizavam plenamente D. João nesse quadro, dizendo ainda que “Vossa alteza, Senhor, é o príncipe mais feliz, assim como esperamos seja o mais glorioso de todos os de Portugal.”<sup>66</sup>

Já que neste momento estamos falando das virtudes que, segundo os discursos, faziam o rei e seus súditos os mais valorosos, podemos acrescentar mais um termo retoricamente constituinte dos mesmos. Em um elogio fúnebre de 29 de abril de 1728, quando da morte do Padre Manoel de Sá, Manoel Caetano de Sousa estende a qualidade e suas virtudes a um patamar que até então não foi visto nesse capítulo. O estimado padre, finado no alto de sua vida de cinquentenário, foi um dos mais solidários defensores da

---

<sup>64</sup> Idem, p.4.

<sup>65</sup> Idem, p.3.

<sup>66</sup> Idem, p.6.

riqueza da religião. Como tal, partia de alguns princípios, segundo os quais sua posição como membro do clero em nada era lesada por práticas perniciosas. Era exposto que o religioso

Na larga duração de cinquenta e três anos a que se estendeu a sua vida religiosa, foi o padre Manoel de Sá um perene prodígio da obediência, que é uma das virtudes, que tem mais estimação, e mais exercício na Companhia (...).<sup>67</sup>

Essa atmosfera *freirática*, que acometia os membros da Academia, fizera com que vissem em Manoel de Sá um expoente nas qualidades clericais. Dentre as virtudes estimadas na mentalidade cheia de um barroquismo piegas, a da obediência constituía assunto de delicada importância. Ao mesmo tempo, como se apreende, a Companhia de Jesus, divulgadora e produtora de um aristotelismo revisitado, era dignificada, como aqueles que absorviam seus ensinamentos. Ser obediente, portanto, na prática e nos laços constituintes do discurso, era condição primeira do jesuíta. Deveria conter seu gênio, portando-se com retidão e sabedoria. Em nada esse panorama parecia com o linguajar ilustrado que paulatinamente tomava corpo no velho mundo.

O “ousar saber” kantiano, que somente em fins do século XVIII pôde encontrar sua expressão de uma certa rebeldia intelectual demolidora e inquiridora, passava ao largo em solo lusitano. A própria narrativa acadêmica, ao beber na água desses valores tradicionais, e ao estar imersa num mundo que ainda era essencialmente o seu, trazia para dentro da linguagem corrente aquilo que vivenciavam e acreditavam em suas instâncias particulares de socialização. Se a linguagem que partilhavam não podia ser definida como uma forma matematizada, esquadrinhada, ela podia ser sentida, intuída na própria promoção de seus padrões de argumentação.

Ao constituírem-se como discursos de feições tradicionais, as narrativas resgatavam aquilo que devia ser eternizado. Os acadêmicos, em seu ofício, obrigavam-se a seguir um caminho onde a *rebeldia* era contida. Não era, portanto, apenas o compreensível discurso exaltador ao jesuíta Manoel de Sá o indicativo único de uma expressão literária, de um

---

<sup>67</sup> Elogio fúnebre do Reverendíssimo Padre Manoel de Sá da Companhia de Jesus, nomeado Patriarcha de Ethiopia, Acadêmico Provincial da Academia Real da Historia Portugueza, pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, clérigo Regular, sendo Director, em 29. Abril de 1728. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 8 (1728). p.13.

estilo empolado; outros elogios absorviam e representavam a mesma esfera de ação lingüística.

No dia 13 de maio, um outro padre, igualmente falecido, recebia da pena do Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, elogios da mesma forma carinhosos e reveladores da linguagem corrente. Neste documento, de afirmação da necessidade de perpetuação das memórias, Fr. Miguel de Santa Maria, voltando seus olhos para o exemplo da antiguidade, tece passo a passo, de forma bastante precisa, as etapas que se seguem ao momento do obséquo fúnebre. Nesse registro, claramente exposto, fica pontuado que o costume, quando alicerçado pelo tempo, tem a força de lei, mas que é seguido pela vontade. Com esse elogio fúnebre, que registramos abaixo, Miguel de Santa Maria consolida, sem qualquer verniz a mais que o costumeiro, a essência do que era e significava esse tipo de documentação. Para ele,

Lamentar a perda, louvar as memórias, e eternizar a saudade, eram os funestos obséquios com que a Antiguidade, piedosamente agradecida, costumava honrar os grandes sujeitos, que o fizeram ilustres. No primeiro obséquo ocupavam-se os olhos; com o segundo cumpria a eloquência; o terceiro era próprio dos monumentos públicos.

Estabeleceu-se este costume em lei; e se na posteridade passou a ser obrigação, como premio o prescreveu em seus Estatutos esta Academia Real, ordenado que as mesmas penas, que na História ressuscitam a tantas vidas sepultadas, libertem também do poder da morte, com verdadeiros, e justos elogios, as dos seus sapientíssimos colegas, que pagando o último feudo de nascidos, se fizeram dignos de memorável nome nos fastos da fama, e da Academia (...).<sup>68</sup>

Chorar as perdas, registrá-las com eloquência e torná-las públicas era a essência, tomada emprestada dos antigos, que buscavam seguir à risca. Como costume e como lei costureira, os Estatutos da Academia ressuscitavam os velhos ensinamentos. O corpo físico morria, mas no discurso os exemplos marcantes de uma vida nobre deveriam permanecer vivos para a posteridade. A vida, perdida nos últimos suspiros dos anos, era contraposta à fama, invencível deusa da imortalidade. Ao fazerem isso os acadêmicos se colocavam como grandes homens em pé de igualdade, mas não devemos nos convencer, de uma tomada só, com os argumentos tão democráticos que registravam. Viviam ainda num

---

<sup>68</sup> Elogio fúnebre do Reverendíssimo Padre Fr. Miguel de Santa Maria, Acadêmico da Academia Real da Historia Portuguesa, pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, em 13 de Mayo de 1726. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 8 (1728). pp.1-2.

mundo estamental e hierarquizado, em que a igualdade de todos perante a lei e a sociedade era intangível para os olhos lusitanos. Disto sabiam muito bem nossos nobres letrados, estampando em registros confirmatórios uma intuição que em nada se fazia ficcional.

Ao dirigir um último elogio ao Infante D. Alexandre, o Marquês de Valença expunha uma peça importante da natureza distinta dos homens, reafirmando aquilo que há muito se sabia e acreditava; reforçando o caráter cortesão do corpo do qual fazia parte. Expressando-se de forma contundente, o letrado dizia que:

Difícil intento seria o meu, se quisesse persuadir o alívio em uma dor tão incontornável, com a circunstância, de que a morte é igual para todos os vivos, sendo os Príncipes não só desiguais, mas superiores a todos os homens.<sup>69</sup>

Os homens pertencentes à Casa Real aparecem aqui como dotados de superioridade perante os demais. Essa narrativa acadêmica é organicamente inteligível e coerente com suas formações. Tratar todos os homens de forma igual é romper um elo do qual eles próprios fazem parte e se beneficiam. Traziam para o discurso, portanto, o desejo de continuarem como privilegiados; aspecto que seria difícil justificar com uma subversão dos padrões de hierarquia. A própria literatura acadêmica apresentava assim uma composição de ordenamento tradicionalíssimo; influência da intromissão dos modelos possíveis de cultura, sociedade e política existentes – de um intrincado nó entre texto e contexto.

Se o assunto é delicado, se esse tipo de composição literária é gestada num horizonte de sensibilidade ainda aristotélica e de olhar retrospectivo, bem o dizem os próprios gêneros narrativos por eles valorizados. A mesma composição de um modelo histórico de discurso construído na Academia, aspecto bastante apontado até aqui, aparece marcado pelo panorama pouco purista e especializado de consolidação de uma área do conhecimento; não por acaso, de forma satírica, nos remetemos ao romance de Flaubert para caracterizar o que compreendiam por História em momentos anteriores. A tradição antiquarista de revirar o passado em buscas de registros perdidos, seja na forma de monumentos, medalhas, tratados, ou até mesmo de moedas, continuava ainda a exercer seu

---

<sup>69</sup> Oração, que o Márquez de Valença recitou na Academia Real da Historia Portugueza, na ocasião da morte do Sereníssimo Senhor Infante D. Alexandre. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 8 (1728). p.1.



domínio e fascínio. Dessa forma, o que não dizer dos padrões existentes de escrita propriamente ditos.

Em 12 de janeiro de 1730, apesar de afirmar uma supremacia da História em sua função de revelação e resgate de obras pias, uma das muitas orações daquele ano nos remete a um dado ainda não apresentado até aqui. Nessa estampa acadêmica aparece registrado que

É certo, que não menos [do que] na poesia, se perpetuam na História as ações grandes, e dignas de estimação, de louvor, e de glória, e Hesiodo na teogonia diz: *Clio prima a gloria, laude, e celebritate verum, quas canit, bane Historiam invenisse autumant.*<sup>70</sup>

Ainda era bem vivo, podemos dizer, o papel desempenhado por Camões num imaginário sensível a obras apologéticas e construtoras de narrações maravilhosas da glória da pátria. Dessa forma, a poesia, como gênero literário, emergia das profundezas dos séculos passados, como se nunca tivesse experimentado o último beijo da boa morte. Estava, ao contrário, viva e viril. As epopéias continuavam a agradar e servir como modelo de orientação estilística. Dessa forma, encontrava no Setecentos de D. João V e de sua Academia, a oportunidade de abraçar a ocasião e de engrandecer os discursos. Em suas partes constituintes, os artifícios da eloquência e da retórica apresentavam-se como basilares. Também na Academia, tais aspectos constituíam um modelo cheio de recursos dissimulados de convencimento e poder. Aos domínios de *Clio*, correspondia um apadrinhamento à poesia, uma nota digna de olhar e aprendizado.

Na mesma ocasião desse discurso do diretor Marquês de Alegrete, para efeito de merecimento, é afirmada a natureza de propriedade para que tal empreitada, de engrandecimento das letras, ali encontrasse o solo mais fértil. Se na poesia, vemos um importante exemplo a ser seguido, é na Academia o local de publicidade a ser construído. Por isso, é retoricamente inquirido

que mais próprio lugar, e que ocasião mais oportuna, se podia achar, que a presente, a qual desse matéria ao discurso, a que me está provocando o amor, e a força da razão para mostrar, que o poder dos exemplos, e a utilidade da glória só se consegue com a celebridade da fama, e com a estimação das letras, e que o publicar, e fazer célebre as grandes ações, e

---

<sup>70</sup> Oração Academia, que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director, em 12 de Janeiro de 1730. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.3

o verdor, e o lustre das palmas só cultivava o suor, e trabalho dos eruditos?<sup>71</sup>

Segundo o discurso, a prevalência da Academia na construção da celebração do passado não podia ser vista apenas como fruto do amor por ele vivenciado, de uma paixão ardente e ilógica. Era a razão, filha da inteligência, a responsável pelo prazer da posição. Essa razão, alegoricamente construída, partia dos pressupostos do cartesianismo, de uma aferição sistemática da verdade. De tal modo, pelo menos no âmbito formal, os acadêmicos buscavam carregar de uma natureza terrena e pragmática a função de rasgar os véus da ignorância. A utilidade da glória, conseguida com a “celebridade da fama”, era um compromisso para além dos apegos emotivos.

Um trabalho de tal magnitude e importância não deveria ser impulsionado apenas pelas virtudes individuais de seus pares, pelo cego desejo de exaltação. Deveria, de forma diametralmente oposta, partir de um esforço coletivo e ordenado pelo *Systema acadêmico*, pelo trabalho, e essa é a palavra utilizada, pelo labor penoso dos agraciados da proteção régia. A História, que se pretendia, era aquela afeita à sua proporção arquitetônica de perfeição e ordem, a um quadro onde a composição de *Antigo Regime* era preservada.

Em relação a esse esforço de produzir História a partir da articulação de trabalhos de diversos indivíduos, Francisco Contente Domingues parte da idéia de que, a

partir da segunda metade do século XVII toma-se pois claro que findava a possibilidade de confinar a produção científica ao esforço individual, ao mesmo tempo que a criação das academias de âmbito nacional representava uma garantia acrescida de perdurabilidade: ainda que incipientemente estabeleciam-se laços e redes relacionais de indivíduos e instituições que marcariam o devir da investigação científica, pautado entre outros factores pela multiplicação dos meios informativos.<sup>72</sup>

Ainda no que se refere ao último dos documentos utilizado, primoroso no seu intento e no nosso, que é o de deixar clarificada a forma com a qual os historiadores régios construía e conduziam seus trabalhos pelos padrões da linguagem, vemos uma profusão de *palavras de ordem*. Se em seus estatutos buscavam ordenar um mundo que em sua essência deveria se desmistificar, em suas práticas cultivavam o sabor doce da nostalgia. Desde a antiguidade existia uma recorrência comum aos aspectos alegóricos e ficcionais do

---

<sup>71</sup> Idem, p.6.

<sup>72</sup> Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa. Edições Colibri, 1994. p.110.

universo mitológico. Aqui como lá, partiam muitas vezes de referências que estariam, sobretudo, para além da própria História. Na Academia essencialmente lisboeta, diga-se de passagem, é entendido que

neste templo o merecimento dos académicos, que com o seu favor só cultivam as musas, e as artes, e ciências mais úteis; mas com o seu patrocínio vencem os monstros mais prejudiciais, que é a ignorância, origem, e companhia de todos os males, que nos ameaçavam com a ruína da memória dos beneméritos da pátria, e da glória da nação.<sup>73</sup>

Assim como os aventureiros e descobridores da época medieval e princípios da moderna consolidavam na oralidade a referência e o medo que tinham dos fantasiosos monstros dos sete mares, era tarefa heróica, das mais importantes, seu enfrentamento e vitória. Se na Academia essas interessantes e singelas peças da credence popular não tinham mais fôlego e sentido, igualmente construíam e identificavam seus próprios monstros. O primeiro e principal deles era o cruel monstro da ignorância. Vencê-lo significava, sobretudo, destituir de seu papel maléfico o fantasma do esquecimento. Ao fazerem isso, no entanto, ao tratarem com a idéia de razão o passado, não chegavam a tocar numa racionalidade moderna.

O universo mental, se, na forma, paulatinamente se distanciava do maravilhoso, na essência, continuava empoeirado de traços de continuísmo. Falam que cultivam as artes e ciências mais úteis, é bem verdade, mas não especificam, pelo menos aqui, o que entendem por elas. O que salta aos olhos, no entanto, não é essa referência aos monstros, às ciências ou às artes que tecem seus préstimos e que revelam sua força narrativa; é algo que justifica a opinião de que viviam num mundo ainda não completamente desencantado. Ao cultivarem as musas, resgatavam valores antigos. Essas personagens da mitologia clássica tinham o poder de influenciar a vida terrena. Por seu timbre, sucessos e fracassos aconteciam.

Ao trazer para dentro do discurso o patrocínio das musas, o acadêmico mostra que cultivá-las significa ser agraciado pela fortuna, ser poupado de sua seiva destruidora e, mais do que isso, ter a boa ordem garantida por elas. Como todo o bom exemplo, fantasioso ou real, mítico ou racional, deveria ser protegido, reverenciado e seguido. É sob esse aspecto,

---

<sup>73</sup> Idem, p.7

de continuidade da valorização dos elementos do discurso dos autores latinos, que uma postura laica e de reflexão descompromissada era sobremaneira vetada.

Esse tipo de consciência das letras, antes mesmo da criação da Academia de História, era vulgarizado nas reuniões particulares nas casas dos nobres portugueses, destacando-se a figura de Ericeira. Em relação a isto, Norberto Ferreira da Cunha mostra que

Como outras academias contemporâneas - a dos ilustrados, a dos Anónimos e a dos Singulares, entre outras -, a Academia dos Genuícos era um cenáculo sobretudo literário; nela, mais até do que na Academia dos Singulares (e servimo-nos desta como termo de comparação, porque esta é objecto de uma severa crítica por parte de Bluteau nas suas *Prosas*), dominava o formalismo e os temas de inspiração greco-romana, mitológica e heróica.<sup>74</sup>

Ana Cristina Araújo acrescenta ainda elementos a essa discussão, quando expõe que a

curiosidade intelectual aliada à necessidade de ostentação de um padrão moderno de urbanidade levam, em finais do século XVII, a elite aristocrática a desenvolver novas formas de convívio e de aprendizagem (Terra, 2000). O tempo áureo das academias cortesãs de vocação literária situa-se, exactamente, na primeira metade do século XVIII (Palma-Ferreira, 1982; Matias, 1988; Almeida, 1996; Ferreira, 199Z). Nesses certames eruditos, o entretenimento cultural, predominantemente masculino, conserva quase intactas as marcas do gosto e da afectação retórica típicas do Barroco.<sup>75</sup>

Quanto ao patriarca das acadêmicas em Portugal, podemos dizer que, como “Cultor das Belas Letras, o 4.º conde de Ericeira aderiu, formalmente, aos postulados da crítica neoclássica, embora, na prática, continuasse a prosar e a versejar à maneira barroca.”<sup>76</sup> Não era nova a fórmula de narrativa que partilhavam.

Num outro discurso, de 23 de fevereiro do mesmo ano, Cunha Brochado, repetindo os agradecimentos de praxe, diz que

Vendo-me, com igual honra, que fortuna, reconduzido em um dos eminentes lugares dessa mesa, e começando hoje, segundo sorte, a exercitar a função de diretor, parece que sou obrigado a repetir o agradecimento de uma honra, que também na sua repetição deixa, ou

---

<sup>74</sup> Norberto Ferreira da Cunha. *Elites e Acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2001. p.53.

<sup>75</sup> Ana Cristina Araújo. *A Cultura da Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.p.23.

<sup>76</sup> Idem, p.24.

justificado o primeiro impulso, ou menos indiscreta a minha sucessiva vaidade.<sup>77</sup>

Nesse trecho, carregado da mesma simbologia de tantos outros, consolida-se aquela velha idéia de que ao agradecer a uma honra recebida, a justificamos honrando igualmente àqueles que nos prestam a homenagem. Há uma necessária obrigação, velada, por assim dizer, de retribuição, fazendo com que o discurso encarne a lógica dos Tempos Modernos, especialmente em Portugal, de dom e contra dom.<sup>78</sup> Esse primeiro comentário de Cunha Brochado, no entanto, apenas foi colocado aqui para ilustrar uma outra dimensão da lógica dos agradecimentos. Significativo, no entanto, é mostrar como, algumas páginas adiante, o personagem tratado tece novos comentários sobre a importância da imitação para a cultura letrada portuguesa. Até aqui temos visto que ao imitarem, ou pelo menos referirem, os sucessos e grandes personagens finados, os acadêmicos expunham na narrativa uma preocupação com a moral e a moralidade; como se o que se passou fosse um imenso livro à espera de ser lido – quase que um espelho de príncipe, mas com ensinamentos quase sempre de apego religioso. Dando um passo decisivo nessa lógica, mas com informações de cunho complementar, o personagem, referindo-se aos seus companheiros, nos diz que são

mestres, e repetidores da prudência civil, expondo à lição, a doutrina os acontecimentos adultos do mundo político, para estímulo, para correção, para cautela, ou para dizer tudo de uma vez, partes generosas, integrantes deste corpo literário, ou deste palácio, que edificou para sua sabedoria sobre muitas colunas, quantos são os sábios escritores e que o adornam (...).<sup>79</sup>

Como podemos notar, os exemplos, segundo ele, não deveriam apenas surtir o efeito de ensinamentos para as ações de foro íntimo, para podar as perniciosas mazelas contrárias à fé. Esses exemplos tinham um segundo compromisso, e que o aproximam da idéia de História como mestra da vida, de Cícero e outros, que era o de servir como um

---

<sup>77</sup> Discurso de Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia de 23 de Fevereiro de 1730. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.1.

<sup>78</sup> Nos jogos cortesãos dos tempos modernos essa economia do dom representava um complexo mecanismo de composição dos gestos. Para além do conceito, Norbert Elias, em seu clássico *Sociedade de Cortes*, mostra que nos círculos reais os súditos conheciam muito bem uma mecânica teatralizada do corpo. A cada gesto corresponderia um outro, de perfil conhecido e esperado. Romper os passos desse teatro significava uma afronta à ordem hierarquicamente estabelecida. Assim, também no discurso, subverter os princípios era desfigurar a natureza da composição.

<sup>79</sup> Idem, pp. 2-3.

manancial de informações que pudessem ser usados, a partir do conhecimento do que deu de certo ou errado no passado, na vida política e, portanto, pragmática. Esse novo elemento da linguagem acadêmica, se bem podemos intuir, era partilhado pelos pares, mas encontrava em Cunha Brochado um fôlego novo pela sua própria posição de estrangeirado; o que permitia ao acadêmico enxergar para além da superfície pomposa e carola da monarquia lusitana<sup>80</sup>. Vemos aqui, portanto, ainda que de forma não excludente, uma contraposição entre as famigeradas musas mitológicas e o universo mundano da política.

Como acadêmicos que eram, tinham por seu ofício um objeto de salvação e sagração. Preservar suas posições era, pois, a forma de permanecerem vivos. Essa metáfora da vida, como já vimos, fazia parte da constituição do próprio discurso. Morrer, para a narrativa, não tinha tanta importância como o ser esquecido. Desta forma, um outro termo que se depreende da produção literária, desejado por todos, é o de fama. Essa palavra ou esse sentimento conferia ao status acadêmico, assim como à própria hierarquia social um perfil diferenciado de ser humano. Não à toa, seus porta-vozes partiam do princípio segundo o qual

Para viverem os outros homens, basta, que as parcas lhe não cortem o fio dos anos para não morrerem os acadêmicos, é preciso que as musas lhes adiantem os literários exercícios. Aqueles exercícios, com que apesar da morte conseguem a imortalidade, aqueles exercícios, com que dominando sobre a fortuna, alcançam a maior felicidade da vida.<sup>81</sup>

Pensavam, portanto, se “não é melhor uma morte antecipada, que me faz eterno nos corações, que uma vida prolongada que não me deixa presente nas memórias?”<sup>82</sup>

Se não havia ainda uma forte especialização do ofício, existia, contudo, um apreço pelo mesmo. Por força da tradição e da narração, se colocavam como eruditos que tiravam o sentido de suas existências pela perpetuação das letras. No segundo trecho apresentado, esse desejo tão abordado nesse capítulo é exposto de forma mais clara. Também a questão da natureza irrelevante da idade física é retomada, mas não é só a vontade de marcar seus

---

<sup>80</sup> Noberto Ferreira da Cunha. “A ilustração de José da Cunha Brochado”. In: *Elites e Acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2001. pp.81-117.

<sup>81</sup> Notícias da Conferência de 27 de Abril de 1730. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). pp.1-2.

<sup>82</sup> Elogio do Padre Jeronymo de Castilho da Companhia de Jesus, que em 25 de Mayo de 1730 recitou na Academia Real o Márquez de Valença. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.4.

nomes na memória o que é estampado. Para além disto, da vaidade da lembrança, queriam algo além.

O ato de rememorar, como bem sabemos, é revestido de uma função dupla. Ao resgatarmos fatos e personagens do passado, exercitamos uma prática que pode ser tanto positiva quanto negativa. Um personagem pode ser lembrado e reconstruído pelos seus erros, servindo de aprendizado para que não os cometamos, como pelos seus acertos, para imitá-los. No caso dos membros da Academia, a primeira dessas possibilidades é plenamente execrada. Não queriam ser apenas recordados, mas imortalizados pela grandeza de seus atos. Mais do que isso, sendo o que importa aqui salientar, queriam ser amados; resgatando e subvertendo a clássica pergunta de Maquiavel sobre o que era mais conveniente a um príncipe.<sup>83</sup>

Ainda no que se refere às virtudes necessárias para ser um “Grande”, uma das mais promissoras e defendidas é a de ser um fiel. Esse novo elemento do imaginário e da linguagem, como não poderia deixar de ser, representava as próprias condições do cotidiano. D. João V, para além dos seus aspectos de promotor da cultura e de consolidação do papel das letras era, sobretudo, um rei temente a Deus. Como defensor e criador da Academia, podemos intuir que esperava que a mesma trabalhasse também para o aumento da religião. Mas esse aspecto, se tinha nele um defensor, tinha igualmente nos acadêmicos um sensível respaldo. Se nos lembramos bem, do que foi dito até aqui, um dos compromissos da Academia, após a construção de suas memórias, era o de escrever uma História eclesiástica do reino de Portugal. Desta forma, quando da morte do padre Jeronymo de Castilho, o próprio Marquês de Valença, mas adiante no documento, apontava que

Este é, oh Companhia de Jesus, o filho, que educastes com os vossos exemplos, com prudentes direções, encaminhadas sempre a vos deleitares mais na sua morte, acompanhada de virtudes apostólicas, que na sua vida cheia de aplausos mundanos, porque todas as vossas idéias, e intentos ainda quando parecem mais do século, e da Corte, são divinos, e celestiais, continuai pois na excelência das vossas doutrinas, já que tanto beneficio recebe delas o mundo católico, político, e literário, e vivei alegre com a morte de um filho, que mais vos socorre, que desampara, que mais vos anima, que desconsola, e que por meio de sua audiência, e

---

<sup>83</sup> Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. Trad., prefácio e notas de Livio Xavier. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996. Nessa obra Maquiavel nos diz que se não for possível os dois, que seja temido – aponta para um necessário clima de tensão.

da vossa saudade vos facilita o sacrifício mais agradável quanto mais custoso, e menos vulgar, não da paciência necessária, que obriga a todos os homens, mas do jubilo voluntário deste golpe, que só se acha em ânímos heróicos, e resignados, como os vossos, o qual a ninguém feriu com maior força, que a este seu amigo, e companheiro pelas obrigações, que devia à sua amizade, as quais conservará perpetuamente na sua memória a pouco tempo, que puder apartá-la da grandeza do seu merecimento, e da felicidade do seu estado.<sup>84</sup>

No discurso, Jeronymo de Castilho aparece como merecedor das mais altas estimas. Os aplausos mundanos, segundo direção do próprio texto, de nada valem para uma figura de tal estirpe. A educação católica, portanto, que os acadêmicos tiveram, informa o contexto lingüístico do qual faziam parte. O personagem da narrativa aparece revestido de uma natureza de excelência e compromisso. Suas idéias são de esmero divino, em tudo contribuindo para o engrandecimento dos destinos dos portugueses como propagadores da fé, como se depreende da lógica do *Systema*. Mais do que religioso, ele era um jesuíta.

Como sabemos, até as reformas pombalinas do ensino, ou até mesmo um pouco depois, de forma culturalmente alicerçada, era a direção da Companhia de Jesus a responsável pela formação de caráter e das consciências. Dessa forma, os aplausos a um filho de tal ordem, não podem passar despercebidos. Ao homenageá-lo, cultivavam o apreço por aqueles que os tinham orientado. Se essa linguagem de pompa sempre aparecia na produção acadêmica, é na constituição de um letramento *loiolita* que encontramos sua base de formação. Esse elemento do discurso encontra na *parole* acima o indício de que a *langue* utilizada absorvia elementos de diversas ordens, sendo umas das principais a tradição jesuítica. O engrandecimento da nação, portanto, deveria vir junto de um engrandecimento do mundo celeste. Por isso mesmo, uma introdução panegírica proferida por Manoel Caetano de Sousa, aos sete dias do mês de setembro, numa conferência pública em homenagem ao aniversário da rainha, em pleno Paço, mostra que

Inutilmente pretendo a sua cristã, e real modéstia esconder aos olhos dos mortais os inestimáveis tesouros das suas virtudes; porque manifestamente consta à nossa admiração, que S. Majestade tem maior comunicação com o céu, que com o mor da Corte, como das perolas disse o mesmo Plínio: *Caelique eis maiorem societatem esse, quam*

---

<sup>84</sup> Elogio do Padre Jeronymo de Castilho da Companhia de Jesus, que em 25 de Mayo de 1730 recitou na Academia Real o Márquez de Valença. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.12.



*maris* (Plínio *ibid.*) porque a piedade desta perola soberana com admiração dos humanos só no céu tem maiores delícias.<sup>85</sup>

A piedade, outro elemento da linguagem acadêmica, que encontrava expressão máxima na figura real, tinha também sua origem divina. A sentença de Plínio traduzia um sentimento de orientação comum a todos. Aos pios, que na pureza encontravam a comunicação com o céu, eram reservadas as suas delícias. Da mesma forma que divinizavam o rei, diziam que apesar de sua áurea celeste, a partir de sua generosidade, de sua dádiva, orientava suas ações para o palco terreno, para o bem estar da população. Podemos observar essa perspectiva na oração que Cunha Brochado fez em 16 de novembro:

Conspirara a Academia contra esse mesmo destino, se presumisse expor ao mundo os tesouros inestimáveis de um coração, que todas as disposições criadas, e todas as perfeições graciosas fizeram grande sobre o comum de nós outros.<sup>86</sup>

Essa preocupação com o bem comum atingira seu ponto máximo cerca de mais de cinquenta anos antes da formação da Academia. Bem sabemos que, entre os anos de 1580 e 1640, após um intrincado processo de disputas na sucessão da Casa Real, a Coroa portuguesa passou para a cabeça dos reis espanhóis, primos de sangue dos Bragança.<sup>87</sup> Em 1640, no entanto, ocorreu o movimento da Restauração, por meio do qual Portugal acabou readquirindo a soberania perdida. Com os Bragança novamente no poder, uma literatura que vinha tomando fôlego impunha um novo acordo entre as partes do corpo da nação, mantendo privilégios tradicionais – ainda que sob a forma tradicional do bem comum. Desde então, em grande parte dos documentos oficiais, como forma de legitimar o poder encarnado, o soberano firmava que sob esse conceito orientava as direções do reinado. Essa mesma expressão, ao que parece, de forma volátil, se adequava aos padrões narrativos da Academia.

---

<sup>85</sup> Introdução Panegyrica na Conferencia publica, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1730 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.1.

<sup>86</sup> Oração, que recitou Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia, que se fez no Paço, em 16 de Novembro de 1730. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.1.

<sup>87</sup> Luís Reis Torgal. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-1982, 2v.

Como Academia cortesã, estava sujeita ao mecenato régio, mas suas origens estão para além do seu próprio patrocínio<sup>88</sup>. Como vimos até aqui falando sobre a maneira como esta instituição se constituía em formadora de uma batalha de penas, nada mais correto de que pontuar sua própria composição no espaço físico.

Desde o século XVII, para não nos aventurarmos nas incertezas dos séculos anteriores, toda uma gama de outras instituições já vinha sendo criada em Portugal, principalmente na cidade de Lisboa, centro da tacanha modernização lusitana.<sup>89</sup> Desta forma, uma rede de sociabilidade, produzida em espaços particulares, criava seus próprios núcleos. Tiveram, grosso modo, existências curtas, mas ao reunirem diversos membros de uma elite, criava-se um espaço onde o sentido de corpo se destacava; separando aqueles que deveriam fazer parte daqueles que, segundo uma lógica interna organizada por eles mesmos, estavam excluídos desse nicho de enobrecimento. Dessa maneira, se percebe de forma lógica que também dentro da Academia Real de História essa formação era valorizada e reafirmada dentro dos discursos.

Na declaração do Conde de Ericeira, mentor dessa geração, proferida em julho de 1730, quando da ocasião da eleição de Agostinho Gomes Guimaraens para a cadeira de acadêmico supranumerário no congresso régio, consta que

Vimos até agora, que se contentou a sua modéstia, em prejuízo do nosso interesse, como emprego de acadêmico supranumerário, quando devia ser eleito entre os primeiros cinquenta, assim pelo seu grande merecimento, ciência, e erudição, como por ter sido lente da Academia Portuguesa, de que todos foram levados à Academia Real, depois que na primeira tratou em doutíssimas dissertações da falsidade dos oráculos gentílicos: quem melhor poderá na Academia de História restituir a verdade, que quem soube na Portuguesa convencer a mentira? <sup>90</sup>

Agostinho Gomes Guimaraens, assim como quase todos os membros do círculo inicial da Academia de História, era originário da Academia Portuguesa, instituição esta que tinha como sua proposta, sem qualquer tipo de especialização, discussões acaloradas sobre as artes e literatura. Quando de sua extinção, em 1717, os integrantes que a

---

<sup>88</sup> Consultar capítulo 2 da dissertação.

<sup>89</sup> Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc XVIII*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003. pp.187-215.

<sup>90</sup> Declaração, que fez o Conde da Ericeira, sendo Director, na Conferencia, que se fez no Paço em 17 de Julho de 1730. sendo eleito Acadêmico o Doutor Agostinho Gomes Guimaraens, Promotor do Santo Officio de Lisboa. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). pp.1-2.

compunham continuaram a travar contatos, sendo convidados para integrar a instituição régia criada em 1720. Esse senso de corporação, diante da demora em convocar um dos seus principais artífices, fez com que, de forma respeitosa e envergonhada, o Conde de Ericeira considerasse mais justa sua convocação a compor o quadro dos acadêmicos do número e não os dos supranumerários. Mas o que fica registrado disso tudo é que, mesmo agora dependentes da graça de Vossa Majestade, a elite letrada resgatava uma tradição de formação privada, trazendo essa informação para o núcleo da narrativa. Era com a condenação das mentiras em seu passado que restituía a verdade em seu presente e dava ao discurso uma feição lisonjeira.

Com essa orientação de expressão de uma forma, adquiria a estética um valor decisivo. Nos discursos, como já é bem sabido, não era somente o conteúdo reproduzido o que importava, também o era, e da mesma forma, a precisão dos traços que o conformavam. A uma estética do estilo literário contrapunha-se à da vestimenta. Orientado por essa lógica, a oração de 16 de novembro apresentava elementos importantes. Para Cunha Brochado,

O ornato exterior, que foi ordenado por Deus a seus ministros para maior decoro, e veneração dos atos de seus ministros, não é estudo em V. Majestade, é uma compostura de gravidade inseparável da soberania, e tão respeitável, que prevenidos os nossos olhos, nem a inquirem, nem a confundem.<sup>91</sup>

Como sociedade de Corte que era, em Portugal, os estamentos se diferenciavam pelos estatutos privilegiados e pela existência ou não de posses. Salvo o ofício das letras, ainda não completamente enobrecido, e o pertencimento a um aparelho burocrático e diplomático, os homens eram aquilo que nasciam; nobres ou até mesmo plebeus. Essa diferença de condição, no entanto, não se restringe à ordem de origem, mas à maneira de se portarem. Para configurarem e assegurarem suas posições, os homens de estirpe deviam vestir-se de forma condizente com a posição ocupada. Aos demais, era vetada a chance, sob pena de incorrerem em crime gravíssimo, de usar uma indumentária que não fosse a sua. A quem correspondia certo tipo de vestuário, não usá-lo significava igualmente negar as prerrogativas de sua própria ordem. Essa estética dos costumes, portanto, ao trazer homens

---

<sup>91</sup> Oração, que recitou Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia, que se fez no Paço, em 16 de Novembro de 1730. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 10 (1730). p.3.

experimentados para dentro da Academia, marcava sua composição literária de uma estética das expressões lingüísticas, igualmente cheias de regras e etapas; de proibições e acertos.

Nessa mesma oração do acadêmico, como forma de dar um decisivo passo nessa inteligibilidade da linguagem, da qual nos propomos desde o início desta narrativa, a questão da justiça dos atos reaparece de forma complexificada. Ao lado desta, palavras como clemência e injúria surgem com sua força impressionista. No que se refere às qualidades de um príncipe, o autor nos diz que

A justiça, que é a grande ciência dos príncipes, é a primeira virtude de V. Majestade, (...) sobre os dois pólos da religião, e de verdade, sem precipitação, e com olhos. Não são de menos amável atenção em Vossa Majestade os atos de clemência, mostrando-nos, que sem ela a justiça seria uma injuria legitima, ou uma violência coberta do véu da vingança pública. A prudência, ou *affatum divinum*, que descobre o futuro expor o presente, e repete o passado, que mede os tempos, e suas oportunidades, teve o mais útil exercício nas mais importantes, e contínuas deliberações, que V. Majestade foi servido conferir, e inspirar a seus ministros para maiores negociações nas Cortes estrangeiras se conseguiram com arte, e decoro.<sup>92</sup>

Essa justiça, tão falada, era uma justiça de composição dupla. Devia estar ancorada nos ditames da verdade que tentava se tornar científica, assim como na religião que conformava as consciências. Para fazer justiça, no entanto, a linguagem colocava um limite à prática política. O justo, nem sempre era o ato impiedoso, mas o bom uso, partindo da sabedoria inerente ao rei, do atributo da clemência. Ao ser prudente, dava bom tom à ordem estabelecida. Essa característica discursiva que, ao tomar de empréstimo a feição engessada da justiça, fazia com que o senso de oportunidade e conhecimento anteviesse o futuro no olhar ao passado e no controle do presente. Ao fazerem isso e, para não perderem a força e legitimidade do próprio discurso, colocavam, mesmo sem querer, um limite ao poder absoluto do rei; mas ao mesmo tempo, ao apoiarem narrativamente essas perspectivas, vetavam a possibilidade de radicalidade do mesmo.

Como o louvor, o agradecimento é a tarefa mais recorrente dos discursos que temos visto; vale a pena nos determos um pouco mais em sua explanação. Até aqui, tais termos tinham aparecido somente em sua prática e em seus desdobramentos intencionais. Acadêmicos que louvam, e que, no louvar, fecham o ciclo diminuto de uma

*intelectualidade* acastelada. O que não tinha ainda aparecido, e isso foi um grande achado nos 16 volumes da *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, muitas vezes assustadores para um iniciante no ofício, é uma explicação detalhada de seu próprio significado, do que compreendiam por essa arte. Essa lacuna, no entanto, a que há referência acima, é de certa forma preenchida por um magistral documento de declaração da eleição do Conde de Vimioso como acadêmico.

Aos 8 dias do mês de fevereiro de 1731, Joseph da Cunha Brochado, de tantas intervenções e esclarecimentos, expõe os limites e problemas da arte do agradecimento. Aqui, usando um clássico autor latino como ponto de partida de sua reflexão, mostra que

Faz Sêneca, senhores, diferença entre o louvor, e o louvor: *Aliud est laus, aliud laudatio*. O louvor refere-se ao animo de quem louva; a laudação (adaptando agora o mesmo termo) refere-se ao costume, ou instituto que manda louvar: *aifus officium oratione conflatur*. Louvamos por próprio movimento uma ação de virtude, e de generosidade; louvam-se também as ações públicas, e este é o louvor decretado. Eu devia nesta conferência, que é a primeira de minha direção, agradecer por conseqüência o coração, e a benevolência dos doutíssimos eleitores; mas temo, que o louvor, e o agradecimento degenerem em laudação, e perdendo o primor do afeto, venham agora, como por ofício, ou costume de um ato repetido; a assim deste lugar, aonde me fez subir, e continuar a mesma generosa ação, sou obrigado a converter com mais vantajoso desempenho, o agradecimento em felicitação a todo este nobilíssimo congresso, pela grande aquisição, que fez, e que hoje é pública.<sup>93</sup>

Na pena de Cunha Brochado, o artifício da retórica ganha forma, precisão. Ao tomar Sêneca como parte integrante de sua sinfonia, as notas da melodia sobressaem em dimensão e vida, tomando o céu de assalto. A primeira das modalidades do louvor é, como de uma clareza cortante expõe, o gesto descompromissado gerado pelo amor e pelo afeto. Ainda que não exclua totalmente a segunda das vertentes em seu discurso, qualifica a primeira como a mais honesta e honrosa. O outro extremo - o da laudação - é carregado de um labor artificial, fabricado para gerar emoção e gosto. Para ele, ao produzirmos um discurso de forma laudatória, a essência pura do gesto é minada em suas bases. Devemos

---

<sup>92</sup> Idem, p.4.

<sup>93</sup> Declaração, que Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, fez na Conferencia de 8 de Fevereiro, de estar eleito Acadêmico o Conde de Vimioso. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 11 (1731-32). pp.1-2.

desconfiar, no entanto, sobre que modalidade de agradecimento estava ancorava a maior parte dos acadêmicos.

Ao que tudo indica já existia por parte de alguns membros da Academia uma consciência inicial de que, ao formalismo discursivo, outras tendências menos cortesãs se abriam. Por conta disso, parece que Cunha Brochado divergia em alguns aspectos do comum do congresso. Tanto podemos assim pensar que, na Prática que se seguiu a este discurso, o Conde Vimioso reforçava a obrigação de agradecer, a laudação. Assim como o companheiro, e talvez para demonstrar o mesmo conhecimento de seu parceiro, trava uma espécie de duelo narrativo, esquadrihando igualmente as etapas do louvor. Para ele, como que aceitando o desafio, é considerado que

O quarto ofício de agradecimento, é a repetida lembrança do favor: *grata commemoratio*. Nova compensação do benefício é a repetida lembrança da honra recebida; cada memória, com quem se repete, é um novo esmalte, com que se adorna o crédito do benfeitor (...).<sup>94</sup>

A retribuição é vista aqui realmente como de uma obrigação imutável. Num outro trecho vai além e mostra que “seja logo a repetida memória do favor uma das satisfações do agradecimento; porque nas lembranças com que se repete, renasce para eterna duração o benefício (...).”<sup>95</sup> E, como grande final de sua defesa, acaba dizendo que “Quem recebe o favor, vende a liberdade com que se cativa.”<sup>96</sup>

A última dessas frases não poderia expressar melhor a idéia central de seu texto. Nos obrigamos a agradecer sim, e assim o fazemos sabendo que nossa liberdade de expressão fica comprometida. Prestamos reverência porque essa arte constitui um dos pontos principais da linguagem acadêmica; mas ao nos orientarmos dessa forma reforçamos uma cultura social de vassalagem que está para além do discurso, está na prática cotidiana dos lusitanos, apesar de ter perdido algumas das características da origem medieval.

Uma outra metáfora recorrente nos discursos é aquela que liga diretamente a Academia ao monarca. Como toda instituição ou indivíduo, tem suas origens e dias de celebração de seu natalício. A data mais importante, no entanto, é a do seu renascimento.

---

<sup>94</sup> Prática de Conde de Vimioso, depois da declaração do Director. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 11 (1731-32). pp.6-7.

<sup>95</sup> Idem, p.7.

Exposta a questão desta maneira, observe-se, inicialmente, o trecho abaixo, escrito por Manoel Caetano de Sousa:

A Academia deve renascer a cada dez anos, por quanto a cada cem anos da fênix iguala um ano da Academia; que nele ocupa os seus olhos em servir as Vossas Majestades, e em dar a luz a muitos séculos, assim passados, como futuros. E justo era, senhora, que renascesse uma Academia no flauto dia, em que se soleniza a feliz memória do augusto nascimento de Vossa Majestade, que não só é Real protetora dos sábios, mas também eruditíssima professora das ciências.<sup>97</sup>

No documento cada ano de trabalho é visto como equivalente a séculos de virtudes. Como a fênix, o texto nos mostra que esta renascia sempre. Como prestadora de reverência, no entanto, não ressurgia apenas no 1 de dezembro de cada ano, mas também a cada comemoração de nascimento dos membros da família real. Ao fazer isso, o discurso celebra o compromisso firmado, renova os votos de obediência e zelo. Na expressão narrativa, portanto, o renascimento metaforicamente apresentado é o de uma renovação para além dos natalícios; é uma renovação na vontade de *Restituet omnia*.

Essa missão, encarnada nos quadros discursivos da Academia, bem como na condição da realeza de propagadora da religião, olhava para os pontos balizadores do ser português numa crença ferrenha e imemorial da formação de uma nacionalidade e de um destino promissor. Não era ainda o tempo em que em Portugal, seduzido pelas Luzes, os

historiadores instauram então o conceito de ‘providência racional’. Crenças, credulidade e providencialismo cristão são rejeitados. O ideal da felicidade terrestre vence o da salvação. Sua seiva inovadora e dinâmica irriga a reflexão histórica.<sup>98</sup>

Partindo ainda do mote da celebração do nascimento da citada personagem real, Manoel Caetano de Sousa declara, a seguir, que

a promessa feita por Cristo no campo de Ourique atendessem o nascimento da rainha Nossa Senhora, declaram bem o dia desse nascimento, e o dia daquela promessa por uma observação, que não, fez, que alguém tenha feito primeiro que eu. O dia em que nasceu sua Majestade foi uma terça-feira; e também tinha sido uma terça-feira o dia, em que Cristo prometeu

---

<sup>96</sup> Idem, p.7.

<sup>97</sup> Introdução Panegyrica na Conferencia de 7 de Setembro, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 11 (1731-32). p.1.

<sup>98</sup> Philippe Tétart. *Pequena História dos historiadores*. Bauru:SP, EDUSC, 2000. p.71

as felicidades do nosso império, que em terça-feira caiu naquele ano de 1139.<sup>99</sup>

Para além dessa verdade acadêmica, continuava marcante na mentalidade da população o milagre de Ourique. A esse ponto não caberia qualquer tipo de refutação. Tomavam-no como assunto certo, que, a respeito de qualquer averiguação, encontrava na tradição sua força de comprovação. Numa simbologia aberta ao gesto de respeito irrestrito à sua Majestade, o fato que se tomava como histórico, mas que não passa de ficção com função de verdade, esbarra forçosamente nas coincidências da cronologia; coincidência esta que para os acadêmicos não existia; era obra do destino. Como manifestação da vontade de Deus, de uma primazia no mundo católico por causa de Ourique, o discurso, que tinha sua função justificada pela fé, continuava dizendo que

Muitas virtudes poderá admirar o mundo na Rainha Nossa Senhora, se sua Majestade não fora cuidadosa em recatar todas as vistas humanas; porém Deus, que perfeitissimamente as conhece, as faz também conhecer, dispondo, que sua Majestade seja o desempenho da promessa do campo de Ourique, o que se vê manifestamente no quanto a Rainha Nossa Senhora promove a santidade, a fé, e a piedade deste reino, favorecendo especialmente aqueles ministros de Deus, e com mais fervor atendem a reformação dos católicos, a conversão dos infiéis, e a redução dos hereges.<sup>100</sup>

Que a rainha é revestida de santidade bem o diz o texto acima. Ela, no que está exposto, “promove a santidade, a fé, e a piedade deste reino”. Como ministros de Deus, portanto, o discurso reafirma o papel dos acadêmicos, a partir das letras, e por isso sua linguagem é estritamente cristã, na “reformação dos católicos, a conversão dos infiéis, e a redução dos hereges”. Mas não era somente para o engrandecimento do catolicismo que construíam depoimentos, também para o Estado - se é que podemos compreender o Portugal de inícios do século XVIII dessa forma -, teciam comentários e importância.

Em um texto, de 10 de dezembro de 1731, expunham-se pontualmente todas as obrigações dos estatutos acadêmicos, fazendo com que o autor do referido documento dissesse que:

Assim, senhores, neste ano de nossa presidência, cumprimos, se não me engano, com as obrigações de nossos Estatutos, honramos a pátria, e

---

<sup>99</sup> Introdução Panegyrica na Conferencia de 7 de Setembro, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 11 (1731-32). p.3.

<sup>100</sup> Idem, p.5.



servimos a república. A lição instrutiva das conferências, as composições, que ouvimos, e que temos publicado, as dissertações canônicas, e legais, as origens, as fundações, os ritos, as pazes, as Cortes, as leis, e os plácitos de nossos príncipes, que outra coisa foram senão uma missão histórica, que penetrou, e fez ouvir, e considerar, em todos os tribunais, e magistérios públicos? Servimos ao mesmo lato conselho, aonde se tratam, e decidem as matérias mais graves, que respeitam a conservação, e aumento do Estado.<sup>101</sup>

A produção acadêmica neste registro, feita por homens que se enxergavam como mestre e eruditos, tinha sua função pedagógica. Era vista como um livro de leitura obrigatória para todos que necessitassem de mais luzes. Como construtores do Estado, ou para usar um termo de época, como refundadores da monarquia, desempenhavam uma missão histórica. A palavra, no entanto, que transparece no documento, é *conservação*. Manutenção da ordem, das memórias, das posições sociais, da fé, do reinado; enfim, conservação de tudo que para eles fazia sentido e importância. Se o registro chega em alguns momentos a quase antever uma “razão de Estado”, a realidade como vimos é outra.

Disso nos dão conta os esforços que ocuparam grande parte da produção da Academia em 1734. Buscavam ainda nesse momento, 24 anos depois de sua fundação, ou até mesmo de forma mais sistemática, uma personagem que servisse como uma espécie de madrinha de raiz santa. D. João V, nesse mesmo ano, continuando com sua direção carola, encomendou aos acadêmicos, depoimentos sobre a definição de fé de Nossa Senhora, num rendido beija-pé simbólico. Numa dessas primeiras solenidades de juramento da devoção que tinham pela Virgem Conceição, todo o congresso proclamava o

Fervoroso zelo, com que El Rey D. João o V Nosso Senhor, se emprega sempre nas matérias pertencentes a religião, e a inata piedade, com que Sua Magestade cultiva a devoção de todos os Santos, e muy especialmente a Virgem Maria Nossa Senhora, lhe inspirou a péssima idéia de promover a definição de Fé, tão suspirada, da puríssima Conceição da Mãe de Deus, mandando que os seus vassalos fizessem novas súplicas a Sua Santidade para declarar estes Mistérios com a maior brevidade. Fez Sua Magestade à Academia Real incomparável honra de lhe encomendar esta diligência por carta do Secretário de Estado, a qual foi recebida com tanta estimação daquele Congresso, que não se contentando só com a pronta execução das Reaes Ordens de Vossa Magestade, lhe propôs com devota resolução, repetir novas demonstrações de rendida vassalagem, com que de todo reino de Portugal, ofereceu a Virgem Maria o Padroado desta Monarquia,

---

<sup>101</sup> Oração, que disse Joseph da Cunha Brochado em 10 de Dezembro de 1731. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol 11 (1731-32). p.5.

fazendo-se tributário em Cortes, no felicíssimo governo do Nosso heróico restaurador, El Rey D. João o IV, de gloriosa memória.<sup>102</sup>

Com esse documento a concepção da Virgem, consolidada pela exposição de uma santa sem pecado original, se tornava inconteste Essa devoção aos santos, em especial a Nossa Senhora, encontrava na Academia solo fértil. A partir desse momento, se tinham pelo rei um intermediário com os céus, passaram a travar um contato mais direto. Ao jurarem sua devoção reforçavam novamente os destinos traçados pelo milagre de Ourique, afastando-se, cada vez mais, dos caminhos de uma possível *Ilustração*.

Ainda neste mesmo ano, após as primeiras solenidades, buscavam dar forma a este juramento, dizendo que a

Puríssima Virgem, e Senhora Nossa, Santíssima Mãe de Deus, Rainha dos Céus, eu [...] reconhecendo a piedade, e santo zelo, com que o Sereníssimo Rei D. João IV de gloriosa memória, levado da devoção, que sempre teve, e mostrou ao Sacrossanto Mistério de Nossa Puríssima Conceição, convocados em Cortes os três Estados do Reino, e de unânime consentimento de todos, solenemente os elegeu por Padroeira dele e em veneração do mesmo Mistério se fez vassalo vosso; com tributo anual a Vossa Santa Casa, e jurou a todo dito Reino de defender sempre que fostes concebida sem pecado original.<sup>103</sup>

D. João, quinto do nome, retomava e consolidava o juramento que o patriarca dos Bragança já fizera. Também ele, como forma de demonstrar a mesma preocupação zelosa com a construção de uma imagem de dignificador da fé, conclamava seus pupilos mais diletos a um culto personificado numa verdadeira profissão de fé. A padroeira do reino, a partir de agora, passava a ser igualmente a padroeira perpétua da Academia Real da História Portuguesa. Ao jurarem um ato de vassalagem, como dito acima, concebia-na sem o pecado original, que tantas vezes foi colocado em suspeição pelas nações da Europa.

Nesse discurso D. João V, sob a lógica da imitação, elemento da antiguidade absorvido pela Academia, não procurava seguir somente os valorosos passos de D. João IV, mas também os de D. Afonso I. Se os imitava, portanto, nesse exercício, mostrava-se

---

<sup>102</sup> Relação da solenidade, com que a Academia festejou a puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora, e do Juramento, que elRey, e o Príncipe nossos Senhores, fizeram neste acto juntamente com a Academia. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 14 (1724). pp. 1-2.

<sup>103</sup> Forma do Juramento, que a Academia Real faz de defender sempre, e em toda a parte, a verdade da purissima Conceição da virgem Maria Senhora Nossa. In: *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 14 (1724). pp.1-2.

maior do que qualquer um deles. Como bem sabemos nesse jogo de espelhamentos, a natureza da composição nunca devia ser idêntica, mas superior em seu volume e princípio. Como foi sua a obra de fundação da Academia Real, aumentando numérica e qualitativamente os esforços nessa direção, aparecia nos discursos como o maior rei que Portugal já teve.

Relembrando do passado de glórias, mas não esquecendo o presente, o Fr. Manoel da Rocha, professor de teologia da Universidade de Coimbra, ainda não reformada por Pombal, por isso de ensino jesuítico, escreveu um extenso sermão festejando a Conceição da Virgem. Segundo ele,

Dous princípios teve o nosso Portugal enquanto reino: um quando novamente se erigiu: outro quando de novo se restaurou. O primeiro se deve ao forte braço do Senhor D. Afonso I, o segundo ao magnânimo coração do Senhor João IV. Em ambos esses princípios se aclamou Portugal grandemente glorioso; mas para ser mais crescida a sua glória, em ambos houve votos, e juramentos, com quem um, e outro Monarca se obrigaram ao culto da Rainha do Universo, buscando-a para Padroeira do seu Reino.<sup>104</sup>

A pequeníssima nação lusitana buscava os louros da glória. Ao renovarem os votos e juramentos, reafirmava um pacto. Como Portugal, segundo a mentalidade, estava ao centro do universo, outra não poderia ser a sua grande rainha a não ser a maior de todas as padroeiras, de Afonso I a D. João V. Reforçando, portanto, a natureza de prestação de contas com o divino, a fonte reafirma, em páginas posteriores, o motivo da supremacia no Setecentos da lógica vassálica. Fr. Manoel da Rocha, ainda, expressava-se dizendo que “O’ Academia verdadeiramente Real, e verdadeiramente feliz! Quem haverá, que não aclame superior a tua glória vendo-te jurar a Conceição daquela Virgem Puríssima?”<sup>105</sup> Nada do que se diga a mais do documento poderá esclarecer melhor o que sua própria clareza, condensação e linguagem, reafirma sobre nossa tese da grandiloquência *joanina*.

Um outro texto, no entanto, talvez possa dar um passo adiante na exposição dessa lógica. Muitos foram os personagens que durante a História causaram fascínio e admiração. Meroveu, pela formação do reino dos Francos; Carlos Magno, pela aliança travada com a

---

<sup>104</sup> Sermão, que pregou o Padre Fr. Manoel da Rocha, Dom Abade Geral, Esmoler mor, Lente de Theologia na Universidade de Coimbra, e Acadêmico da Academia Real, festejando a mesma Academia a puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 14 (1724). p.3.

Igreja católica. Personagens desse tipo, quase sempre, povoaram e povoam narrativas de seus grandes feitos. Para o bem ou para o mal, são lembrados como homens de destaque em seu próprio tempo. Aqui, como ali, os utilizamos como elementos para dar força ao texto escrito. Desde muito tempo essa prática se tornara comum. O que não dizer dos personagens da mitologia grega, tão cheia de batalhas, deuses e musas?

No Portugal de João, esse apego a personalidades e fatos marcantes encontrava também um respaldo na linguagem. Esse reino que, num destino ficcional, buscava romper barreiras, alargar fronteiras, condensava nas narrativas tais valores. Como função, procurava garantir a maior das glórias: não ser esquecido. Era para um nome comum, no entanto, daqueles que esbarramos num simples dobrar de esquina, que a fonte que será abordada abaixo apontará. Nesse trecho, que constitui parte da Prática de Antonio de Andrade Rego, mostrava-se

porque a este Real Palácio, aonde habita o Potentíssimo, e Invidíssimo Senhor Rei D. João O Grande, (a quem os fados o reservem são e salvo), venho eu hoje, intitulado por Direito Canônico, em razão do meu estado, Soldado da Milícia Celeste, não grato, ou agradecido no nome, mas agradecido por haver sido nomeado Acadêmico por este Claríssimo, e Sapientíssimo Congresso, e com esta para mim incomparável honra consigo a Coroa Cívica dos Romanos.<sup>105</sup>

Esse personagem, que principiamos a apontar no documento, era nada mais nada menos do que Alexandre, filho de Filipe da Macedônia. Mais do que por seu nome, ficou marcado nos livros da História pela alcunha de *O Grande*. Constituíra no decorrer de sua vida um vasto império, cujo sonho ou loucura levou-o aos mais recônditos e ermos cantos do Extremo Oriente. D. João V, segundo os discursos, também assegurou a existência de um formidável império na Terra, fazendo com que seu domínio se estendesse além mares e oceanos. A respeito dessa concepção de Império e imperador, Evaldo Cabral de Mello tece alguns comentários sobre a sua origem em Portugal. Num dos capítulos de seu livro *Um imenso Portugal*, o sob muitos aspectos brilhante historiador brasileiro mostra que

No século XVI, a noção de império, como a supremacia do Sacro Império Romano-Germânico sobre toda a cristandade, vinha sendo desde a Idade Média tardia erodida pelos Estados nacionais, que haviam adotado como barreira a tais pretensões o princípio do *rex imperator in*

---

<sup>105</sup> Idem, pp.7-8.

<sup>106</sup> Prática do Doutor Antonio de Andrade Rego, depois da declaração do Director. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol. 14 (1724). p.1

*regno suo*, que fazia de cada monarca o imperador do seu reino, ou seja, o detentor integral da soberania interna e externa. Portugal não fugira à regra, valendo-se inclusive, como outros reinos da península, do argumento de que ela fora reconquistada aos mouros sem apoio ou ajuda do Império. Esse processo culminou na adoção por D. Sebastião do título de Majestade, privativo até então do imperador, adoção já realizada pelos demais monarcas europeus.<sup>107</sup>

Reforça-se assim a tese da pretensão imperial de D. João V.

Voltando agora ao documento, podemos ver que, tal qual Alexandre, um homem que construíra um grande império, assim como julgavam ter D. João consolidado e defendido outro, a narrativa, cheia de um estilo bajulador e forçoso, caracterizava-o como *Grande*. Reascendia assim a fama e a vaidade do monarca, consolidando uma forma tradicional de expressão.

Num dos últimos suspiros da Academia de História, no ano de 1736, o de extinção das *Memórias*, vinha à baila um documento que resgatava a importância da liberdade bem como da liberalidade em Portugal. O 1º de dezembro, data da *Restauração*, assim como aquele propagado milagre de Ourique, constituíam assuntos nodais para a inteligibilidade do discurso acadêmico. Direcionado à percepção retórica de que tinham, por sessenta anos, experimentado a posição de cativos dos castelhanos, em sermão pronunciado aos 15 dias do mês de dezembro, Fr. Manoel da Rocha expõe o problema, dizendo que:

Correram os séculos, e chegou aquele ano ansiosamente desejado pelo saudoso amor dos portugueses, e nele o primeiro de Dezembro, em que se viram satisfeitas as esperanças, que tanto atormentaram a nossa fidelidade pelo espaço de sessenta anos. Bastou a impaciência generosa de quarenta cavalheiros, superiores ao respeito de toda a monarquia castelhana, para despedaçarem as cadeias de uma escravidão, que parecia eterna, para darem à pátria a liberdade perdida, e para beijarem a mão heroicamente fiéis à majestade do senhor rei D. João o IV.<sup>108</sup>

Resgatar esse discurso, nesse momento, não serve apenas para pontuar a importância da Restauração para o reino de Portugal. Isto já fizemos anteriormente. O que complementa e complexifica a questão aqui é o uso da noção de escravidão. De maneira intimamente intrincada com a realidade, buscava-se no discurso caracterizar que a

<sup>107</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo, Editora 34, 2002. pp.26-27.

<sup>108</sup> Sermão na solene ação de graças, que celebrou a Universidade de Coimbra em 12 de Novembro de 1736 pelo felicíssimo nascimento da Senhora Infante, dedicado a ElRey nosso Senhor pelo Doutor Fr. Manoel da Rocha, Acadêmico da Academia Real. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da*

liberdade era um atributo que tinham perdido. Ao romperem os grilhões, faziam com que tudo voltasse à órbita natural. Nessa ótica narrativa, esse rompimento foi o responsável para que, em pleno ano de 1720, a liberdade desejada encontrasse seu auge, se despidesse de qualquer amarra. Libertos, poderiam levar a liberdade para além fronteiras. Salvos do cativeiro, tinham a chance de fazerem de sua promoção um caminho de salvação, onde a própria produção literária seria vista como a maior porta-voz. Encarnavam assim o papel de tirar os indivíduos das trevas da ignorância.

Nessa série de discurso que vimos, podemos agora perceber mais claramente que a Academia, a partir de seus textos, procurava dar uma forma de funcionamento orgânico ao seu congresso. Na narrativa e no desdobrar da realidade objetiva, buscavam criar uma relação de interdependência com os outros extratos dos *homens bons* do reino. Sua parte, apesar da importância, era uma das múltiplas possíveis no quebra-cabeça da monarquia. Sua existência, no entanto, era enxergada de forma imprescindível, representava o vão entre o bem saber e a completa desunião das partes de um todo complexo e tentador. No que se refere ao universo político, o mundo lusitano consolidava uma perspectiva teórica que, desde antes de 1640, harmonizava e garantia simetricamente um perfeito movimento de Portugal, como rei sol, na arquitetura constante do movimento dos planetas. É nesse sentido que, por ocasião da morte do infante D. Carlos, o censor da Academia, na forma de elogio, explica que

Os corpos políticos em tudo se parecem com os humanos: os homens sem vista não podem ver a luz da razão; os homens sem pés, e braços não podem defender a pátria, mas podem governar a república; os homens sem cabeça são troncos, e cadáveres, que só servem para lástima, e horror dos olhos. Esta é a diferença da morte, que sentimos, à morte, que podemos chorar. Perdeu o corpo político desta monarquia alguma parte da sua perfeição na morte do sereníssimo senhor infante D. Carlos, mas não perdeu a sua forma; recebeu algum defeito, mas ficou com a existência, e harmonia das suas partes mais principais.<sup>109</sup>

Os acadêmicos no discurso tinham o papel de auxiliares no governo da coisa pública. Na metáfora do corpo, se não ocupavam a posição da cabeça, ao menos zelavam pelo seu perfeito funcionamento. Tinham vista, por isso olhavam, segundo o discurso, com

---

*Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.16 (1736). pp.2-3.

olhar da razão. Poderiam não ter braços e pernas, mas consolidavam essa república com a luminosidade e O talento de suas mentes. Perdia realmente a monarquia um de seus filhos, mas a cabeça, muito mais simbólica e moralmente personificada do que física e perene, continuava a reger o funcionamento do corpo. Assim também a Academia tinha seu próprio corpo, e que, na proteção real de seus méritos, funcionava, mesmo com a imperfeição humana inerente, de forma harmonizada e útil à pátria.

A esse discurso sobre o corpo, se bem podemos resgatar, encontramos amplo respaldo naquele que, apesar da crítica dos Modernos, na querela que atravessou e modificou a Europa, ainda marcava uma tutela sobre seus filhos. Se voltarmos nossos olhos mais uma vez ao passado, podemos nos assustar com a sentença que Aristóteles, em sua *Política*, apresenta para as gerações futuras. Lá, em seu clássico texto, fica estabelecido que

§ 11. Na ordem natural, o Estado antepõe-se à família e a cada indivíduo, visto que o todo deve, obrigatoriamente, ser posto antes da parte. Levantai o todo: dele não restará nem pé nem mão senão no nome, como se poderá afirmar, por exemplo, que a mão separada do corpo não será mão senão pelo nome. Todas as coisas são definidas pelas suas funções; e desde o instante em que elas venham a perder os seus característicos, não mais se poderá afirmar que são as mesmas; somente ficam entendidas sob a mesma denominação. De maneira evidente, o Estado está na ordem da natureza e antecede ao indivíduo; pois, se cada indivíduo por si a si mesmo não é suficiente, o mesmo modo acontecerá com as partes em relação ao todo.<sup>110</sup>

Também para ele, as partes deveriam se articular e depender do todo. Definidas suas funções, as partes constituintes do corpo estariam sujeitas ao elemento ordenador, portanto, central e natural.

De tudo que pudemos notar, a verdade e a dissimulação, o compromisso e a vaidade, a glória e uma incapacidade de retribuição dos méritos forçosa, dentre tantas outras expressões, faziam parte desse contexto da Academia no mundo do Setecentos. Se não puderam consolidar a cientificidade que almejavam, ao menos legaram às gerações futuras um indício, dentro da linguagem, do que se pode e do que não se pode fazer no intrincado jogo entre *langue a parole* no universo *joanino*. Mais do que os conteúdos literais de suas narrativas, que em tantos outros documentos e livros de História vemos

---

<sup>109</sup> Elogio Fúnebre do Senhor Infante D. Carlos, recitado no Paço pelo Márquez de Valença, censor da Academia Real, em 30 de Abril. In: *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.16 (1736). p.2.

<sup>110</sup> Aristóteles. *Política*. São Paulo, Martin Claret, 2004. (Coleção a obra-prima de cada autor). pp.14-15.

expostos, nos dando um manancial de informações sobre o qual historiadores de diversos estilos e tendências, no decorrer do tempo, se utilizaram em seus estudos sobre a época moderna em Portugal, vemos aqui a oportunidade de observar que a escrita encobre uma História para além dos fatos objetivos. O próprio estilo literário construído, pouco a pouco, passo a passo, suscita por si só inquietamento e interesse, pois, como diria Gadamer, estudamos o passado para descortinar nossas tradições, porque nos causa estranhamento.<sup>111</sup> De tal forma, de maneira magistral, o elogio fúnebre ao acadêmico Diogo de Mendonça Corte-Real, que saiu à luz em maio de 1736, mas que, apesar de não encerrar o último dos volumes, representa um verdadeiro achado da retórica acadêmica, apresenta um autor que se coloca numa posição estrategicamente composta de incapacidade, nos dizendo o seguinte:

Quem me dera ser um eloqüente orador para vos dar uma justa idéia do que é o modo. O modo é aquela coisa, que dá valor a todas as do mundo. Sem modo uma mercê é ofensa, com modo uma repreensão é favor: sem modo temesse o pai como inimigo, com modo tratasse o contrário como irmão: sem modo os homens passam a ser feras, com modo os brutos chegam a ser racionais.<sup>112</sup>

O modo para os membros da Academia Real da História Portuguesa era tudo, e nisso parece que foram muito felizes e competentes. Igualmente para esta dissertação sem modo não há substância a ser narrada, não há vida nem tensão, não há linguagem nem nada.

Do despojar da vaidade, do olhar histórico e não de expectador da História, podemos compreender nossa real condição intelectual. De um mergulhar na historicidade dos fatos, dentre eles até mesmo o lingüístico, cheio de um simbolismo que tem desdobramentos para além do próprio discurso, ainda que dentro deste - num mundo em que sua inteligibilidade é, sobretudo, linguagem -, podemos dar à História um caminho alternativo de compreensão do mundo. Um caminho que a hermenêutica histórico-filosófica e a “nova História política”, preocupada com os percursos e descaminhos da atual modernidade, vem sugerindo nas últimas décadas. Um conclave à reflexão intelectual para além do conhecimento engavetado e particularizado em pequenos guetos, em

---

<sup>111</sup> Hans-Georg Gadamer. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>112</sup> Elogio Fúnebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretario de Estado, que recitou o Marquez de Valença na Conferencia de 17 de Mayo. In: *Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v. Vol.16 (1736). p.3.



múltiplos nichos ávidos por serem rapidamente consumidos por um mercado nem sempre preocupado com essa natureza transformadora do próprio conhecimento. Um caminho no qual um retorno ao papel revelador do discurso pode ajudar bastante a elucidar.

## CONCLUSÃO

Normalmente, ao concluirmos um trabalho, tendemos a organizar o texto de forma a dar um fecho; como se o nosso cerco tivesse acabado. Revisitamos questões antigas e, como um caminho para consolidar o argumento, deixamos para o final a criação dos nexos da trama. Tal postura visa guardar uma certa atmosfera de suspense, para um posterior ponto auge onde tudo fique finalmente esclarecido. Se esse é um recurso coerente e bastante comum, devo dizer que não procurei aqui segui-lo à risca. Tal trabalho, que o argüidor a duras penas terá lido, de forma consciente foi forjado para ser um texto em aberto, sujeito a debates e literalmente escrito para isso. Não partilho da postura, tão comum num meio onde a busca por capital simbólico torna-se desenfreada, de que obras de caráter transitório devam ser encaradas, antes mesmo de um amplo partilhar de reflexões em conjunto, como consolidadas, donas de si mesmo.

Ao leitor dessa dissertação, na altura do campeonato, já deverão estar claras as principais questões abordadas. Em primeiro lugar, busquei de forma intuitiva levantar mais uma vez a hipótese de que o reinado de D. João V, em Portugal, continua sendo um assunto pouco compreendido e estudado. Nas páginas do meu texto, se não consegui dar conta de uma ampla revisão sobre o período, nem foi esse o meu intuito, busquei ao menos sugerir algumas questões, de forma monográfica, que poderão, ao serem confrontadas com outros trabalhos dessa natureza, contribuir para uma melhor inteligibilidade de uma época onde tradição e renovação cultural andavam lado a lado, constituindo parte de um mesmo e intrincado processo. Se o presente trabalho apresenta algum mérito, acredito, sem nenhuma vaidade, ser especificamente nisso. Em segundo lugar busquei igualmente, de forma consciente, dialogar implícita ou explicitamente com meu próprio tempo.

Nos dias de hoje, ao que parece, a historiografia passa por um intenso processo de transformações. Como na famosa querela do século XVII na França, os modernos buscam demolir, numa postura niilista, tudo que é antigo para a construção de um novo efetivamente novo. Ao fazerem isso acabam julgando que a qualidade intrínseca de um trabalho recai em sua capacidade de provocar as antigas teses, e mais do que isso, em aboli-las. Acredito que, como todo exercício de renovação, o bafejar de novas teses e conceitos seja benéfico para um debate no corpo da própria academia; sem isso não haveria avanços

nem motivos para novas produções. Por outro lado, acredito que nada de intrínseco permite que julguemos os Modernos mais qualificados do que os Antigos, como se a simples distância temporal de suas teses as desmerecessem. Vivemos em um tempo onde certas palavras ou idéias são execradas em prol de um politicamente correto, nem sempre muito correto.

Nesse sentido, mais especificamente no que toca ao meu trabalho, percebo um ranço antropológico que escarna da própria palavra atraso. A historiografia atual, principalmente Isabel Ferreira da Mota, ao tratar do tempo *joanino*, busca de forma anacrônica considerar o período segundo seus próprios desejos e, assim como os acadêmicos da Academia de História, criar uma imagem do Portugal que esperavam ter sido, que acreditavam ter existido, mas que nunca se efetivou. Nesse ambiente de renovações, portanto, partilhar da idéia de que Portugal se enquadrava num mundo que se ilustrava é encarnar a idéia de que não estamos fazendo um juízo de valor. Sempre tive dúvidas, em minha curta trajetória, sobre os reais limites do que é realmente um juízo de valor de um juízo, por outro lado, de fato. Na dúvida, optei por considerar que muitas vezes a “velha” historiografia nos oferece informações para uma tomada de posição sim, nem sempre incorreta, pois o mérito não está em modismos, mas na capacidade de argumentação. Nesse sentido, sem qualquer receio, pude perceber atrasos por parte de Portugal frente a outras nações de seu tempo, o que torna-se um juízo de fato se nos remetermos às opiniões dos próprios contemporâneos, como vimos bem no caso de José da Cunha Brochado.

Dessa forma, tendo isso em mente, organizei minha dissertação em extratos intimamente ligados. Tentei mostrar a existência, na confecção dos capítulos, de uma estrutura mental e conceitual que tornasse permitido o entendimento do que significava ser letrado em terras lusitanas; num segundo momento, busquei dialogar com um contexto político e intelectual, tentei entender o lugar social da Academia de História em seu tempo e os limites de sua prática; por último almejei consolidar pela observação dos próprios textos de que maneira as teses defendidas nos capítulos iniciais seriam ou não refutadas. Se não cheguei a um resultado a meu contento, busco me redimir dizendo que foi um trabalho bastante árduo, responsável por um importante amadurecimento pessoal, ao colocar constantemente minha idéias preconcebidas em xeque.

Na minha introdução busquei dividir o texto em duas partes. Na primeira, tentei estabelecer as motivações que levaram-me a sair de um estudo sobre a política reinól via Conselho Ultramarino para uma reflexão do papel histórico da Academia. Ao tomar contato com o primeiro desses organismos, como hipótese de trabalho, acreditei que a criação da Academia real significou um momento significativo na História portuguesa, causando um impacto no Conselho. Percebi, além disso, ao cotejar as listagens de acadêmicos, que alguns pertenceram às duas agremiações. Com isso em mente, por curiosidade, acabei por começar a olhar a produção discursiva do congresso literário.

Quase que sem querer, numa das minhas idas ao Real Gabinete, descobri a existência de uma importante documentação que, até então, acreditava só ser possível consultar em Portugal. Diante desse espanto inicial fui impelido a começar a ler sobre o que se tratava naqueles 16 volumes de suas memórias. Com isso, uma sedução inicial acabou consolidando uma vontade firme de dar uma atenção mais consistente com o que há pouco tinha travado os primeiros contatos. A impressão inicial que tive foi a de que apresentavam discursos muito distintos, mas que no fundo pertenciam a um mesmo horizonte lingüístico, a um mesmo espaço possível de construção da realidade. Como a necessidade e a disponibilidade maior de acesso aos documentos da Academia permitia um trabalho pertinente, logo compreendi que trocava de objeto, mas não de argumento.

O estudo sobre a Academia de História, pelo menos para mim, só veio a confirmar um processo onde mais do que organismos independentes, tais instâncias deveriam ser observadas como espaços de exposição de um tipo específico de homem, que marcavam suas condutas muito mais pela formação, pela educação construída, do que por uma lógica racionalista e particionada de organização burocrática. Na segunda parte da introdução busquei, mesmo que de forma sucinta, dar conta das transformações que vem sofrendo a História Política. Tentei de forma fracionada apontar algumas das sendas abertas atualmente, principalmente as que dizem respeito a um estudo sobre a cultura política, uma reflexão sobre as linguagens políticas e a problemática da História dos Conceitos. Acreditei, e ainda acredito, que é nesse ambiente que se insere meu trabalho.

No que diz respeito agora ao capítulo 1 busquei, partindo de um texto de Roger Chartier, cujo título já exposto é “O Homem de Letras”, entender as variações semânticas e históricas entre França e Portugal, de um termo tão comum e usado, como é o conceito de

letrado. Por mais que tal palavra tenha aparecido nas duas nações, obteve significados diferentes; indicativos de uma realidade igualmente distinta. Na França, o termo letrado em alguns casos, do que se apreende da leitura de Chartier, chegava a beirar o conceito moderno de intelectual. Esses homens de letras franceses, portanto, homens para além de tudo do mundo, começavam a gozar de uma postura mais reflexiva e desvinculada da exaltação pura da monarquia. Consolidavam, pouco a pouco, um certo campo onde o saber era um assunto que deveria reverenciar apenas a Razão. Ao encontrarmos o mesmo termo letrado em Portugal, podemos aceitar passivamente a idéia de que também ali era construído um caminho aberto e, mais do que isso, certo, de proclamação do intelectual moderno. Essa perspectiva, no entanto, desde o início soava estranha para mim. Consultando os dicionários mais importantes da época pude observar que a palavra letrado obteve uma coloração própria em Portugal.

Ainda numa tradição voltada ao passado e de cunho antiquarista, o termo letrado aparecia vinculado ao homem de informação, ao erudito. Para os portugueses, o letrado era aquele homem culto, que colecionava dados; estimado pela sua capacidade de desferir conhecimentos sobre a antiguidade, por exemplo, sem qualquer compromisso com a livre construção de idéias. Nesse mesmo capítulo tentei dar conta de alguns aspectos da famosa querela entre Antigos e Modernos na França, que de alguma forma parecem ter provocado os homens portugueses da Academia de História.

No segundo capítulo, dialogando o tempo todo com a historiadora Isabel Ferreira da Mota, tentei discutir um pouco sobre como a Academia de História funcionava na prática. Com sua história, almejei dar conta de que propósito discursivo os acadêmicos partilhavam. Depois de situá-la histórica e geograficamente parti para a análise daquilo que tinham como principal estampa, o *Restituet omnia*. Se, por um lado, tentaram defender que na Academia de História o método cartesiano era o modelo a ser seguido, uma tentativa de enquadramento aos padrões de cientificidade européia, por outro, a prática alçava vãos em direção contrária. Assim como durante muito tempo, na época contemporânea, a História, para os que a vêem como ciência, buscava encontrar uma verdade escondida, escamoteada pelos fatos e pela nebulosidade dos tempos, na Academia também existia formalmente em seu estatuto a promessa que buscavam, ardorosamente, restituir a tudo a verdade. Apesar disso, como vimos no capítulo, a influência da fé e da religião, da monarquia e dos

costumes, jogava um banho de água fria nas intenções. Por trás da textualidade vazia de alguns discursos, existia algo de mais profundo, que a superfície não poderia dar conta. Ao estudarem o passado, faziam sempre no intuito de engrandecimento nacional. Fatos como o milagre de Ourique, a primazia no mundo católico, ou até mesmo a autoridade dos autores antigos, portugueses e latinos, eram aspectos pouco sujeitos a refutações. Dessa forma, almejavam a criação de uma História como edifício, nos moldes exemplaristas. A verdade construída na prática não era uma verdade da ciência; era, como visto, sobretudo a sua função, uma função de verdade. Para eles a verdade era aquilo que fazia sentido e era aceito, nunca o que colocasse em xeque suas certezas ou o poder do próprio monarca. Ao funcionar como função, nas intenções profundas do discurso, esvaziavam o cartesianismo metodológico de sentido e alcance.

Como último capítulo, depois dessa discussão envolvendo uma estrutura e um contexto, parti para os casos corriqueiros, para a observação sobre como essas coisas estariam ou não contidas nos próprios textos, na produção cotidiana, de elogios fúnebres a panegíricos. Nessa altura da dissertação, pude notar aquilo que suspeitava: que a escrita tinha uma história para além da própria junção de palavras. Por trás dos discursos era construído um ambiente de exaltação dos feitos passados e presentes, de consolidação de um sentido de grupo, de socialização entre os pares. A partir da retórica acadêmica ficava patente o desejo de promoção, de enquadramento no rol dos personagens passíveis de benesses. Ainda nesse capítulo me dei conta que o papel da religião em Portugal não tinha apenas o perfil de importante, mas de central. Na profundidade das narrativas ficava claro que a imitação e o modelo a ser seguido constituíam o ponto nodal da existência acadêmica. Uma contraposição entre o que era bom e o que era mal transparecia a influência ainda da dicotomia barroca. O recurso à antiguidade reforçava a idéia de que na querela, por mais que buscassem uma aproximação com os modernos, pelas vantagens conferidas, eram ainda antigos, de juízo e de fato.

A História se faz com o aceitar que o outro nos conte sua própria história, não com o que forçosamente esperamos dela!!

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

A *Collecão dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, cujo índice dos volumes encontrasse no anexo a seguir, representa a fonte básica do meu trabalho. Como esforço de compilação dos escritos sobre os propósitos que a orientavam, bem como sobre as principais questões que pertenceram às suas atividades cotidianas, tal documentação tem o intuito de divulgar valores e o próprio trabalho da Academia. Como tal, grosso modo, não significa o que efetivamente foi produzido pelos acadêmicos em termos concretos por suas obras, mas a tentativa discursiva de defender um papel moral e ético da História. Desta forma, minha grade de leitura ficou circunscrita a uma discussão sobre as intenções da empresa acadêmica, bem mais do que sobre a própria história de tal grêmio, aspecto que pode ser melhor observado na obra de Manuel Teles da Silva.

Cabe afirmar que se o meu intuito de análise recai sobre essa documentação, o foco principal se dá apenas em algumas direções, deixando a outras um papel apenas complementar, utilizáveis só nos momentos em que possam permitir uma maior compreensão sobre o que a Academia Real representa nesse contexto de primeira metade do século XVIII.

Documentos como o *Decreto da instituição da Academia; Estatutos da Academia; Reflexoens do Conde da Ericeira sobre o estudo Acadêmico; Distribuição dos empregos Acadêmicos; Systema da Historia feito pelo Conde da Ericeira, e pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa*, são documentos que será analisados no intuito de compreender de que forma o projeto de escrita de uma História estava sendo pensado e com qual finalidade.

As orações e panegíricos, apesar de muitos e em vários pontos tocarem nos mesmos aspectos, são importantes na medida que permitem refletir sobre a permanência de uma mentalidade católica e barroca num projeto que tem por princípio restituir a verdade a partir de um trabalho metodologicamente alicerçado - pelo menos é o que defendem.

Outros tipos de registros, além desses apresentados, adquirem interesse por permitirem pensar sobre o tipo de debate possível dentro da Academia. Dentre eles, aparece com destaque a *Dissertação da vinda de Santiago a Hespanha, provada, e*

*sustentada com a doutrina do Maximo Doutor S. Jeronymo, composto pelo Padre D. Jerônimo Contador Argote*, seguida de documentos que opinaram sobre a questão. Igualmente, o *Assento, que se tomou sobre a autoridade, que se devia dar a alguns Escritores, e Catalogo dos reprovados*, permite compreender os limites da crítica cartesiana. Quanto à relação com o livro, aspecto que sugere importância se pensarmos que é um projeto, sobretudo, empreendido pelos letrados do reino, acredito que a observação crítica dos *Extractos Acadêmicos dos livros, que a Academia de Petersburgo mandou a Lisboa, feitos por ordem da mesma academia pelo Conde da Ericeira, hum de seus Directores, e Censores*, permita esclarecer um pouco sobre como os acadêmicos estabeleciam, olhando a relação de livros, um critério de valoração nos aspectos literários. Isso, mas do que uma mera curiosidade, traz indícios sobre como a sociedade portuguesa estava pensando a si mesma.

Como são 16 grossos volumes, as notícias das conferências, corpo documental que constitui mais de 50% de toda a coleção, não será diretamente objeto de observação. Trata muito mais sobre questões corriqueiras e de prestação dos trabalhos acadêmicos, de eleições de sócios e de divulgação de fontes. De tal forma, farei uso destas apenas quando for percebido, no decorrer do trabalho, que possam porventura clarificar o entendimento sobre a produção e a idéia de História defendida pela Academia.

Como fonte tenho utilizado ainda dicionários como a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, além de dicionários como o *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Rafael Bluteau. Acredito que tais registros signifiquem, respectivamente, o esforço por dar representatividade a um grupo seletivo, a partir de uma retórica pomposa, mas que indica a linguagem que o conforma, e como segundo ponto o indicativo de que os conceitos carregam consigo uma historicidade latente, que necessita de cuidado analítico. Também a *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*, de Manuel Teles da Silva, será utilizada no sentido de apresentar um primeiro esforço de construção de uma memória sobre tal agremiação. O conjunto de fontes que pertencem ao meu trabalho, com acréscimos ao que acima foi indicado será arrolado a seguir.

Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-49

Rafael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721.

Pedro José da Fonseca. *Diccionario Portuguez e Latino*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1843.



- Manuel Teles da Silva. *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721-1736. 16 v.
- D. Luís da Cunha. *Instruções Políticas*. estudo, introdução e edição crítica por Abílio Diniz Silva. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. (<http://purl.pt/129>)

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, v. 9/17, p. 31-57.
- ALBUQUERQUE, Luís. *Para a história da ciência em Portugal*. Lisboa, Horizonte, 1973.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Afrontamento, 1993
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. “D. João V e a biblioteca real”. *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra, Fac. De Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. “O Absolutismo de D. João V”. *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra, Fac. De Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. “Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei. *Brotéria*, 1944. vol. XXXIX, p. 481-96.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. “Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. *Brotéria*, 1950. vol. LI, p. 432-51.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura da Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo, Martin Claret, 2004. (Coleção a obra-prima de cada autor).
- BACZKO, Bronislaw & DARNTON, Robert. “A eclosão das Luzes”. In: DUHAMEL, Olivier & DARNTON, Robert (orgs.). *Democracia*. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001. p.21-36.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir). *Para uma História Cultural*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.345-363.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. De F. Thomaz. Lisboa/ Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand, 1989.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca : la civilización escrita europea em la alta edad moderna (siglos XV\_XVIII)*. Madrid, Síntesis, 1992.
- BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa, Ed. 70, 1981.
- BRAGA, Teófilo. “O século XVII em Portugal”. *Revista de Portugal*, 1889. vol. 1, p. 598-604.
- BRAGA, Teófilo. *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa – Os Arcades*. Porto, 1918.
- BRAUDEL, Fernand. “A longa duração”. In: *História e Ciências Sociais*. Editorial Presença. p.7-39
- BRAZÃO, Eduardo. *D. João V e a Santa Sé. As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706 a 1750*. Coimbra, Coimbra Editora, 1937.
- BUNGE, Mario. “?Que es la ciência?” In: *La ciência: su método y su filosofía*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1977. p.7-36.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- CAETANO, Marcello. *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*. Lisboa, 1943.

- CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino: Esboço da Sua História*. Rio de Janeiro, S.A Cavalcante editores, 1969.
- CALAFATE, Pedro (dir.). *História do Pensamento Filosófico Português: As Luzes*. Lisboa, Caminho, 2001. Vol. 2
- CALAFATE, Pedro. “A Religião Natural no Século XVIII em Portugal”. In: FERREIRA, Manuel J. & SANTOS, Leonel Ribeiro dos (coords.). *Religião, História e Razão: da “Aufklärung” ao Romantismo*. Lisboa, Edições Colibri, 1994.
- CARDIM, Pedro. “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. *Revista Tempo/Universidade Federal Fluminense*, Departamento de História – Vol.7, nº 13, Jul. 2002. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2002, pp.13-57.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- CARDOSO, Ciro.F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CARVALHO, Rômulo de. “A aceitação, em Portugal, da filosofia newtoniana”. *Revista da Universidade de Coimbra*, 1991. vol. XXXVI, p. 445-57.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustracion*. México, FCE, 1975.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. “Significado cultural das academias de Lisboa do século XVIII”. *Portugaliae Histórica*, 1973. vol. I, p. 174-201.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. “Subsídios para a História da “Academia Real da História Portuguesa”. *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 20, 1971.
- CHARTIER, Roger. “O Homem de Letras” in: Michel Vovelle (dir). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Ed. Presença, 1997. P. 119-153.
- CIDADE, Hernani. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra, Coimbra Editora L.<sup>a</sup>, 1975.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Trad. De Alberto Freire. Lisboa, Presença, s/d.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Lisboa, Livros Horizonte, 1984. 4v.
- CUNHA, Noberto Ferreira da. *Elites e Acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2001.
- DAMIEN, Robert. *Le conseiller du prince: de Machiavel à nos jours*. Paria, PUF, 2003.
- DIAS, José S. da Silva. “Cultura e Obstáculos Epistemológicos: do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudo de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa, Editorial Presença, vol 1, pp.41-52 .
- DIAZ, Furio. *Europa: de la Ilustración a la Revolución*. Madrid, Alianza, 1994.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa, Edições Colibri, 1994.
- DOMINGUES, Francisco Contente. Um projeto enciclopédico e pedagógico: a *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida. *Revista de História das Idéias*. Coimbra, v. 10 (A Revolução Francesa e a Península Ibérica), 1988. p. 235-48.
- ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- FEBVRE, Lucien. “A obra mestra: O problema da descrença no século XVI (1942)”. In: C. G. Mota (org.). *Lucien Febvre*. Trad. de A. Marson et al. São Paulo, Ática, 1978. p.29-78. (Grandes Cientistas Sociais, 2)

- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GIRADET, Raul. "Para uma introdução ao imaginário político". In: *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 9-24.
- GOMES, Joaquim Ferreira. *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa, Verbo, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. Trad. de Flávio Kothe.
- HANSON, Carl. A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- HAY, Denys. *Annalists and Historians: Western Historiography from the Eighth to the Eighteenth Centuries*. London, Methuen, 1977.
- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Trad. de C. G. Babo. Lisboa, Presença, 1983.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HESPAÑA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 1997. (História de Portugal, vol. IV, dir. José Mattoso).
- HESPAÑA, Antonio Manuel (org). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Ed da Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. *O Estado de São Paulo: Suplemento Literário*, nº 829. São Paulo, 17 de Junho de 1973.
- HUIZINGA, Johan. *El concepto de la historia y otros ensayos*. Trad. de W. Roces. México, FCE, 1977.
- KOSELLECK, Reinhart. "Continuidad y cambio em toda historia del tiempo presente. Observacione histórico-conceptuale". In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona, Paidós, 1997. p. 113-133.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Trad. de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.
- LANGLOIS, Ch. & SEIGNOBOS, Ch. V. *Introdução aos estudos históricos*. Trad. Laerte de Almeida Moraes. São Paulo, Renascença, 1946.
- LASLETT, Peter. "A sociedade de uma só classe". In: *O mundo que nós perdemos*. Trad. De A. P. Torres e H. Serrão. Lisboa, Cosmos, 1975.
- LASLETT, Peter. *O mundo que nós perdemos*. Trad. de A. P. Torres e H. Serrão. Lisboa, Cosmos, 1975.
- LEPAPE, Pierre. *Voltaire: Nascimento dos Intelectuais no Século da Luzes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista, Ed. Da Univ. São Francisco, 2001.

- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad., prefácio e notas de Livio Xavier. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.
- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco*. São Paulo, Edusp, 1997. (Clássicos, 10).
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. de Maria Beatriz B. Florenzano. Bauru, EDUSC, 2004.
- MONCADA, Luis Cabral de. *Estudos de História do Direito*. Coimbra, por ordem da Universidade, 1950.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O “Ethos” da Aristocracia Portuguesa sob a Dinastia de Bragança: Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei”. *Revista de História das Idéias*, 1998. vol. 19, p. 383-402.
- MONTEIRO, Ofélia M. C. Paiva. No alvorecer do “Iluminismo” em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira. Separata da Revista de História Literária de Portugal, 1963.
- MORAES, S. J. Manuel. “Cartesianismo em Portugal: Antonio Cordeiro”. *Filosofia*. Braga, 1966. (Estudos publicados pela Faculdade de Filosofia de Braga).
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc XVIII*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984. 2v.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC, dezembro de 1993. n. 10, p. 07-28
- PAGDEN, Anthony (ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge, Univ. Press, 1990.
- PAGDEN, Anthony. *Señores de todo el mundo: ideologias del imperio en España, Inglaterra y Francia (em los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Barcelona, Península, 1997.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo, UNESP, 2000.
- PEREIRA, José Esteves. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp, 2003. (Clássicos, 25).
- RANUM, Orest. *Artisans of Glory: Writers and Historical Thought in Seventeenth-Century France*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.
- RÉMOND, René. *Por uma nova História Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICHTER, Melvin. “Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe”. *History and Theory*, XXIX, nº 1. Middletown, 1990.
- ROCHE, Daniel. *Le siècle des lumières en province: académies et académiciens provinciaux, 1680-1789*. Paris, EHESS/ Mouton, 1978. 2v.
- RODRIGUES, Antonio Edmílson M.. “A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade”. In: RODRIGUES, Antonio Edmílson M. & FALCON, Francisco Calazans (orgs). *Tempos modernos: ensaios de História cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p. 241-281.

- ROSANVALON, Pierre. “Por uma história conceitual do político” (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 15 (30): 9-22, 1995.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998. v. 18, n. 36.
- SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 4v.
- SKINNER, Quentin. “A liberdade e o historiador”. In: *Liberdade antes do liberalismo*. Trad. De Raul Fiker. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: *The Past and the present*. Boston, London and Henley; Routledge & Keagan Paul; 1981.
- STONE, Lawrence. The Revival of Narrative. Reflectings on a New Old History. *Past & Present*. Oxford, 85: 3-24, nov. 1979.
- TÉTART, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru/SP, EDUSC, 2000.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad. de Rosaura Eichemberg. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Ed. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-1982, 2v.
- VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Trad. de M. Florenzano. Bauru, EDUSC, 2003.

## **Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza**

### **ÍNDICE DOS VOLUMES:**

#### **Volume 1 (1721)**

Noticias da primeira Conferencia, que a Academia fez em 8 de Dezembro de 1720.

Decreto da instituição da Academia.

Proposição da Academia feita pelo Padre D. Manuel Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 22 de Dezembro de 1720.

Estatutos da Academia.

Decreto da Confirmação dos Estatutos.

Reflexoens do Conde da Ericeira sobre o estudo Acadêmico.

Catalogo dos Acadêmicos.

Distribuição dos empregos Acadêmicos.

Noticias da Conferencia de 5 de Janeiro de 1721.

Memória das noticias, que se devem mandar dos Archivos do Reyno.

Noticias da Conferencia de 19 de Janeiro de 1721.

Noticias da Conferencia de 2 de Fevereiro de 1721.

Noticias da Conferencia de 16 de Fevereiro de 1721.

Systema da Historia feito pelo Conde da Ericeira, e pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 4 de Março de 1721.

Elogio na morte de Julio de Mello de Castro pelo P.D Joseph Barbosa.

Noticias da Conferencia de 18 de Março de 1721.

Declaração, que o Márquez de Abrantes fez de estar eleito Acadêmico o Conde de Assumar.

Pratica do Conde de Assumar

Noticias da Conferencia do primeiro de Abril de 1721.

Discurso do Padre D. Luis de Lima sobre a introdução de algumas palavras novas na língua Latina.

*Hieronymi Godinii Nizensis judicium de novatio sacrorum Magistratuum nominibus.*

Noticias da Conferencia de 16 de Abril de 1721.

*Dissertatio Histórico-juridica de potestate Judaeorum in mancipia, Auctore Doctore Emananciele de Azevedo Soares.*

Discurso do Doutor João Álvares da Costa sobre o poder, que nos servos christãos tenham os Judeos nos primeiros séculos.

Noticias da Conferencia de 30 de Abril de 1721.

Catalogo dos Bispos de Miranda, ordenado pelo Padre Fr. Fernando de Abreu.

Noticias da Conferencia de 13 de Mayo de 1721.

Catalogo dos Bispos de Portalegre, que compoz o Conde de Monsanto.

Noticias da Conferencia de 27 de Mayo de 1721.

Catalogo dos Bispos de Elvas composto por Ignácio de Carvalho e Sousa.

*Epistolæ aliquot de rebus ad Academiae Regiæ institutum spectantibus.*

Noticias da Conferencia de 5 de Julho de 1721.

Panegírico na eleyção do Summo Pontífice Innocencio XIII. Composto pelo Conde da Ericeira.

Noticias da Conferencia de 17 de Julho de 1721.

Noticias da Conferencia de 31 de Julho de 1721.

Noticias da Conferencia de 14 de Agosto de 1721.

Decreto de S. Magestade de 13 de Agosto de 1721 e copia da que bayxou ao Desembargo do Paço sobre a conservação dos monumentos antigos.

Catalogo dos Bispos do Funchal, que compoz o Padre D. Antonio Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 28 de Agosto de 1721.

Noticias da Academia Real em 7 de Setembro de 1721.

Ceremonial, que se há de observar quando a Academia for ao Paço.



Introdução Panegyrica, que o Conde da Ericeira repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas em 7 de Setembro de 1721.

Noticias da Conferencia de 24 de Setembro de 1721.

Assento, que se tomou sobre a autoridade, que se devia dar a alguns Escritores, e Catalogo dos reprovados.

Noticias da Conferencia de 9 de Outubro de 1721.

Noticias da Academia Real em 22 de Outubro de 1721.

Discurso, que o Márquez de Abrantes fez, e repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas em 22 de Outubro de 1721.

Noticias da Conferencia de 6 de Novembro de 1721.

Noticias da Conferencia de 20 de Novembro de 1721.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1721.

Catalogo dos Arcebispos da Bahia, e mais Bispos seus sufragâneos, composto pelo Padre D. Antonio Caetano de Sousa.

Catalogo dos Deputados do Conselho Geral da Santa Inquisição, composto pelo Padre Fr. Pedro Monteiro.

Oração do Padre D. Manoel Caetano de Sousa na ultima conferencia da Academia deste anno de 1721.

## **Vol 2 (1722)**

Noticias da primeira Conferencia, que a Academia fez em 18 de Dezembro de 1721.

Oração, que disse o Márquez de Alegrete na primeira conferencia deste anno.

Catalogo dos Arcebispos de Goa Primazes do Oriente, dos Bispos de Cochim, Meliapor, China, Japão, Macao, Nankim, Malaca, Patriarcas da Ethiopia, Arcebispos de Cranganor e Serra, que compoz o Padre D. Antonio Caetano de Sousa.

Catalogo dos Bispos das Igrejas de Cabo Verde, S. Thomé, e Angola, composto pelo mesmo Author.

Noticias da Conferencia de 2 de Janeiro de 1722.

Parecer do Acadêmico Joseph da Cunha Brochado sobre a proposta, que fez o Acadêmico o Padre Fr. Bernardo de Castello-Branco.

Noticias da Conferencia de 19 de Janeiro de 1722.

Elogio na morte de Francisco Dionísio de Almeida da Sylva e Oliveira pelo Conde de Ericeira.

Noticias da Conferencia de 22 de Janeiro de 1722.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira de estar eleito Acadêmico Manoel Dias de Lima.

Pratica de Manoel Dias de Lima.

Noticias da Conferencia de 12 de Fevereiro de 1722.

Catalogo dos Prelados da Igreja de Viseu, composto pelo Padre João Colt.

Noticias da Conferencia de 25 de Fevereiro de 1722.

Noticias da Conferencia de 12 de Março de 1722.

Catalogo dos Bispos da Idanha, e Guarda composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal.

Noticias da Conferencia de 26 de Março de 1722.

Catalogo dos Bispos da Igreja de São Salvador da Cidade de Angra, que compoz o Padre Dom Antonio Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 16 de Abril de 1722.

Noticias da Conferencia de 30 de Abril de 1722.

Decretos, porque ElRey nosso Senhor fez mercê à Academia Real de a izentar da licença do Desembargo do Paço para poder imprimir os livros pertencentes ao seu Instituto.

Oração que disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa em acção de graças pela mercê, que a sua Magestade fez à Academia de eximir os seus livros da censura da Mesa do Desembargo do Paço.

Noticias da Conferencia de 12 de Mayo de 1722.

Noticias da Conferencia de 28 de Mayo de 1722.

Noticias da Conferencia de 18 de Junho de 1722.

Noticias da Conferencia de 2 de Julho de 1722.

Catalogo dos Mestres da Ordem do Templo Portuguezes, que tiverão ,e exercitarão este titulo, e cargo nesta Coroa Portugueza, e em outras de Hespanha, composto pelo Padre Fr. Lucas de Santa Catharina.

Noticias da Conferencia de 15 de Julho de 1722.

Noticias da Conferencia de 30 de Julho de 1722.

Catalogo dos Mestres, e Administradores da Ilustre, e antiqüíssima Ordem Militar de Aviz, que compoz o Padre Fr. Joseph da Purificação.

Noticias da Conferencia de 13 de Agosto de 1722.

Noticias da Conferencia de 27 de Agosto de 1722.

Assento, que o Director, e Censores tomarão para se imprimirem algumas dissertações sobre a primeira Pregação do Evangelho em Hespanha.

Dissertação da vinda de Santiago a Hespanha, provada, e sustentada com a doutrina do Maximo Doutor S. Jeronymo, composto pelo Padre D. Jerônimo Contador Argote.

Dissertatio Histórica de primo, potiùs único, Evangelii Prædicatore in Lusitânia nostra, totaque Hispania à Frate Michaelē à Sancta Maria.

Noticias da Academia Real da Historia Portugueza de 7 de Setembro de 1722.

Introdução Panegyrica na Conferencia publica da Academia Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço dia dos Annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 24 de setembro de 1722.

Noticias da Conferencia de 8 de outubro de 1722.

Catalogo dos Bispos de Leiria composto por Caetano Joseph da Silva Soutomayor.

Noticias da Academia Real da Historia Portugueza de 22 de Outubro de 1722.

Oração Panegyrica, que o Márquez de Abrantes, sendo Director, repetio em 22 de Outubro na presença de Suas Magestades, e altezas.

Noticias da Conferencia de 5 de Novembro de 1722.

Noticias da Conferencia de 19 de Novembro de 1722.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1722.

Oração do Márquez de Alegrete na ultima Conferencia da Academia deste anno de 1722.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e das Provincias neste anno de 1722.

### **Vol.3 (1723)**

Noticias da primeira conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no terceiro anno de sua instituição em 23 de dezembro de 1722.

Oração que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, na primeira conferencia do seu terceiro anno de 23 de dezembro de 1722.

Elogio de D. Fernando de Noronha, Conde de Monsanto, do Conselho de sua Magestade, e Acadêmico da Academia Real, que disse em 23 de Dezembro de 1722.

Noticias da Conferencia, que a Academia Real fez em 7 de Janeiro de 1723.

Declaração que o Márquez de Abrantes Director da Academia Real na conferencia de 7 de Janeiro de 1723 fez de estar eleito Acadêmico com a approvação de Sua Magestade o Márquez de Valença no lugar, que vagou por morte do Conde de Monsanto.

Pratica do Márquez de Valença depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 21 de Janeiro de 1723.

Noticias da Conferencia de 4 de Fevereiro de 1723.

Noticias da Conferencia de 17 de Fevereiro de 1723.

Noticias da Conferencia de 4 de Março de 1723.

Noticias da Conferencia de 18 de Março de 1723.

Carta do Conde de Tarouca em resposta ao aviso, que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Acadêmico supranumerário.

Carta do mesmo Conde para os Censores da Academia.

Noticias da Conferencia do primeiro de Abril de 1723.

Carta de D. Luis da Cunha em resposta ao aviso, que o Secretario da Academia lhe fez de estar nomeado Acadêmico supranumerário.

Noticias da Conferencia de 15 de Abril de 1723.

Noticias da Conferencia de 29 de Abril de 1723.

Noticias da Conferencia de 13 de Mayo de 1723.

Dissertação Apologética, em que se defende a verdade do primeiro Concilio Bracarense descoberto, e dado a luz por Fr. Bernardo de Brito, Monge da Ordem de S. Bernardo, e chronista geral, composto pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira.

Dissertação exegética critica, em que se prova ser fabuloso, e supposto o concilio, que descobrio, e deu a luz Fr. Bernardo de Brito, e com o nome de primeiro attribuhio a Santa Igreja Bracarense, Principal Metropolitana de Galliza, e Primaz das Hespanhas, composta pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal..

Noticias da Conferencia de 28 de Mayo de 1723

Noticias da Conferencia de 10 de Junho de 1723

Noticias da Conferencia de 22 de Junho de 1723

Noticias da Conferencia de 8 de Julho de 1723

Noticias da Conferencia de 22 de Julho de 1723

Noticias da Conferencia de 5 de Agosto de 1723

Declaração, que o Márquez da Fronteira, sendo Director na Conferencia de 5 de Agosto de 1723 fez de estar eleito Acadêmico com aprovação de S. Magestade o Doutor Filippe Maciel.

Pratica do Doutor Filippe Maciel.depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 19 de Agosto de 1723

Oração que o Márquez de Alegrete, sendo Director da Academia Real, repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas em 7 de Setembro de 1723.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1723

Noticias da Conferencia de 16 de Setembro de 1723

Oração em que o Márquez de Valença congratulou a Academia pelo feliz nascimento do Senhor Infante, ajuntando-se no Paço pelo feliz nascimento de Sua Magestade a Academia na casa da Galé em 27 de Setembro de 1723.

Noticias da Conferencia de 7 de Outubro de 1723

Oração Panegyrica, que o Márquez de Fronteira, sendo Director da Academia, repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas, celebrando-se os annos del Rey nosso Senhor no dia 22 de Outubro de 1723.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1723

Noticias da Conferencia de 4 de Novembro de 1723

Noticias da Conferencia de 18 de Novembro de 1723

Noticias da Conferencia de 2 de Dezembro de 1723

Noticia geral dos Santos Inquisidores deste Reyno, e suas conquistas, Ministros, e Officiaes, de que cada huma se compõem, pelo Padre Fr. Pedro Monteiro.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1723

Oração que se disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director da Academia Real, na ultima Conferencia de 9 de Dezembro de 1723.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários neste anno de 1723.

#### **Vol 4 (1724)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no quarto anno da sua instituição, em 23 de Dezembro de 1723.

Oração que disse o Márquez de Abrantes, Sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, na primeira Conferencia do seu quarto anno, em 23 de dezembro de 1723.

Elogio do Padre Antonio Simoens, da Companhia de Jesus, que disse em 23 de Dezembro de 1723 o Doutor Filippe Maciel.

Noticias da Conferencia, que a Academia Real fez em 13 de Janeiro de 1724.

Declaração que o Márquez de Alegrete, Director da Academia da Historia Portugueza, na Conferencia de 13 de Janeiro de 1724 fez de estar eleito Acadêmico, com approvação de Sua Magestade, Luis Francisco Pimentel, no lugar que vagou por morte do Padre Antonio Simoens.

Pratica de Luis Francisco Pimentel depois da Declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 27 de Janeiro de 1724.

Catalogo dos Grão Piores do Crato da Ordem de S. João de Malta por Fr. Lucas de Santa Catharina.

Noticias da Conferencia de 10 de Fevereiro de 1724.

Noticias da Conferencia de 24 de Fevereiro de 1724.

Noticias da Conferencia de 8 de Março de 1724.

Noticias da Conferencia de 23 de Março de 1724.

Noticias da Conferencia de 6 de Abril de 1724.

Noticias da Conferencia de 27 de Abril de 1724.

Noticias da Conferencia de 2 de Mayo de 1724.

Noticias da Conferencia do primeiro de Junho de 1724.

Noticias da Conferencia de 14 de Junho de 1724.

Noticias da Conferencia de 28 de Junho de 1724.

Catalogo chronologico critico dos Bispos de Coimbra, composto pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira

Noticias da Conferencia de 13 de Julho de 1724.

Origem dos Revedores dos Livros, e Qualificadores do Santo Officio com o catalogo dos que tem havido nas Inquições deste Reyno, composto pelo Padre Fr. Pedro Monteiro da Ordem dos Pregadores.

Noticias da Conferencia de 27 de Julho de 1724.

Noticias da Conferencia de 9 de Agosto de 1724.

Noticias da Conferencia de 23 de Agosto de 1724.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1724.

Oração, que o Márquez de Alegrete, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas, celebrando-se os annos da Rainha nossa Senhora, no dia 7 de Setembro de 1724.

Noticias da Conferencia de 20 de Setembro de 1724.

Noticias da Conferencia de 5 de Outubro de 1724.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1724.

Oração Panegyrica, que o Márquez de Fronteira, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, repetio no Paço, celebrando-se os annos delRey nosso Senhor, em 22 de Outubro de 1724.

Noticias da Conferencia de 2 de Novembro de 1724.

Noticias da Conferencia de 16 de Novembro de 1724.

Catalogo dos Inquisidores, que tem havido na Inquisição de Goa até o presente, composto pelo Padre Fr. Pedro Monteiro da Ordem dos Pregadores.

Noticias da Conferencia de 29 de Novembro de 1724.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1724.

Oração, que disse o Conde da Ericeira, sendo Director na ultima Conferencia de 9 de Dezembro de 1724.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1724.

## **Vol 5 (1725)**

Noticias da primeira conferencia, que a Academia fez em 22 de Dezembro de 1724.

Oração, que disse o Márquez de Fronteira, sendo Director, em 22 de Dezembro de 1724.

Noticias da Conferencia de 4 de Janeiro de 1725.

Noticias da Conferencia de 25 de Janeiro de 1725.

Declaração, que o Márquez de Abrantes, Director da academia da historia Portugueza na Conferencia de 25 de Janeiro, fez de estar eleito Acadêmico com approvação de S. Magestade Nuno da Sylva Telles.

Pratica de Nuno da Sylva Telles

Noticias da Conferencia de 8 de Fevereiro de 1725.

Noticias da Conferencia de I de Março de 1725.

Noticias da Conferencia de 15 de Março de 1725.

Noticias da Conferencia de 5 de Abril de 1725.

Noticias da Conferencia de 19 de Abril de 1725.

Noticias da Conferencia de 4 de Mayo de 1725.

Noticias da Conferencia de 17 de Mayo de 1725.

Noticias da Conferencia de 8 de Junho de 1725.

Noticias da Conferencia de 21 de Junho de 1725.



Noticias da Conferencia de 5 de Julho de 1725.

Noticias da Conferencia de 19 de Julho de 1725.

Noticias da Conferencia de 3 de Agosto de 1725.

Noticias da Conferencia de 16 de Agosto de 1725.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1725.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço em presença de suas Magestades, e altezas em 7 de Setembro de 1725 recitada pelo Conde da Ericeira. que era Director

Noticias da Conferencia de 20 de Setembro de 1725.

Noticias da Conferencia de 4 de Outubro de 1725.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1725.

Oração Panegyrica, que o Márquez de Fronteira, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, repetio na presença de Suas Magestades, e Altezas, celebrandose os annos Del Rey nosso Senhor no dia 22 de Outubro de 1725.

Panegyrico ao Sereníssimo Senhor Infante D. Antonio na Academia Real da Historia Portugueza, concorrendo em quinta feira 15 de Março de 1725 as circunstances de ser o dia dos seus annos, da conferencia da Academia, em que havia de ser Director o Conde da Ericeira, que o escreveu.

Noticias da Conferencia de 8 de Novembro de 1725.

Catalogo dos Secretários do Conselho Geral, que tem havido até o presente, composto pelo Padre Fr. Pedro Monteiro.

Catalogo dos Cônegos Magistraes, e Doutores, que a Universidade de Coimbra appresenta nas Sés deste Reyno, composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal.

Noticias da Conferencia de 22 de Novembro de 1725.

Catalogo chronologico dos Collegiaes, e Porcionistas do Collegio de S. Pedro, composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal.

Noticias da Conferencia de 10 de Dezembro de 1725.

Oração, que recitou o Márquez de Alegrete na ultima Conferencia, que fez a Academia Real da historia Portugueza no dia, em que acabou o seu quinto anno, em 10 de Dezembro de 1725.

Catalogo Histórico dos Summos Pontífices, Arcebispos, e Bispos Portuguezes, que tiveram Dioceses, ou títulos de Igrejas fora de Portugal, e suas Conquistas, com a noticia

topográfica das cidades de que forão Prelados, composto pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1725.

## **Vol.6 (1726)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia da Historia Portugueza, no sexto anno da sua Instituição, em 3 de Janeiro de 1726.

Oração Academia, que recitou o Conde da Ericeira, sendo Director, em 3 de Fevereiro de 1726.

Elogio fúnebre do Reverendíssimo Padre Fr. Bernardo de Castellobranco, composto pelo Padre Dom Manoel do Tojal e Sylva.

Noticias da Conferencia de 24 de Janeiro de 1726.

Declaração, que o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director, fez na Conferencia de 24 de Janeiro de 1726 de estar eleito Acadêmico, com approvação de S. Magestade, D. Francisco de Sousa.

Pratica de D. Francisco de Sousa, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 7 de Fevereiro de 1726.

Noticias da Conferencia de 21 de Fevereiro de 1726.

Noticias da Conferencia de 7 de Março de 1726.

Noticias da Conferencia de 21 de Março de 1726.

Noticias da Conferencia de 4 de Abril de 1726.

Noticias da Conferencia de 2 de Mayo de 1726.

Noticias da Conferencia de 16 de Mayo de 1726.

Noticias da Conferencia de 31 de Mayo de 1726.

Noticias da Conferencia de 14 de Junho de 1726.

Noticias da Conferencia de 28 de Junho de 1726.

Noticias da Conferencia de 11 de Julho de 1726.

Noticias da Conferencia de 24 de Julho de 1726.

Noticias da Conferencia de 8 de Agosto de 1726.

Noticias da Conferencia de 22 de Agosto de 1726.

Noticias da Academia da Real da Historia Portugueza, em 7 de Setembro de 1726.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1726 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 19 de Setembro de 1726

Noticias da Conferencia de 3 de Outubro de 1726

Noticias da Academia Real da Historia Portugueza, de 22 de Outubro de 1726.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 22 de Outubro de 1726 dia dos annos delRey nosso Senhor, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 7 de Novembro de 1726

Noticias da Conferencia de 21 de Novembro de 1726

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1726

Oração, que recitou o Padre D. Manoel Caetano de Sousa na ultima Conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no dia, em que acabou o seu sexto anno, em 9 de Dezembro de 1726.

Catalogo dos DD. Abbades do antigo Mosterio de Santa Maria de Guimaraens, e dos DD. Priores do mesmo Mosteiro, e Real Collegiada de nossa Senhora da Oliveira, composto pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1726.

## **Vol.7 (1727)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia da Historia Portugueza, no setimo anno da sua Instituição, em 2 de Janeiro de 1727.

Oração, que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director, em 2 de Fevereiro de 1727.

Noticias da Conferencia de 23 de Janeiro de 1727.

Noticias da Conferencia de 6 de Fevereiro de 1727.

Noticias da Conferencia de 20 de Fevereiro de 1727

Noticias da Conferencia de 13 de Março de 1727.

Elogio do Padre Fr. Fernando de Avreu, composto pelo Padre Fr. Lucas de Santa Catharina.

Noticias da Conferencia de 27 de Março de 1727.

Declaração, que o Márquez da Fronteira, sendo Director, fez na Conferencia de 27 de Março de 1727 de estar feito Acadêmico, com approvação de S. Magestade, D. Diogo Fernandes de Almeida.

Pratica de D. Diogo Fernandes de Almeida, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 17 de Abril de 1727.

Noticias da Conferencia de 23 de Mayo de 1727.

Noticias da Conferencia de 5 de Junho de 1727.

Noticias da Conferencia de 20 de Junho de 1727.

Noticias da Conferencia de 10 de Julho de 1727.

Noticias da Conferencia de 24 de Julho de 1727.

Noticias da Conferencia de 8 de Agosto de 1727.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1727.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1727 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 18 de Setembro de 1727.

Noticias da Conferencia de 2 de Outubro de 1727.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1727.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 22

de Outubro de 1727 dia dos annos delRey nosso Senhor, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 6 de Novembro de 1727.

Noticias da Conferencia de 20 de Novembro de 1727.

Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra, e de seus Collegiaes, e Porcionistas, pelo Padre D. Joseph Barbosa.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1727.

Oração, que se disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director da Academia Real, na ultima Conferencia do sétimo anno da suas instituição, em 9 de Dezembro de 1727.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1727.

## **Vol 8 (1728)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia da Historia Portugueza, no sexto anno da sua Instituição.

Oração Academia, que recitou o Márquez de Fronteira, sendo Director, no principio do oitavo anno da Academia Real da Historia Portugueza, em 8 de Janeiro de 1728.

Oração Panegyrica, que no felicíssimo casamento do Sereníssimo Senhor D. Joseph, Príncipe do Brasil, e da Sereníssima Senhora Maria Anna Victoria, Infante de Castella, recitou na presença de suas Magestades, e Altezas o Márquez de Valença, em 13 de Janeiro de 1728.

Oração Panegyrica do felicíssimo casamento da Sereníssima Senhora D. Maria Bárbara, Infante de Portugal, e do Sereníssimo Senhor D. Fernando, Príncipe das Astúrias, recitada pelo conde da Ericeira, em 13 de Janeiro de 1728.

Noticias da Conferencia de 21 de Janeiro de 1728

Noticias da Conferencia de 5 de Fevereiro de 1728

Oração, que disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Clérigo Regular, sendo Director da Academia Real, em 5 de Fevereiro de 1728 em acção de graça pela mercê, que sua Magestade fez à Academia em lhe dar a noticia dos felicíssimos casamentos do Principe nosso Senhor com a Sereníssima Senhora Infante de Castella D. Maria Anna Victoria, e da Sereníssima Senhora D. Maria Barbosa, Infante de Portugal , com o Sereníssimo Senhor D. Fernando, Príncipe das Astúrias, na mesma forma, que aos

tribunais, e mandando-lhe, que nos mesmos dias que elles, fosse beijar a mão a Suas Magestades, e Altezas.

Noticias da Conferencia de 26 de Fevereiro de 1728

Noticias da Conferencia de 11 de Março de 1728

Noticias da Conferencia de 1 de Abril de 1728

Noticias da Conferencia de 15 de Abril de 1728

Noticias da Conferencia de 29 de Abril de 1728

Elogio fúnebre do Reverendíssimo Padre Manoel de Sá da Companhia de Jesus, nomeado Patriarcha de Ethiopia, Acadêmico Provincial da Academia Real da Historia Portugueza, pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, clérigo Regular, sendo Director, em 29. Abril de 1728.

Noticias da Conferencia de 13 de Mayo de 1728

Elogio fúnebre do Reverendíssimo Padre Fr. Miguel de Santa Maria, Acadêmico da Academia Real da Historia Portugueza, pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, em 13 de Mayo de 1726.

Noticias da Conferencia de 28 de Mayo de 1728

Declaração, que o Márquez de Fronteira, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, na Conferencia de 28 de Mayo de 1728 fez de estar eleito Acadêmico, com approvação de S. Magestade, D. Francisco de Almeida e a sua Pratica.

Noticias da Conferencia de 10 de Junho de 1728

Noticias da Conferencia de 25 de Junho de 1728

Noticias da Conferencia de 8 de Julho de 1728

Noticias da Conferencia de 22 de Julho de 1728

Noticias da Conferencia de 5 de Agosto de 1728

Noticias da Conferencia de 19 de Agosto de 1728

Oração, que o Márquez de Valença recitou na Academia Real da Historia Portugueza, na ocasião da morte do Sereníssimo Senhor Infante D. Alexandre.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1728

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7

de Setembro de 1728 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Conde da Ericeira.

Noticias da Conferencia de 23 de Setembro de 1728.

Noticias da Conferencia de 7 de Outubro de 1728.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1728.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 22 de Outubro de 1728 dia dos annos delRey nosso Senhor, recitada pelo Conde da Ericeira.

Noticias da Conferencia de 4 de Novembro de 1728.

Noticias da Conferencia de 18 de Novembro de 1728.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1728.

Oração, que disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director Academia Real da Historia Portugueza, na ultima Conferencia do oitavo anno da sua instituição, em 9 de Dezembro de 1728.

*De Antiquitatibus conventus Bracaraugustani, Libri IV. Vernáculo, Latinoque sermone conscriptis à Patre D. Hieronymo Contador de Argote, clerico Regulari.*

Catalogo dos Acadêmicos do Numero, e Supranumerários.

## **Vol 9 (1729)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no nono anno de sua instituição, em Março de 1729.

Oração, que disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director, em 9 de Março de 1729.

Oração, que tinha escrito o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, para recitar na primeira conferencia deste nono anno, que havia de ser em 25 de Fevereiro de 1729.

Elogio de D. Fernando Mascarenhas, Márquez de Fronteira, do Conselho de Estado e Guerra, Mordomo mor da Rainha nossa Senhora, Presidente do Desembargo do Paço, e Censor da Academia. Disse-o em 9 de Março de 1729. Joseph da Cunha Brochado.

Oração Panegyrica, que na felicíssima chegada a esta corte da Sereníssima Senhora D. Marianna Victoria, Princesa do Brasil, recitou na presença de Suas Magestades, e Altezas o Márquez de Alegrete, em 22 de Março de 1729.

Noticias da Conferencia de 24 de Março de 1729.

Declaração, que o Márquez de Alegrete, sendo Director, fez na Conferencia de 24 de Março, de estar eleito Acadêmico, com approvação de S. Magestade Diogo de Mendonça Corte-Real.

Pratica de Diogo de Mendonça Corte-Real, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 7 de Abril de 1729.

Noticias da Conferencia de 21 de Abril de 1729.

Introducção de Joseph da Cunha Brochado ao lugar de censor.

Noticias da Conferencia de 5 de Mayo de 1729.

Noticias da Conferencia de 19 de Mayo de 1729.

Oração Acadêmico-Mariana, com a qual, sendo Director na conferencia de 19 de Mayo de 1729 deu conta dos seus estudos o Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Noticias da Conferencia de 2 de Junho de 1729.

Noticias da Conferencia de 7 de Julho de 1729.

Noticias da Conferencia de 21 de Julho de 1729.

Noticias da Conferencia de 4 de Agosto de 1729.

Noticias da Conferencia de 18 de Agosto de 1729.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1729.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1729. dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada por Joseph da Cunha Brochado, que era Director.

Noticias da Conferencia de 22 de Setembro de 1729.

Noticias da Conferencia de 6 de Outubro de 1729.

Noticias da Conferencia de 22 de Outubro de 1729.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 22 de outubro de 1729. dia dos annos delRey nosso Senhor, recitada pelo Conde de Ericeira, que era Director.



Noticias da Conferencia de 3 de Novembro de 1729.

Noticias da Conferencia de 18 de Novembro de 1729.

Elogio de D. Francisco de Sousa, capitão da Guarda Alemã de Suas Magestade, Alcaide mor da Certãa, e Pedrogão, comendador de S. Salvador da Infesta, e de Santa Maria de Belmonte, recitada pelo Conde de Ericeira, em 17 de Novembro de 1729.

Noticias da Conferencia de 6 de Dezembro de 1729.

Pratica de Gonçalo Manoel Galvão de Lacerda, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1729.

Oração na ultima conferencia da Academia, dando-se fim ao nono anno da sua instituição, em 9 de Dezembro de 1729. recitada pelo Conde da Ericeira, que era Director.

Apologia Analítica sobre o Mosteiro das Religiosas de Estremoz de S. João da Penitencia, pelo Padre Fr. Lucas de Santa Catharina.

Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, parte primeira, pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1729.

## **Vol 10 (1730)**

Noticias da conferencia, que fez a Academia Real da Historia Portugueza no décimo anno da sua instituição, em 12 de Janeiro de 1730.

Oração Academia, que disse o Márquez de Alegrete, sendo Director, em 12 de Janeiro de 1730.

Noticias da Conferencia de 20 de Janeiro de 1730.

Noticias da Conferencia de 8 de Fevereiro de 1730.

Noticias da Conferencia de 23 de Fevereiro de 1730.

Discurso de Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia de 23 de Fevereiro de 1730.

Noticias da Conferencia de 9 de Março de 1730.

Noticias da Conferencia de 13 de Abril de 1730.

Noticias da Conferencia de 27 de Abril de 1730.

Noticias da Conferencia de 25 de Mayo de 1730.

Elogio do Padre Jeronymo de Castilho da Companhia de Jesus, que em 25 de Mayo de 1730 recitou na Academia Real o Márquez de Valença.

Noticias da Conferencia de 17 de Julho de 1730.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira, sendo Director, na Conferencia, que se fez no Paço em 17 de Julho de 1730. sendo eleito Acadêmico o Doutor Agostinho Gomes Guimaraens, Promotor do Santo Officio de Lisboa.

Pratica do Doutor Agostinho Gomes Guimaraens, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 3 de Agosto de 1730.

Noticias da Conferencia de 17 de Agosto de 1730.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1730.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1730 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 22 de Setembro de 1730.

Noticias da Conferencia de 5 de Outubro de 1730.

Noticias da Conferencia de 16 de Novembro de 1730.

Oração, que recitou Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia, que se fez no Paço, em 16 de Novembro de 1730.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1730.

Oração, que recitou Márquez de Alegrete, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, na ultima Conferencia do decimo anno da sua instituição, em 9 de Dezembro de 1730.

Sucessos de Portugal do século décimo, depois do Nascimento de Christo Senhor Nosso, compostos pelo Acadêmico o Doutor Fr. Manoel da Rocha.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1730.

**Vol 11 (1731-32)**

## **Primeira Parte (1731)**

Noticias da primeira Conferencia, que a Academia Real fez, no undecimo anno da sua Instituição, em 4 de Janeiro de 1731.

Oração Academia, que recitou o Conde da Ericeira, sendo Director, em 4 de Janeiro de 1731.

Noticias da Conferencia de 19 de Janeiro de 1731.

Introdução do Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director da Academia Real, na conferencia de 19 de Janeiro de 1731.

Elogio do Desembargador Manoel de Azevedo Soares, que disse em 19 de Janeiro de 1731 o Doutor João Alvarez da Costa

Noticias da Conferencia de 8 de Fevereiro de 1731.

Declaração, que Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, fez na Conferencia de 8 de Fevereiro, de estar eleito Acadêmico o Conde de Vimioso.

Pratica de Conde de Vimioso, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 17 de Fevereiro de 1731.

Noticias da Conferencia de I de Março de 1731.

Noticias da Conferencia de 15 de Março de 1731.

Noticias da Conferencia de 29 de Março de 1731.

Noticias da Conferencia de 12 de Abril de 1731.

Noticias da Conferencia de 30 de Abril de 1731.

Declaração, que o Márquez de Alegrete, sendo Director, fez na Conferencia de 30 de Abril, de estar eleito Acadêmico o Desembargador Alexandre Ferreira.

Pratica do Desembargador Alexandre Ferreira, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 10 de Mayo de 1731.

Noticias da Conferencia de 23 de Mayo de 1731.

Noticias da Conferencia de 7 de Junho de 1731.

Noticias da Conferencia de 21 de Junho de 1731.

Noticias da Conferencia de 5 de Julho de 1731.

Noticias da Conferencia de 19 de Julho de 1731.

Noticias da Conferencia de 2 de Agosto de 1731.

Noticias da Conferencia de 16 de Agosto de 1731.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1731.

Introdução Panegyrica na Conferencia de 7 de Setembro, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director.

Noticias da Conferencia de 4 de Outubro de 1731.

Noticias da Conferencia de 29 de Outubro de 1731.

Oração, que recitou o Márquez de Abrantes, sendo Director, na Conferencia de 29 de Outubro de 1731.

Noticias da Conferencia de 8 de Novembro de 1731.

Noticias da Conferencia de 22 de Novembro de 1731.

Noticias da Conferencia de 10 de Novembro de 1731.

Oração, que disse Joseph da Cunha Brochado em 10 de Dezembro de 1731.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1731.

## **Segunda Parte (1732)**

Noticias da primeira Conferencia, que a Academia Real fez no duodécimo anno da sua Instituição, em 3 de Janeiro de 1732.

Oração do Conde de Ericeira na primeira conferencia da Academia, em 3 de Janeiro de 1732.

Elogio do Padre Pedro de Almeida, da Companhia de Jesus, recitado pelo Márquez de Valença, na conferencia de 3 de Janeiro de 1732.

Noticias da Conferencia de 19 de Janeiro de 1732.

Noticias da Conferencia de 31 de Janeiro de 1732.

Discurso de Joseph da Cunha Brochado na conferencia de 31 de Janeiro de 1732.

Noticias da Conferencia de 14 de Fevereiro de 1732.

Noticias da Conferencia de 28 de Fevereiro de 1732.

*Oratio in Laudem Antonii Rodericii Costii Ulyssippone in Palatio Brigantino, coram censoribus, & Sociis Academiae Regalis Historiae Lusitana, ex scripto pronunciata ab Antonio Reys Presbytero Congregationis Oratorii Sancti Philippi Nerii Ulyssippoccentiales, ejusdem Academiae Sócio. Anno 1732. Die 28 Februarii.*

Noticias da Conferencia de 13 de Março de 1732.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira, sendo Director, no dia em que foy recebido por Acadêmico Alexandre de Gusmão.

Pratica de Alexandre de Gusmão, depois da declaração do Director.

Elogio de Antonio Rodrigues da Costa, que o Márquez Manoel Telles da Sylva recitou na Academia Real da Historia Portugueza.

Noticias da Conferencia de 27 de Março de 1732.

Noticias da Conferencia de 17 de Abril de 1732.

Noticias da Conferencia de 2 de Mayo de 1732.

Noticias da Conferencia de 15 de Mayo de 1732.

Noticias da Conferencia de 29 de Mayo de 1732.

Noticias da Conferencia de 11 de Junho de 1732.

Noticias da Conferencia de 26 de Junho de 1732.

Noticias da Conferencia de 10 de Julho de 1732.

Noticias da Conferencia de 24 de Julho de 1732.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1732.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia Real, que se celebrou no Paço, em presença de suas Magestades, e Altezas, em 7 de Setembro de 1732 dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 18 de Setembro de 1732.

Noticias da Conferencia de 2 de Outubro de 1732.

Noticias da Conferencia de 25 de Outubro de 1732.

Oração, que recitou Joseph da Cunha Brochado, sendo Director, na conferencia, que se fez no Paço, em 25 de outubro de 1732.

Noticias da Conferencia de 6 de Novembro de 1732.

Noticias da Conferencia de 20 de Novembro de 1732.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1732.

Oração, que recitou o Márquez de Abrantes, sendo Director, na ultima Conferencia do décimo segundo anno da sua instituição, em 9 de Dezembro de 1732.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1732.

### **Vol 12 (1733 - parte I)**

Noticias da primeira Conferencia, que fez a Academia da Historia Portugueza, no décimo terceiro anno da sua Instituição, em 8 de Janeiro de 1733.

Discurso apologético, critico, jurídico e histórico, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos, e documentos, que affirmey, e referi na conta dos meus estudos de 8 de Novembro de 1731 a respeito do Sacro, Pontifício, e Real Collegio de S. Pedro.

Oração que disse o Marquez de Abrantes, sendo Director da Academia Real da Historia Portugueza, a primeira conferencia do seu décimo terceiro anno, em 8 de Janeiro de 1733.

### **Vol. 13 (1733 – parte 2)**

Noticias da Conferencia de 23 de Janeiro de 1733.

Noticias da Conferencia de 5 e 19 de Fevereiro de 1733.

Noticias da Conferencia de 5 de Março de 1733.

Noticias da Conferencia de 9 de Abril de 1733.

Noticias da Conferencia de 23 de Abril de 1733.

Noticias da Conferencia de 7 de Mayo de 1733.

Elogio fúnebre na morte do Márquez de Abrantes, recitado pelo Conde da Ericeira, em 7 de Mayo de 1733.

Noticias da Conferencia de 21 de Mayo de 1733.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira na conferencia, que se celebrou no Paço, em 21 de Mayo de 1733 de estar eleito Acadêmico o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, no lugar, que vagara pelo Márquez de Abrantes, e Pratica do mesmo Acadêmico.

Noticias da Conferencia de 5 de Junho de 1733.

Noticias da Conferencia de 18 de Junho de 1733.

Noticias da Conferencia de 2 de Julho de 1733.

Noticias da Conferencia de 16 de Julho de 1733.

Noticias da Conferencia de 30 de Julho de 1733.

Noticias da Conferencia de 13 de Agosto de 1733.

Noticias da Conferencia de 27 de Agosto de 1733.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1733.

Introdução Panegyrica, que o Conde de Ericeira fez no Paço, dia dos annos da Rainha nossa Senhora, em 7 de Setembro de 1733.

Noticias da Conferencia de 24 de Setembro de 1733.

Noticias da Conferencia de 8 de Outubro de 1733.

Elogio fúnebre de Joseph da Cunha Brochado, Academico, e Censor da Academia Rela, recitado por Gonçalo Manoel Galvão de Lacerda, em 8 de Outubro de 1733.

Noticias da Conferencia de 24 de Outubro de 1733.

Oração Academia, que recitou o Conde da Ericeira, sendo Director da Conferencia, que se fez no Paço, em 24 de Outubro de 1733.

Declaração, que fez o Conde de Ericeira, sendo Director da Academia Real, na Conferencia de 24 de Outubro de 1733 de estar eleito Acadêmico Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Noticias da Conferencia de 5 de Novembro de 1733.

Elogio do Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal, recitado pelo Padre Fr. Manoel da Rocha, em 5 de Novembro de 1733.

Noticias da Conferencia de 19 de Novembro de 1733.

Declaração do Conde da Ericeira, de estar eleito Acadêmico o Doutor Manoel Moreira de Sousa, com aprovação de Sua Magestade, e Pratica do mesmo Acadêmico.

Noticias da Conferencia de 9 de Dezembro de 1733.

Oração do Padre D. Manoel Caetano de Sousa, sendo Director da Academia Real, na conferencia de 9 de Dezembro de 1733.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1733.

## **Vol. 14 (1724)**

Noticias da Conferencia, que a Academia da Historia Portugueza fez na primeira Conferencia do décimo quarto anno da sua Instituição, em 7 de Janeiro de 1734.

Relação da solenidade, com que a Academia festejou a puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora, e do Juramento, que elRey, e o Príncipe nossos Senhores, fizerão neste acto juntamente com a Academia.

Forma do Juramento, que a Academia Real faz de defender sempre, e em toda a parte, a verdade da purissima Conceição da virgem Maria Senhora Nossa.

Sermão, que pregou o Padre Fr. Manoel da Rocha, Dom Abade Geral, Esmoler mor, Lente de Theologia na Universidade de Coimbra, e Acadêmico da Academia Real, festejando a mesma Academia a puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora.

Oração que recitou o Conde de Assumar, sendo Director da primeira Conferencia, que a Academia Real fez em 7 de Janeiro de 1734.

Oração, que disse o Padre D. Manoel Caetano de Sousa na mesma Conferencia, na qual os censores da Academia tinham resoluto se dessem publicamente as graças a ElRey nosso Senhor pela honra, que tinha feito à Sua Academia em ir assistir à festa.

Oração Acadêmica ao Príncipe nosso Senhor, celebrando ,e agradecendo o juramento, que com elRey nosso Senhor fez Sua Alteza à Conceição immaculada, recitada pelo Conde da Ericeira.

Noticias da Conferencia de 21 de Janeiro de 1734.

Elogio do Excellentissimo Senhor D. João de Almeida e Portugal, Conde, e Senhor de Assumar, Gentil-homem da Câmara de Sua Magestade, do Conselho de Estado, e Guerra, que por impedimento do Reverendíssimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, censor da Academia Real, compoz o Padre D. Jozé Barbosa.



Noticias da Conferencia de 4 de Fevereiro de 1734.

Noticias da Conferencia de 18 de Fevereiro de 1734.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira da eleição para Acadêmico do Numero no Doutor Joachim Pereira da Sylva Leal.

Pratica do Doutor Joachim Pereira da Sylva Leal, depois da Declaração do Director.

Noticias da Conferencia de 4 de Março de 1734.

Elogio do Reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau, clérigo Regular, e Acadêmico da Academia Real, nella recitado pelo Conde da Ericeira.

Noticias da Conferencia de 20 de Março de 1734.

Declaração , que fez o Conde da Ericeira, sendo Director da Academia Real, no dia que tomou posse do seu lugar de Acadêmico o Doutor Antonio de Andrade Rego.

Pratica do Doutor Antonio de Andrade Rego, depois da declaração do Director.

Noticias da Conferencia de I de Abril de 1734.

Noticias da Conferencia de 15 de Abril de 1734.

Noticias da Conferencia de 6, e 20 de Mayo, e de 4, e 17 de Junho de 1734.

Noticias da Conferencia de 2 de Julho de 1734.

Noticias da Conferencia de 22 de Julho de 1734.

Elogio fúnebre do Excellentissimo Senhor Fernando Telles da Sylva, Marquez de Alegrete, censor da Academia, recitado pelo Conde de Assumar, censor da mesma Academia.

Noticias da Conferencia de 29 de Julho de 1734.

Declaração, que fez o Conde de Assumar, sendo Director, de estar eleito Acadêmico o Excellentissimo Senhor Conde de Tarouca.

Noticias da Conferencia de 12 de Agosto de 1734.

Noticias da Conferencia de 7 de Setembro de 1734.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço em 7 de Setembro, dia dos annos da Rainha nossa Senhora, recitada pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era Director.

Noticias da Conferencia de 23 de Setembro de 1734.

Noticias da Conferencia de 25 de Outubro de 1734.

Introducção Panegyrica na Conferencia publica da Academia da Real, que se celebrou no Paço em 25 de Outubro, chegando no mesmo dia de Alemanha o Senhor Infante D. Manoel, recitada pelo Conde da Ericeira, que era Director.

Noticias da Conferencia de 4 de Novembro de 1734.

Pratica, que fez o Márquez de Valença pela ocasião, que exercitou o emprego de Censor.

Noticias da Conferencia de 2, e 9 de Dezembro de 1734.

Elogio do Padre D. Manoel Caetano de Sousa, que o Márquez de Valença recitou na Academia Real da Historia Portugueza.

Oração Academia, que disse o Conde da Ericeira na Conferencia, que fez no Paço, em 9 de Dezembro de 1734.

Oração, que disse o Marquez de Valença, sendo Director da mesma Conferencia.

Declaração, que fez o Marquez de Valença de estar eleito, com approvação de Sua Magestade, Ignácio Barbosa Machado, no lugar, que vagara por morte do Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários.

## **Vol.15 (1735)**

Sermão, que pregou o Doutor Antonio de Andrade Rego, na festa, que a Academia Real da Historia Portugueza celebrou à Puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora, em 15 de Dezembro de 1734.

Introducção Acadêmica na primeira Conferencia da Academia Real, recitada pelo Conde da Ericeira, Director da mesma Conferencia, em 7 de Janeiro de 1735.

Pratica de Nuno da Sylva Telles, na Conferencia de 7 de Janeiro, sendo eleito censor.

Oração Panegyrica no dia, em que a Academia Real foy ao Paço congratular as Suas Magestades, e Altezas pelo nascimento da Princeza da Beira, filha primogênita dos Príncipes nossos Senhores, recitada pelo Conde da Ericeira, Director da mesma Academia, em 7 de Janeiro.

Discurso do Márquez de Valença, recitado na Conferencia de 3 de Fevereiro.

Elogio Fúnebre do Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, recitado por Diogo Barbosa Machado, na Conferencia que se fez no Paço em 31 de Março.

Declaração, que fez o Conde de Assumar, sendo Director da Academia Real, na Conferencia de 31 de Março de estar eleito, com a approvação de Sua Magestade, o Padre D. Caetano de Gouvêa, e Pratica do mesmo Acadêmico.

Elogio Fúnebre do Padre Fr. Pedro Monteiro, recitado pelo Padre Manoel de Campos na Conferencia de 26 de Mayo.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira, sendo Director da Academia Real, que se fez no Paço em 10 de Junho, de estar eleito Acadêmico do Numero o Doutor Nicolao Francisco Xavier da Sylva em lugar do Padre Fr. Pedro Monteiro, e Pratica do mesmo Acadêmico.

Discurso Acadêmico na Conferencia publica da Academia Real, que se fez no Paço em 23 de Junho, com a occasião de querer elRey nosso Senhor ouvir ler a vida do Conde da Ericeira D. Fernando de Menezes, escrita pelo Padre Antonio dos Reys, recitado pelo Conde da Ericeira.

Elogio Fúnebre na morte do Acadêmico Joseph do Couto Pestana, recitado na Conferencia de 18 de Agosto por Jeronymo Godinho de Niza.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira na Conferencia, que a Academia Real fez no Paço em 5 de Setembro, sendo recebido por Acadêmico o Padre Fr. Francisco Xavier de Santa Theresa, e Pratica do mesmo Acadêmico.

Oração do Marquez de Valença, sendo Director da Academia Real, na Conferencia, que se fez no Paço em 7 de Setembro, dia em que se celebravão os annos da Rainha nossa Senhora.

Oração do Marquez de Valença, sendo Director da Academia Real, na Conferencia, que se fez no Paço no dia 25 de Outubro, para a qual se transferio a que se devia fazer no de 22, em que se celebravão os annos delRey nosso Senhor.

Oração, que disse Nuno da Sylva Telles, sendo Director da Academia Real na ultima Conferencia, em 9 de Dezembro.

Bibliotheca Sousana, ou Catalogo das obras, que compoz o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Director, e Censor da Academia Real, illustrado por ordem de sua Magestade com Observações Acadêmicas, e Filológicas, pelo Conde da Ericeira, Director, e Censor da mesma Academia.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1735.

Sermão, que pregou o Padre D. Joseph Barbosa na festa com que a Academia Real da Historia Portuguesa celebrou a Puríssima Conceição da Virgem Nossa Senhora, em 15 de Dezembro de 1735.

Oração, que recitou o Conde da Ericeira, Director da Academia Real na primeira Conferencia, em 5 de Janeiro de 1736.

Pratica do Márquez de Valença na conferencia de 19 de Fevereiro.

Elogio Fúnebre do Márquez de Alegrete, Secretario da Academia Real, recitado pelo Márquez de Valença, censor da mesma Academia.

Elogio Fúnebre de Joseph Contador de Argote, Acadêmico da Academia Real, recitado pelo Padre D. Caetano Gouvêa.

Oração, que recitou o Conde da Ericeira, sendo Director da Academia, que se fez no Paço em 30 de Abril, com a occasião da morte do Sereníssimo Senhor Infante D. Carlos.

Elogio Fúnebre do Senhor Infante D. Carlos, recitado no Paço pelo Márquez de Valença, censor da Academia Rel, em 30 de Abril.

*Elogium Histórico-Funebre Caroli Infantis Portugaliæ, in Regia ex scripto pronuntiatum ab Antonio dos Reys, Presbytero Congregationis Oratorii S. Philippi Nerii Ulyssippoccidentales.*

Declaração, que fez o Conde da Ericeira ,sendo Director da Academia, que se fez no Paço em 30 de Abril, estando nomeado Acadêmico do Numero o Padre Luiz Cardoso no lugar, que vagou pelo Márquez de Alegrete, Secretario da academia, de quem faz também o Elogio.

Pratica do Padre Luiz Cardoso depois da Declaração da Director.

Declaração, que fez o Conde da Ericeira, sendo Director da Conferencia da Academia Real, que se celebrou no Paço em 30 de abril, publicando a eleição de Acadêmico, que se fez no Padre Julio Francisco.

Pratica do Padre Julio Francisco, depois da declaração do Director.

Declaração ,que o Marquez de Valença fez de estar eleito Acadêmico, com aprovação de Sua Magestade, o Conde da Ericeira D. Luiz de Menezes e Pratica do mesmo Acadêmico, na Conferencia de 17 de Mayo, que se fez no Paço.

Elogio Fúnebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretario de Estado, que recitou o Marquez de Valença na Conferencia de 17 de Mayo.

Declaração, que fez Nuno da Sylva Telles, sendo Director da Conferencia de 29 de Mayo, de estar eleito Acadêmico do Numero, com approvação de sua Magestade, o Doutor Francisco Xavier Leitão.

Pratica do Doutor Francisco Xavier Leitão depois da Declaração do Director.

Oração, que recitou o Padre Antonio dos Reys na Conferencia de 12 de Julho, em acção de graças pela sua promoção ao lugar de censor da Academia Real.

Oração, que recitou o Márquez de Valença na Conferencia, que se fez no Paço em 9 de Agosto com occasião da morte da Sereníssima Senhora Infanta D. Francisca.

Oração, que recitou o Márquez de Valença, sendo Director da Academia Real, na Conferencia ,que se fez no Paço em 7 de Setembro, dia dos annos da Rainha nossa Senhora.

Discurso do Marquez de Valença na mesma Conferencia.

Discurso do Marquez de Valença na Conferencia de 20 de Setembro.

Oração Panegyrica no nascimento da Senhora Infante, filha segunda dos Príncipes nossos Senhores, que recitou o Conde da Ericeira, Director da Academia Real, em 7 de Outubro.

Proposta, que fez o Conde da Ericeira na Conferencia Acadêmica extraordinária em 20 de Outubro.

Oração, que recitou o Marquez de Valença, sendo Director da academia Real, no dia 29 de Outubro, em que foy a Academia ao Paço por ordem de sua Magestade, para a qual se transferio a Conferencia, que se devia fazer no de 22, em que cumpre annos ElRey nosso Senhor.

Panegyrico para se recitar no dia 22 de Outubro, em que se celebravão os annos delRey nosso Senhor, remettido de Évora pelo Conde de Assumar, censor da Academia Real.

Oração, que na ultima conferencia da Academia recitou o Padre Antonio dos Reys, sendo della Director, em 10 de Dezembro.

Sermão na solene acção de graças, que celebrou a Universidade de Coimbra em 12 de Novembro de 1736 pelo felicíssimo nascimento da Senhora Infante, dedicado a ElRey nosso Senhor pelo Doutor Fr. Manoel da Rocha, Acadêmico da Academia Real.

Extractos Acadêmicos dos livros, que a Academia de Petersburgo mandou a Lisboa, feitos por ordem da mesma academia pelo Conde da Ericeira, hum de seus Directores, e Censores.

Catalogo dos Acadêmicos do numero, e supranumerários, neste anno de 1736.

**Acadêmicos do Número**

<b>Nome</b>	<b>Nasc.</b>	<b>Morte</b>	<b>Grupo social</b>	<b>Origem</b>	<b>Formação civil e religiosa</b>	<b>Área de trabalho</b>	<b>Eleição para numerário</b>
P. André de Barros	1675	1754	clero(jesuíta)	Lisboa	mestre em filosofia e teologia	Reitor do Noviciado de Lisboa e Preposito na Casa professa de S. Roque	1721
P. D. António Caetano de Sousa	1674	1759	clérigo regular teatino	Lisboa		Preposito na Casa de S. Caetano e Deputado da Junta da Bulla da Cruzada	1721
P. António dos Reis	1690	1738	clero (congregação do Oratório de Lisboa)	Pernes	meste de teologia moral, cronista da sua congregação, e Latino do reino	escritor e latinista	1721
António Rodrigues da Costa	1656	1732	letrado	Setúbal		Fidalgo da Casa Real, do Conselho d’Elrei D. João V, e do Ultramarino, Official maior da Secretaria de Estado, e Secretario d’embaixadas. Experimentado nas linguas latinas	1721
António Simões							1721
P. Fr. Bernardo de CastelloBranco	1655	1725	clero (Monge Cisterciense)	Viseu	Doutor em Theologia pela Univ. de Coimbra	Procurador da sua Ordem em Roma, onde assistiu onze annos;Chronista mór do Reino	1721
Bartolomeu Lourenço de Gusmão	1685	1724	clero (Presbytero secular)	Santos	Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra	escritor e inventor	1721
P. Bartolomeu de Vasconcelos			clero				1721
Caetano José da Silva Sottomayor	1694	1739	letrado	Oliveira	Bacharel em Canones pela Univ. de Coimbra	Juiz do Crime do antigo bairro da Mouraria, e depois Corregedor do Rocio	1721
Diogo Barbosa Machado	1682	1772	clero (Presbytero secular)	Lisboa		Abbade da igreja parochial de Sancto Adrião de Sever, no bispado do Porto; bibliófilo	1721
Diogo Correia de Sá	1669	1742	nobre				1721
Diogo de Mendonça Corte Real	1658	1736	letrado	Tavira	Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra	secretário das mercês de el-rei D.Pedro II, secretário de Estado deD. João V. Diplomata	1721
P. Fr. Femando de Abreu			clero				1721
D. Fernando Mascarenhas	1655	1729	nobre			censor perpétuo da Academia Real de Historia	1721
D. Fernando de Noronha			nobre				1721
Fernão Telles da Silva	1662	1731	nobre	Lisboa	versado na lingua latina	foi conselheiro de Estado	1721
Francisco Dionísio de A. da Silva e Oliveira							1721
Benef.º Francisco Leitão Ferreira	1667	1735	clero (Presbytero secular)	Lisboa		Beneficiado nas egrejas de S. Tiago de Tavira, e Sancta Maria de Porto de Moz, e Parocho na de N. Senhora do Loreto em Lisboa; poeta e investigador das antiguidades pátrias	1721

D. Francisco Xavier de Menezes	1673	1743	nobre	Lisboa		Commendador de varias Ordens, Deputado da Junta dos Tres Estados, Conselheiro de guerra, Sargento-mór de batalha, Mestre de Campo general	1721
P. Jeronimo de Castilho			clero				1721
P. D. Jeronimo Contador de Argote	1676	1749	letrado	Colares	foi aluno da Academia Portuguesa,especializando-se em História Sagrada e Profana		1721
Jeronimo Godinho de Nisa							1721
Ignacio de Carvalho e Sousa							1721
Doutor João Alvares da Costa							1721
João Couceiro de Abreu e Castro							1721
P. João Colt	1685	1767	Clero (Presbytero da Congregação do Oratorio de Lisboa)	Lisboa			1721
P. D. José Barbosa	1674	1750	Clerigo regular Theatino	Lisboa		foi Chronista da Casa de Bragança, Examinador do Patriarchado e das Ordens militares	1721
José Contador de Argote	1676	1749	Clerigo regular Theatino	Colares			1721
José do Couto Pestana	1672	1735	letrado	Lisboa		Cavalleiro da Ordem de Christo, Contador da Contadoria geral da Guerra e Reino	1721
José da Cunha Brochado	1651	1733	letrado	Cascais	Formado em Leis pela Universidade de Coimbra	Fidalgo da Casa Real, do conselho d’el-rei D. João V, Cavalleiro da Ordem de Christo, Chancellor das Ordens militares, Conselheiro da Fazenda	1721
P. Fr. José da Purificação	1673	1746	clero (Dominicano)	Setúbal		Foi Mestre de Theologia na sua Ordem	1721
José Soares da Silva	1672	1739	letrado	Lisboa		Cavalleiro professo na Ordem de Christo	1721
Júlio de Mello de Castro	1658	1721	letrado	Goa			1721
Lourenço Botelho Sottomayor	1671	1738	letrado	Lisboa	foi tido por mui instruido nas doutrinas philosophicas e theologicas, e insigne em humanidades	Moço Fidalgo da Casa Real, e Cavalleiro da Ordem de Christo	1721
P. Fr. Lucas de Santa Catarina	1660	1740	clero (Dominicano)	Lisboa		Chronista da sua provincia	1721
P. D. Luis de Lima	1671	1757	Clerigo regular Theatino	Lisboa	Foi varão douto nas sciencias ecclesiasticas, muito erudito nas historicas, e perito nas linguas grega, hebraica e latina	empregado por vezes em commissões politicas e diplomaticas, dentro e fóra do reino. Serviu como tal nas côrtes de Roma, París, Londres, Haya, etc.	1721
Manuel de Asevedo Fortes	1660	1749	letrado	Lisboa	fez os seus estudos nas Universidades de Hespanha e França	Cavalleiro da Ordem de Christo, Sargento-mór de batalha, e Engenheiro-mór	1721

					do reino	
Doutor Manuel de Asevedo Soares	1679	1731	letrado		Bacharel pela universidade de Coimbra	desembargador da casa da supplicação e dos aggravos, etc. 1721
P. D. Manuel Caetano de Sousa	1658	1734	Clerigo regular Theatino	Lisboa	Filosofia em Coimbra(incompleto)	Procommissario geral da Bulla da Cruzada 1721
P. Manuel de Campos	1680		clero (Jesuita)	Lisboa		Foi professor de Mathematicas em Madrid, e depois na aula da Esphera do collegio de Sancto Antão de Lisboa 1721
Manuel Pereira da Silva Leal	1694	1733	Presbytero e Freire professo na Ordem militar de Christo	Lisboa	Mestre em Artes, Doutor em Canones e Lente da mesma Faculdade na Universidade de Coimbra	Beneficiado na egreja de S. Julião de Lisboa, Collegial do collegio de S. Pedro em Coimbra, Deputado da Inquisição de Lisboa 1721
P. Fr. Manuel da Rocha	1676	1744	Monge da congregação Cisterciense em Portugal	Castello Branco		Foi Doutor em Theologia, Chronista□mór do reino, D. Abbade geral da mesma congregação 1721
Manuel Telles da Silva	1682	1736	nobre	Lisboa		Secretario perpetuo da Acad. Real da Historia Portugueza 1721
P. D. Manuel do Tojal da Silva	1670	1738	Clerigo regular Theatino	Lisboa		1721
Martinho de Mendonça de Pina e de Proença	1693	1753	letrado	Guarda		Fidalgo da Casa Real, Deputado do Conselho Ultramarino Guarda□mór da Torre do Tombo, Bibliothecario d'el□rei D. João V. 1721
P. Fr. Miguel de Santa Maria	1657	1728	Eremita Augustiniano	Penamacor		Mestre de Theologia na sua Ordem, Chronista da provincia, e Prior no convento de Santarem 1721
P. Pedro de Almeida		1732	clero (jesuita)	Évora		1721
P. Fr. Pedro Monteiro	1662	1735	clero (Dominicano)	Lisboa	Mestre em Artes, e Lente de Theologia	1721
P. D. Raphael Bluteau	1638	1734	Clerigo regular Theatino	Londres	cursou humanidades em París e doutorou-se em Roma nas sciencias theologicas	autor do Vocabulario Portuguez e Latino 1721
D. Rodrigo Annes de Sã e Almeida			nobre			1721
D. João de Almeida			nobre			1721
Manuel Dias de Lima			letrado		doutor e lente da Universidade de Coimbra	promotor, deputado e inquisidor,desembargador dos agravos daCasa da Suplicação e deputadoda Mesa da Consciência eOrdens 1722
Filipe Maciel						1723
D. Francisco de Portugal			nobre			1723
Luís Francisco Pimentel	1692					1724
Nuno da Silva Telles						1725
D. Francisco de Sousa			nobre			1726



D. Diogo Fernandes de Almeida	1698	1752	clero	Lisboa	Doutorou-se em cânones	Principal da igreja patriarcal de Lisboa.	1727
D. Francisco de Almeida	1701	1745	clero	Lisboa	Licenciado em Canones pela Univ. de Coimbra	Arceidiago na Cathedral de Viseu, e ultimamente Principal da Sancta Igreja Patriarcal de Lisboa	1728
Diogo de Mendonça Corte-Real							1729
Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda			letrado	Lisboa		Cavalleiro da Ordem de Christo, Fidalgo da C. R., Deputado do Conselho Ultramarino, e Enviado extraordinario á côrte de Paris	1729
Agostinho Gomes Guimarães							1730
Desembargador Alexandre Ferreira	1664	1739	letrado	Porto	Doutor em Direito Civil pela Univ. de Coimbra	Desembargador da Relação do Porto, e da Casa da Supplicação da Lisboa, Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, Secretario d'embaixade á côrte de Madrid	1731
D. José de Portugal	1706	1776	nobre	Lisboa		do Conselho d'Elrei D. João V, Presidente da Meza da Consciencia e Ordens, Deputado da Junta dos Tres Estados	1731
Alexandre de Gusmão	1695	1753	letrado	Santos	Doutor em Direito Civil pela Univ. de Paris e incorporado na de Coimbra	Cav. professo na Ord. de Christo, Fidalgo da Casa Real, Enviado extraordinario á Côrte de Roma, Secretario particular d'Elrei D. João V	1732
Doutor Manuel Moreira de Sousa	1692	1745	Clerigo secular	Lisboa	Doutor em Direito Civil e Licenciado em Canones	Desembargador da Relação ecclesiastica do bispado de Coimbra, e Prior da igreja de Santo André do Barro; ultimamente Monsenhor prelado da Patriarcal de Lisboa	1733
D. Pedro de Almeida	1668		nobre	Lisboa		Vice rei da India, d'onde voltou em Janeiro de 1752	1733
Sebastião José de Carvalho e Mello	1699	1782	letrado	Lisboa	frequentou o curso juridico da Universidade de Coimbra	Ministro de D. José I	1733
Desembargador António de Andrade Rego							1734
Ignacio Barbosa Machado	1686	1766	letrado (depois de viúvo firou presbítero)	Lisboa	Foi Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra	Foi Desembargador da Relação do Porto, Ministro do Tribunal da Legacia, Chronista geral do Ultramar	1735
Joaquim Pereira da Silva Leal							1735
João Gomes da Silva	1671	1738	nobre	Lisboa		Commendador das Ordens de Christo, e de S. Bento de Avis, Ministro plenipotenciario de Portugal no congresso de Utrecht	1735
Padre D. Caetano de Gouvea	1696	1768	Clerigo regular Theatino	Riudades		Qualificador do Sancto Officio e Examinador das tres Ordens Militares	1735
Padre Fr. Francisco Xavier de Santa Teresa	1686		clero (Franciscano)	Bahia		Leitor de Theologia, Penitenciario geral da Ordem Seraphica, Academico da Academia Real de Historia, e da dos Arcades de Roma	1735
D. Luís de Menezes							1735
Doutor Nicolau Francisco Xavier da Silva		1754	letrado	Madeira	Doutor em Canones pela Universidade de	bibliophilo	1735

Coimbra					
Pe. Luís Cardoso	1762	Congregado do Oratorio	Pernes	estudioso das antiguidades e cousas de Portugal	1736
Pe. Júlio Francisco		clero			1736
Doutor Francisco Xavier Leitão					1736